

ANTÔNIO CORRÊA DE PAIVA NETO

MÉTODO DE EXPOSIÇÃO E TEORIA REVOLUCIONÁRIA:
considerações sobre a lógica dialética da revolução e o sentido
político do livro I de “O Capital”, de Karl Marx

Uberlândia

2012

ANTÔNIO CORRÊA DE PAIVA NETO

**MÉTODO DE EXPOSIÇÃO E TEORIA REVOLUCIONÁRIA:
considerações sobre a lógica dialética da revolução e o sentido
político do livro I de “O Capital”, de Karl Marx**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
-Graduação em Filosofia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Epistemologia e
Filosofia Política.

Orientadora: Dr^a. Ana Maria Said.

Uberlândia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P149m Paiva Neto, Antônio Corrêa, 1982-

Método de exposição e teoria revolucionária: considerações sobre a lógica dialética da revolução e o sentido político do livro I de "O Capital", de Karl Marx / Antônio Corrêa de Paiva Neto. - 2011.
212 f.

Orientadora: Ana Maria Said.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Filosofia.

Inclui bibliografia.

1. Marx, Karl, 1818-1883 - Crítica e interpretação - Teses. 2. Economia marxista - Teses. 3. Dialética - Teses. 4. Capital (Economia) - Teses. I. Said, Ana Maria. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

ANTÔNIO CORRÊA DE PAIVA NETO

MÉTODO DE EXPOSIÇÃO E TEORIA REVOLUCIONÁRIA: considerações sobre a lógica dialética da revolução e o sentido político do livro I de “O Capital”, de Karl Marx

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Epistemologia e Filosofia Política.

Uberlândia, 23 de março de 2012

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said

Prof. Dr. Edilson José Graciolli

Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura

AGRADECIMENTOS

Aos responsáveis pelo funcionamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), sem a qual não teria a mesma disponibilidade para a realização do presente trabalho.

Ao meu pai por ter sido um apoio material, o que me permitiu, juntamente com a bolsa oferecida pela Capes, dedicar-me integralmente às atividades de pesquisa.

Aos profissionais do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, sem os quais não haveria o mencionado programa que me ofereceu uma oportunidade para ampliar os meus estudos em Filosofia. Agradeço, em especial, à Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said pela orientação e, sobretudo, pelo estímulo e pela leitura atenta dos meus escritos.

Ao Prof. Dr. Edilson José Graciolli pela leitura prévia e pelas sugestões preciosas, mas, também, por ter aceitado participar da banca avaliadora, propiciando, assim, maior qualidade ao trabalho desenvolvido.

Ao Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura por também ter gentilmente aceitado avaliar o meu trabalho, não apenas se disponibilizando a considerar um extenso material, mas, ainda, em se deslocar de Salvador à Uberlândia.

À professora Aline Costa Resende por se disponibilizar a transcrever o meu resumo para a língua inglesa.

À professora Rossana Spacek pela revisão ortográfica.

À Thaís Crepaldi Watanabe pela amizade e pelo apoio emocional durante os momentos de ansiedade e insegurança que, por vezes, experimentei ao redigir o presente trabalho.

“Agora, no céu, o sol de abril brilhava em sua glória, aquecendo a terra que paria. Em toda parte, sementes cresciam, furavam o solo, necessitadas de calor e luz. A seiva transbordava com vozes sussurrantes, o ruído dos germes se expandia num grande beijo. E cada vez mais distintamente, como se mais próximos do solo, os camaradas batiam. Sob os raios do astro-rei, nessa manhã juvenil, era desse rumor que o campo fremia. Homens brotavam. Um exército negro, vingador, que germinava lentamente, crescendo para as colheitas do século futuro e cuja germinação logo faria rebentar a terra (GERMINAL, 1993).

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a configuração do método dialético no livro I de “O Capital” e, como problema fundamental, a questão pela existência de um significado político no modo de exposição da obra. Seu intuito é demonstrar que o desenvolvimento expositivo de “O Capital”, estruturado segundo o método dialético, reflete uma teoria revolucionária. Em outras palavras, uma teoria a respeito da superação do modo de produção capitalista, propiciando, ainda, uma sistematização da consciência da classe trabalhadora e, assim, a percepção da necessidade por parte dessa classe de ser o mencionado sistema econômico superado, configurando-se a obra, nesse sentido, como um instrumento político direcionado à organização revolucionária. Subdividida em três partes, a dissertação em questão trata, na primeira, do conceito “dialética” e de sua aplicação em “O Capital”; na segunda, do movimento negativo-expositivo do livro I da obra, apresentando as determinações da teoria revolucionária e o significado político do seu método expositivo; e, por fim, na terceira, de uma polêmica entre Hector Benoit e Francisco Soares Teixeira a respeito do modo de exposição da obra. Nesse percurso, em termos gerais, pode ser constatado que Marx compreende a dialética como um método que consiste em desvelar não apenas as leis que regem o funcionamento de um dado objeto, mas as leis de sua transição, sendo configurada em “O Capital” como um método expositivo cuja finalidade é não apenas desvelar as leis de funcionamento do modo capitalista de produção, mas as leis vinculadas a sua superação necessária. Refletindo o próprio modo de exposição de “O Capital”, o movimento de superação do capitalismo, Marx explicitaria que o processo revolucionário é imanente ao desenvolvimento do mencionado sistema econômico, no qual seriam formados os pressupostos objetivos e subjetivos para a constituição da sociedade comunista. Apontando, igualmente, para a independência relativa da consciência em relação à pressão das contradições do capital pela sua configuração revolucionária, Marx explicitaria, ainda, a possibilidade de a almejada revolução social ser acelerada pelo desvelamento das leis do capital, e isso, desde que as condições objetivas da revolução estejam formadas, o que possibilita a compreensão de “O Capital” e de seu modo de exposição como um instrumento político direcionado à organização da classe trabalhadora, posição reforçada, inclusive, pelo conhecimento do ímpeto revolucionário de Marx e de sua relação política com a mencionada classe. Nesse sentido, pode-se compreender a exposição que se direciona do abstrato ao concreto, ou da parte ao todo, proporcionando, nesse processo, uma compreensão adequada do modo de produção capitalista; que apresenta o caráter transitório do capital; que supera, gradualmente, as ilusões presentes na consciência dos trabalhadores; que aponta para a violência da luta de classes como o fundamento do modo de produção capitalista e para a sua superação revolucionária como a única solução para todos os problemas enfrentados pela classe trabalhadora, tal como a acirrada exploração do trabalho, o desemprego e a miséria acarretada pelas crises econômicas, como um meio intencional de despertar a consciência revolucionária da classe trabalhadora, incentivando, assim, a sua organização política.

Palavras-chave: 1- Dialética. 2- Método de Exposição. 3- Teoria Revolucionária. 4- Organização Política.

ABSTRACT

The current paper has as a theme the configuration of the dialectical method in the First book of “The Capital” and, as essential problem, the question for the existence of a political meaning in the way of exhibition of the book. Its aim is to demonstrate that the exposed development of “The Capital”, structured according to the dialectical method, reflects a revolutionary theory. This theory can be understood, in other words, as a theory regarding the overcome of the way of capitalist production, propitiating, still, a consciousness systematization of the working class, and, thus, a perception from this class of the necessity of this economic system to be overcome, characterizing the book, on this meaning, as a political instrument focused on the revolutionary organization. Subdivided in three parts, the referred paper, on the first part, refers to the concept “dialectic” and its application on “The Capital”, on the second, it is about the negative-expositive movement of the work, presenting the determinations of the revolutionary theory and the political meaning of its expositive method; and finally, the third part, is of a controversy between Hector Benoit and Francisco Soares Teixeira regarding the way of exposition of the book. On this way, in general, it can be seen that Marx comprehends the dialectic as a method that consists in revealing not only the laws that govern the working of a specific object, but also the laws of its transition, being set in “The Capital” as an expositive method with the purpose not only to reveal the laws of working of the way of capitalist production, but also to the laws related to its necessary overcome. Reflecting the own way of exposition of “The Capital”, the movement of overcome of the capitalism, Marx would explicit that the revolutionary process is inherent in the development of the mentioned economic system, on which would be formed the objective and subjective assumptions for the constitution of the communist society. Pointing, equally, to the relative independence of the consciousness in relation to the pressure of the contradictions of the capital by its revolutionary configuration, Marx would explicit, yet, the possibility of the desired social revolution to be accelerated by the unveiling of the laws of the capital, and this, since the objectives conditions of the revolution are formed, what makes possible the comprehension of “The Capital” and its way of exposition as a political instrument directed to the organization to the working class, stronger position, including by the knowledge of the revolutionary impetus of Marx and of his political relation with the referred class. On this way, it can be understood the exposition that parts from the abstract to the concrete, or from the part to the whole, providing, on this process, an appropriate comprehension of the way of the capitalist production, which shows the transitory nature of capital; which overcomes, gradually, the illusions on the workers’ consciousness; which points to the violence of the class struggle as a foundation of the way of the capitalist production and for its revolutionary overcome as the only solution for all the problems faced by the working class, such as the hyper-exploitation of labor, the unemployment and the misery caused by the economic crisis, as an intentional way to awaken the revolutionary consciousness of the working class, motivating, on this way, its political organization.

Key words: 1- Dialectic. 2- Method of exposition. 3- Revolutionary theory. 4- Political Organization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I – SOBRE O CONCEITO “DIALÉTICA” E SUA ESPECIFICIDADE EM “O CAPITAL”	4
II – O DESENVOLVIMENTO DIALÉTICO-EXPOSITIVO DE “O CAPITAL”	15
A ESFERA DA CIRCULAÇÃO.....	15
1- O Capítulo I de “O Capital”	15
1.1 A contradição “economia política burguesa e crítica à economia política”	15
1.2 A mercadoria e suas contradições: “valor-de-uso e valor-de-troca”, “trabalho concreto e trabalho abstrato”	17
1.3 A mercadoria: o desvelamento do valor e a contradição “trabalho concreto e trabalho abstrato”	18
1.4 A gênese e as contradições da forma dinheiro	20
1.5 O fetichismo da mercadoria e a negação do modo capitalista de produção	30
1.6 O capítulo I de “O Capital” e a teoria revolucionária.....	36
2- O Capítulo II de “O Capital”	38
3- O Capítulo III de “O Capital”	41
4- O Capítulo IV de “O Capital”	46
5- Sobre a Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária em “Esfera da Circulação”	55
A ESFERA DA PRODUÇÃO.....	57
1- O Capítulo V de “O Capital”	57
2- O Capítulo VI de “O Capital”	59
3- O Capítulo VII de “O Capital”	60
4- O Capítulo VIII de “O Capital”	63
5- O Capítulo IX de “O Capital”	70
6- Os Capítulos X, XI, XII e XIII de “O Capital”	72
a) O Capítulo X de “O Capital”	72
b) O Capítulo XI de “O Capital”	75
c) O Capítulo XII de “O Capital”	78
d) O Capítulo XIII de “O Capital”	82
7- Os Capítulos XIV, XV e XVI de “O Capital”	107
8- Os capítulos XVII, XVIII, XIX e XX de “O Capital”	111

a) O efeito ilusório do salário sobre a consciência	112
b) O salário por tempo e a consciência da classe trabalhadora	115
c) O salário por peça e a consciência da classe trabalhadora	119
d) A diversidade entre os salários das nações, o movimento de totalização de “O Capital” e a situação da classe trabalhadora	121
9- Sobre a Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária em “Esfera da Produção”	124
O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.....	129
1. Considerações prévias à seção sétima de “O Capital”: sobre o percurso expositivo da obra	129
2- O capítulo XXI de “O Capital”	132
3- O capítulo XXII de “O Capital”	137
4- O capítulo XXIII de “O Capital”	142
5- O capítulo XXIV de “O Capital”	151
6- O problema da inevitabilidade da revolução	159
7 - A Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária na sétima seção de “O Capital” (“Acumulação de Capital”) e o sentido político da obra	163
III – CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA POLÊMICA ENTRE HECTOR BENOIT E FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA	166
1. O Histórico do Debate	166
2. A Recepção e as Críticas de Teixeira à Interpretação de Benoit	167
a) “O Capital” como exposição das classes em luta e como obra redigida pela própria classe trabalhadora	167
b) A associação do lógico e do histórico em “O Capital”	170
3. A interpretação de Benoit sobre “O Capital” e as posições do próprio Marx	173
a) Sobre a presença de uma teoria revolucionária e programática em “O Capital”	173
a1) Considerações sobre a tese da teoria revolucionária e sobre a atribuição da redação de “O Capital” à classe trabalhadora.....	173
a2) Considerações sobre a tese da teoria programática	180
b) A associação entre o lógico e o histórico em “O Capital”	185
CONCLUSÃO.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
FILMOGRAFIA.....	204

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema a configuração do método dialético no livro I de “O Capital” e como problema fundamental a questão pela existência de um significado político no modo de exposição da obra. Meu intuito é demonstrar que o desenvolvimento expositivo de “O Capital”, estruturado segundo o método dialético, reflete uma teoria a respeito da superação do modo de produção capitalista (teoria revolucionária), correlacionando o desenvolvimento das condições objetivas para a configuração da sociedade comunista e da consciência política ou revolucionária da classe trabalhadora com o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista. Intento explicitar, igualmente, que o mencionado “movimento” propicia uma sistematização da consciência da classe trabalhadora e, assim, a percepção da necessidade por parte dessa classe de ser o modo de produção capitalista superado, configurando-se, nesse sentido, como um instrumento político direcionado à organização revolucionária.

A relevância do estudo que proponho é insinuada pelo próprio empenho de Marx em encontrar a forma de exposição ideal de “O Capital”. Tal como afirma Rosdolsky (1991, pág. 27 - grifo do autor): “Marx elaborou dois planos — em 1857 e 1866 (ou 1865) — que deveriam servir de base para sua principal obra econômica” e, “entre ambos, *há um período de nove anos de experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada*”. Mas, a importância desse estudo é percebida mesmo sem o conhecimento dos mencionados cuidados e esforços de Marx, afinal, o problema de compreender o significado do “modo de exposição” do livro I de “O Capital” diz respeito a uma preocupação com a compreensão do próprio método dialético tal como é empregado na obra. Desse modo, indagar sobre a relevância do tema e do problema proposto é indagar sobre a relevância de se compreender o método de trabalho do pensador, o que é de fundamental importância para a compreensão e a avaliação justa de qualquer doutrina. Rosdolsky tem um parecer sobre essa relevância:

Como se poderia caracterizar, por exemplo, um teórico em psicologia que se interessasse pelos resultados obtidos por Freud, mas rechaçasse como improcedente e até como “metafísica” a questão de compreender a maneira como Freud chegou a tais resultados? Ele merecia tão-somente um dar de ombros. Mas essa é a maneira como a maior parte dos críticos atuais e “conhecedores” de Marx emitem opiniões sobre a sua construção teórica em economia! Das duas, uma: ou se negam a tratar do método dialético de Marx, já que (como tanto

agrada aos partidários da “teoria moderna”) se dizem contrários a toda metafísica (o que traz a vantagem de que assim podem deixar de lado o estudo desse método), ou se limitam a duas frases bem-intencionadas, que teria sido melhor omitir (ROSDOLSKY, 2001, p. 15-16).

A passagem citada acima não somente explicita a importância de ser compreendido o método de um pensador para compreendermos seu pensamento, mas também, expõe um importante elemento que justifica igualmente a relevância do trabalho que proponho realizar: a negligência dos estudiosos de Marx. Em resenha realizada a respeito da citada obra, Benoit assinala que essa “negligência” está presente no próprio movimento político da esquerda:

Além da derrocada da URSS e de todo o bloco socialista, assistimos nas últimas décadas o surgimento de uma esquerda não dialética, totalmente afastada de Hegel e da tradição filosófica, que conhece muito mal a Marx (sobretudo, aquele dos *Grundrisse* e de *O capital*), ou quando o conhece, o mescla com toda uma rede de conceitos sociológicos ou econômicos não-marxistas, absolutamente externos a qualquer tradição revolucionária. Não por acaso, esses diversos teóricos, nas últimas décadas, dedicaram-se mais a “completar” o que Marx não teria pensado, sem nem antes tentar (humildemente e modestamente como Rosdolsky) esgotar a compreensão do que o próprio Marx realmente disse. Junto a estes, no caldo destes “avanços” teóricos, surgiu toda uma “esquerda” que repudia qualquer tradição revolucionária marxista e, sobretudo, qualquer vínculo com a tradição bolchevique (BENOIT, 2002, p. 125).

No que se refere à metodologia adotada para a realização dessa dissertação, digo ter valorizado, sobretudo, o discurso presente na obra do próprio Marx, empenhando-me, por um lado, em analisar a ordenação expositiva de “O Capital” e, por outro, recorrendo a outros escritos redigidos por esse autor. Isso, no intuito de proporcionar maiores esclarecimentos a respeito do tema e da problemática proposta. Mas, além de considerar a obra do próprio Marx, atentei para alguns estudos redigidos por intérpretes experientes, evitando, assim, uma leitura ingênua ou despercebida de “O Capital”. Destaco, dentre esses intérpretes, Hector Benoit, cujos artigos apontam para a existência de uma teoria revolucionária em “O Capital”, identificando, nesse processo, um sentido político no método expositivo presente na obra, e, Roman Rosdolsky, que comentando os “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie” realiza importantes apontamentos sobre a constituição metodológica do próprio “O Capital”.

Quanto à organização expositiva adotada, dividi a dissertação em três partes: na primeira, exponho como Marx compreende a dialética e como a aplica em “O Capital”; na segunda, acompanhando o encadeamento expositivo da obra em questão, relaciono o método dialético-expositivo com a constituição de uma teoria revolucionária em “O Capital”, identificando, nesse processo, o significado político da obra; e, por fim, na terceira, exponho e contraponho as objeções de Francisco Soares Teixeira às interpretações de Benoit, que, tal como aponteí, sustenta a presença de uma teoria revolucionária refletida no movimento expositivo de “O Capital”, além de apresentar objeções à própria interpretação de Benoit, mais especificamente, à sua ideia de refletir o desenvolvimento expositivo da obra, igualmente, uma teoria programática ou estratégica.

I – SOBRE O CONCEITO “DIALÉTICA” E SUA ESPECIFICIDADE EM “O CAPITAL”

Considerando ser o tema dessa dissertação a configuração da dialética no livro I de “O Capital”, e o seu problema fundamental ser a presença de um significado político em seu modo de exposição, torna-se desnecessário, e mesmo imprudente, iniciar um polêmico discurso sobre a natureza geral da dialética, “discurso” que ultrapassa os limites da proposta expositiva e exige compreensão ampla e aprofundada da História da Filosofia. Atento ao imprescindível e às minhas reais possibilidades, proponho, ao contrário, detectar o que Marx compreende por dialética e como a aplica em “O Capital”. Porém, paralelamente a esse procedimento, exponho algumas observações proferidas por intérpretes do pensamento de Marx que, se por um lado, não são devidamente contrapostas com outras posições no que se refere à natureza geral da dialética, por outro, encontram ressonância na obra do próprio Marx, propiciando, assim, não apenas primeiros e, provavelmente, importantes passos no que se refere a uma compreensão crítica do conceito geral de dialética, mas, ainda, maior clareza e precisão a respeito da compreensão e aplicação da dialética em “O Capital”.

Sendo “O Capital” a obra sobre a qual direciono minhas inquiuições, torna-se necessária e óbvia a questão sobre a presença de registros no próprio “O Capital” referentes ao conceito “dialética” e sua aplicação. Tais “registros” são solidamente encontrados no prefácio da segunda edição da obra, no qual Marx aponta a incompreensão dos seus leitores no que se refere ao seu método. Nesse contexto expositivo, Marx rebate um crítico de “O Capital”, segundo o qual, o método de pesquisa empregado na obra é “rigorosamente realista”, porém, seu método de expor, “por desgraça, dialético alemão” (MARX, 2006, pág. 26). A crítica de Marx consiste em explicitar que ao ser sua obra elogiada pelo mencionado crítico, esse elogia, sem o perceber, a própria dialética, *caracterizando-a*: “Ao tratar, *fielmente*, o que chama de meu verdadeiro método, pintando-o com cores benévolas, que faz o autor senão *caracterizar* o método dialético?” (MARX, 2006, pág. 28 – grifos do autor). Reproduzo a transcrição de Marx presente em “O Capital” em sua íntegra, e isso, tal como considerou necessário o próprio pensador:

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. *Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm*

forma definida e os liga relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. (...) Em consequência, todo esforço de Marx visa demonstrar, através de escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar, de maneira irrepreensível, os fatos que lhes servem de base e de ponto de partida. Para atingir seu objetivo, basta provar a necessidade da ordem atual e, ao mesmo tempo, a necessidade de outra ordem, na qual se transformará, inevitavelmente, a primeira, acreditem ou não os seres humanos, tenham ou não consciência da transformação. Marx observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções. (...) Se a consciência desempenha papel tão subordinado na história da civilização, é claro que a investigação crítica da própria civilização não pode ter por fundamento as formas ou os produtos da consciência. O que lhe pode servir de ponto de partida, portanto, não é a idéia, mas, exclusivamente, o fenômeno externo. A inquirição crítica limitar-se-á a comparar, a confrontar um fato, não com a idéia, mas com outro fato. O que lhe importa é que ambos os fatos se investiguem da maneira mais precisa, e que constituam, comparando-se um com o outro, forças diversas do desenvolvimento; mas, acima de tudo, releva a essa inquirição que se estudem, com não menos rigor, a série das ordens de relações, a sequência e a ligação em que os estágios de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis econômicas são sempre as mesmas, sejam elas utilizadas no presente ou no passado. É isto que Marx contesta. Não existem, segundo ele, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico, na sua opinião, possui suas próprias leis. Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de um estágio para outro, depois de ter vencido determinada etapa do desenvolvimento. Em uma palavra, a vida econômica oferece-nos um fenômeno análogo ao da história da evolução em outro domínio, o da biologia. (...) Os velhos economistas não compreenderam a natureza das leis econômicas, porque as equiparavam às leis da física e da química. (...) Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si de maneira tão fundamental como as diferentes espécies de organismos animais ou vegetais. E não somente isto, o mesmo fenômeno rege-se por leis inteiramente diversas em consequência da estrutura diferente daqueles organismos, da modificação de determinados órgãos, das condições diversas em que eles funcionam etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todos os lugares. (...) Afirma, ao contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei própria de população. Com o desenvolvimento diferente das forças produtivas, mudam as relações sociais e as leis que as regem. Quando Marx fixa, como seu propósito, pesquisar e esclarecer, desse ponto de vista, a ordem econômica capitalista, está ele apenas estabelecendo, com máximo rigor científico, o objetivo que deve ter qualquer investigação correta da vida econômica. (...) *O valor científico dessa pesquisa é patente:*

ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e a sua substituição por outro de mais alto nível. Esse é o mérito do livro de Marx (? , “Mensageiro Europeu”, 1872, maio, pág. 427-436 apud MARX, 2006, pág. 26-28 – grifos do autor)

A partir da citação transcrita, torna-se possível deduzir que, para Marx, a dialética é um método a partir do qual relevamos não apenas a constituição presente da realidade considerada, as leis que fundamentam seu funcionamento, mas também o seu aspecto histórico ou transitório, as leis da sua transformação. Mas, os registros no prefácio da segunda edição de “O Capital” a respeito do tema de interesse não cessam nesse ponto. Concordando com o mencionado crítico de sua obra, no que se refere à constatação da distinção formal entre o “método de pesquisa” e o “método de exposição” em “O Capital”, destaca Marx a natureza expositiva e a finalidade do método dialético tal como o emprega em seu escrito:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori* (MARX, 2006, p. 28).

Considerando ser a dialética compreendida por Marx como um método que aponta para o caráter transitório do seu objeto, torna-se razoável compreendermos a mencionada “finalidade” do método dialético empregado em “O Capital” de “descrever, adequadamente, o movimento do real” e, assim, tornar “espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada”, correspondente à intenção de Marx em explicitar o caráter vivo e transitório do seu objeto, ou seja, do modo de produção capitalista¹. Essa posição interpretativa é ainda reforçada, ao considerarmos a sequência expositiva do citado escrito: Marx afirma ter criticado o caráter mistificador da dialética de Hegel quando ainda era moda na Alemanha, explicitando, nesse contexto, o temor daqueles que desejam a permanência do modo de produção capitalista perante a forma racional do método dialético, e isso, em função de sua intrínseca força negativa, em outras

¹ “Nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação” (MARX, 2006, pág. 16).

palavras, em função da sua força contestadora da realidade social que se apresenta como absoluta:

A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 2006, pág. 29).

Sendo a dialética identificada em “O Capital” como um método de exposição presente na obra, além de ser ela qualificada como essencialmente crítica e revolucionária, ou seja, como um instrumento o qual revela a presente constituição da realidade e que, aponta para a necessidade de sua superação, como não concordar com a ideia de refletir o movimento expositivo de “O Capital” tal qual uma teoria revolucionária? Em outras palavras, como discordar da posição teórica segundo a qual o modo de exposição da obra reflete o movimento de superação do modo de produção capitalista? Tal como pode ser percebido, a presença de uma teoria revolucionária já pode ser confirmada, pelo prefácio de “O Capital”.

Após registrar as últimas palavras citadas, explicitando, tal como aponte, o horror da burguesia e de seus ideólogos perante o caráter revolucionário da dialética, Marx finaliza seu prefácio vinculando os conceitos “contradição²” e “dialética³”. Marx

² Ao analisar e comentar a transformação do dinheiro em capital e a origem da mais-valia em “O Capital”, Benoit realiza um apontamento, segundo o qual, devemos distinguir conceitualmente “oposição de contrários” e “oposição contraditória”. Segundo o estudioso, a oposição contraditória (ou a contradição propriamente dialética) ocorre quando gêneros diversos se associam em uma unidade que proporciona a geração de um novo ser contraditório, enquanto a oposição de contrários representa uma variação transitória de um polo a outro em tempos diferentes: “Necessariamente, portanto, o capital, contrariando a lógica da não-contradição, tem que surgir ao mesmo tempo (*zugleich*) dentro da circulação e fora dela, *na* circulação e *não na* circulação. Ou seja, para explicar a transformação do dinheiro em capital e a origem da mais-valia é necessário pensar a oposição circulação-produção não como uma oposição de contrários, isto é, enquanto pólos externos que em tempos diferentes transitam de um para outro (como do branco para o preto ou do quente para o frio). Essa transformação e a origem da mais-valia só podem ser explicadas se se pensar a oposição circulação-produção enquanto uma oposição que é contradição, isto é, uma oposição entre gêneros econômicos diferentes (circulação e produção) que no seu processo antitético se entrelaçam e engendram um ser novo contraditório (D-M-D’), ou seja, um ser que possui no interior de si e ao mesmo tempo a oposição circulação-produção” (BENOIT, 1996, pág. 12). Sendo a distinção “oposição contraditória” e “oposição de opostos” claramente explicitada, torna-se possível realizar uma objeção à crítica de Orlando Tambosi à concepção dialética em geral e, particularmente, a Hegel e a Marx, segundo a qual, em função da confusão dos mencionados autores entre “contradição lógica” e “oposição real”, identificaram equivocadamente a presença da contradição na realidade das coisas ao invés de mantê-la no âmbito do pensamento ou da linguagem. Contrário à contradição dialética e a Hegel, Tambosi afirma o seguinte: “a bem da verdade, Kant (1724-1804) já distinguira com rigor, em alguns

aponta que as contradições presentes na sociedade capitalista e seus respectivos efeitos irão impor a verdade da dialética, o caráter transitório do real à consciência burguesa⁴:

Para o burguês prático, as contradições inerentes à sociedade capitalista patenteiam-se, de maneira mais contundente, nos vaivéns do ciclo periódico experimentados pela indústria moderna e que atingem seu ponto culminante com a crise geral. Esta, de novo, se aproxima, embora ainda se encontre nos primeiros estágios; mas, quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos, fará

escritos pré-críticos, a *oposição lógica* da *oposição real*. A diferença entre os dois tipos de oposição reside exatamente na presença ou não da contradição: a oposição lógica é com contradição, a oposição real é sem contradição. Há negação em ambas as oposições, mas de gênero inteiramente diverso. Na contradição, como vimos, os opostos são negativos em si mesmos (um é o *não* do outro), ao passo que nos opostos reais um não nega o que é afirmado pelo outro: são positivos ambos os predicados, A e B. Assim, no caso da oposição real pode-se dizer que o poente é um nascente negativo, que o retroceder é um avançar negativo, que o descer é um subir negativo. Mas um ponto essencial permanece: o descer, por exemplo, não se distingue do subir como não-A de A – ambos são positivos. (...) Como bem viu Coletti, a conclusão kantiana é fundamental. Ela nos demonstra, simplesmente, que não existem coisas negativas em si mesmas. Isto implica reconhecer, por exemplo, que as quantidades ditas negativas em matemática não são negação de quantidades, isto é, não-quantidades, não ser. Portanto, diferentemente do que pressupunha a “nova lógica” de Hegel, *não existem contradições reais, objetivas*. As contradições são somente lógicas, já que, para contradizer, é necessário antes dizer. O pensamento pode ser contraditório, a realidade, jamais: esta não viola o princípio de não-contradição. Na realidade só ocorrem conflitos, choques, lutas, ou seja, oposições reais” (TOMBOSI, 2003, pág. 50-51). Porém, cabe questionar Tombosi ao estender em seu artigo essa crítica à Marx se é tão adequado qualificar a tensão entre a classe assalariada e a classe capitalista presentes no modo capitalista de produção como uma “oposição real”, quanto qualificar da mesma forma a oposição entre o dia e a noite. Aponto, a partir das observações de Benoit, que há uma diferença entre ambos os casos: no caso das classes, ambas se entrelaçam em uma unidade e, ao mesmo tempo, se repelem, pois uma determina a existência da outra e contrasta com a outra no que se refere às condições materiais e aos interesses; no caso do dia e da noite, por sua vez, ambos existem independentemente do outro, pois existem em tempos diversos. No primeiro caso, existe uma tensão ou uma tendência à transitoriedade, à superação da situação configurada, enquanto que no segundo caso, inexistente tensão e, assim, inexistente tendência à transitoriedade. Desse modo, pode ser afirmado que o termo “contradição”, tal como é exposto no âmbito da dialética, expressa uma qualidade da realidade não identificada pela expressão “oposição real”, alcançando, assim, legitimidade. A partir dessas considerações, penso que a mencionada crítica de Tombosi advém, na verdade, da inflexibilidade do autor em reconhecer certos aspectos da realidade, mas, também, em permitir que o termo “contradição” adquira significado além daquele presente na esfera da lógica formal, expressando não a ideia de que um “triângulo é um quadrado”, mas que na interioridade de certo existente há elementos que, ao mesmo tempo, se associam e se repelem, algo que propicia a tendência à transitoriedade.

³ Segundo Lênin, em seu escrito “Sobre a Questão da Dialética”, o reconhecimento da contradição é uma característica importante da dialética em geral: “o desdobramento do um e o conhecimento de suas partes contraditórias (...) é o fundamento (uma das essências, uma das particularidades ou marcas fundamentais, senão, a fundamental) da dialética” (LÉNINE, 1975, pág. 343). Cabe observar, porém, que prosseguindo as suas observações, Lênin explicita deter uma visão equivocada da lógica dialética, confundindo “oposição contraditória” e “oposição de contrários”, tornando-se, assim, objeto da crítica de Tambosi, segundo o qual, tal como explicitiei em nota anterior, Marx e a tradição marxista não distinguem “contradição lógica” e “oposição real”. Intentando exemplificar as contradições dialéticas, Lênin confunde as “oposições reais” não com as “contradições lógicas”, mas com a “contradição dialética”: “em matemática + e -. Diferencial e integral. Na mecânica, ação e reação. Na física, eletricidade positiva e negativa. Na química, combinação e dissociação dos átomos. Na ciência da sociedade, luta de classes” (LÉNINE, 1975, pág. 343).

⁴ Lênin também vincula, tal como Marx, a “contradição” com o caráter revolucionário da dialética: “a condição para conhecer todos os processos do universo em seu “auto-movimento”, em seu desenvolvimento espontâneo, em sua vida, é o conhecê-los como unidade contraditória” (LÉNINE, 1975, pág. 344).

entrar a dialética mesmo na cabeça daqueles que o bambúrrio transformou em eminentes figuras do novo sacro império prussiano-alemão (MARX, 2006, pág. 29).

É abundante a presença do elemento “contradição” no discurso de “O Capital”, refletindo, essa “presença”, as contradições reais do modo de produção capitalista. Nesse momento, porém, não irei apontá-las tal como transparecem na obra, mas explicitar, tal como concebeu o próprio Marx, o efeito revolucionário da “contradição” sobre a configuração do modo de produção capitalista, algo que se relaciona com a formação de uma consciência revolucionária. Desse modo, proporciono a percepção de ser a “contradição” a chave de compreensão do caráter transitório da sociedade burguesa e, assim, da própria dialética tal como essa se apresenta em “O Capital”, ou seja, como uma teoria revolucionária. No prefácio da obra “Para a Crítica da Economia Política”⁵, realizando um balanço geral dos resultados alcançados por seu trabalho, Marx afirma:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem as formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. *Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação*

⁵ A obra “Para a Crítica da Economia Política” (“Zur Kritik der Politischen Ökonomie”) foi escrita entre agosto de 1858 e janeiro de 1859 (Nota Editorial à MARX, 1996, pág. 49, nota 1). Sua estreita relação com “O Capital” é assinalada pelo próprio Marx, patenteando, assim, o seu valor como instrumento de compreensão de “O Capital”, no qual, escreve o pensador: “Entrego hoje ao público o primeiro volume da obra que continua meu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, editado em 1859. Houve este grande intervalo entre as duas publicações em virtude de enfermidade que me acometeu durante muitos anos, interrompendo freqüentemente meu trabalho” (MARX, 2006, pág. 15).

material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é necessário explicar essa própria consciência a partir das condições de vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará a conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo do seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana (MARX, 1999, pág. 52-53 – grifos do autor).

Considerando, ainda, outro escrito de Marx, denominado tradicionalmente “Introdução à Crítica da Economia Política”⁶, torna-se mais transparente a natureza do método dialético tal como é empregado em “O Capital”:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais-atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado,

⁶ Ao redigir essa introdução que manteve inacabada, Marx inaugurou seus apontamentos econômicos dos anos 1857/1858, ou seja, apontamentos anteriores (e importantes) à redação de “O Capital”, publicados em Moscou em 1939 sob o título de “Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie” (MARX, 1999, pág. 25, nota 1).

essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método científico exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação⁷. (MARX, 1999, pág. 39-40).

O movimento dialético expositivo de “O Capital” configura-se segundo a mencionada prescrição metodológica apresentada por Marx na “Introdução à Crítica da Economia Política”: considerando o modo de produção capitalista uma totalidade, Marx apresenta os elementos mais simples ou abstratos dessa totalidade antes de apresentar os mais complexos, concretizando, assim, a totalidade obscura⁸. Tal procedimento pode ser

⁷ Nesse ponto realizo uma advertência a respeito do termo “concreto” tal como aparece na obra de Marx, cuja interpretação é frequentemente positivista, tal como constatei em ambiente universitário. O concreto para Marx depende de um trabalho conceitual e não meramente da observação e da descrição da realidade imediata como ocorre com a perspectiva empírica.

⁸ Rosdolsky vincula explicitamente o movimento que se direciona do abstrato ao concreto ao movimento da própria dialética: “para Marx, a aplicação da dialética ao terreno da teoria econômica era decisiva. Isso se pode ver a partir de numerosas observações críticas sobre a metodologia de Ricardo, especialmente aquelas que enfatizam o papel da abstração na economia política”. Utilizando as palavras do próprio Marx, Rosdolsky aponta que Ricardo é criticado por suas abstrações serem “insuficientes”, mas também, por serem meramente “formais”. No que se refere à “insuficiência” das abstrações de Ricardo, Rosdolsky explicita que podemos encontrar muitos exemplos, expondo, a título de ilustração, a limitação da teoria do valor de Ricardo, destacando a incapacidade da economia clássica em abstrair a forma histórica em que um dado conteúdo material se apresenta do próprio conteúdo: “Os defeitos da teoria do valor de Ricardo atestam uma “falta de poder de abstração”, a incapacidade de os economistas clássicos enxergarem a substância do valor por trás da forma em que este se apresenta, de enxergarem o aspecto

inicialmente constatado pelo primeiro parágrafo de “O Capital”, no qual Marx aponta a totalidade obscura “sociedade capitalista” ou “imensa acumulação de mercadorias” e, logo a seguir, propõe como ponto de partida de sua exposição a forma “mercadoria” em função do seu caráter elementar: “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria” (MARX, 2006, pág. 57).

Mas, além de auxiliar na constatação de que o movimento expositivo ou dialético de “O Capital” direciona-se do abstrato ao concreto, a “Introdução à Crítica da Economia Política” também propicia a compreensão da relação entre o lógico e o histórico presentes no movimento expositivo e, ainda, da centralidade do conceito “capital” para a obra de Marx. Observando o fato de que em cada sociedade há uma espécie de produção superior, determinante de todas as demais, Marx aponta o seguinte a respeito de uma ordenação expositiva das categorias econômicas:

qualitativo do problema do valor por trás do seu aspecto quantitativo. É possível reduzir todos esses problemas a um denominador comum: como todos os clássicos, Ricardo ignorou o fundamental — a forma especificamente social do trabalho que cria valor — e equiparou ingenuamente esse trabalho ao trabalho humano geral. Segundo Marx, a barreira de classe da economia de Smith e de Ricardo explica, em última instância, “a falta de compreensão teórica necessária para distinguir as diferentes formas de relações econômicas” que é própria a esses autores. Como para os clássicos, as formas burguesas de produção eram naturais e inalteráveis — pois as consideravam como premissas estabelecidas —, eles não podiam “interpretar geneticamente” essas formas, mas apenas “remontar, mediante análise, sua unidade interna”, chegando à lei do valor. Deviam considerar as formas econômicas do modo de produção burgueses como “algo somente formal, que não afeta o conteúdo (a produção de valores de uso, de bens); estavam convencidos da necessária coincidência das “formas” e do “conteúdo” (MARX, “Theorien über den Mehrwert”, I, pág. 69, III, pág. 469 e 49 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 469). Os clássicos não podiam enxergar o problema metodológico do conflito entre a “forma” e o “conteúdo”, ponto onde intervém a dialética. Pois, segundo a concepção dialética, o “conteúdo” e a “forma” que nasce dele encontram-se em constante interação e permanente luta recíproca. Resulta daí, de um lado, o abandono das formas; de outro, a transformação dos conteúdos”. No que se refere à segunda crítica de Marx a Ricardo, ou seja, ao aspecto meramente “formal” de suas abstrações, Rosdolsky aponta o seguinte: “de outro lado, o caráter não dialético das análises teóricas de Ricardo e dos clássicos se revela na “sistemática supressão das categorias mediadoras” (LUKÁCS, “Geschichte und Klassenbewusstsein”, pág. 172 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 470), no afã de “deduzir diretamente” os fenômenos que ocorrem na superfície da vida econômica “por abstração direta, a partir da lei geral ou pelo uso de argumentos engenhosos para mostrar que eles estão de acordo com essa lei” (MARX, “Theorien”, I, pág. 61 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 470). Sabemos que, segundo Marx, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente” (MARX, “Das Kapital”, III, pág. 235 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 470). Mas, na realidade, “a forma acabada das relações econômicas, tal como aparece na superfície, em sua existência real, e portanto também nas idéias com as quais os portadores e agentes dessas relações adquirem consciência delas, difere muito — de fato, é inversa, antitética — de sua essência encoberta e do conceito que lhe corresponde” (MARX, “Das Kapital”, III, pág. 235 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 470). Comentando essa frase, Lukács escreveu: “para captar corretamente os fatos, primeiro se deve captar com clareza e exatidão [...] a diferença entre sua existência real e sua essência [...]. Precisamos, de um lado, separar os fenômenos e sua forma imediata na qual eles aparecem, encontrar as mediações através das quais se pode relacioná-la com seu núcleo, sua essência. Ao fazê-lo, compreenderemos sua forma aparente e a veremos como a forma necessária de manifestação de sua essência” (LUKÁCS, “Geschichte und Klassenbewusstsein”, pág. 20-21 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 470) (ROSDOLSKY, 2001, pág. 468-470).

(...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. *Mas esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.* (...) Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade — à agricultura. Ora, nada seria mais errado. *Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre todas as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade.* É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser. (...) *Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo.* Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. (...) *Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão “na idéia” (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa* (MARX, 1999, pág. 40; 44-45 – grifos do autor).

Desse modo, torna-se compreensível que, apesar de as categorias econômicas estarem fundamentadas historicamente na sociedade capitalista moderna, uma ordenação expositiva de tais categorias deve refletir não a gênese histórica de cada qual, mas a influência e o domínio de umas sobre as outras. Assim, tal como transparece em “O Capital”, a exposição a respeito do modo de produção capitalista deve partir da categoria logicamente mais simples ou abstrata, sendo essa categoria complementada por outras, e isso, em um processo que concretiza gradualmente a categoria “capital”, cuja importância chave é devidamente expressa ao intitular a obra-prima de Marx⁹.

⁹ Tal como se tornará perceptível, todas as categorias econômicas de “O Capital” vinculam-se ao pressuposto “modo capitalista de produção”, e isso, mesmo quando Marx trata da forma “valor” no primeiro capítulo de sua obra, vinculando as formas mais simples de expressão do valor às sociedades pré-capitalistas, afinal, desde o momento em que expõe a mais simples forma do valor, Marx a considera em sua existência abstrata, pressupondo, sempre, o modo de produção capitalista. Porém, em função de o movimento expositivo de “O Capital” refletir o movimento de transição do modo de produção capitalista,

Sintetizando os apontamentos que realizei a respeito da natureza da dialética em “O Capital”, entendo tratar-se de um método expositivo cuja finalidade não consiste apenas em proporcionar, sob uma perspectiva totalizante, a compreensão das leis que regem o funcionamento do modo de produção capitalista, mas revelar através da apresentação de suas contradições internas as leis que impelem a sua superação por uma nova e superior organização econômica, refletindo o movimento expositivo da obra o próprio movimento de superação ou transição do mencionado modo de produção. Desse modo, tal como aponte, o modo ou método dialético de exposição de “O Capital” explicita uma teoria revolucionária, e, também, como ficará claro, um significado político.

“movimento” que se relaciona com o desenvolvimento das forças produtivas e com a consequente tensão entre as classes, a lógica de “O Capital” capta o modo de produção capitalista no seu movimento histórico: eis a relação entre o lógico e o histórico, tal como ocorre na obra.

II – O DESENVOLVIMENTO DIALÉTICO-EXPOSITIVO DE “O CAPITAL”

Nessa segunda parte do trabalho, tenho como intuito percorrer o próprio livro I de “O Capital” em sua ordem de exposição e, assim, ilustrar com maior rigor a presença de uma teoria revolucionária na obra, explicitando, posteriormente, através da exposição da mencionada teoria, o seu significado político. Isso não quer dizer, porém, que não irei expor minhas análises paralelamente às de Benoit, Rosdolsky ou Lênin, mas sim que irei considerar com centralidade o próprio texto de Marx, critério último da aceitação de qualquer hipótese de leitura. Interessado em ilustrar a presença de uma teoria revolucionária no modo de exposição da obra, ou seja, de uma teoria sobre o processo de superação do modo de produção capitalista, explicito como o desenvolvimento e o caráter negativo do discurso de Marx reflete o próprio desenvolvimento e o caráter negativo do modo de produção em questão, e, assim, o seu aspecto transitório¹⁰.

A ESFERA DA CIRCULAÇÃO

1 - O Capítulo I de “O Capital”

1.1 A contradição “economia política burguesa e crítica à economia política”

Na primeira frase de “O Capital”, desde que seja lida atentamente, já é possível constatar a presença da negatividade ou da contradição dialética. Tal como aponta Benoit (1996, pág. 17), Marx inicia sua obra como a economia burguesa clássica, ou seja, pela temática “riqueza”, porém, *ao mesmo tempo*, Marx nega essa mesma economia, e isso, ao negar o tratamento do da riqueza em sua forma aparente e em sua forma geral, supõe, ao contrário, uma forma não-aparente e histórica da riqueza. Vejamos como isso ocorre:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria (MARX, 2006, pág. 57).

¹⁰ Por “negativo” compreendo o próprio processo de superação ou transição dialética, compreendendo por superação ou transição dialética a transformação do real ocasionada por suas contradições iminentes.

No que se refere à historicização da riqueza, não há dificuldade alguma em concordarmos com o posicionamento de Benoit. Afinal, Marx considera a *riqueza das sociedades capitalistas* e não uma riqueza em geral tal como faz a economia burguesa clássica, porém, pode haver certa dificuldade em concordarmos com a sua afirmação de que Marx também fala a respeito de uma riqueza aparente. No entanto, essa dificuldade é dissolvida desde que sejam consideradas com atenção as seguintes palavras do estudioso: “essa riqueza *aparece (erscheint)* como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual (*die einzelne Ware*) como a forma elementar” (grifo do autor). Nesse ponto, um retorno à já mencionada crítica de Marx ao método da economia política clássica é esclarecedor. Tal como havia apontado, Marx critica a economia política burguesa por oferecer uma “representação caótica do todo”, em outras palavras, por ignorar as múltiplas determinações de uma dada totalidade, prescrevendo em contraposição a esse procedimento inadequado a identificação de todos os elementos constitutivos de uma dada totalidade, e isso, através da abstração de todas as suas partes e da compreensão ascendente de sua parte mais simples ou abstrata até a mais complexa ou concreta (MARX, 1999, pág. 39-40) (Cf. pág. 10-11). Desse modo, torna-se perceptível que a expressão “imensa coleção de mercadorias”, presente na primeira frase de “O Capital”, refere-se a uma totalidade obscura e, portanto, corresponde a uma aparência da riqueza, enquanto que a investigação inicial da forma elementar “mercadoria” representa uma necessidade metodológica para a compreensão dessa totalidade: “ao *universal indeterminado* “uma imensa coleção de mercadorias” se contrapõe dessa maneira ao individual, a mercadoria” (BENOIT, pág. 17, 1996 - grifo do autor).

Assim, iniciando o primeiro parágrafo de “O Capital” tal como a economia burguesa, mas, *ao mesmo tempo*, repelindo o seu procedimento característico, Marx configura implicitamente no início de sua obra a contradição “economia burguesa clássica e crítica da economia política”, propiciando, ainda, a percepção de um importante aspecto do seu método expositivo, sem o qual, não haveria teoria revolucionária: a união dialética entre o “lógico” e o “histórico”, ou, em outras palavras, entre o discurso categorial (conceitual) e a transitoriedade histórica. Tal como afirma Benoit, todo o percurso expositivo de “O Capital” representa a reconstrução lógica e histórica do percurso que se direciona desde a exposição da mercadoria individual até a imensa coleção de mercadorias, sendo o universal abstrato da Economia Política burguesa (riqueza aparente e geral) superado pelo ser histórico da riqueza:

Abstratamente, todo o percurso dialético do primeiro livro está pressuposto neste primeiro parágrafo: o universal abstrato da Economia Política burguesa, riqueza aparente e não-histórica, deve ser superado pelo ser histórico da riqueza, ou seja, a riqueza determinada historicamente, e assim é necessário refazer ou reconstruir *lógica e historicamente* o percurso que vai da mercadoria individual à "imensa coleção de mercadorias". Este é abstratamente o percurso que será percorrido no livro primeiro (BENOIT, 1996, pág. 17).

1.2 A mercadoria e suas contradições: “valor-de-uso e valor-de-troca”, “trabalho concreto e trabalho abstrato”

Marx prossegue sua exposição, conceituando a “mercadoria”. Segundo Benoit (pág. 18, 1996), é ela tomada, nesse momento, na sua “imediatez mais aparente” e na sua “positividade mais absoluta”:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2006, pág. 57).

Considerando a citada definição de mercadoria, Benoit afirma ser ela considerada como valor-de-uso, ou seja, sob a perspectiva de sua utilidade. No entanto, tal como afirma o estudioso, Marx logo assinala que, na sociedade capitalista, “os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais dos valores-de-troca¹¹” (MARX, 2006, pág. 58). Desse modo, segundo Benoit, a positividade da mercadoria começa a se dissolver. Afinal, a unidade “mercadoria” é agora apresentada sob a perspectiva negativa da oposição contraditória: o valor-de-uso e o valor-de-troca são elementos que, *ao mesmo tempo*, se repelem e se entrelaçam. O caráter antagônico dos elementos que constituem a mercadoria pode ser constatado pela seguinte afirmação de Marx:

Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. (...) Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como

¹¹ Segundo Marx (2006, pág. 58), o valor-de-troca revela-se, inicialmente, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, e isso, à medida que se trocam.

valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso (MARX, 2006, pág. 59).

No que diz respeito ao mencionado entrelaçamento entre o valor-de-uso e o valor-de-troca na unidade mercadoria, esse fato também pode ser evidenciado em uma afirmação de Marx: “O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca” (MARX, 2006, pág. 63), ou seja, a mercadoria deve ter um valor-de-uso e um valor-de-troca para ser o que é.

1.3 A mercadoria: o desvelamento do valor e a contradição “trabalho concreto e trabalho abstrato”

Após apresentar a existência do valor-de-troca nas mercadorias, Marx (2006, pág. 58-60) afirma tratar-se de uma forma de manifestação de outra substância: do valor. Marx inicia o desvelamento do valor por trás do valor-de-troca ou das trocas entre as mercadorias ao assinalar que qualquer mercadoria se troca por outra nas mais diversas proporções, sendo, por exemplo, uma quarta de trigo trocada por “x” de gracha, “y” de seda, “z” de ouro, etc., detendo, portanto, cada mercadoria, tal como o trigo, muitos valores-de-troca. Considerando que cada mercadoria individualmente exemplificada corresponde ao valor-de-troca de uma quarta de trigo, Marx afirma que elas são, enquanto valores-de-troca, “permutáveis e iguais entre si”. Nesse ponto, Marx deduz, em primeiro lugar, que “os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual”; em segundo lugar, que “o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele pode distinguir”. Desse modo, se duas mercadorias, tais como “trigo” e “ferro”, independentemente da proporção em que se trocam, podem ser igualadas quantitativamente, de modo que podemos dizer, por exemplo, que “1 quarta de trigo = n quintais de ferro”, há “algo comum, com a mesma grandeza”, existente nas mencionadas mercadorias. “As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira”.

Segundo Marx, a substância comum aos valores-de-troca não pode ser uma propriedade material das mercadorias, pois não diz respeito à qualidade ou à utilidade da mercadoria, mas, pelo contrário, à sua quantidade. Considerando a mercadoria de modo a ignorar o seu valor-de-uso, dela só resta a propriedade de ser produto do

trabalho. Mas, observa o pensador, ao ser desconsiderada a utilidade dos produtos do trabalho também se desconsidera o caráter útil de cada trabalho, ou seja, desconsideram-se os trabalhos concretos (específicos) que constituem uma mercadoria determinada. Desse modo, os trabalhos não mais se distinguem, mas são reduzidos a uma única espécie de trabalho: trabalho humano abstrato ou geral (dispêndio de força de trabalho independente da forma pela qual foi despendida). Considerando os produtos do trabalho meramente como produtos do trabalho abstrato, ou seja, como “configuração dessa substância social que lhes é comum”, Marx os considera como “valores” ou “valores-mercadorias”. Nesse momento, é perceptível que ao analisar a contradição “valor-de-uso e valor-de-troca”, tal como a apresentou no início do capítulo, o pensador não apenas alcançou a forma histórico-social “valor”, reformulando rigorosamente a contradição anterior em “valor-de-uso e valor”, mas, ainda, constatou o “trabalho humano ou abstrato” como a substância do valor. Esse procedimento acarretou, por sua vez, a explicitação de mais uma oposição contraditória: “trabalho concreto e trabalho abstrato” (ou “trabalho criador de valores-de-uso e trabalho criador de valor”). Marx identifica essa contradição na interioridade da mercadoria, destacando o fato já na denominação do item dois do primeiro capítulo de sua obra: “O duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria”. De acordo com Marx (2006, pág. 63), foi ele o primeiro que “analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contida na mercadoria”.

No que se refere à distinção conceitual “valor-de-troca” e “valor”, solicito ao leitor maior atenção, pois, apesar de a exposição que realizei a tornar inequívoca, são as mencionadas categorias frequentemente compreendidas como equivalentes pelos próprios marxistas e, caso essa distinção não seja constatada, parte do movimento dialético de “O Capital” deixa de ser compreendido, assim como uma das críticas de Marx à perspectiva da economia burguesa. De acordo com essa crítica, os economistas compreenderam a expressão simples do valor, na qual comparam-se duas mercadorias distintas para ser expresso o valor de uma delas, apenas em seu aspecto quantitativo, sendo ignorado, desse modo, a substância “trabalho humano”, comum a todas as mercadorias permutadas. Assim, de acordo com Marx, os economistas ignoram a necessidade de se converter as mercadorias qualitativamente divergentes em uma mesma substância para que sejam quantitativamente comparáveis, ignorando, conseqüentemente, tal como se tornará compreensível, a especificidade histórico-social da forma “valor” e, assim, do modo capitalista de produção. Eis a crítica de Marx:

Os poucos economistas que, como S. Bailey, se ocuparam com a análise da forma valor não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro, porque *confundem forma do valor e valor*; segundo, porque sob a influência do espírito burguês, prático e imediato, fixam sua atenção, *a priori* e com exclusividade, no aspecto quantitativo da questão (MARX, 2006, pág. 71-72, nota 17 - grifo do autor).

Em outras passagens, Marx distingue novamente e com clareza “valor-de-troca” e “valor”, explicitando, ainda, a razão de utilizar os dois termos indistintamente, fato que, muito provavelmente, ocasionou a confusão conceitual entre os marxistas:

Ao dizermos que, como valores, as mercadorias são trabalho humano cristalizado, nossa análise as reduz a uma abstração, a valor, mas não lhes dá forma para esse valor, distinta de sua forma física. A questão muda quando se trata da relação de valor entre duas mercadorias. Aí a condição de uma se revela na própria relação que estabelece com a outra. (...) O valor de uma mercadoria assume expressão fora dela, ao manifestar-se como valor-de-troca. De acordo com o hábito consagrado, se disse, no começo desse capítulo, que a mercadoria é valor-de-uso e valor-de-troca. Mas isto, a rigor, não é verdadeiro. A mercadoria é valor-de-uso ou objeto útil e “valor”. Ela revela seu duplo caráter, o que ela é realmente, quando, como valor, dispõe de uma forma de manifestação própria, diferente da forma natural dela, a forma de valor-de-troca; e ela nunca possui essa forma, isoladamente considerada, mas apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria diferente. Sabido isso, não causa prejuízo aquela maneira de exprimir-se, servindo, antes, para poupar tempo (MARX, 2006, pág. 72; 82).

1.4 A gênese e as contradições da forma dinheiro

Após analisar em “O Capital” o “valor-de-troca ou a relação de troca entre as mercadorias”, alcançando “o valor aí escondido” e identificando o seu caráter meramente social¹², mas, também, constatando a duplicidade do trabalho contida na mercadoria, Marx retorna sua atenção à “forma de manifestação do valor”. Sendo a forma comum do valor a forma “dinheiro”, Marx propõe a questão pela gênese do

¹² Esse caráter social deve-se ao fato de que as mercadorias “só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano” (MARX, 2006, pág. 69). No entanto, tal como aponta Rosdolsky, não devemos deduzir que em função de seu caráter social o valor não tenha existência real, ou, então, que dependa da consciência e da vontade dos homens. “As mesmas circunstâncias independentes da consciência, apesar de atuarem sobre ela, e que obrigam os produtores a vender seus produtos como mercadorias [...] conferem aos produtos, também em sua consciência, um valor-de-troca independente do valor-de-uso. Sua consciência não necessita saber disso. Pode não reconhecer como na realidade se determina o valor de suas mercadorias ou seus produtos se tornam valores. [Os homens] foram colocados em uma relação que determina sua consciência, sem que necessitem saber disso. Qualquer um pode precisar de dinheiro sem saber o que é o dinheiro. As categorias econômicas aparecem invertidas na consciência” (MARX, “Theorien über den Mehrwert”, III, pág. 163 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 506, nota 7).

dinheiro, destacando o fato de que a economia burguesa jamais a elucidou (MARX, 2006, pág. 69-70). No intuito de traçar essa gênese, permanecendo fiel à proposta metodológica explicitada na “Introdução à Crítica da Economia Política” (Cf. MARX, 1999, pág. 39-40) (Cf. pág. 10-11), afirma o pensador ser necessário analisar, inicialmente, a forma mais simples de expressão do valor, devendo essa análise direcionar-se gradualmente para as formas mais complexas de expressão, e isso, até a consideração da forma dinheiro. Nesse contexto, tal como pode ser percebido, compatibilizando a forma mais simples do valor com o desenvolvimento embrionário da própria forma “mercadoria” ou da contradição “valor-de-uso e valor”, expondo, posteriormente, os seus desdobramentos, Marx traça o desenvolvimento lógico da forma “mercadoria” e das formas de expressão do valor paralelamente ao desenvolvimento histórico, explicitando ser em sua exposição o movimento lógico-negativo “valor-de-uso e valor” o reflexo do movimento histórico-negativo¹³, mas também explicitando ser a gênese da forma “dinheiro” o resultado necessário do desdobramento da forma “mercadoria”, conservando em sua interioridade as contradições presentes nessa forma.

a) A forma simples de expressão do valor e seu caráter contraditório

Tal como propôs, Marx (2006, pág. 70-71) inicia sua investigação pela gênese do dinheiro a partir da análise da “forma simples, singular ou fortuita” da expressão do valor, destacando, logo no início, seu caráter contraditório. Esse caráter contraditório pode ser inicialmente previsto já na intitulação do primeiro subitem criado por Marx em

¹³ Ao realizar suas próprias observações a respeito da dedução dialética do dinheiro a partir do valor, Rosdolsky (2001, pág. 108) adverte para a possibilidade de “um leitor não familiarizado com a obra de Marx” compreender a mencionada dedução como uma “construção” ou como uma “dialética puramente conceitual”, segundo a qual as categorias econômicas teriam “vida própria”, surgindo e transformando-se umas nas outras. De acordo com o estudioso, o próprio Marx teria se preocupado com a possibilidade desse equívoco, redigindo algo a respeito ao apresentar a dedução dialética do dinheiro a partir do valor nos “Grundrisse”. A esse respeito, diz Marx na mencionada obra: “em outro momento, antes de esgotar a questão, será necessário corrigir a maneira idealista de tratá-la, que passa a impressão de estarmos lidando com definições conceptuais puras e com a dialética desses conceitos. Por isso, será necessário criticar, antes de tudo, a afirmação: o produto (ou atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria, valor de troca; o valor de troca, dinheiro” (MARX, “Grundrisse”, pág. 69 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 108). De acordo com Rosdolsky (2001, pág. 109), as categorias econômicas na obra de Marx representam relações reais, portanto, não são simplesmente deduzidas pela lógica, mas se relacionam com a própria história. Essa posição é compatível com a do próprio Engels: (...) como Engels escreveu em 1859 ao tratar da *Contribuição à crítica*, o modo de tratamento lógico “não é diferente do histórico, só que está despojado da forma histórica e dos casos perturbadores. Ali onde começa a história também deve começar o raciocínio, cujo desenvolvimento será apenas o reflexo, em forma abstrata e teoricamente consequente, do devir histórico; uma imagem corrigida, segundo leis que apresentam o curso histórico real, no qual se pode considerar cada momento no estágio de sua plena maturidade, de sua pureza clássica” (ENGELS, *Ausg. Schriften*, I, pág. 348, apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 109).

“O Capital” para analisar a mencionada forma de expressão: “Os dois pólos da expressão do valor: a forma relativa do valor e a forma de equivalente”. Intentando analisar essas polaridades, o pensador proporciona, antes, um exemplo ilustrativo da expressão simples de valor:

“20 metros de linho = 1 casaco”
(lê-se: vinte metros de linho vale um casaco)

Considerando a fórmula transcrita acima, Marx aponta que o linho representa o “valor relativo” ou a “forma relativa do valor”, desempenhando papel ativo em sua relação com o casaco por expressar seu valor a partir da materialidade dessa mercadoria. O casaco, por sua vez, representa a “função de equivalente” ou a “forma de equivalente”, desempenhando papel passivo em sua relação com o linho, e isso, por ser o meio de expressão do valor dessa mercadoria. Mas, apesar desse antagonismo entre a “forma relativa do valor” e a “forma de equivalente”, é ainda constatável que tais formas também são mutuamente dependentes, pois a existência de uma determina a existência da outra. Desse modo, a expressão simples do valor representa mais uma oposição contraditória presente em “O Capital”, em outras palavras, representa a configuração de dois elementos que, *ao mesmo tempo*, se associam e se repelem na interioridade de uma mesma unidade: na expressão simples do valor. Cito Marx (2006, pág. 70 - grifo do autor): “A forma relativa do valor e a forma de equivalente se pertencem uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, *ao mesmo tempo*, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, pólos da mesma expressão do valor”.

Mas, além da constatação de que a forma simples da expressão do valor é constituída a partir de uma oposição contraditória, torna-se ainda perceptível que as unidades contraditórias presentes na interioridade da mercadoria (“valor-de-uso e valor” e “trabalho concreto e trabalho abstrato”) estão igualmente presentes na interioridade dessa forma simples do valor. Essa percepção pode efetivar-se a partir das observações de Marx a respeito das peculiaridades da forma equivalente que compõem a expressão fortuita do valor, segundo as quais, a forma equivalente, enquanto valor-de-uso e trabalho concreto, torna-se a forma de manifestação do seu contrário, ou seja, do valor e do trabalho abstrato. A consideração dessas observações proporciona, ainda, a percepção de uma nova oposição contraditória presente na interioridade da mercadoria:

“trabalho individual e trabalho social”, pois a forma equivalente também corresponde ao “trabalho social” e se torna meio de expressão do seu contrário.

A primeira peculiaridade que salta aos olhos, ao observar-se a forma de equivalente, é que o valor-de-uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, do valor. (...) É (...) uma segunda propriedade da forma equivalente o trabalho concreto tornar-se a forma de manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato. (...) É (...) uma terceira propriedade da forma equivalente tornar-se o trabalho privado a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social (MARX, 2006, pág. 78-81).

Prosseguindo sua exposição a respeito da forma de expressão simples do valor, Marx (2006, pág. 83) reafirma o caráter histórico da mercadoria¹⁴ e, assim, o caráter histórico do valor e da própria expressão simples do valor. Nesse movimento, além de constataremos a fundamentação histórica que Marx oferece a suas categorias lógicas, constatamos, ainda, a relação de interdependência (ou entrelaçamento) entre a forma mercadoria e a forma de expressão do valor:

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só [em] um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor¹⁵ (MARX, 2006, pág. 83).

Marx (2006, pág. 83-84) prossegue sua análise da forma simples do valor, destacando sua insuficiência como forma de expressão do valor, mas, também, a superação dessa “insuficiência” por uma forma mais completa de expressão do valor. Segundo o pensador, a expressão do valor de uma mercadoria “A”, através de uma mercadoria “B”, serve apenas para distinguir o “valor-de-uso” do “valor” entrelaçados na interioridade da mercadoria “A”, não sendo possível, em função da relação de troca

¹⁴ “Reafirma”, pois, tal como explicitarei ao analisar o primeiro parágrafo de “O Capital”, Marx historiciza o objeto de sua investigação, ou seja, a riqueza, ao identificá-lo com o modo de produção capitalista, e, ao propor como ponto de partida a análise da forma “mercadoria”, por se tratar da forma mais elementar do mencionado modo de produção, Marx também a historiciza.

¹⁵ Essa equivalência entre a forma “mercadoria” e a forma “valor” é melhor compreendida ao ser recordado que a mercadoria é um produto do trabalho que contém valor e que é destinada a ser trocado por um equivalente, sendo a forma simples do valor aquilo que proporciona a comparação valorativa entre duas mercadorias e a almejada troca. Sendo a mercadoria o produto que se troca, e sendo a forma simples do valor aquilo que possibilita a troca, ambas as formas desenvolvem-se conjuntamente.

exclusiva que “A” estabelece com “B”, que a primeira mercadoria expresse “sua igualdade qualitativa e proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias”.

A forma relativa simples do valor de uma mercadoria corresponde à forma de equivalente singular de outra. Assim, o casaco, na expressão do valor relativo do linho, possui forma de equivalente ou forma de permutabilidade direta apenas em relação a esse único tipo de mercadoria, o linho. (...) Todavia, a forma simples do valor converte-se, por si mesma, numa forma mais completa (MARX, 2006, pág. 84).

A transição da forma simples do valor para uma forma mais completa ocorre em função do valor da mercadoria “A” poder ser expresso em qualquer outra mercadoria, possibilidade que proporciona à “A” diversas expressões simples de valor. Desse modo, é propiciada uma nova forma de expressão do valor, cujo desenvolvimento surge a partir da própria forma simples do valor: trata-se da forma total ou extensiva de expressão do valor. Eis o exemplo ilustrativo proporcionado pelo próprio Marx:

“ z da mercadoria $A = u$ da mercadoria B , ou $= v$ da mercadoria C , ou $= w$ da mercadoria D , ou $= x$ da mercadoria E , ou $= \text{etc}$ ”.

Cabe salientar que, antes mesmo de iniciar um novo subitem em “O Capital” para discorrer sobre a forma extensiva de expressão do valor, Marx (2006, pág. 84, nota 22) torna perceptível o fundamento histórico e, assim, a realidade transitória da mencionada forma, e isso, ao apontar o seu uso por um personagem histórico: “Homero, por exemplo, expressa o valor de uma coisa numa série de coisas diferentes”.

b) A forma total ou extensiva de expressão do valor e seu caráter contraditório

Marx analisa a forma extensiva da expressão do valor considerando, primeiramente, sua forma relativa, e, posteriormente, sua forma de equivalente particular. Antes de explicitar sua análise, porém, cabe recordar que a oposição “forma relativa e forma equivalente” configurou a forma simples de expressão do valor, e, ainda, que a configurou como uma oposição contraditória. Desse modo, percebe-se não apenas que a forma extensiva do valor manteve em sua estrutura um traço da forma anterior, mas também que o caráter contraditório da expressão do valor não foi

eliminado, mas conservado sob novo aspecto. A presença da forma simples do valor ou de suas contradições na interioridade da forma extensiva pode ser novamente constatada a partir da consideração das análises de Marx a respeito da forma extensiva do valor relativo e do valor equivalente.

Ao analisar a forma extensiva do valor relativo, afirma Marx (2006, pág. 84-85) que, pela primeira vez, o valor revela-se como massa de trabalho homogêneo, pois o corpo das mercadorias refletem o valor de uma mercadoria determinada, além do que, ao estar uma certa mercadoria “A” em relação social com o mundo das mercadorias, é ainda explicitado que ao valor não importa o valor-de-uso, fato que destaca a contradição existente no interior da mercadoria e a permanência de sua expressão na forma extensiva do valor. Ao analisar a forma equivalente particular da expressão extensiva do valor, por sua vez, Marx (2006, pág. 85-86) afirma que cada mercadoria específica que se contrapõem aquela que representa a forma relativa do valor torna-se seu equivalente específico, representando cada trabalho útil incorporado em cada uma das mercadorias equivalentes formas específicas de manifestação do trabalho humano geral. Desse modo, torna-se perceptível que tal como a contradição “valor-de-uso e valor”, a contradição “trabalho concreto e trabalho abstrato” permanece intacta no interior da mercadoria, sendo expressa pela forma extensiva do valor tal como era expressa pela forma simples.

Tal como ocorreu ao tratar da forma simples de expressão do valor, após realizar as considerações explicitadas, Marx apresenta as insuficiências da forma extensiva de valor e, logo em seguida, sua superação por outra fórmula ainda mais completa. No que se refere às insuficiências ou defeitos da forma extensiva do valor, Marx (2006, pág. 86) aponta dois: por um lado, trata-se de uma expressão “incompleta” do valor, “por nunca terminar a série que a representa”; por outro, trata-se de um “mosaico multifário de expressões de valores díspares, desconexas”. Esses defeitos da forma extensiva do valor relativo refletiriam na forma de equivalente que lhe corresponde: apresentando-se cada forma de equivalente como uma forma particular, como um trabalho útil (determinado) que proporciona a manifestação do “trabalho abstrato”, cada uma apresenta-se como manifestação incompleta do “trabalho humano”, sendo necessária toda a série de equações da forma extensiva para se completar. Assim, faltaria uma forma unitária de manifestação do trabalho humano.

Após explicitar os defeitos da forma extensiva do valor, Marx (2006, pág. 86-87) aponta a sua superação pela forma geral do valor, esclarece, antes, um aspecto interno

da forma extensiva que proporciona essa transição. Nesse sentido, Marx considera, em primeiro lugar, que a forma extensiva consiste em uma soma de expressões que transparecem distintas na forma simples. Transcrevo seu exemplo ilustrativo:

“20 metros de linho = 1 casaco” (forma simples do valor)

“20 metros de linho = 10 quilos de chá etc.” (forma extensiva do valor)

Após considerar que a forma extensiva do valor consiste na mencionada soma de expressões simples, sendo, assim, mais uma vez explicitado que a forma extensiva do valor conservou em sua estrutura a forma simples do valor, e isso, *ao mesmo tempo* que superou seu limite estrutural, Marx assinala que em ambas as equações transcritas acima está contida as seguintes correspondentes:

“1 casaco = 20 metros de linho”

“10 quilos de chá = 20 metros de linho etc”.

Essa inversão das formas de expressão simples e total do valor deve-se à possibilidade de ser adotada na análise a perspectiva de um ou de outro produtor como sujeitos que trocam mutuamente suas mercadorias, fato que, mais uma vez, esclarece que as fórmulas lógicas de expressão do valor não são meramente abstratas, pois se baseiam nas relações reais de troca. Considerando em específico a forma extensiva do valor, o dono da mercadoria “A” traduz o valor dessa nas diversas mercadorias que adquire em troca, porém, os demais produtores também traduzem os valores de suas mercadorias pela mercadoria “A”. Desse modo, ao considerar a expressão “20 metros de linho = 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou = etc.”, é sabido que se pode invertê-la. Eis a forma geral do valor: “1 casaco, 10 quilos de chá, 40 quilos de café, etc. = 20 metros de linho”.

c) A forma geral do valor e o desenvolvimento (lógico e histórico) da expressão do valor

Após apresentar a forma geral do valor em forma de equação matemática, Marx (2006, pág. 87-89) inicia um novo subitem denominado “mudança do caráter da forma do valor”. Nesse subitem, Marx analisa, em um primeiro momento, a forma geral do

valor, comparando, posteriormente, as três formas de expressão do valor apresentadas no decorrer de sua exposição e, isso, com o intuito de considerar o desenvolvimento da expressão do valor. Nesse momento de sua exposição, encontram-se elementos importantes para a percepção do fundamento histórico e, assim, do caráter transitório do valor e de suas formas lógicas de expressão, mas, também, para compreender que as contradições presentes na forma simples do valor não são apenas conservadas, mas aprofundadas.

No que se refere à forma geral do valor, Marx (2006, pág. 87) afirma que sob essa forma as mercadorias expressam os seus valores “(1) de maneira simples, isto é, numa única mercadoria, e (2) de igual modo, isto é, na mesma mercadoria”. Desse modo, o pensador considera a forma geral do valor como “uma forma de valor simples, comum a todas as mercadorias, portanto, geral”. Assim, torna-se perceptível que a forma geral do valor, tal como a forma extensiva, conservou em si algo da forma simples do valor e, isso, apesar de representar uma superação de suas limitações estruturais. A conservação da presença de aspectos da forma simples do valor na estrutura da forma geral é constatada tanto pela persistência da contradição “valor relativo e forma equivalente” e, assim, das contradições presentes na interioridade da mercadoria (“valor-de-uso e valor”, “trabalho concreto e abstrato”, “trabalho privado e social”), como pelo fato de trazer em si uma forma equivalente singular. Mas também é perceptível que a forma geral do valor conservou algo específico da forma extensiva, afinal, tal como essa, ela considera as mercadorias em sua multiplicidade.

Ao tratar novamente da forma simples de expressão do valor, Marx (2006, pág. 87) é explícito no que se refere ao seu fundamento histórico e, assim, ao seu caráter transitório e, isso, ao afirmar que a mencionada forma só funciona em estágios primitivos, nos quais o produto do trabalho transforma-se apenas ocasionalmente em mercadoria.

A forma A [forma simples de expressão do valor] proporciona equações como: 1 casaco = 20 metros de linho, 10 quilos de chá = ½ tonelada de ferro etc. O valor do casaco, na expressão, é igual ao do linho; o do chá, igual ao do ferro. Mas, igual ao do linho e igual ao do ferro, expressões do valor do casaco e do chá, são tão diferentes quanto linho e ferro. *É claro que essa forma só funciona praticamente em estágios primitivos, quando os produtos do trabalho se transformam em mercadorias através da troca fortuita, ocasional.* (MARX, 2006, pág. 87 - grifos do autor).

É interessante, nesse momento, adiantar levemente a exposição de Marx (2006, pág. 95), no decorrer da qual é afirmado que a cisão entre o valor-de-uso e o valor, tal como ocorre com o produto do trabalho ao transformar-se em mercadoria, só se efetiva quando a troca adquire importância, ou seja, quando, por estarem interessados na troca os produtores consideram o valor de seus produtos antes de produzi-los. Considerando essa afirmação, é possível concluir que, apesar de já haver na expressão simples de valor a distinção “valor-de-uso e valor”, trata-se de uma distinção historicamente ocasional, não estando a forma mercadoria efetivamente desenvolvida, do mesmo modo que não está desenvolvida a forma lógica de expressão do valor.

Com o desenvolvimento histórico, as trocas adquirem maior importância, o que é refletido pela expressão extensiva ou total do valor, a partir da qual o valor destaca-se ainda mais do valor-de-uso, proporcionando maior consistência histórica à forma mercadoria.

A forma B [forma extensiva de expressão do valor] distingue o valor de uma mercadoria do próprio valor-de-uso, de maneira mais completa que a primeira. Com efeito, o valor do casaco revela-se em todas as formas possíveis, iguala-se ao linho, ao ferro, ao chá, enfim, a toda mercadoria menos a casaco. [...] *A forma extensiva do valor só ocorre realmente quando um produto de trabalho, gado, por exemplo, é trocado por outras mercadorias diferentes, não excepcionalmente, mas já em caráter habitual* (MARX, 2006, pág. 87-88 - grifos do autor).

Por fim, no que diz respeito à forma geral do valor, “forma” que supera a insuficiência da forma extensiva em não proporcionar um único equivalente do valor, dificultando, assim, a troca de mercadorias, Marx (2006, pág. 88-89) afirma que, por manifestar o valor do mundo das mercadorias em uma única mercadoria, essa forma destaca o valor de cada mercadoria de qualquer valor-de-uso, relacionando-as como valores e as revelando como valores-de-troca. Marx prossegue afirmando que, por ser obra comum do mundo das mercadorias, a expressão geral do valor também evidencia que o valor das mercadorias só é expresso pela totalidade das relações sociais, devendo esse ser reconhecido socialmente. Desse modo, segundo Marx, a forma geral do valor proporciona a percepção através de sua própria estrutura que é expressão social do mundo das mercadorias, evidenciando, assim, “que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho”. Assim, ao compreender as históricas relações sociais de troca como aquilo que fundamenta a constituição do valor,

Marx historiciza, mais uma vez, o próprio valor, ao afirmar que o caráter social do mundo das mercadorias é constituído pelo trabalho geral e apresenta a função social do valor no modo de produção capitalista: permitir a troca ou a circulação social dos produtos do trabalho privado.

d) Forma dinheiro, forma preço e contradição

No que diz respeito à transição da forma geral do valor para a forma dinheiro, Marx (2006, pág. 91) a apresenta partindo de uma análise do equivalente geral. Considerando que a forma equivalente de valor pode ocorrer com qualquer mercadoria, e também que a forma unitária do valor relativo adquire consistência objetiva e validade social ao ser destacada determinada mercadoria como forma geral, Marx prossegue afirmando que a mercadoria que se identifica socialmente com essa forma torna-se “mercadoria-dinheiro”, funcionando como dinheiro. Eis a ilustração da forma dinheiro do valor:

“20 metros de linho, 1 casaco, 10 quilos de chá = 2 onças de ouro”

Ao contrário da transição da forma simples do valor para a forma extensiva e da extensiva para a geral, Marx (2006, pág. 91-92) afirma não haver alterações substanciais na transição da forma geral do valor para a forma dinheiro. A única alteração que ocorre nessa transição é a de ser substituída uma dada mercadoria como equivalente geral, tal como o linho, por outra que, por força do hábito social, assume definitivamente a forma de troca direta de permutabilidade geral.

Após explicitar como ocorreu a transição da forma geral do valor para a forma dinheiro, Marx (2006, pág. 92) considera a constituição da “mercadoria-dinheiro” e, assim, aponta que “a forma mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o germe da forma dinheiro”. Afinal, antes de a “mercadoria-dinheiro” ser o que é, tratava-se de uma mera mercadoria entre tantas outras, funcionando em operações de troca como equivalente particular entre outros equivalentes. Porém, com o passar do tempo, foi desempenhando gradualmente o papel de equivalente geral e, isso, até alcançar o monopólio nessa função, deixando de ser, assim, mera mercadoria ou equivalente da forma simples do valor para se tornar “mercadoria-dinheiro”. Desse modo, percebe-se que o desenvolvimento da forma

dinheiro representou o desenvolvimento da forma mercadoria, estando presente a sua possibilidade na forma equivalente da expressão do valor simples.

O difícil, para se conceituar a forma dinheiro, é compreender a forma de equivalente geral e, em consequência, a forma geral do valor, a forma C. A forma C deriva da forma B, a forma extensiva, e o elemento constitutivo dessa é a forma A: 20 metros de tela de linho = 1 casaco ou x da mercadoria A = y da mercadoria B. Assim, a forma mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o germe da forma dinheiro (MARX, 2006, pág. 92).

Após apresentar a forma dinheiro, Marx nos apresenta, por fim, a forma preço, na qual constata-se, mais uma vez, a conservação de traços da forma simples do valor, afinal, manteve-se a oposição “forma relativa e forma equivalente do valor” e, assim, as contradições presentes na mercadoria (“valor-de-uso e valor”, “trabalho concreto e abstrato”, “trabalho privado e social”). Além disso, apenas duas mercadorias relacionam-se. Nas palavras de Marx: “a expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria, por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço”. Eis a fórmula da forma “preço” tal como é ilustrada por Marx:

“20 metros de linho = duas onças de ouro”

1.5 O fetichismo da mercadoria e a negação do modo capitalista de produção

Após apresentar a gênese do dinheiro, relacionando o desenvolvimento lógico-histórico da mercadoria (ou da contradição “valor-de-uso e valor”) com o desenvolvimento lógico-histórico da expressão do valor, Marx considera a temática “fetichismo da mercadoria”, em outras palavras, a aparência da forma “mercadoria” de ser algo que contém vida própria, independente das relações sociais. No contexto dessa discussão, o pensador problematiza a origem do fetichismo, destacando o seu fundamento histórico e, assim, novamente, o caráter transitório da forma mercadoria, além do próprio modo de produção capitalista.

a) A origem do fetichismo da mercadoria e o seu fundamento histórico

Questionando sobre a origem do caráter “misterioso” da mercadoria, Marx aponta que ele seria proveniente não do seu valor-de-uso ou dos fatores determinantes

do seu valor (“trabalho” e “tempo de trabalho”), mas da própria forma “mercadoria”, apresentando-se, inclusive, como indissociável dessa forma e, assim, como algo indissociável da própria sociedade produtora de mercadorias, ou seja, do modo de produção capitalista: o “fetichismo (...) está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 2006, pág. 94). Posteriormente, Marx (2006, pág. 94-95) apresenta a condição histórico-social para a constituição da forma “mercadoria” e do seu “fetichismo”: trata-se da contradição histórica “trabalho privado e trabalho social”, que, tal como explicitarei, Marx já havia apontado como presente na interioridade da mercadoria (Cf. pág. 22-23):

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos do trabalho privado, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contratos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 2006, pág. 94-95 – grifo do autor).

Essa “condição”, obviamente presente na sociedade regida pelo modo de produção capitalista, fundamenta historicamente a contradição lógica “valor-de-uso e valor-de-troca”, destacando a função histórico-social da categoria “valor”.

Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A

igualdade completa dos diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato¹⁶ (MARX, 2006, pág. 95).

Desse modo, caso se considerem as transições das formas de expressão do valor, tendo em vista que cada uma refere-se a um contexto histórico-social específico, percebe-se que as contradições presentes na forma simples do valor não apenas se conservam, mas se aprofundam com o desenvolvimento das trocas, adquirindo maior realidade social, sendo a forma “valor” consolidada.

Cabe ainda ser observado que, ao considerar o fetichismo presente na forma “mercadoria” como uma deficiência dessa forma e, ainda, o caráter histórico da forma “mercadoria”, poder-se-ia pensar que, tal como ocorreu com as formas de expressão do valor, superadas em suas deficiências, a forma “mercadoria” e, assim, a própria sociedade produtora de mercadorias que fundamenta essa forma econômica, deve ser superada no processo de exposição de “O Capital” por uma forma histórica mais completa. A possibilidade desse processo de superação pode ser captada de forma ainda mais acentuada ao ser mencionado por Marx o caráter oscilante do “tempo de trabalho socialmente necessário” para a produção de uma mercadoria¹⁷. De acordo com o pensador, trata-se de uma “lei natural reguladora que não leva em conta pessoas, como a lei da gravidade, por exemplo, quando uma casa se desmorona” (MARX, 1996, pág. 97). Nessa atmosfera, tal como afirma Marx, “a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle [os homens] se encontram, ao invés de as controlarem”.

¹⁶ O fundamento histórico da contradição lógica “valor-de-uso e valor”, assim como a função histórico social da categoria valor são destacadas por Rosdolsky (2001, pág. 111-112) ao considerar a concepção de Marx a respeito da mercadoria. Indagando sobre o sentido da contradição “valor-de-uso e valor”, Rosdolsky assinala que não se trata de uma “construção metafísica”, mas de uma representação geral que “condensa as condições reais de existência e as tendências evolutivas da ordem social burguesa”. Segundo Rosdolsky, trata-se de uma expressão de que na sociedade capitalista o trabalho privado não é diretamente social, mas deve confirmar-se como tal e, isso, negando-se no mercado ou no movimento de troca como trabalho privado. Não havendo nessa sociedade a planificação ou o planejamento da economia de acordo com as necessidades vitais de seus integrantes, o mercado apresenta-se como a única forma de vinculação social dessa sociedade, sendo apenas nele reconhecida a compatibilidade entre a produção proporcionada pelo trabalho e as necessidades sociais. Assim, na histórica sociedade capitalista o trabalho torna-se social ao “assumir a forma de seu contrário imediato, a forma da generalidade abstrata” (MARX, “Zur Kritik der Politischen Ökonomie”, pág. 25 e 27, apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 113). Nesse sentido, podemos afirmar com Benoit (1996, pág. 18) que é justamente a contradição “trabalho privado e trabalho social”, presente no modo de produção capitalista, que exige a existência da forma dinheiro, pois como meio universal de troca é ele que pode “realizar a permuta social da multiplicidade dos trabalhos privados”.

¹⁷ O “tempo de trabalho socialmente necessário” é um fator indispensável ao modo de produção capitalista, pois quantifica a substância “valor” e, assim, possibilita as trocas em um ambiente social marcado pela contradição estrutural “trabalho privado e trabalho social”.

b) Incursões negativas a outras formas de produção

Prosseguindo sua exposição, Marx apresenta formas de produção divergentes da forma burguesa, para, desse modo, desvelar o “mistério” das mercadorias. Nos termos de Benoit (1996, pág. 19), trata-se de “incursões negativas a outras formas de produção”. Nesse procedimento, é patente que Marx nega o caráter absoluto e autônomo da forma “mercadoria” e de sua contradição “valor-de-uso e valor”, assim como nega o caráter absoluto ou eterno do próprio modo de produção capitalista e, isso, não apenas apontando para o passado, mas também apontando para o futuro. Nesse momento, explicito e analiso as mencionadas “incursões negativas”.

A primeira negação de Marx (2006, pág. 98-99) ao modo de produção capitalista representa um procedimento próprio da economia política burguesa, que, segundo o pensador, “adora imaginar experimentos robinsonianos”, ou seja, abstratos e a-históricos. Marx apresenta a “ilha de Robinson”, na qual Robinson¹⁸ reconhece a diversidade das funções produtivas como formas da sua própria atividade, ou seja, como diferentes formas de trabalho humano, registrando seus objetos de uso e o tempo necessário para a criação dos seus produtos. Desse modo, “todas as relações entre Robinson e as coisas que formam a riqueza por ele criada são (...) simples e límpidas (...)”. Nessa relação, já está contido “tudo o que é essencial para caracterizar o valor”.

A “segunda negação” realizada por Marx é, tal como aponta Benoit (Cf. 1996, pág. 19), “histórica” e, assim, tal como podemos apreender, nega o procedimento da economia política burguesa e o caráter absoluto da mercadoria e do próprio modo de produção capitalista. Marx (2006, pág. 99) considera as relações de produção presentes na Idade Média, revelando que as relações de dependência pessoal caracterizam as relações de produção, assim como caracterizam outras esferas da vida baseadas na produção. Desse modo, “no regime feudal”, independentemente dos papéis assumidos pelos homens ao se relacionarem no processo de produção, “as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho”.

Na “terceira negação”, tal como denomina Benoit, mantendo o procedimento histórico, Marx (2006, pág. 99-100) reporta-se à comunidade primitiva, na qual o trabalho apresenta-se como algo comum, ou seja, enquanto uma “associação direta de

¹⁸ Marx refere-se ao personagem fictício “Robinson Crusóé”, do romance de Daniel Defoe, que, em função de um naufrágio, permaneceu em uma ilha durante anos sem qualquer possibilidade de retornar à civilização, devendo realizar trabalhos diversos para a sua sobrevivência.

trabalho”. Para analisar esse modo de produção, Marx considera um exemplo próximo: “a indústria patriarcal rural de uma família camponesa”. Produzindo produtos diversos, visando suas próprias necessidades, tais produtos são reconhecidos por todos os integrantes da família como produtos do seu próprio trabalho, não se constituindo tais produtos como mercadorias. Assim, nesse caso, as forças de trabalho que se apresentam como “forças individuais (...) operam, naturalmente, como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente em trabalhos socialmente determinados” e não como trabalho abstrato, dissimulando sua origem nas reais relações sociais.

Por fim, a “quarta negação” que, segundo Benoit (1996, pág. 100), seria mediada pela “terceira”, baseia-se em uma forma hipotética futura: a forma comunista de produção. Nesse caso, afirma Marx (2006, pág. 100): “suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social”. Nesse contexto, o produto total do trabalho é compreendido como um produto social, sendo, parte desse produto, direcionado para a constituição de novos meios de produção, permanecendo, assim, social, enquanto a outra parte é distribuída para o consumo daqueles que integram a sociedade. Desse modo, “as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição”. Mas, além dessas considerações a respeito da hipotética sociedade comunista, Marx considera a função do tempo de trabalho nessa sociedade e, isso, com declarada intenção de realizar uma comparação com o modo de produção capitalista, expondo, assim, não apenas sua negação, mas sua superação. Marx afirma que, na sociedade socialista, o tempo de trabalho teria a função de proporcionar aos indivíduos o direito a maior ou menor acessibilidade no que se refere ao consumo da produção social, além de determinar a quantidade socialmente necessária de trabalho, algo compreendido a partir do planejamento social.

Somente para fazer paralelo com a produção de mercadorias, pressupomos que a participação de cada produtor nos bens de consumo se determina pelo seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenharia, portanto, duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diversas funções do trabalho para as diversas necessidades. Além disso, o tempo de

trabalho serve para medir a participação individual dos produtores no trabalho comunitário e sua cota pessoal na parte do produto global destinada ao consumo (MARX, 2006, pág. 100).

Desse modo, torna-se perceptível que a sociedade comunista supera a oposição contraditória “trabalho privado e trabalho social” e, assim, a própria sociedade capitalista e o fetichismo que acarreta. Em outras palavras, supera a falta de planejamento produtivo que leva os homens a constatarem a utilidade social do seu produto apenas no próprio mercado o que, frequentemente, ocasiona a desgraça econômica. Assim, tal como ocorreu nas formas de expressão do valor, a forma de organização social posterior à forma capitalista supera suas deficiências.

c) A crítica da economia burguesa: falta de sentido histórico

Marx encerra a exposição do primeiro capítulo de sua obra, criticando ou apontando os limites da economia burguesa. Nesse contexto, Marx explicita, mais uma vez, a especificidade do caráter histórico de suas considerações, “especificidade” que destaca o caráter transitivo do seu objeto, propiciando, assim, a constituição de uma teoria revolucionária.

De acordo com Marx (2006, pág. 101-102), apesar de a economia política burguesa ter analisado o valor e sua magnitude (mesmo que de forma incompleta), descobrindo o conteúdo que ocultam, não questionou a razão desse ocultamento. Não indagou “por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho, e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude desse valor¹⁹”. O pensador prossegue afirmando que fórmulas vinculadas a um processo histórico específico de produção que domina o homem são compreendidas pela economia burguesa como naturais. Nesse sentido, se os economistas reconhecem a negatividade do passado, tal como aponta Benoit, (1996, pág. 20), recusam “qualquer reflexão negativa sobre uma forma futura de sociedade, uma forma futura que superaria a sociedade burguesa”.

Os economistas têm uma maneira de proceder singular. Para eles só há duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As do feudalismo são instituições artificiais; as da burguesia, naturais.

¹⁹ Tal como explicitiei, o pensador aponta a causa desse fenômeno a partir da contextualização sócio-histórica da mercadoria, explicitando que, em função da contradição “trabalho privado e social”, estrutural ao modo capitalista de produção, torna-se o valor algo necessário para haver trocas dos produtos do trabalho privado.

Equiparam-se, assim, aos teólogos, que classificam as religiões em duas espécies. Toda a religião que não for a sua é uma invenção dos homens; a sua é uma revelação de Deus. — Desse modo, havia história, mas, agora, não há mais (MARX, “Misère de la philosophie”, pág. 113, apud MARX, 2006, pág. 103, nota 33).

1.6 O capítulo I de “O Capital” e a teoria revolucionária

Do primeiro capítulo de “O Capital” considerado em sua ordem expositiva e em seu movimento negativo, percebo, tal como explicitarei, a presença da contradição desde sua primeira frase, que, se por um lado, apresenta a contrariedade da obra em relação à economia burguesa, por outro, igualmente, mostra uma importante especificidade do seu procedimento metodológico-expositivo para a configuração da teoria revolucionária: a união dialética entre o “lógico” (discurso categorial) e o “histórico”. O mencionado “procedimento” pôde ser claramente constatado pelo desenvolvimento do primeiro capítulo da obra, no qual Marx não apenas esclarece a presença da negatividade lógica ou da contradição nas categorias econômicas, mas as fundamenta historicamente, expondo, desse modo, o seu caráter transitório e, assim, o caráter transitório do próprio modo capitalista de produção. Inicialmente, Marx apresenta a categoria “mercadoria” e suas contradições lógicas, expondo, posteriormente, a gênese da forma “dinheiro” e, nesse processo, o desenvolvimento lógico-histórico das formas de expressão do valor e da própria forma “mercadoria”, apontando ser a contradição sócio-histórica “trabalho privado e trabalho social” o fundamento da forma “mercadoria” e de sua contradição “valor-de-uso e valor”, identificando a função histórica da forma “valor” em proporcionar a troca entre os produtos dos trabalhos privados. Marx destaca, mais uma vez, a historicidade da forma “mercadoria” e da forma “valor” ao apresentar modos de produção historicamente diversos do modo de produção capitalista. É ainda significativo que ao término do capítulo em questão, Marx critique a economia política burguesa justamente por sua falta de sentido histórico.

Mas, além da união dialética entre o “lógico” e o “histórico”, constata-se no primeiro capítulo de “O Capital” outro aspecto igualmente importante para a configuração da obra como uma teoria revolucionária: refiro-me ao desenvolvimento da forma “mercadoria” e de suas contradições, cujo desdobramento carrega em si não apenas a necessidade da forma “dinheiro”, mas de forma insinuativa a necessidade do

próprio processo revolucionário²⁰. A esse respeito, destaco que, ao considerar a gênese da forma “dinheiro”, expondo o desenvolvimento lógico-histórico das formas de expressão do valor, Marx aponta ser cada forma de expressão superada em suas deficiências por outra mais complexa, sendo as contradições presentes nas formas anteriores conservadas pelas formas posteriores, mas sendo também as mesmas contradições aprofundadas em função do desenvolvimento das trocas. Representando a transição das formas de expressão do valor o desenvolvimento histórico da própria forma “mercadoria”, cuja constituição é intrínseca ao modo de produção capitalista em função de sua contradição “trabalho privado e trabalho social”, torna-se significativo ser apresentado por Marx as deficiências intrínsecas à própria forma “mercadoria”, digo, o efeito do fetichismo e a desgraça econômica entre os homens, sendo sugestionado, desse modo, à superação do próprio modo capitalista de produção. Nesse sentido, é ainda mais significativo constatar que, após destacar as deficiências da forma “mercadoria”, Marx apresenta, tal como havia mencionado, modos de produção diversos ao modo capitalista não apenas considerando o passado, mas o futuro: Marx supõe o modo comunista de produção²¹. Desse modo, Marx já apresenta o processo revolucionário no primeiro capítulo de “O Capital”, mesmo que de forma abstrata e hipotética, demonstrando, com o desdobramento de sua obra, a necessidade desse processo de superação.

²⁰ Tal como aponta Lênin, na forma “mercadoria” já estão intrinsecamente presentes os germes de todas as contradições do modo de produção capitalista e o seu desfecho revolucionário: “Marx, em ‘O Capital’, analisa inicialmente a relação da sociedade burguesa (mercado) mais simples, habitual, fundamental, a mais massivamente corrente, a mais ordinária, que se constata milhares de vezes: a troca de mercadorias. A análise faz aparecer nesse fenômeno elementar (nesta ‘célula’ da sociedade burguesa) todas as contradições (os germes de todas as contradições) da sociedade contemporânea. A exposição apresenta-nos em seguida o desenvolvimento (o crescimento e o movimento) dessas contradições e dessa sociedade em suas diversas partes, desde seu início até seu fim” (LÉNINE, 1973, pag. 344-345).

²¹ Assim, torna-se perceptível que, se o método expositivo de Marx presente em “O Capital” não representa a gênese do próprio concreto (Cf. pag. 13), referindo-se todas as categorias econômicas presentes na obra à totalidade ao próprio modo de produção capitalista, correspondendo a ordenação expositiva de tais categorias à relação hierárquica que estabelecem entre si na interioridade desse sistema, isso não significa, porém, que tais categorias não sejam fundamentadas historicamente, nem que Marx não apresente o desenvolvimento lógico-histórico das contradições da mercadoria e, assim, abstratamente, o desencadeamento do próprio processo revolucionário. Em outras palavras, se Marx não considera a gênese do modo de produção capitalista, considerando-o desde o início da sua exposição como algo posto, considera o pensador o caráter transitório e o movimento histórico de autossuperação desse sistema econômico, constatado na negatividade conceitual da obra que reflete, na verdade, a negatividade da própria história.

2 - O Capítulo II de “O Capital”

Tal como aponta Benoit (1996, pág. 23), o segundo capítulo de “O Capital” (“O processo de troca”) parte do resultado da análise anteriormente empreendida a respeito do fetichismo da forma “mercadoria”. Afinal, após ser evidenciado no primeiro capítulo que a mercadoria não detém vida própria, Marx inicia o segundo apontando a necessidade de considerarmos seus donos, dirigindo sua atenção aos proprietários privados: “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos” (MARX, 2006, pág. 109). Desse modo, Marx considera a relação estabelecida entre os possuidores das mercadorias e, nesse contexto, compreendendo essa “relação” como contraditória, totaliza ainda mais a sua exposição sobre a gênese do dinheiro. Aprofundando a unificação dialética entre o “lógico” e o histórico” em seu procedimento expositivo, que consiste direcionar-se do abstrato ao concreto, explicitando claramente ser a mercadoria e o desdobramento de suas contradições lógicas na forma “dinheiro” o resultado do desenvolvimento histórico do processo de troca, Marx acentua o caráter transitório das categorias econômicas, assim, a negação do caráter absoluto dessas categorias e, conseqüentemente, do próprio modo de produção capitalista.

Ao considerar as relações de troca entre os possuidores de mercadorias, Marx afirma que a troca é um processo puramente individual para cada proprietário, pois cada um só a efetiva quando o produto que substitui a sua mercadoria satisfaz a sua própria necessidade, porém, *ao mesmo tempo*, a troca é para cada proprietário um processo social, pois cada um almeja realizar sua mercadoria como valor em qualquer outra de seu agrado, detenha ou não sua mercadoria valor-de-uso para o proprietário da mercadoria de seu interesse. Eis a dificuldade que emana dessa contradição: o processo de troca não pode ser ao mesmo tempo social e individual para cada indivíduo sem prejudicar a relação de troca. Marx prossegue afirmando que todo possuidor considera cada mercadoria alheia como equivalente particular da sua e, ainda, a sua própria mercadoria como equivalente geral das demais. Eis o problema: pensando todos da mesma forma inexiste equivalente geral, sendo assim é impossibilitada a equiparação dos valores e a troca entre as mercadorias (MARX, 2006, pág. 110-111).

Em função da necessidade de troca e da dificuldade de efetivá-la em razão das contradições apresentadas, surge o dinheiro como a solução do problema: é eleita uma

mercadoria individual para representar os valores de todas as demais mercadorias. Originando-se no processo de troca, a forma “dinheiro” apresenta-se como o resultado de um processo histórico, exteriorizando a contradição presente na interioridade da mercadoria e efetivando a própria forma “mercadoria”.

O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias. O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição, latente na natureza das mercadorias, entre valor-de-uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro (MARX, 2006, pág. 111-112).

Após apresentar a historicidade da forma “mercadoria” e da forma “dinheiro” sob nova perspectiva, ou a partir de novas determinações, Marx prossegue sua exposição explicitando o desenvolvimento histórico do próprio processo de troca desde sua forma mais simples até sua forma mais complexa. Nesse contexto, desde que tenhamos atenção, é possível constatar, mais uma vez, a configuração histórica que fundamenta cada forma de expressão do valor tal como foi apresentada no primeiro capítulo de “O Capital”, algo que explicita, novamente, a realidade transitória das categorias econômicas e da própria sociedade capitalista que as fundamenta.

Considerando o desenvolvimento histórico do processo de troca, Marx (2006, pág. 112) afirma que um objeto útil só pode se tornar valor-de-troca e, assim, mercadoria, depois de existir como não valor-de-uso para seu possuidor, algo que só ocorre quando a quantidade dos seus objetos úteis ultrapassa suas necessidades, ou seja, quando há produto excedente. Marx afirma serem as coisas alienáveis por serem extrínsecas ao homem, porém, para a alienação dos objetos ser recíproca, é necessário que os homens se confrontem, reconhecendo-se mutuamente como proprietários particulares desses objetos e, assim, como pessoas independentes entre si. Não existindo essa condição de independência recíproca entre os “membros de uma comunidade primitiva”, tenha ela a forma de família patriarcal ou de estado inca, a troca de mercadorias inicia com o contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Mas após os produtos de uma comunidade primitiva constituírem-se como mercadorias em outra comunidade, elas também se constituem como mercadorias

na própria comunidade em que foram originadas, e isso, como que por “contágio”. Nesse primeiro momento, Marx afirma ser a relação quantitativa de troca algo “inteiramente casual”, devendo ser recordado que o pensador já teria afirmado que no estágio primitivo o produto do trabalho transforma-se apenas ocasionalmente em mercadoria, vinculando explicitamente esse momento histórico à forma simples de expressão do valor (Cf. MARX, 2006, pág. 87) (Cf. pág. 27).

Prosseguindo sua exposição a respeito do desenvolvimento histórico da relação de troca, Marx afirma que com a permuta arraiga-se, gradualmente, a necessidade de objetos vindos de fora, tornando-se a troca um “processo social regular” em função de sua repetição. Nesse processo, os homens passam a produzir parte de seus objetos no intuito de trocá-los por outros, consolidando a dissociação entre os objetos direcionados à satisfação direta das necessidades e os objetos destinados à troca, ou seja, entre o valor-de-uso e o valor. Assim, tal como aponta Marx (2006, pág. 113), o costume social imprime aos produtos o caráter de magnitude de valor. Tornando-se o processo social de troca algo regular e sendo parte do produto do trabalho produzido para a realização da troca, é certo que o mencionado processo deixa de ser ocasional, assim como é certo que passa a existir uma multiplicidade de produtos do trabalho direcionados exclusivamente para troca. Sendo considerada a transição lógica da forma “simples” de expressão do valor para a forma “extensiva”, torna-se perceptível que essa transição ocorre a partir da multiplicidade das expressões simples, algo que reflete, na verdade, o desenvolvimento histórico das relações de troca e da produção material. É igualmente significativo, para a captação da correspondência entre a forma extensiva do valor e o mencionado período histórico, ser recordado que é justamente essa forma de expressão do valor que, pela primeira vez, destaca o trabalho homogêneo ou o valor contido na mercadoria (Cf. MARX, 2006, pág. 84-85) (Cf. pág. 25).

Adiante, Marx afirma que com o desenvolvimento numérico e qualitativo das mercadorias presentes no processo de troca, surge a necessidade histórica da forma “valor” ser dissociada do valor-de-uso ou da necessidade individual do permutante. Essa necessidade histórica que, de acordo com Marx, exige uma “forma de equivalente geral ou social”, advém da contradição de ser o processo de troca das mercadorias para cada proprietário em particular um processo individual e, *ao mesmo tempo*, social. De acordo com Marx, sem a superação dessa contradição, sem a eleição de uma mercadoria a partir da qual se compara valores e se realiza a troca com mercadorias de outros proprietários,

o intercâmbio seria impossibilitado. Eis o fundamento histórico da forma lógica “equivalente geral” do valor.

Por fim, Marx prossegue sua exposição afirmando que a forma de equivalente geral “surge e desaparece com o efêmero contato social que lhe deu vida”, sendo atribuído de forma transitória e alternada a diversas mercadorias. Essa situação, porém, é alterada “com o desenvolvimento da troca de mercadorias”, sendo a forma de equivalente geral fixada em tipos especiais de mercadoria, ou, ainda, aderindo à forma “dinheiro”. De acordo com Marx (2006, pág. 114), a forma “dinheiro” passa a se localizar nas mercadorias à medida que a troca de mercadorias transcende laços locais e que se cristaliza mais trabalho abstrato no valor das mercadorias. Em função da materialidade do ouro e da prata poder sofrer variação quantitativa, ou seja, ser algo passível de ser decomposto e recomposto, assim como por seus espécimes isolados possuírem idêntica qualidade, tornam-se esses metais equivalentes universais (dinheiro). Sendo a forma dinheiro “o reflexo, que adere a uma única mercadoria, das relações existentes entre todas as mercadorias”.

3 - O Capítulo III de “O Capital”

O capítulo III de “O Capital” (“O dinheiro ou a circulação das mercadorias”) prossegue, patentemente, a discussão finalizada pelo capítulo II (“O processo de troca”). No capítulo III, Marx apresenta as funções ou as determinações da forma “dinheiro” das mais simples até as mais complexas, sendo o movimento de troca considerado de forma mais ampla, ou seja, como um circuito: M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Nesse contexto expositivo, Marx afirma explicitamente que o desenvolvimento da forma “dinheiro” a partir do processo de troca conserva e reproduz as contradições (negações) presentes na troca e internas à forma “mercadoria”, refletindo essas contradições a histórica condição estrutural do próprio modo de produção capitalista: a divisão social do trabalho ou a contradição “trabalho privado e trabalho social”. Identificando a divisão social do trabalho, tal como ocorre na sociedade capitalista com o fundamento histórico da mercadoria, do dinheiro e da necessidade de troca, Marx expõe o caráter transitório das categorias da economia burguesa e, assim, da própria sociedade capitalista. Vinculando, ainda, as contradições lógico-históricas da forma “mercadoria” à possibilidade da desgraça econômica e rerepresentando essa

possibilidade como algo indissociável às próprias condições do modo de produção capitalista, Marx proporciona, mais uma vez, a percepção da deficiência do mencionado modo de produção e, assim, a possibilidade de sua superação. Por fim, considerando a forma “dinheiro” como contraditória e, isso, sem deixar de tecer considerações históricas, reforçando, desse modo, o caráter transitório do seu objeto, Marx aponta como o dinheiro é transformado de “meio” em “fim” do processo de troca, destacando, assim, o desenvolvimento da forma valor e das contradições da mercadoria.

No que se refere à afirmação de Marx a respeito da permanência das contradições ou negações intrínsecas ao processo de troca e internas à forma “mercadoria” após a criação da forma dinheiro, afirma o pensador o seguinte:

Já vimos que a troca de mercadorias encerra elementos contraditórios e mutuamente exclusivos²². *A diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas se podem mover. Este é, afinal de contas, o método de solucionar contradições reais.* É uma contradição, por exemplo, ser um corpo, continuamente, atraído e repelido pelo outro. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo (MARX, 2006, pág. 131 - grifos do autor).

Mas além de movimentar e não superar as contradições presentes no processo de troca e na interioridade da mercadoria, o próprio dinheiro é apresentado como uma mercadoria, conservando, assim, em sua própria existência, as mesmas contradições que se encontram na interioridade de qualquer mercadoria:

(...) As mercadorias, tal como são, entram no processo de troca. Este produz uma bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, estabelecendo-se entre estes uma oposição externa em que se patenteia a oposição, imanente à mercadoria, entre valor-de-uso e valor. Na oposição externa as mercadorias se confrontam, como valores-de-uso, com o dinheiro, como valor-de-troca. *Mas ambos os lados que confrontam são mercadorias, isto é, unidade de valor-de-uso e valor.* (...) *É dentro dessas formas antitéticas das mercadorias que se move e se concretiza o processo de troca* (MARX, 2006, pág. 131-132 - grifos do autor).

²² No primeiro capítulo de “O Capital”, transpareceram as seguintes contradições ao serem expostas as formas de expressão do valor e, assim, a gênese do dinheiro: “valor-de-uso e valor”, “trabalho concreto e abstrato” e “trabalho privado e social”. Representando as formas de expressão do valor o próprio movimento de troca, algo patentado por alguns indícios históricos presentes no primeiro capítulo e, sobretudo, no segundo, percebemos que as contradições “processo individual e social”, e “equivalente particular e geral” apresentadas no segundo capítulo como contradições do processo de troca, apenas refletem as contradições anteriormente mencionadas e estruturais à mercadoria.

Ao discorrer a respeito do processo de troca, Marx apresenta a histórica “divisão do trabalho” presente no modo de produção capitalista como o fundamento da forma “mercadoria” e de suas contradições intrínsecas, patenteando, assim, que sem a superação da “divisão do trabalho” não há superação das mencionadas contradições. Nesse contexto, o pensador aponta, novamente, para o fato de que desse mesmo “fundamento”, cujo reflexo está na contradição estrutural “valor-de-uso e valor”, surge a possibilidade da desgraça econômica. Desse modo, apesar da forma “dinheiro” ter facilitado o processo de troca, por não superar a contradição entre o trabalho privado e social não resolve os seus inconvenientes, mas sim os desloca.

A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho [do produtor] quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca. Mas o produto só lhe proporciona a forma equivalente geral, socialmente válida, depois de convertido em dinheiro, e esse se encontra no bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, antes de tudo, valor-de-uso para o dono do dinheiro, e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou ser reconhecido como elemento da divisão social do trabalho. Mas a divisão social do trabalho é um organismo que se formou e que continua a evoluir, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. (...) *A divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, assim, necessária a transformação desse em dinheiro. Ao mesmo tempo, torna aleatória essa transubstanciação* (MARX, 2006, pág. 133; 135 - grifos do autor).

Ao apresentar a divisão do trabalho como condição histórica para a constituição da mercadoria, do dinheiro e, conseqüentemente, do processo de troca, Marx explicita o caráter histórico, ou não absoluto, desses elementos e, assim, da própria organização econômica capitalista. Além do mais, vinculando o processo de troca baseado na divisão capitalista do trabalho à possibilidade da desgraça econômica e essa possibilidade à sua contradição estrutural “valor-de-uso e valor”, Marx aponta, novamente, a deficiência do modo de produção capitalista. Eis uma passagem que vincula a divisão do trabalho e a possibilidade da crise de uma maneira mais precisa:

Os componentes dispersos do organismo social de produção, configurados na divisão social do trabalho, têm suas funções e proporcionalidades determinadas de maneira espontânea e aleatória. Por isso, descobrem nossos donos de mercadorias que a mesma divisão do trabalho, ao fazer deles produtores privados, torna independente deles o processo social de produção e as próprias relações que mantêm dentro do processo, e, ainda, que a

independência recíproca das pessoas se integra em um sistema de dependência material de todas as partes (MARX, 2006, pág. 134-135).

A possibilidade de o modo de produção capitalista sofrer crises em função de sua ausência de planejamento econômico transparece nas formulações lógicas criadas por Marx, para representar o processo de troca e a metamorfose que sofre a mercadoria durante esse processo. Inicialmente, considerando o “dono de mercadoria” em sua singularidade, Marx explicita, logicamente, as fases da metamorfose da mercadoria a partir de seus atos: venda (troca de mercadoria por dinheiro: M-D), compra (troca de dinheiro por mercadoria: D-M) e, por fim, a unidade de ambas as transações (vender para comprar: M-D-M). Considerando que o dono da mercadoria não realiza o processo de troca sozinho, Marx considera outros donos de mercadorias e, desse modo, afirma que o processo de troca é único e envolve duas operações: “venda para o dono da mercadoria; compra, para o dono do dinheiro. Em outras palavras, venda é compra, M-D é, *ao mesmo tempo*, D-M” (MARX, 2006, pág. 132; 133; 135 – grifo do autor). A possibilidade da crise transparece nessa contradição ao ser apontado, adiante, que, apesar de a venda exigir a compra, não há compra imediata após a venda:

Ninguém pode vender sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido. A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pelas trocas de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une a alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. Dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas. Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade por meio de uma crise. (MARX. 2006, pág. 140).

Logo adiante, Marx aponta que a crise apresenta-se já em germe nas formas contraditórias da própria mercadoria, condicionadas, tal como aponte, por uma condição concreta do modo de produção capitalista:

A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas — essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas

implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade, das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade, é mister todo um conjunto de condições, que não existem, ainda, do ponto de vista a simples circulação de mercadorias²³ (MARX, 2006, pág. 140 - grifos do autor).

Por fim, no que se refere às considerações de Marx a respeito da transformação do dinheiro de meio em fim do processo de troca, ou seja, em tesouro, afirma o pensador, retomando suas considerações históricas e, assim, explicitando o caráter transitório do seu objeto, que se trata de um fenômeno existente desde os primórdios da circulação de mercadorias, porém, com o desenvolvimento da produção de mercadorias, afastou-se de sua forma “ingênua”, segundo a qual, apenas os valores de uso supérfluos convertem-se em dinheiro. Essa forma “ingênua” de entesouramento, presente em sociedades regidas por uma produção ajustada ao consumo pessoal e direcionada a saciar necessidades fixas, é substituída por outra, compatível com uma sociedade na qual as necessidades se renovam constantemente e, isso, ao mesmo tempo em que a “compra” e a “venda” das mercadorias demanda tempo e condições fortuitas. Apontando como fator que desencadeia a “avidez” pelo dinheiro “a possibilidade que oferece de conservar valor-de-troca como mercadoria”, assim como afirmando que ao “ampliar-se a circulação de mercadorias, aumenta o poder do dinheiro, a forma de riqueza sempre disponível e absolutamente social”, Marx explicita como o a busca insaciável pelo dinheiro desenvolve-se a partir do desdobramento da própria mercadoria e de sua negatividade, ou seja, da contradição “valor-de-uso e valor” (MARX, 2006, pág. 157-158). Em consonância com o apontamento do poder social do dinheiro como causa de se transformar no fim do processo de troca, Marx apresenta o dinheiro como uma figura contraditória, apontando ser sua contradição interna a causa de sua busca tornar-se insaciável:

Do ponto de vista da qualidade ou da forma, o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois é conversível em qualquer mercadoria. Mas qualquer porção real de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo meio de compra de eficácia restrita. *Essa contradição entre a limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho de Sísifo da acumulação.* Conduz-se ele como o conquistador que vê em cada país conquistado apenas uma

²³ Em outras palavras, organizando a redação de “O Capital” pelo método expositivo de se direcionar do abstrato ao concreto, correspondendo o presente momento expositivo à etapa mais abstrata, Marx adia a apresentação das determinações posteriores que concretizam a realidade ou efetividade da crise.

nova fronteira a ser ultrapassada (MARX, 2006, pág. 160 - grifos do autor).

Retomando o movimento expositivo de “O Capital”, torna-se perceptível que o desenvolvimento da contradição “valor-de-uso e valor”, fundamentada pela divisão do trabalho, não apenas originou a forma “dinheiro” e explicitou a possibilidade de crises econômicas, mas, também, o desenvolvimento da forma “dinheiro” como “fim” ou forma “autônoma”.

4 - O Capítulo IV de “O Capital”

Marx inicia e finaliza a segunda parte de “O Capital” (“A transformação do dinheiro em capital”) com o capítulo IV (“Como o dinheiro se transforma em capital”). Nesse contexto expositivo, Marx aprofunda as considerações realizadas no capítulo III, explicitando uma forma mais complexa de circulação do que aquela representada pela forma lógica “M-D-M”, expondo, assim, um novo desdobramento da forma “dinheiro”²⁴. Deve ser observado que, se desde o capítulo I de “O Capital”, Marx

²⁴ Considerando a transição expositiva do dinheiro ao capital e as palavras do próprio Marx tal como transparecem nos “Grundrisse”, Rosdolsky proporciona uma percepção adequada a respeito da menor complexidade da forma “M-D-M” em relação à forma “D-M-D” (apresentada no capítulo IV de “O Capital”) e, nesse contexto, da nova determinação e complexificação da forma dinheiro. O estudioso afirma: “Das duas formas de circulação que conhecemos (M-D-M e D-M-D), qual se leva em conta aqui? Em qual delas o valor pode ser convertido em capital? Evidentemente, não no ciclo M-D-M (circulação mercantil simples), pois nele o intercâmbio de valor entre mercadoria e dinheiro se faz por meio de uma “mediação evanescente”: “Em última análise, uma mercadoria é trocada por outra mercadoria [...]. [Nesse caso] a circulação serve apenas, por um lado, para que os valores de uso troquem de mãos, de acordo com as necessidades, e por outro para que eles troquem de mãos conforme o tempo de trabalho que representam, [...] na medida em que são momentos equivalentes do tempo de trabalho social geral”. Por isso, a circulação mercantil simples, a forma M-D-M, “não embute em si o princípio da autorrenovação”, “não pode ser impulsionada a partir de si mesma [...]”. A repetição desse processo “não decorre das próprias condições da circulação [...]. É necessário que, de forma renovada, as mercadorias sejam colocadas nela de fora para dentro, como lenha no fogo. Caso contrário, ela se extingue na indiferenciação”. Em outras palavras: o consumo, o valor-de-uso, constitui o objetivo final e o verdadeiro centro da circulação mercantil simples. “Logo”, diz Marx, “não é nesse aspecto, que diz respeito ao conteúdo (à matéria), que devemos buscar as determinações mais desenvolvidas”. Ao contrário, será preciso prestar atenção ao aspecto formal: “O valor de troca se desenvolve e adquire determinações mais profundas no próprio processo de circulação. Ou seja, é preciso prestar atenção no desenvolvimento do dinheiro”, tal como aparece como resultado do processo de circulação. Chegamos assim à categoria do “dinheiro como capital”, que “vai mais além de sua determinação simples como dinheiro e que, por isso, constitui uma transição do valor e do dinheiro para o capital” (MARX, “Grundrisse”, pág. 925; 166; 920 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 166-167). Em uma nota, transcreve, ainda, as seguintes palavras de Marx: “O *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerada como uma realização superior, do mesmo modo que se pode dizer que o desenvolvimento do macaco é o homem. Dessa maneira, todavia, coloca-se a forma inferior sobre a superior, como um sujeito dominante” — o que seria incorreto. “Seja como for, o *dinheiro como capital* se diferencia do *dinheiro como dinheiro*. É necessário desenvolver a nova determinação” (MARX,

apresentou a forma “dinheiro” como um desenvolvimento da contradição “valor-de-uso e valor” e, isso, paralelamente ao desenvolvimento da circulação das mercadorias, apresentando a transformação do dinheiro em capital no capítulo em questão como um desenvolvimento do próprio valor na esfera da circulação, representa o dinheiro como capital, desse modo, um desdobramento da contradição “valor-de-uso e valor” presente na interioridade da mercadoria e explicitada desde o início de “O Capital”. Sendo, ainda o capítulo IV de “O Capital” considerado em sua ordem expositiva, percebemos o aprofundamento da contradição dialética “lógica e história” ou a ampliação das observações históricas que, concretizando o caráter abstrato da exposição, também proporcionam a percepção do caráter transitório do objeto de investigação: Marx apresenta as condições históricas do capital e, assim, nega o caráter absoluto do modo de produção capitalista. Reconhecendo ser o dinheiro a primeira forma de aparição do capital, Marx diferencia o dinheiro, que é simples dinheiro, do que é capital, expondo, desse modo, a fórmula geral do capital: “D-M-D” (dinheiro-mercadoria-dinheiro). Nessa fórmula, cuja estrutura lógica é representada como a ação social do capitalista, o

“Grundrisse”, pág. 161 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 524, nota 11). De maneira menos expressiva, está registrado em “O Capital” o seguinte: O dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação. A forma simples da circulação das mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dela, encontramos uma segunda especificamente diversa, D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com essa última circulação transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital” (MARX, 2006, pág. 177-178). A respeito da relação “M-D-M” e “D-M-D”, Rosdolsky apresenta, ainda, com as palavras do próprio Marx, algumas observações que esclarecem a impossibilidade da forma menos complexa de circulação (“M-D-M”) proporcionar a transição do dinheiro ao capital. Afirmando apresentar-se o dinheiro como capital em sua terceira determinação, ou seja, não como mero instrumento para medir o valor ou proporcionar a circulação de mercadorias, mas como fim em si, último tema do capítulo III de “O Capital”, Rosdolsky aponta o seguinte: “porém, enquanto permanecemos na esfera mercantil simples, essa passagem do dinheiro a uma condição autônoma revelar-se-á, em última instância, como quimérica. Nessa esfera, também em sua terceira determinação o dinheiro é apenas “meio de circulação suspenso”, que deve sua origem à interrupção, voluntária ou involuntária, do processo de circulação. Se “reingressa na circulação, extingue-se sua perdurabilidade, o valor nele contido se dissipa nos valores de uso das mercadorias pelas quais é trocado, volta a ser mero meio de circulação”. Se, ao invés disso, permanece à margem da circulação, “fica tão desprovido de valor como se estivesse sepultado no poço mais profundo de uma mina”; “sucumbe em sua matéria, que subsiste como cinza inorgânica de todo o processo”. No movimento M-D-M não corre uma verdadeira criação ou incremento do valor, mesmo se o dinheiro subtraído da circulação é entesourado. “O valor não surge do valor. Lança-se o valor em circulação, como mercadoria, para retirá-lo como tesouro [...]. Assim, no que diz respeito ao conteúdo, o enriquecimento se apresenta como empobrecimento voluntário”. Por isso, na circulação mercantil simples, a acumulação do dinheiro “só pode apresentar-se como entesouramento; está mediada por M-D, pela venda sempre renovada da mercadoria, pois não se permite que o dinheiro percorra seu ciclo total”, voltando a se transformar em mercadoria. Na forma M-D-M, o dinheiro perde, ao fim e ao cabo, sua autonomia e sua perenidade, tenha entrado ou não na circulação (MARX, “Grundrisse”, pág. 929; 174; 935; 930 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 167).

dinheiro é apresentado como o próprio fim do processo de circulação, sendo a mencionada fórmula apresentada como a negação das leis anteriormente explicitadas, digo, daquelas relativas à natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da circulação. Por fim, considerando a fórmula geral do capital, a qual carrega em si a expressão da expansão do valor, Marx busca compreender a origem do valor excedente, demonstrando, de acordo com a lógica dialética, que sua origem não está na esfera da circulação das mercadorias e nem fora dela, mas na associação da esfera da circulação com a esfera produtiva, consistindo na compra e no consumo da mercadoria “força de trabalho”. No âmbito dessa discussão a respeito da origem da mais-valia, na qual transparece mais apontamentos a respeito das condições históricas do capital, Marx afirma que ao ater nossa análise à esfera da circulação julgamos ser a relação estabelecida entre o capitalista e o proletariado fundada na igualdade e na liberdade, porém, Marx apresenta elementos que, sutilmente, negam essa percepção, apresentada como verdadeira no capítulo II de sua obra. Desse modo, torna-se perceptível que o discurso de “O Capital” representa a negação de suas próprias assertivas à medida que desenvolve seu processo expositivo totalizante.

No que se refere aos apontamentos realizados por Marx logo no início do capítulo IV, a respeito das condições históricas do capital cujo efeito é, tal como aponte, a negação do caráter absoluto do modo de produção capitalista, transcrevo as palavras do próprio autor para a devida compreensão e constatação:

A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital (MARX, 2006, pág. 177).

Quanto à análise de Marx a respeito do dinheiro, afirma o pensador ser o dinheiro a primeira forma de manifestação do capital tanto em sentido histórico, pois confrontou através do comerciante e do usurário a propriedade imobiliária, quanto em sentido cotidiano, pois surge na esfera da circulação ou do mercado e, assim, a partir de certos processos, expande seu valor. Diferenciando o dinheiro que é apenas dinheiro daquele que é capital a partir do processo de circulação, Marx compatibiliza, por um lado, a fórmula “M-D-M” (vender para comprar) à forma simples da circulação das mercadorias e, por outro, a fórmula “D-M-D” (comprar para vender) à circulação que transforma o dinheiro em capital. Comparando ambas as formas, Marx assinala suas

compatibilidades e divergências para proporcionar a compreensão da forma geral do capital, sendo as divergências fundamentais para compreendermos o caráter negativo dessa fórmula em relação aos elementos anteriormente analisados e que integram sua interioridade, digo, em relação à mercadoria, ao valor, ao dinheiro e à circulação: “a forma de circulação na qual o dinheiro se transforma em capital contradiz todas as leis investigadas anteriormente sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação” (MARX, 2006, pág. 177; 178; 186).

Ao comparar a forma da circulação simples com a forma da circulação na qual o dinheiro transforma-se em capital, Marx (2006, pág. 180) afirma que o “objetivo final” da primeira consiste na “satisfação de necessidades”, ou seja, na obtenção de “valor-de-uso”, enquanto que o “objetivo” que determina a segunda é adquirir “valor-de-troca”, em outras palavras, valor excedente ou mais-valia. Desse modo, a circulação que transforma dinheiro em capital nega a natureza da mercadoria e da circulação, pois ambas não mais existem como meio de satisfazer necessidades de consumo, mas como meio de concentrar mais-valia.

A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valor-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (MARX, 2006, pág. 182-183).

No que se refere à negação da natureza do valor e do dinheiro por parte da fórmula geral do capital, pode ela ser visualizada ao ser afirmada por Marx a transformação da função do dinheiro e a auto-expansão do valor. Se, na circulação simples o dinheiro e o valor representam instrumentos para a satisfação das necessidades de consumo, na circulação correspondente ao movimento do capital, transformam-se na própria finalidade do processo, deixando o dinheiro de representar a mera equivalência entre valores para expandir valor:

A forma autônoma, a forma dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples, serve apenas para possibilitar a troca de mercadorias, e desaparece com o resultado final do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, funcionam dinheiro e mercadoria, apenas como modos de existência diversos do próprio valor, sendo o dinheiro seu modo de existência geral, e a mercadoria, seu modo particular ou dissimulado. O valor passa automaticamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento,

transformando-se em uma entidade que opera automaticamente. O valor em expansão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as, chegamos às proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através de um contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática (MARX, 2006, pág. 184-185).

Ao apresentar a contradição da fórmula geral do capital em relação às leis referentes à natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da circulação, não estaria Marx, além de proporcionar a compreensão gradual do modo de produção capitalista, apresentando, novamente, suas deficiências? Afinal, não seria deficiente uma organização econômico-social cuja produção e circulação deixou de atender as necessidades humanas de consumo para priorizar a expansão do valor?

Cabe ainda ser observado que, nesse ponto da exposição, Marx considera a fórmula do capital de maneira mais concreta, vinculando-a explicitamente à ação social de um agente específico da circulação: o capitalista.

Como representante consciente desse movimento [D-M-D'], o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é donde sai e para onde volta o dinheiro. O objetivo da circulação em causa – a expansão do valor – é sua finalidade objetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros²⁵ (MARX, 2006, pág. 183-184).

²⁵ Como já afirmei, Marx está em sua exposição concretizando ou ampliando as determinações do seu objeto: se no capítulo II as mercadorias foram vinculadas aos seus donos, no capítulo IV é vinculada a sujeitos econômicos mais específicos. Tal como pôde ser percebido, Marx compatibiliza a forma “M-D-M” à circulação mercantil simples e à finalidade de sanar as necessidades do consumo, assim como compatibiliza a forma “D-M-D” à circulação na qual se origina o capital, sendo a sua finalidade identificada à expansão do valor. Desse modo, Marx apresenta o caráter contraditório ou negativo da circulação (“M-D-M e D-M-D”) e, logo em seguida, vincula a fórmula do capital à ação do indivíduo capitalista, determinando com maior precisão a existência ou a qualificação de um dos donos das mercadorias. Posteriormente, tal como registro nessa dissertação, o pensador discorre sobre a origem da “mais-valia” e, assim, determina com maior precisão outro dono de mercadoria: o indivíduo trabalhador. Antecedendo brevemente a exposição de Marx, aponto a existência do indivíduo trabalhador para assinalar que se a forma “D-M-D” representa a ação social do capitalista, a forma “M-D-M” representa, claramente, a ação social do trabalhador, representando a contradição entre ambas as formas o reflexo da contradição existente entre os mencionados indivíduos ao estabelecerem a sua relação social. A compatibilização entre a forma “M-D-M” e o indivíduo trabalhador é apoiada por Rosdolsky que, considerando o intercâmbio “capital-trabalho” e o sentido contraditório da ação social do capitalista em relação à do trabalhador, aponta consistir a ação do capitalista em adquirir um não equivalente à sua mercadoria (dinheiro) para expandir o valor do seu capital e a ação do trabalhador em adquirir o

Prosseguindo sua exposição, considerando a fórmula do capital, Marx indaga a respeito da origem da mais-valia ou do valor excedente, demonstrando a impossibilidade de surgir da esfera da circulação, havendo ou não troca de equivalentes. Caso haja troca de equivalentes, tudo o que encontramos é a substituição do valor-de-uso de uma mercadoria por outra e a metamorfose “mercadoria-dinheiro”. Caso não haja, sendo um dado vendedor muito esperto e, isso, de modo a não ser compensado no mercado o fato de ter vendido sua mercadoria acima do preço ao se tornar comprador, não representa a distribuição desigual de riqueza a sua criação (MARX, 2006, pág. 188-193):

Seja o que for que façamos, o resultado permanece o mesmo. Se se trocam equivalentes, não se produz valor excedente (mais-valia), e, se se trocam não-equivalentes, também não surge nenhum valor excedente. A circulação ou a troca de mercadorias não criam nenhum valor²⁶ (MARX, 2006, pág. 193-194).

Marx compreende a origem da mais-valia a partir da lógica dialética. Para ele, o “capital (...) nem pode originar-se na circulação, nem fora da circulação. Deve, *ao mesmo tempo*, ter e não ter nela a sua origem” (MARX, 2006, pág. 196 – grifo do autor). De acordo com Marx (2006, pág. 197-198), a mais-valia origina-se a partir da compra e do consumo da mercadoria “força de trabalho”, cuja “propriedade peculiar” é “ser fonte de valor”, ou seja, surge a partir da esfera da circulação e da esfera produtiva

equivalente da sua mercadoria (força de trabalho) em forma de salário para saciar o seu consumo pessoal, afirmando o seguinte: “para o trabalhador, esse intercâmbio é um ato de circulação mercantil simples, no qual sua mercadoria (a força de trabalho) percorre a circulação M-D-M. Enquanto isso, o capital realiza o ciclo oposto, definido pela forma D-M-D” (ROSDOLSKY, 2001, pág. 173).

²⁶ Após proferir essas palavras, Marx declara ter ficado evidente porque na análise da forma básica do capital, “forma” “pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna”, não são objeto de análise suas “formas populares” e “antediluvianas” (antiquíssimas), ou seja, o capital comercial e o capital usurário. De acordo com o pensador, a fórmula “D-M-D” transparece mais claramente na esfera da circulação, porém, não é possível explicar a expansão do valor a partir dessa esfera e, assim, o capital comercial aparenta ser impossível, havendo, nessa esfera, a mesma impossibilidade de ser explicado o capital usurário (D-D’). Para Marx, para alcançarmos essa compreensão é ainda necessário recorrermos “a uma longa série de elementos intermediários, de que não dispomos ainda, pois nossos únicos pressupostos são a circulação de mercadorias e seus fatores simples”. Adiante, afirma o pensador que “no curso de nossas pesquisas, verificaremos que o capital comercial e o usurário são formas derivadas, e, ao mesmo tempo, veremos por que precedem historicamente a moderna forma básica do capital” (MARX, 2006, pág. 94-95). Desse modo, verificamos a fidelidade de Marx ao método que propôs no escrito “Introdução à Crítica da Economia Política”: Marx recompõe expositivamente as categorias que compõem a totalidade “modo de produção capitalista” a partir da mais simples em direção às mais complexas, ou seja, àquelas que exigem um maior número de determinações para sua compreensão, estando esse movimento determinado não pela ordem de sucessão histórica das categorias, mas por sua ordem hierárquica, ou seja, pela relação de dependência que uma estabelece em relação à outra, o que não significa que, por vezes, coincida essa sequência expositiva com o próprio movimento histórico (Cf. MARX, 1999, pág. 39-45).

através da relação estabelecida entre o capitalista e o trabalhador. Marx apresenta essa “relação”, tal como ocorre no capítulo II de sua obra (Cf. 2006, pág. 109), como uma relação juridicamente igualitária, ou seja, como uma relação na qual proprietários privados trocam mercadorias voluntariamente, porém, considerando a condição histórica para a transformação do dinheiro em capital, Marx expressa ironia quanto a essa igualdade:

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2006, pág. 199).

Adiando a questão pela causa da “livre” condição do trabalhador, Marx prossegue sua exposição explicitando como um resultado do desenvolvimento histórico a oposição entre o indivíduo capitalista e o indivíduo trabalhador e as formas econômicas “mercadoria”, “dinheiro” e “capital”, destacando, mais uma vez, o entrelaçamento dialético “lógica e história” em “O Capital” e, assim, o aspecto não absoluto ou transitório das categorias econômicas e do modo de produção capitalista.

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social. (...) Também as categorias econômicas que observamos antes trazem a marca da história. A existência do produto como mercadoria implica determinadas condições históricas. (...) Se observamos o dinheiro, verificaremos que pressupõe certo estágio da troca de mercadorias. (...) Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e essa única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social (MARX, 2006, pág. 199-200).

Finalizando o capítulo IV de “O Capital” e, assim, a análise da esfera da circulação, Marx apresenta, mais uma vez, um indício de sua postura negativa frente à ideia de que há igualdade jurídica entre o capitalista e o trabalhador no modo de

produção capitalista. Explicitando proporcionar a esfera da circulação simples a percepção de ser o capitalismo o paraíso dos direitos inatos do homem, Marx aponta previamente, mas, sutilmente, a falsidade dessa ideia a partir de uma imagem literária: da fisionomia do trabalhador perante à do capitalista ao direcionar-se ambos à esfera da produção, ou seja, à fábrica, após aquele ter vendido sua força de trabalho. Nesse ponto, percebe-se que o desenvolvimento de “O Capital” representa a negação de suas próprias assertivas, sendo seu discurso reformulado de acordo com o processo de totalização presente no percurso expositivo da obra.

A esfera que estamos abandonando, da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria — a força de trabalho, por exemplo — são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum das vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é o do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados. E justamente por cada um só cuidar de si mesmo, não cuidando ninguém dos outros, realizam todos, em virtude de uma harmonia preestabelecida das coisas, ou sob os auspícios de uma nova providência onisciente, apenas as obras de proveito recíproco, de utilidade comum, de interesse geral. Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo sua concepção, idéias e critérios para julgar a sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado (MARX, 2006, pág. 206 - grifos do autor).

Cabe aqui uma importante questão à problemática desse trabalho: a ilusão da liberdade e da igualdade proporcionada pela esfera da circulação está presente na consciência do trabalhador? Como se pode constatar na citação acima, Marx a identifica claramente à consciência do “livre-cambista vulgar”, ou seja, à consciência de todo aquele que ordinariamente participa do intercâmbio. Mas, nos “Grundrisse”, Marx vincula a ilusão de liberdade e igualdade proporcionada pelo intercâmbio de mercadorias à consciência do trabalhador de forma ainda mais explícita:

“Quando o trabalhador recebe em forma de dinheiro, ou seja, de riqueza universal, está imerso — pelo menos aparentemente — na troca capitalista de equivalentes, como ocorre com qualquer outro participante do intercâmbio”. Tal igualdade é só “uma aparência, e uma aparência enganosa”. Na verdade, ela é abolida pelo fato de que o capital “apropriou-se, sem intercâmbio, de uma parte do seu tempo de trabalho, e isso ocorreu graças à *forma* do intercâmbio”. O trabalhador se defronta com o capitalista “em uma relação econômica bem diferente, exterior ao do intercâmbio [...]. Esta aparência existe como ilusão por parte do trabalhador, compartilhada em certa medida pela outra parte, e isso também modifica essencialmente essa relação, quando comparada à que se estabelece em outros modos de produção social” (MARX, “Grundrisse”, pág. 194-195, 368 e 566 apud ROSDOLSKY, 2001, 175).

Desse modo, torna-se perceptível que a esfera da circulação não apenas proporciona o ponto de partida mais abstrato ao movimento expositivo de “O Capital”, propiciando a configuração gradual da totalidade concreta “modo de produção capitalista” ou, mais especificamente, do conceito “capital”, mas também a percepção de certo estágio do desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora²⁷. Como ainda irei demonstrar, Marx apresenta o desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora em “O Capital” paralelamente ao “percurso” expositivo da sua obra, o qual reflete o desenvolvimento “lógico-histórico” da contradição “valor-de-uso e valor”, ou, em outras palavras, do próprio modo de produção capitalista.

²⁷ Apesar de tratar-se de algo secundário para a problemática que desenvolvo, não deixo de registrar aqui um interessante aspecto do procedimento negativo-expositivo de “O Capital”. Marx não apenas iniciou sua obra tal como a economia política clássica, ou seja, pela temática “riqueza”, trabalhando, posteriormente, com as próprias categorias dessa disciplina, mas também assumiu, em um primeiro momento, a perspectiva da mencionada economia, considerando, primeiramente, a esfera da circulação. Desse modo, Marx não apenas nega a economia política burguesa ao historicizar a temática riqueza e reordenar suas categorias de acordo com a perspectiva da totalidade e da transitoriedade, mas também ao aprofundar suas análises a partir da esfera da produção, demonstrando, assim, que a esfera da circulação dissimula as contradições mais profundas e a exploração do trabalho presente no modo de produção capitalista. Considerando o efeito dissimulador da esfera da circulação ao proporcionar a impressão de que todos os homens são livres, iguais e proprietários ao trocarem suas mercadorias, Rosdolsky afirma: “não surpreende que os apologistas do capitalismo gostem até hoje de se refugiar no terreno do intercâmbio mercantil simples, quando pretendem fazer desaparecer com um toque de mágica as contradições da ordem econômica capitalista. Como as relações capitalistas são também relações de intercâmbio, considera-se que sejam apenas isso. “Essa sabedoria”, observa Marx, “consiste em restringir-se às relações econômicas mais simples, as quais, consideradas isoladamente, são abstrações puras; na realidade, elas existem imersas nas contradições mais profundas, que nessa abordagem são suprimidas”” (ROSDOLSKY, 2001, pág. 160) (MARX, “Grundrisse”, pág. 159-160 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 160).

5 – Sobre a Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária em “Esfera da Circulação”

Considerando a extensão da presente redação, julgo ser útil destacar alguns aspectos do movimento negativo do livro I de “O Capital” com o intuito de proporcionar maior compreensão no que se refere aos apontamentos que dizem respeito diretamente à confirmação de uma teoria referente à superação do modo de produção capitalista presente na obra.

Tal como destaquei ao analisar a primeira frase de “O Capital”, Marx assume o seguinte princípio metodológico-expositivo: não apenas considera as categorias das mais abstratas (simples) às mais complexas (concretas), mas, ainda, as considera sob a perspectiva da contradição dialética “lógica e história”. Expondo as categorias mais simples antes das mais complexas, Marx proporciona uma compreensão clara e gradual do conceito “capital”, almejando, nesse processo, proporcionar a compreensão do modo capitalista de produção como uma totalidade concreta. Explicitando no decorrer desse processo de totalização o caráter lógico-contraditório e histórico das categorias econômicas, Marx apresenta o caráter transitório do próprio modo de produção capitalista e, assim, elementos fundamentais para a compreensão de sua teoria sobre a superação desse modo de produção.

Cabe ser destacado que, no decorrer do processo expositivo, Marx realiza, ainda, outro procedimento fundamental na constituição de sua teoria revolucionária: o pensador não apenas desloca sua exposição de uma categoria a outra, mas também explicita como o desdobramento “lógico-histórico” das contradições da categoria mais simples (a mercadoria) acarreta a existência das categorias posteriores e dificuldades econômicas que insinuam o desencadeamento do processo revolucionário. Eis uma pequena síntese do desdobramento das mencionadas contradições que acompanham todo o percurso expositivo: o desdobramento da contradição “valor-de-uso e valor”, “trabalho concreto e abstrato” e “trabalho privado e social” acarretou a necessidade da forma “dinheiro”, representando cada etapa do desenvolvimento da forma “valor” uma etapa de desenvolvimento das forças produtivas e da circulação, sendo cada forma vinculada a dado desenvolvimento social. Mas a emergência da forma “dinheiro” não resolveu, apenas proporcionou movimento às mencionadas contradições, mantendo, assim, certas perturbações ou dificuldades no processo da troca de mercadorias. Presente na interioridade da mencionada “forma”, a contradição “valor-de-uso e valor”

fundamentou suas funções de medida de valor e meio de circulação, e também desencadeou a sua função de entesouramento, transformando o dinheiro em capital com o desenvolvimento do valor no processo de circulação, secundarizando as necessidades humanas de consumo pela necessidade de acumulação de valor.

Por fim, destaco de forma igualmente sucinta a aparição gradual de dois personagens que se relacionam contraditoriamente e que são fundamentais à compreensão do processo de superação do modo de produção burguês: o capitalista e o trabalhador. Se o ponto de partida de Marx eram as mercadorias, aponta no decorrer do desenvolvimento expositivo que essas mercadorias não se trocam espontaneamente, mas por seus donos, apresentados, posteriormente, como indivíduo capitalista e indivíduo trabalhador, cujas consciências, sobretudo a do segundo, compreende a esfera da circulação como o paraíso natural dos direitos do homem. Com o desenvolvimento expositivo de “O Capital”, tal como irei explicitar, Marx aprofunda suas considerações, concretizando gradualmente essa relação abstrata e, assim, demonstrando a sua essencialidade ao processo revolucionário.

A ESFERA DA PRODUÇÃO

1 – O Capítulo V de “O Capital”

No capítulo IV (“Como o Dinheiro se Transforma em Capital”), tal como foi apresentado, Marx identifica a origem do valor excedente que compõe a fórmula do capital (D-M-D’) na compra e no consumo da mercadoria “força de trabalho”, efetivada pela união dialética entre a esfera da circulação e a esfera da produção. No capítulo V de “O Capital” (“Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais-Valia”), por sua vez, introduzindo a seção III de sua obra (“A Produção da Mais-Valia Absoluta”), Marx discorre sobre o processo de trabalho e a produção do valor excedente, propiciando, desse modo, o aprofundamento de novas e importantes determinações presentes na totalidade “capital” e a compreensão gradual do seu processo de formação. Nesse capítulo, a categoria “trabalho” é considerada, inicialmente, em sua forma abstrata, sem qualquer determinação histórica, sendo contextualizada, em um segundo momento, no âmbito do modo de produção capitalista. Desse modo, Marx afirma, por um lado, o trabalho como condição natural da vida humana e, por outro, a historicidade da organização do trabalho no modo de produção capitalista e, assim, a negação do caráter absoluto dessa forma de organização. Dessa maneira, Marx não apenas se mantém fiel ao método expositivo de se direcionar do abstrato ao concreto, mas mantém a unidade dialética “lógico e histórico”, proporcionando, nesse processo, a possibilidade de sustentar uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista.

Marx é explícito no que se refere a considerar a categoria “trabalho”, inicialmente, em termos abstratos, ponto de partida que se deve ao fato de se tratar de uma determinação mais simples em relação ao trabalho compreendido como produtor de mais-valia, afinal, se o primeiro está presente em todas as sociedades humanas, o segundo engloba além da compreensão do primeiro, certas especificidades. Eis as palavras de Marx: “A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 2006, pág. 211).

Após considerar a categoria “trabalho” em termos abstratos, ou seja, como uma atividade cuja finalidade consiste na apropriação dos elementos da natureza para a satisfação das necessidades humanas, ainda antes de apresentar as especificidades do

trabalho presente na organização capitalista, Marx proporciona a percepção do caráter histórico e, portanto, não absoluto, do seu objeto de análise, e, também a percepção de que a organização categorial de sua obra não está completamente alheia à sucessão dos fatos históricos, ou ao desenvolvimento do modo capitalista de produção:

Evidentemente, não muda a natureza geral do processo de trabalho executá-lo o trabalhador para o capitalista, e não para si mesmo. *De início, a intervenção do capitalista também não muda o método de fazer calçados ou de fiar.* No começo, tem de adquirir a força de trabalho como a encontra no mercado, de satisfazer-se com o trabalho da espécie que existia antes de aparecerem os capitalistas. *Só mais tarde pode ocorrer a transformação dos métodos de produção em virtude da subordinação do trabalho ao capital e, por isso, só trataremos dela mais adiante* (MARX, 2006, pág. 218 - grifos do autor).

As considerações de Marx a respeito das especificidades históricas do trabalho no modo de produção capitalista, cujo efeito, como mencionei, é a negação de seu caráter absoluto, emergem ainda antes do segundo item do capítulo V de “O Capital”, dedicado à consideração do processo de trabalho como produtor de mais-valia:

O processo de trabalho, *quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista*, apresenta dois fenômenos característicos. (...) O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho (...). Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato (MARX, 2006, pág. 219 - grifo do autor).

Ao alterar o foco de suas considerações, analisando a produção de mercadorias não como produção de valor-de-uso, mas como produção de valor, Marx assinala a necessidade de ser quantificado o trabalho materializado no produto, apontando que tanto o tempo de trabalho despendido nos materiais e instrumentos de trabalho, quanto o trabalho despendido imediatamente na produção de uma dada mercadoria, constitui a magnitude do valor da mercadoria produzida (MARX, 2006, pág. 221-222). A constituição do valor da mercadoria produzida não consiste simplesmente na reposição do capital adiantado pelo capitalista no mercado, ou seja, na reposição do dinheiro que desembolsou para adquirir meios de produção e força de trabalho. Também na ampliação do valor despendido anteriormente pelo capitalista em função da capacidade do trabalho em criar valor. Eis que Marx retoma o tema “mais-valia” presente no capítulo IV de sua obra. Ao tratar da mais-valia, no capítulo V de “O Capital”, Marx

explicita sua extração no interior do processo produtivo e, assim, a transformação do dinheiro em capital, reafirmando o caráter dialético desse processo e ironizando (ou negando) a justiça da lei das trocas de mercadorias:

Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. (...) Por isso, o trabalhador encontra na oficina os meios de produção, não para um processo de trabalho de seis horas, mas de doze. Se 10 quilos de algodão absorvem seis horas de trabalho e se transformam em 10 quilos de fio, 20 quilos de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se converterão em 20 quilos de fio. Examinemos o produto do processo de trabalho prolongado. Nos 20 quilos de fio estão agora materializados cinco dias de trabalho, dos quais quatro no algodão e na porção consumida do fuso, e um absorvido pelo algodão durante a fiação. A expressão em ouro de cinco dias de trabalho é 30 xelins. Este é o preço de 20 quilos de fio. Um quilo de fio custa agora, como dantes, 1 xelim e 6 *pence*. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importa de 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassa de 1/9 o valor antecipado para a produção. Desse modo, 27 xelins se transformam em 30 xelins. Criou-se uma mais-valia de 3 xelins. *Consumou-se finalmente o truque: o dinheiro se transformou em capital. Satisfizeram-se todas as condições do problema e não se violaram as leis que regem a troca de mercadorias. Trocou-se equivalente por equivalente. Como comprador, o capitalista pagou toda a mercadoria pelo valor: algodão, fuso, força de trabalho. E fez o que qualquer outro comprador de mercadoria. Consumiu seu valor. (...) Essa metamorfose, a transformação do dinheiro em capital, sucede na esfera da circulação e não sucede nela. Por intermédio da circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar à produção da mais-valia, que ocorre na esfera da produção. E, assim, “tudo o que acontece é o melhor que pode acontecer no melhor dos mundos possíveis”* (MARX, 2006, pág. 226-228 - grifos do autor).

2- O Capítulo VI de “O Capital”

No capítulo VI de “O Capital” (“Capital Constante e Capital Variável”), Marx prossegue sua exposição destacando a função dos elementos do processo de trabalho, ou seja, dos elementos objetivos (meios de produção) e subjetivos (força de trabalho) na formação do valor do produto. Nesse mesmo capítulo, Marx afirma que ao discorrer sobre os mencionados elementos, discorre sobre os próprios componentes do capital em seu processo de produzir mais-valia. Nesse sentido, são considerados formas do capital

os meios de produção e o trabalho. Desse modo, destaca-se novamente o fato de ser a categoria “capital” justamente aquela que Marx busca concretizar em seu processo expositivo de totalização, representando todas as categorias apresentadas no decorrer de seu escrito determinações da forma “capital”.

Ao discorrer sobre os diversos papéis que os diferentes fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, na realidade caracterizamos as funções dos diversos componentes do capital no processo de produzir mais-valia. O excedente que o valor total do produto tem sobre a soma dos valores de seus elementos constitutivos é o excedente do capital ampliado sobre o capital originalmente despendido. Os meios de produção, de um lado, e a força de trabalho, de outro, são apenas diferentes formas de existência assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores do processo de trabalho. (...) A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. (...) A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. As mesmas partes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais-valia, se distinguem em capital constante e capital variável (MARX, 2006, pág. 244-245 - grifos do autor).

3- O Capítulo VII de “O Capital”

Tal como aponta Benoit (1996, pág. 28-29), o capítulo VII de “O Capital” (“A Taxa de Mais-Valia”) representa um “avanço decisivo” no movimento expositivo da obra que, tal como tenho evidenciado, direciona-se do abstrato ao concreto, unindo dialeticamente o “lógico” e o “histórico”. Como afirma o mencionado estudioso, no capítulo em questão, o histórico não é apenas introduzido com um maior número de determinações, mas, pela primeira vez, como contradição de classe, ou seja, como luta de classes. Nesse sentido, aponta que as contradições categoriais de “O Capital” e sua crítica à economia política burguesa começam a ser apresentadas, assim, como perpassadas pela luta histórica das classes, sendo ainda dissolvida ou negada a aparência

dos personagens “capitalista” e “trabalhador” de serem meros possuidores individuais de mercadorias que personificavam as relações de troca e as categorias econômicas²⁸.

Como assinala Benoit (1996, pág. 28), a historicização do discurso lógico e contraditório e a inserção da histórica luta de classes no âmbito desse discurso podem ser reconhecidas como algo presente já no título do primeiro item do capítulo VII de “O Capital” (“O grau de exploração da força de trabalho”), pois expressa a substância histórica da contradição lógica “capital constante e capital variável”, ou seja, a própria contradição de classe. Tal como afirma Benoit, esse movimento expositivo se tornaria ainda mais claro ao considerarmos as seguintes palavras de Marx a respeito da mais-valia: “se a expressão 90 libras de capital variável, ou valor que se expande, se patenteia contraditória é apenas porque põe em evidência uma contradição imanente à produção capitalista” (MARX, 2006, pág. 251).

No terceiro item do capítulo VII de “O Capital” (“A última hora de Senior”), Marx tornaria ainda mais explícito em sua exposição a existência das classes sociais, apresentando o capitalista e o trabalhador não como indivíduos, mas como grupos em situação econômica antagônica. Marx inicia o mencionado item de forma acentuadamente histórica, explicitando o fato de terem os fabricantes contratado um famoso economista para defender seus interesses em explorar ao máximo a atividade do trabalhador e, assim, adquirir o máximo possível de mais-valia, algo que contrariava a Lei Fabril e a campanha dos trabalhadores em reduzir a jornada de trabalho:

Numa bela manhã do ano de 1836, Nassau W. Senior, famoso pela sua ciência econômica e pelo belo e melífluo estilo que o destacava entre os economistas ingleses, foi convocado pelos industriais de Manchester, a fim de lá aprender economia política, em vez de ensiná-

²⁸“Assim como as mesas, as cadeiras e as mercadorias em geral não se relacionam entre si, muito menos as categorias econômicas ou lógicas. Desde o fim do primeiro capítulo, desde “o fetichismo da mercadoria”, Marx começa a concretizar os *personagens dramáticos* que estão por trás das categorias econômicas. Assim, no começo do cap. II, já parte dos *possuidores* das mercadorias já que agora se sabe que elas “não podem ir por si mesmas ao mercado”; ao final do cap. IV, quando os possuidores vão entrar dentro da produção, e mostrarem-se como *não-iguais*, escreve Marx: “algo se altera na fisionomia dos personagens do nosso drama (*unsrer dramatis personae*)”; finalmente na seção III os personagens se mostram como *classes* e classes em luta” (BENOIT, 1996, pág. 29, nota 53). A importância remetida por Marx à contradição de classe para a compreensão do movimento de transição do modo capitalista de produção em “O Capital” é percebida com o desenvolvimento da obra, tal como irei explicitar, porém pode também ser antevista pelo já citado “Manifesto do Partido Comunista”: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada: *uma guerra que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das classes em luta*” (MARX e ENGELS, 2006, pág. 84 – grifo do autor).

la em Oxford. Os fabricantes elegeram-no paladino para lutar contra a lei fabril (Factory Act) e contra a campanha pela jornada das 10 horas, que pretendia ir mais longe (MARX, 2006, pág. 260).

Marx prossegue sua exposição apontando para o fato de que Senior, logo em seguida a sua estada em Manchester, tornou pública a falsa e interessada teoria de que na maior parte do tempo em que está em atividade, o trabalhador apenas reproduz o valor do capital constante, reproduzindo na penúltima hora o valor de sua força de trabalho e, apenas na última hora, a mais-valia do fabricante. Desse modo, segundo Senior, a redução da jornada de trabalho abaixo do limite legal de onze horas e meia significaria a anulação do ganho econômico do fabricante, ou mesmo um déficit no resultado do seu negócio (MARX, 2006, pág. 160-161). Contrapondo-se à posição de Senior, Marx (2006, pág. 161-164) demonstra como esse economista deveria ter analisado a situação e o que deveria ter dito aos fabricantes:

Segundo vosso informe, produz o trabalhador o seu salário na penúltima hora e, na última, vossa mais-valia ou lucro líquido. Uma vez que produz valores iguais em períodos iguais, o produto da penúltima hora tem o mesmo valor do da última. Demais, ele só produz valor enquanto trabalha, e a quantidade de seu trabalho é medida por seu tempo de trabalho. Este, segundo dizeis, é de 11½ horas por dia. Ele emprega uma parte dessas 11½ horas para produzir ou repor o seu salário; a outra, para produzir vosso lucro líquido. Nada mais faz além disso durante o dia de trabalho. Mas uma vez que, segundo informais, o salário e a mais-valia fornecida pelo trabalhador possuem o mesmo valor, produz, ele evidentemente, o salário em 5¾ e vosso lucro líquido nas outras 5¾ horas. Demais, sendo o valor do fio produzido em 2 horas igual à soma do salário mais vosso lucro líquido, a medida desse valor tem de ser 11½ horas de trabalho, das quais 5¾ correspondem ao produto da penúltima hora, e as outras 5¾, ao da última. Chegamos a um ponto nevrálgico. Atenção. A penúltima hora de trabalho é uma hora comum de trabalho, como a primeira. Nem mais nem menos. Como pode o fiandeiro produzir, em uma hora de trabalho, um valor em fio que representa 5¾ horas de trabalho? Na realidade, ele não faz esse milagre. O que produz em valor-de-uso durante uma hora de trabalho é uma quantidade determinada de fio. Medem o valor desse fio 5¾ horas de trabalho, das quais 4¾, sem a intervenção do fiandeiro, estão inseridas nos meios de produção consumidos por hora, em algodão, maquinaria etc., e – ou uma hora é acrescentado por ele mesmo. Sendo o seu salário produzido em 5¾ de horas e contendo o fio produzido em uma hora de fiação também 5¾ horas de trabalho, não é nenhuma bruxaria a circunstância de o valor criado por suas 5¾ horas de fiação ser igual ao valor do produto de uma hora de fiação. Tomareis uma direção errada, pensando que ele perde qualquer fração de tempo do dia de trabalho com a reprodução ou reposição dos valores do algodão, maquinaria etc. Em virtude de seu trabalho transformar algodão e fuso em fio, por consistir em fiar,

transfere-o ao fio, por si mesmo, o valor do algodão e dos fusos. Isto decorre da qualidade de seu trabalho, não da quantidade do trabalho. Sem dúvida, transferirá ele ao fio mais valor de algodão em uma hora do que meia hora, mas por fiar mais algodão em uma hora de que em meia. Estais vendo, portanto, que fossa afirmação de que o trabalhador produz, na penúltima hora, o valor do seu salário e, na última, o lucro líquido significa apenas que, no fio produzido em duas horas de seu dia de trabalho (estejam elas no início ou no fim da jornada), estão incorporadas 11½ horas de trabalho, tantas quantas todo o seu dia de trabalho contém. A afirmação de produzir ele, nas primeiras 5¾ horas, seu salário e, nas últimas 5¾ horas, vosso lucro líquido significa apenas que pagais as primeiras 5¾ horas e que não pagais as últimas 5¾. Falo de pagamento de trabalho, e não de pagamento da força de trabalho, conforme vosso próprio linguajar. Se examinardes a proporção que existe entre o tempo de trabalho que pagais e o que não pagais, vereis que ela é a que existe entre a metade de um dia de trabalho e a outra metade, sendo, portanto, de 100%, o que é, por certo, uma bela percentagem. Não há a menor dúvida de que, se fizerdes vossos trabalhadores trabalharem 13 horas em vez de 11½, e se juntardes ao trabalho excedente mais 1½ hora, o que não estranharia se fizésseis, as 5¾ horas de trabalho excedente se elevariam a 7¼ horas, e a taxa de mais-valia, de 100% a 126 —%. Seríeis néscios, entretanto, se acreditásseis que ela, com esse acréscimo de 1½ hora, subiria de 100 a 200 e até a mais de 200, isto é, seria ‘mis do que duplicada’. Por outro lado, e como é estranho o ser humano que tem o coração na bolsa, sois irracionalmente pessimistas se temeis que a redução do dia de trabalho de 11½ horas para 10½ eliminará todo o vosso lucro líquido. De modo nenhum. Não se alterando as demais circunstâncias, cairá a mais-valia de 5¾ horas para 4¾, o que proporciona uma elevada taxa de mais-valia, de 82 — . A ‘última hora’ fatal, sobre que tendes fantasiado mais que os quiliastas em torno do fim do mundo, não passa de tolice. A perda dela não eliminará vosso lucro líquido, nem tampouco destruirá a pureza da alma dos meninos e meninas que empregais. Quando soar a vossa ‘última horazinha’, pensai no professor de Oxford. Gostaria de voltar a me encontrar convosco, mas num mundo melhor. Adeus (MARX, 2006, pág. 262-265).

Contrariando a análise de Senior e apresentando em sua realidade o processo de produção de mais-valia, Marx explicita a contradição de classes, clarificando que a longa extensão da jornada de trabalho não é uma necessidade à existência da fábrica, mas uma necessidade da classe capitalista em ampliar o seu capital.

4- O Capítulo VIII de “O Capital”

No capítulo VIII de “O Capital” (“A Jornada de Trabalho”), Marx novamente nega a relação abstrata entre o indivíduo capitalista e o indivíduo trabalhador tal como

foi apresentada no capítulo IV de sua obra, reelaborando-a como uma relação contraditória entre classes sociais. Desse modo, Marx amplia no capítulo VIII de “O Capital” as determinações do movimento expositivo que se direciona do abstrato ao concreto e, nesse contexto, desenvolve a exposição dos pressupostos históricos do seu discurso lógico e contraditório. Mas, além dos mencionados elementos, transparece no capítulo em questão algo ainda mais relevante no que se refere à confirmação de uma teoria revolucionária em “O Capital”: ao adentrarem na esfera da produção os trabalhadores adquirem consciência de classe, em outras palavras, reconhecem-se como classe, superando, nesse processo, a consciência que detinham na esfera da circulação de serem sujeitos livres e iguais.

A existência das classes e a determinação de sua luta, ou seja, de sua relação contraditória ou negativa, tornam-se ainda mais nítidas a partir do momento em que Marx, interessado na determinação da magnitude da jornada de trabalho, indaga sobre o que seria um dia ou uma jornada de trabalho. Inicialmente, o pensador apresenta a caracterização e a resposta do capitalista a essa questão:

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas o que é um dia de trabalho? Será menor que um dia natural da vida. Menor de quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária para a jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna. (...) O capitalista apóia-se na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria (MARX, 2006, 271-272).

Adiante, a partir de um personagem, Marx apresenta a voz do próprio trabalhador em luta, vinculado ao capitalista por ser parte integrante do processo produtivo e, *ao mesmo tempo*, contrário ao capitalista por deter situação econômica e interesse diverso. Desse modo, Marx apresenta de forma nítida a existência da classe trabalhadora e de seu caráter contraditório em relação à classe burguesa, mas também um momento histórico do desenvolvimento da consciência do trabalhador que, se critica a utilização abusiva de sua força de trabalho, respeita a lei de troca de mercadorias, aceitando a compra de seu trabalho no mercado, mas exigindo o seu equivalente:

(...) subitamente, levanta-se a voz do trabalhador que estava emudecida no turbilhão do processo produtivo: “A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras, porque seu consumo cria valor, e valor maior que seu custo. Este foi o motivo por que a compraste. O que, *de teu lado*, aparece como aumento de valor do capital é, *do meu lado*, dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos no mercado uma lei: a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria não pertence ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. Pertence-te, assim, a utilização de minha força diária de trabalho. Mas, por meio de seu preço diário de venda, tenho de reproduzi-la diariamente para poder vendê-la de novo. Pondo de lado o desgaste natural da idade etc., preciso ter amanhã para trabalhar, a força, a saúde e disposições normais que possuo hoje. Está continuamente a pregar-me o evangelho da parcimônia e da abstinência. Muito bem. Quero gerir meu único patrimônio, a força de trabalho, como um administrador racional, parcimonioso, abstenho-me de qualquer dispêndio desarrazoado. Só quero gastar diariamente, converter em movimento, em trabalho, a quantidade dessa força que se ajuste com a sua duração normal e seu desenvolvimento sadio. Quando prolongas desmesuradamente o dia de trabalho, podes num dia gastar, de minha força de trabalho, uma quantidade maior que posso recuperar em três dias. O que ganha em trabalho perco em substância. *A utilização de minha força de trabalho e sua espoliação são coisas inteiramente diversas. (...) Pagas-me a força de trabalho de um dia, quando empregas a de três dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. (...) Exijo a jornada normal, pois exijo o valor da minha mercadoria, como qualquer outro vendedor*”. (MARX, 2006, pág. 272-273 - grifos do autor).

Nesse ponto, torna-se perceptível que Marx não está apenas explicitando a existência das classes e do seu antagonismo, mas também ampliando as determinações históricas de sua exposição ao constatar que a voz do trabalhador, tal como é apresentada na citação acima, se relaciona diretamente com a história real, sendo compatível com as palavras empregadas por trabalhadores de Londres em um manifesto de 1860/1861 pela redução da jornada de trabalho:

Durante a grande greve dos trabalhadores em construção, em Londres, em 1860/1861, para reduzir o dia de trabalho a 9 horas, publicou o comitê dos trabalhadores um manifesto que, em grande parte, *concordava com a argumentação do nosso trabalhador*. O manifesto aludia, num tom irônico, ao “odor de santidade” em que se encontra certo *Sir M. Peto*, o mais ávido dos patrões (MARX, 2006, pág. 273, nota 40 - grifos do autor).

Marx prossegue determinando o antagonismo e a luta entre a classe trabalhadora e a classe capitalista de maneira ainda mais nítida:

O capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar, sempre que possível, um dia de trabalho em dois. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma o seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, 2006, pág. 273 – grifos do autor).

Após as mencionadas considerações, Marx amplia ainda mais os seus apontamentos históricos, explicitando, primeiramente, a existência da extração do trabalho excedente ou da mais-valia em períodos anteriores ao do capital e o impacto da organização econômica capitalista sobre a história dos modelos de produção inferiores. Afastando-se ainda mais de um discurso meramente lógico ou categorial, Marx também apresenta jornais e relatórios, assim como considera o desenvolvimento da legislação trabalhista desde o século XIV, proporcionando, desse modo, a compreensão do teor e da presença da luta de classes na determinação da jornada de trabalho e, conseqüentemente, do espírito do modo de produção capitalista.

Ao assinalar a existência da extração do trabalho excedente em períodos históricos anteriores àquele no qual domina o capital, Marx torna perceptível que compreende a contradição “classe capitalista e classe trabalhadora” como um produto histórico da sociedade capitalista ou como uma manifestação específica da histórica contradição de classes, negando, assim, o caráter absoluto da mencionada contradição. Identificando a existência da luta de classes em todas as *sociedades nas quais há monopólio dos meios de produção* e, assim, a presença da contradição “trabalho excedente e trabalho necessário” em seus processos produtivos, Marx afirma o seguinte:

Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. Pouco importa que esse proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o senhor de escravos americano, o boiardo da Valáquia, o moderno senhor de terras ou o capitalista (MARX, 2006, pág. 273-274).

No término da mencionada citação, o pensador incrementa uma nota na qual o caráter histórico e transitório do próprio antagonismo de classe é destacado. A mencionada nota critica a “ingenuidade” de Niebuhr em naturalizar o vínculo entre a grandeza de uma civilização e a relação “senhor e servo”, além da “profundidade” de Sismondi em naturalizar o vínculo entre a produção de riqueza e a relação “capitalista e trabalhador”:

Niebuhr, em sua *História de Roma*, observa ingenuamente: “Não se pode encobrir que obras como as etruscas, que, em suas ruínas, nos assombram, pressupõem, em pequenos estados, senhores e servos”. Sismondi observava, com maior profundidade, que as rendas de Bruxelas pressupõem capitalistas e assalariados (MARX, 2006, pág. 274, nota 42).

Após apresentar o “monopólio dos meios de produção” como uma condição histórica comum das sociedades nas quais há exploração de trabalho excedente, Marx destaca a especificidade desse processo no modo de produção capitalista: afirma que em função de o valor se tornar a finalidade última do processo produtivo, algo que se deve, tal como explicitarei, ao desenvolvimento das contradições presentes na interioridade da mercadoria, torna-se brutal a exploração do trabalho excedente, o que acarreta, como afirma Benoit (1996, pág. 32), uma contradição absoluta entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto, ou, em outras palavras, entre as classes.

É evidente que, numa formação social onde predomine não o valor-de-troca, mas o valor-de-uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente. Na antiguidade, o trabalho em excesso só atingia as raias do monstruoso quando estava em jogo obter valor-de-troca em sua materialização autônoma, em dinheiro, com a produção de ouro e prata. Fazer o trabalhador trabalhar até a morte se torna, nesse caso, a forma oficial do trabalho em excesso. (...) Todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. Mas, quando povos cuja produção se encontra em estágios inferiores da escravatura, da corvêia etc. entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda dos seus produtos ao exterior interesse dominante, sobrepõe-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso (MARX, 2006, pág. 274).

Destacando a contradição entre as classes, Marx prossegue a ampliação de suas considerações históricas em torno da temática “trabalho excedente” e “limitação da

jornada de trabalho”, concentrando-se na situação da Inglaterra²⁹. De acordo com Marx, a jornada de trabalho foi legalmente limitada na Inglaterra por dois motivos: em primeiro lugar, em função do movimento dos trabalhadores, “que cresce ameaçador todos os dias”; em segundo lugar, pelo trabalho em excesso atacar a saúde do trabalhador e, assim, a força vital da nação. Apresentando a lei fabril fundada em 1850, em vigor em 1867, cujo objetivo consistia em limitar a jornada média de trabalho a dez horas, de segunda a sexta, e, aos sábados, a oito horas, Marx aponta, a partir dos relatórios dos inspetores de fábrica a avidez pelo trabalho excedente: o capitalista aumenta fraudulentamente a jornada de trabalho, e isso, contando com a probabilidade de não serem descobertos ou, ainda, julgando ser o valor da multa e das custas judiciais pequenas em relação ao lucro que pode obter (MARX, 2006, pág. 278-281). Mas, Marx também apresenta o capital nos ramos industriais nos quais não há limites legais à jornada de trabalho, explicitando a partir de jornais e inquéritos a brutalidade do trabalho em excesso e seus efeitos sobre crianças e trabalhadores em geral: “na multidão heterogênea dos trabalhadores de todas as profissões, idades e sexos (...) vemos à primeira vista (...) a estafa do excesso de trabalho. (...) O impulso imanente do capitalista é apropriar-se do trabalho durante as 24 horas do dia (...)” (2006, pág. 294; 297). Mas, ao discursar sobre os ramos industriais nos quais não há limites legais à jornada de trabalho, Marx também apresenta depoimentos dos trabalhadores e dos fabricantes a respeito da jornada de trabalho e, assim, de forma mais patente, a contradição de classes (Cf. MARX, 2006, pág. 286-288). Mantendo suas considerações históricas, Marx discorre sobre a determinação legal da jornada de trabalho na Inglaterra, considerando o período entre o século XIV, XVII, e, também o século XIX, destacando a percepção da tensão entre as classes e a compreensão do espírito do capital, cujo direito fundamental é “a igualdade na exploração da força de trabalho por todos os capitalistas” (MARX, 2006, pág. 336). Considerando a tensão entre as classes, Marx apresenta a limitação da jornada de trabalho como uma vitória histórica, teórica e prática dos operários ingleses e, assim, da classe trabalhadora sobre a classe dominante³⁰.

²⁹ A Inglaterra “figura aqui no primeiro plano” do escrito de Marx ao ser tratado o tema do trabalho excedente e da luta pela regulação legal da jornada de trabalho no modo de produção capitalista por ser “a representante clássica da produção capitalista e por possuir uma estatística oficial ininterrupta sobre os problemas tratados” (MARX, 2006, pág. 278-279, nota 46).

³⁰ “Teórica” por ter representado a vitória do princípio da regulação do trabalho, que nega e supera as declarações a respeito da impossibilidade de redução do trabalho apresentadas por Senior, representante da economia política burguesa e, assim, da classe dominante. “Prática” por ter representado a limitação

Ao término do capítulo VIII de “O Capital”, constatamos apontamentos consistentes no que se refere ao desenvolvimento da consciência do trabalhador. Nesse momento, Marx aponta que o trabalhador não mantém a mesma imagem que detinha na esfera da circulação, ou seja, de um sujeito livre e igual e, ao afirmar que essa aparência era acarretada pelo contrato de trabalho, Marx proporciona a ideia de que essa era uma ilusão do próprio trabalhador que, ao adentrar na esfera produtiva, ascende em sua consciência e se coloca como classe devido à sua situação concreta:

Temos de confessar que nosso trabalhador sai do processo de produção de maneira diferente daquela em que nele entrou. No mercado, encontramos-lo como possuidor da mercadoria chamada força de trabalho, em face de outros possuidores de mercadorias; vendedor, em face de outros vendedores. O contrato pelo qual vendeu sua força de trabalho ao capitalista demonstra, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Concluído o negócio, descobre-se que ele não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que seu vampiro não o solta “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar”. Para proteger-se contra a “serpe de seus tormentos”, têm os trabalhadores de se unir e, como classe, compelir que se promulgue uma lei que seja uma barreira social intransponível, capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos e à sua descendência ao capital, mediante livre acordo que os condena à morte e à escravidão. O pomposo catálogo dos direitos inalienáveis do homem será, assim, substituído pela modesta Magna Carta que limita legalmente a jornada de trabalho e estabelece, claramente, por fim, “quando termina o tempo em que o trabalhador vende e quando começa o tempo que lhe pertence”. Que transformação! (MARX, 2006, pág. 345-346).

Como poderá ser gradualmente compreendido, a consciência do trabalhador se desenvolve paralelamente ao desdobramento expositivo de “O Capital”, até se tornar uma consciência revolucionária, refletindo o mencionado “desdobramento expositivo” o desenvolvimento e a transição do próprio modo capitalista de produção.

efetiva da jornada de trabalho. Destacando o caráter de classe da vitória dos operários ingleses, cujo efeito se propagou em outros países, assim como destacando o caráter teórico da vitória, afirma Marx o seguinte: “Os trabalhadores fabris ingleses foram não só os campeões de seus camaradas nacionais, mas de toda a classe trabalhadora moderna, do mesmo modo que seus teóricos foram os primeiros a desafiar a teoria do capital” (MARX, 2006, pág. 343).

5- O Capítulo IX de “O Capital”

No capítulo IX de “O Capital” (“Taxa e Massa de Mais-Valia”), Marx proporciona, inicialmente, uma exposição de caráter lógico ou categorial, explicitando as leis econômicas que dizem respeito à determinação da taxa e da massa de mais-valia. Mas o pensador também proporciona no mencionado capítulo uma exposição de caráter histórico, negando, assim, o aspecto absoluto do modo de produção capitalista. No âmbito dessa exposição histórica, o pensador também proporciona a percepção da presença da contradição de classes no mencionado modo de produção e, assim, reforça a sua tendência transitória.

O caráter histórico do discurso de Marx transparece, inicialmente, no capítulo em questão, ao ser exposto o pressuposto para a formação da figura do capitalista ou do capital. Após considerar que um homem não se torna capitalista por contratar trabalhadores pela finalidade de proporcionar a manutenção da sua própria vida ou mesmo para viver melhor, Marx afirma, mencionando o afastamento histórico do capitalista da atividade laboral:

Certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa consagrar à apropriação, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho todo o tempo durante o qual funciona como capital personificado. As corporações da Idade Média procuram impedir coercitivamente a transformação do mestre artesão em capitalista, limitando a um mínimo o número máximo de trabalhadores que cada mestre podia empregar. *O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito esse limite medieval.* (...) O montante mínimo de valor que tem de dispor um possuidor de dinheiro ou de mercadorias, para virar capitalista, muda de acordo com os diferentes estágios da produção capitalista e, em determinado estágio de desenvolvimento, difere nos ramos de produção, segundo as condições técnicas de cada um (MARX, 2006, pág. 355-356 – grifo do autor).

A historicidade do modo de produção capitalista e, assim, a negação do seu caráter absoluto, transparece, mais uma vez, ao ser considerada por Marx a relação “capital e trabalho assalariado” e as modificações do capital. Apontando a especificidade histórica da mencionada relação, Marx afirma o fato de ter o capital conquistado o comando sobre o trabalhador, de ter tornado a extração do trabalho excedente descomedida em relação aos anteriores modos de produção e, ainda, de ter transformado os meios de produção de meros instrumentos da atividade produtiva em

meios de absorção de trabalho alheio. Quanto às modificações do capital, Marx apenas aponta o fato de que, no início, o capital não alterou as condições técnicas do trabalho, aumentando a exploração de mais-valia apenas através da extensão da jornada de trabalho.

Não nos deteremos no exame pormenorizado das modificações ocorridas nas relações entre capitalista e assalariado, *no curso histórico do processo de produção*, nem no estudo das transformações do capital. Apenas acentuaremos aqui alguns pontos principais. Dentro do processo de produção, conquistou o capital o comando sobre o trabalho, sobre a farsa do trabalho em funcionamento, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com grau adequado de intensidade. O capital transforma-se, além disso, numa relação coercitiva, que força a classe trabalhadora a trabalhar mais do que exige o círculo limitado das próprias necessidades. E, como produtor da laboriosidade alheia, sugador de trabalho excedente e explorador da força de trabalho, o capital ultrapassa em energia, em descomedimento e em eficácia todos os sistemas de produção anteriores fundados sobre o trabalho compulsório direto. De início, o capital submete trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não modifica imediatamente o modo de produção. A produção da mais-valia, na forma estudada até agora, por meio de simples prolongamento do dia de trabalho, ocorreu, por isso, independentemente de qualquer modificação no processo de produção. Na panificação antiga, não era menos eficaz do que na fiação moderna de algodão. Se observarmos o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, veremos que, para o trabalhador, os meios de produção não são capital, mas simples meios e materiais de sua atividade produtiva adequada a um fim. (...) A situação muda de aspecto quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de criar valor. Os meios de produção se transformam imediatamente em meios de absorção do trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador (MARX, 2006, pág. 356-357 – grifo do autor).

Mas, ao considerarmos a citação acima, percebemos que se trata não apenas de apontamentos históricos que negam o caráter absoluto do modo de produção capitalista, mas também que expressam o caráter contraditório entre a classe burguesa e a classe trabalhadora e, assim, a tendência transitória do mencionado modo de produção. A contradição de classe transparece na citação acima pela submissão, intensa exploração e desumanização impostas pelo capital ao trabalho, proporcionando essa “contradição”, tal como podemos constatar no capítulo VIII de “O Capital”, a organização da classe trabalhadora pela redução e limitação legal da jornada de trabalho. Sendo a contradição de classe tensionada, o que ocorre inelutavelmente com o desenvolvimento da

contradição “valor-de-uso e valor” ou do modo de produção capitalista, gera-se a negação absoluta da classe burguesa e, conseqüentemente, do mencionado modo de produção.

6- Os Capítulos X, XI, XII e XIII de “O Capital”

Na seção IV de “O Capital” (“A Produção da Mais-Valia Relativa”), correspondente aos capítulos X (“Conceito de Mais-Valia Relativa”), XI (“Cooperação”), XII (“Divisão do Trabalho e Manufatura”) e XIII (“A Maquinaria e a Indústria Moderna”), Marx apresenta o conceito de mais-valia relativa e os métodos criados historicamente para a sua extração. Nesse contexto, a teoria revolucionária mais uma vez adquire consistência: Marx fortalece a negação do caráter absoluto do modo de produção capitalista ao ampliar os seus apontamentos históricos, além de explicitar o movimento de autossuperação desse sistema econômico, ao apresentar o aprofundamento da contradição “luta de classes” e o desenvolvimento das condições materiais que proporciona a constituição de uma nova sociedade. Marx expõe como a classe dos fabricantes eleva a exploração do trabalho através de sua intensificação, ou seja, independentemente da histórica limitação legal da jornada de trabalho proclamada no capítulo VIII de sua obra, fato que acarretaria uma ampliação da consciência política do trabalhador. Segundo Benoit (1997, pág. 14), essa ampliação da consciência política estaria relacionada não apenas à constatação da ineficiência da limitação legal da jornada para impedir a acirrada exploração da força de trabalho, mas à própria desilusão da classe trabalhadora no que se refere à ideia de que a produtividade do trabalho, no interior do modo de produção capitalista, acarretaria a ela desenvolvimento e progresso.

a) O Capítulo X de “O Capital”

Reapresentando a contradição lógica “trabalho necessário e trabalho excedente” que, tal como já foi explicitado, é fundamentada pela histórica contradição de classes, Marx indaga sobre como prolongar a mais-valia produzida pelo trabalho excedente sem o prolongamento da jornada de trabalho. Detendo como pressuposto a posição de que as mercadorias são compradas e vendidas a partir do seu valor integral, o que inclui a

mercadoria força de trabalho³¹, Marx aponta ser a solução do problema a redução do valor da força de trabalho através do aumento da produtividade, que é efetivado por uma transformação nas condições de produção, ou seja, no instrumental e nos métodos de trabalho. Eis que surge a divergência conceitual entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa:

Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho³² (MARX, 2006, pág. 366).

³¹ Sem deixar de mencionar, Marx abstrai ou adia a exposição sobre a possibilidade do rebaixamento do salário em relação ao valor da força de trabalho como meio de expandir o trabalho excedente sem o prolongamento da jornada de trabalho. Desse modo, Marx proporciona destaque e clareza ao elemento do seu interesse: a produção da mais-valia relativa.

³² Tal como aponta Marx (2006, pág. 363-365), ao contrário do que ocorreu na seção III de “O Capital”, na qual, ao ser estudada a mais-valia, se supôs invariável o modo de produção, dando-se sua produção e expansão a partir do prolongamento da jornada de trabalho, na seção IV de “O Capital” a mais-valia é expandida não pela expansão da jornada, mas pela intensificação do trabalho. Novamente, tal como assinala em nota anterior, Marx explicita utilizar um procedimento metodológico de abstração, segundo o qual alcança destaque e clareza aos elementos do seu interesse. Caso consideremos esse procedimento de se direcionar do abstrato ao concreto aplicado na exposição temática “mais-valia absoluta e mais-valia relativa”, torna-se ainda compreensível que a exposição prévia da primeira representa uma necessidade lógica e histórica, afinal, consistindo a mais-valia absoluta na existência e no prolongamento do tempo de trabalho excedente, a mais-valia relativa apenas se torna possível a partir da existência da mais-valia absoluta, ou seja, como redução do tempo de trabalho necessário que se contrapõe ao tempo de trabalho excedente. Além do mais, em um primeiro momento, o capital explora o trabalho sem transformar as condições técnicas pela qual atua, desenvolvendo apenas posteriormente a exploração da mais-valia relativa, algo explicitamente considerado por Marx ao organizar sua obra expositivamente (Cf. MARX, 2006, pág. 218) (Cf. pág. 58). Desse modo, a mais-valia relativa pressupõe a mais-valia absoluta, detendo, assim, um maior número de determinações (Cf. MARX, 2006, pág. 578-579) (Cf. pág. 109). Tal como se tornará compreensível, Marx mantém essa mesma ordenação expositiva ao considerar os métodos de extração da mais-valia relativa: apresenta, respectivamente, os métodos cujas determinações são mais simples (cooperação e manufatura) até aquele cuja determinação é mais complexa (maquinaria), sendo os métodos mais simples conservados e superados pelos mais complexos que os pressupõem. O sentido histórico dessa ordenação expositiva pode ser mais claramente captado a partir do estudo de Rosdolsky que, a partir das palavras do próprio Marx afirma: “nos primórdios da produção capitalista, o capital só coordena os trabalhadores formalmente, pois essa coordenação “se restringe ao produto do trabalho, e não ao próprio trabalho”. Consiste simplesmente em que “o capital contrata diversos tecelões e fiandeiros manuais, autônomos e dispersos em suas próprias moradias [...]. O modo de produção propriamente dito ainda não está sob o controle do capital, mas existe previamente a ele. (...) O trabalho cooperativo só existe *em si*, já que todos trabalham para o capital — que, por conseguinte, ocupa a posição central — sem que trabalhem juntos [de fato]. (...) Logo essa etapa é superada; chega-se a uma situação em que o capital já não emprega os trabalhadores do jeito que os encontrou, mas os faz cooperar em uma empresa. (...) Ao evoluir, a empresa capitalista primitiva logo se vê obrigada a “utilizar de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo lugar e a simultaneidade de seus trabalho”, por exemplo dividindo o trabalho total em determinadas operações parciais e entregando cada uma dessas operações a um grupo específico de trabalhadores. Surge assim a típica manufatura capitalista, como modo de produção industrial. (...) Por mais que a manufatura capitalista primitiva aspire a produzir mais-valia relativa por meio da cooperação e da divisão do trabalho, as leis que a regem não são de modo algum idênticas “às da grande indústria”. Apesar de todo o desenvolvimento da divisão do trabalho, *seu fundamento permanece sendo a habilidade artesanal, e seu “mecanismo específico [...] é o trabalhador coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais*”. Como regra geral, “o trabalho necessário ainda absorve grande parte do tempo de trabalho disponível, e o mais-trabalho de cada

Marx observa que “o valor das mercadorias varia na razão inversa da produtividade do trabalho”, estando incluído no âmbito dessa lei o valor da força de trabalho, e isso “por ser determinado pelos valores das mercadorias”. “Em contraposição”, ainda observa o pensador que “a mais-valia relativa varia na razão direta da produtividade do trabalho”. Desse modo, Marx amplia as determinações e, assim, a compreensão da categoria capital: “por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador” (MARX, 2006, pág. 370). Considerando as observações de Marx, torna-se perceptível que há uma contradição entre a valorização da força de trabalho e o aumento da produtividade, ou, em outras palavras, que a classe trabalhadora não se beneficia com o aumento da riqueza social, o que se deve à contradição de classes. Na verdade, o aumento da capacidade produtiva nem sequer proporciona a redução da jornada de trabalho, relacionando-se, inclusive, com o seu aumento:

Poupança do trabalho por meio do desenvolvimento da produtividade do trabalho não tem como fim atingir, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho requerido para produzir determinada quantidade de mercadoria. Que o trabalhador, em virtude da elevação da força produtiva de seu trabalho, produza agora, em uma hora, 10 vezes mais mercadorias que antes, precisando de 10 vezes menos tempo de trabalho para produzir cada unidade, não impede de nenhum modo que o capitalista continue fazendo-o trabalhar 12 horas para produzir, nessas 12 horas, 1.200 unidades em vez das 120 anteriores. Sua jornada de trabalho pode mesmo ser simultaneamente prolongada, de modo a produzir em 14 horas, 1.400 unidades. (...) O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2006, pág. 371-372).

trabalhador permanece relativamente pequeno”. (...) Só a indústria moderna, baseada na maquinaria, pode superar essa barreira. Ao contrário da manufatura, na grande indústria a contínua revolução do modo de produzir não se baseia na força de trabalho, mas sim nos meios de trabalho. Isso modifica profundamente a relação original entre o trabalhador e esses meios. (...) [...] O pleno desenvolvimento do capital só ocorre [...] quando o meio de trabalho [...] se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo” (ROSDOLSKY, 2001, pag. 202-205) (MARX, 1953, pág. 480-481, 410-411, 482, 584-587, Theorien, II, pág. 586, Das Kapital, I, pág. 388 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 202-205).

Após pronunciar essas palavras, Marx anuncia que, a seguir, proporcionará uma exposição a respeito dos métodos de produção de mais-valia relativa. Nesse processo expositivo, Marx amplia suas considerações históricas, destacando, assim, o caráter transitivo do modo de produção capitalista, e também o acirramento da tensão contraditória entre as classes sociais, em função da exploração gerada pela extração de mais-valia relativa, apontando, nesse contexto, para a possibilidade de superação desse modo de produção.

b) O Capítulo XI de “O Capital”

No capítulo XI de “O Capital” (“Cooperação”), Marx tematiza a cooperação como um instrumento de produzir mais-valia relativa. Marx introduz o capítulo, reapresentando um pressuposto “histórico” e “lógico” do modo de produção capitalista. “Histórico” por refletir na ideia determinada condição social; “lógico”, não apenas por ter existência categorial, mas por anteceder ou fundamentar, necessariamente, a categoria “capital”:

Conforme já vimos, a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capital constitui, *histórica e logicamente*, o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2006, pág. 375 – grifo do autor).

Acentuando suas considerações históricas e, assim, a negação do caráter absoluto do seu objeto, Marx prossegue as palavras citadas afirmando que, sob a perspectiva do método de produção, a manufatura quase não difere do artesanato das corporações, consistindo sua divergência apenas no fato de deter maior número de trabalhadores, representando, portanto, mera ampliação da oficina do mestre artesão. Mas, tal como assinala Marx, se no início a divergência era meramente quantitativa, ao alcançar certos limites, acarretou uma verdadeira alteração da situação, “alteração” que modifica ou nega a posição teórica sustentada no capítulo IX de “O Capital”, segundo o qual a massa de mais-valia produzida por um capital “é igual à mais-valia fornecida por cada trabalhador, multiplicada pelo número de trabalhadores simultaneamente

empregados³³”. Marx intenta explicitar a especificidade da força produtiva coletiva, cujo efeito produtivo é acentuadamente diverso em relação àquele alcançado pela mera soma dos trabalhos individuais, propiciando, assim, a ampliação da mais-valia. Marx apresenta essa novidade após conceituar a cooperação como uma “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos de acordo com um plano, seja no mesmo processo de produção ou em processos diferentes, mas, conexos” (MARX, 2006, pág. 378). Eis suas palavras:

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho de continuidade e da multiforiedade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 2006, pág. 382).

Considerando a cooperação, não em termos gerais, mas, tal como se configura no modo de produção capitalista, ou seja, de forma mais concreta, Marx (2006, pág. 383) assinala que sendo condição da cooperação a aglomeração dos trabalhadores em um mesmo local, devem tais trabalhadores ser empregados por um mesmo capital (burguês), representando a concentração dos meios de produção e a amplitude dessa concentração a condição da cooperação dos assalariados e da extensão dessa prática. Exigindo o trabalho social direcionamento, assume o capital tal função, sendo seu domínio posto como uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho. Mas, se por um lado, o direcionamento do capital apresenta-se como uma necessidade para a organização do trabalho social; por outro, representa a exploração do trabalho

³³ Esse posicionamento proviria “do ponto de vista do valor das mercadorias em geral” (MARX, 2006, pág. 375), sendo negado em função do movimento expositivo de Marx ampliar e inserir em seu discurso um maior número de determinações rumo à concretização do conceito “capital”.

social, desencadeando na interioridade do processo produtivo um acirramento da tensão entre as classes sociais:

Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível de trabalho. Com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados, cresce sua resistência, e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência. A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social, e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de se controlar adequadamente a aplicação de tais meios. Além disso, a cooperação dos assalariados é levada a efeito apenas pelo capital que os emprega simultaneamente. A conexão entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo estão fora deles, no capital que os põe juntos e os mantém juntos. A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados (MARX, 2006, pág. 384-385).

Aprofundando seu discurso histórico, cujo efeito proporciona a percepção do caráter transitório do seu objeto, Marx aponta os efeitos da ampliação da cooperação na emergência e desenvolvimento da figura do capitalista, e também apresenta manifestações históricas diversas da cooperação, dissolvendo, assim, a ilusão de que trata-se de uma forma de organização do trabalho específica à forma capitalista (MARX, 2006, pág. 385; 387). No entanto, o que destaca do capítulo XI de “O Capital” é o fato de que, ao proporcionar a constituição do trabalho social intentando apenas a ampliação da mais-valia, o capital não apenas acirra o descontentamento e a capacidade de organização da classe trabalhadora ao concentrá-la em um mesmo local de trabalho. Ainda, cria, obviamente, as condições materiais de uma nova sociedade, intensificando as forças produtivas e ampliando a riqueza social. Desse modo, ao explicitar o movimento do capital, sua ampliação através da exploração da mais-valia, Marx explicita, igualmente, as tendências que desencadeia no sentido de sua superação.

c) O Capítulo XII de “O Capital”

No capítulo XII de “O Capital” (“Divisão do Trabalho e Manufatura”), Marx tematiza a divisão do trabalho e sua aplicação na manufatura como um instrumento de produção da mais-valia relativa. Nesse contexto, Marx amplia os seus apontamentos históricos e destaca a contradição entre a potência produtiva da manufatura e a desvalorização da força de trabalho, algo que reflete, na verdade, a própria contradição da luta de classe. Mas, Marx também explicita como o desenvolvimento material e as contradições na organização produtiva propiciaram a transição, ou a superação das corporações medievais pela organização manufatureira e dessa pela mecanizada indústria moderna. Nesse sentido, Marx ainda proporciona uma antevisão da superação do próprio modo de produção capitalista, que ao organizar o trabalho cooperado para alcançar uma maior extração de mais-valia, potencializando as forças produtivas e intensificando a contradição da luta de classes, possibilita a emergência de um modo de produção superior.

A ampliação dos apontamentos históricos já se apresenta no início do capítulo em questão, sendo datado e, assim, historicizado o período de funcionamento da manufatura: Marx afirma que “a cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura”, predominando “como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grossomodo*, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII” (MARX, 2006, pág. 391). Discorrendo sobre a origem da manufatura e, assim, reafirmando o caráter histórico e transitório desse objeto, Marx aponta para sua dupla origem a partir do artesanato:

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge a combinação de ofícios independentes diversos que perdem a sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humanos (MARX, 2006, pág. 393).

Fiel ao seu método expositivo de direcionar-se do abstrato ao concreto, Marx apresenta, inicialmente, os elementos simples da manufatura (o trabalhador parcial e seu instrumento) e, posteriormente, a manufatura no conjunto do seu mecanismo. No âmbito dessa discussão, Marx explicita não apenas como a manufatura aumentou a produtividade do trabalho e, assim, ampliou a mais-valia e reduziu o valor da força de trabalho, mas, também, como a manufatura apresenta certa deficiência ou limitação em relação à grande indústria em proporcionar à classe proprietária a ampliação da mais-valia, desenvolvendo, no entanto, em sua interioridade, a própria condição para a formação da moderna indústria mecanizada. No que se refere ao aumento da produtividade do trabalho ocasionado pela manufatura, Marx afirma o seguinte:

O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. (...) A repetição contínua da mesma ação ilimitada e a concentração nela da atenção do trabalhador ensinam-no, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de esforço (MARX, 2006, pág. 394).

Mas, a influência da manufatura sobre o aumento da produtividade e, assim, na ampliação da mais-valia e na desvalorização da força de trabalho, não ocorreu apenas em função da força produtiva da cooperação geral e da divisão do trabalho, mas também, por serem os trabalhadores selecionados de acordo com suas habilidades, por oscilarem os seus salários de acordo com suas capacidades e função e, por fim, por ser a formação profissional consideravelmente dispensada (MARX, 2006, pág. 404-405). Considerando a desvalorização da formação profissional, Marx explicita ser a força de trabalho desvalorizada em sentido inverso à valorização do capital, algo que reflete a contradição “trabalho necessário e trabalho excedente”, e que reflete, por sua vez, a contradição “classe trabalhadora e classe capitalista”:

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundando, para o capital, em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente (MARX, 2006, pág. 405).

No que se refere à “limitação peculiar, custosa e imanente” à manufatura em ampliar a mais-valia, Marx (2006, pág. 399) afirma que essa consiste no “transporte

ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro” para ser estabelecida e mantida a conexão entre as funções isoladas. Quanto à condição material criada pela manufatura para a superação desse problema, consiste ela, tal como aponta, em sua simplificação e diversificação das ferramentas, afinal, a maquinaria “consiste em uma combinação de elementos simples” (MARX, 2006, pág. 396).

Prosseguindo seu discurso, Marx retoma suas considerações históricas e analisa a relação entre a divisão social do trabalho (fundamento geral da produção de mercadorias) e a divisão manufatureira do trabalho (própria do capitalismo). No contexto dessa discussão, Marx explicita o desenvolvimento histórico da divisão social do trabalho, retomando parte da exposição realizada no segundo capítulo de sua obra, mas, também, reforça a novidade histórica do modo de produção capitalista e de sua forma manufatureira: “sendo a produção e a circulação de mercadorias condições fundamentais do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade tenha atingido certo grau de desenvolvimento” (MARX, 2006, pág. 408). Comparando a divisão social do trabalho e a divisão manufatureira do trabalho de modo a captar suas divergências, Marx é ainda mais explícito no que se refere à novidade histórica do capitalismo: se os trabalhadores independentes produziam mercadorias, o trabalhador parcial ou manufatureiro não a produz; se a divisão social do trabalho é processada a partir da compra e venda de produtos de ramos diversos, a divisão manufatureira é realizada a partir da venda de diferentes forças de trabalho; se a divisão social pressupõe a dispersão social dos meios de produção, a divisão manufatureira pressupõe sua concentração; se na divisão social são os trabalhadores distribuídos pelo acaso e pelo arbítrio pelos ramos da produção social, na divisão manufatureira os trabalhadores são proporcionalmente distribuídos a certas funções (MARX, 2006, pág. 409-410).

No entanto, mais interessante do que constatarmos o caráter histórico ou transitório do objeto “modo de produção capitalista”, para compreendermos “O Capital” como uma teoria revolucionária, é constatarmos as leis que impelem esse modo de produção à superação. Marx oferece tais elementos ao discorrer sobre a superação das corporações medievais pelas manufaturas, mas, também, sobre a superação das manufaturas pela grande indústria. No que se refere à superação das corporações, Marx aponta elementos internos a essa organização econômica que excluem, e, *ao mesmo tempo*, impelem o desenvolvimento da organização manufatureira, explicitando, desse

modo, a importância da existência de certas contradições internas, mas também de certas condições materiais, para que um modo de produção seja superado por outro:

As leis das corporações da Idade Média impediam metodicamente, conforme já observamos, a transformação de um mestre artesão em capitalista, limitando severamente o número de companheiros que ele tinha o direito de empregar. Também só lhe era permitido empregar companheiros no ofício em que era mestre. A corporação se defendia zelosamente contra qualquer intrusão do capital mercantil, a única forma livre de capital com que se confrontava. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. Só era tolerado como distribuidor dos produtos dos artesãos. Se circunstâncias externas provocavam progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes se subdividiam em subespécies ou se fundavam novas corporações junto às antigas, sem que diferentes ofícios se reunissem em uma única oficina. *A organização corporativa excluía, portanto, a divisão manufatureira do trabalho, embora muito contribuisse para as condições de existência desta, especializando, separando e aperfeiçoando os ofícios.* Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol a sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital (MARX, 2006, pág. 413-414 – grifo do autor)

³⁴.

Discorrendo a respeito da manufatura, Marx apresenta os seus obstáculos à ampliação do capital, ou, em outras palavras, ao interesse da classe dominante em ampliar a mais-valia. Dentre os mencionados obstáculos, destaco aquele que é explícito quanto à tensão entre as classes sociais:

Uma vez que a habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador. (...) Por todo período manufatureiro, estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores (MARX, 2006, pág. 423).

Mas além do interesse da classe dominante em submeter ainda mais a classe trabalhadora para ampliar o seu capital, também foi importante ao surgimento da grande indústria o fato de que “o estreito fundamento técnico” da manufatura, “ao atingir certo estágio de desenvolvimento, entrou em conflito com as necessidades de produção que

³⁴ Apenas no capítulo XXIV de “O Capital” expõem-se a razão histórica da separação entre os meios de produção e os produtores presentes na sociedade capitalista, tornando-se compreensível o papel fundamental da contradição ou da luta de classes na transição do modo de produção medieval ao modo de produção capitalista.

ela mesma criou” (MARX, 2006, pág. 424). Diante dos obstáculos à ampliação do capital e à produção e ampliação das necessidades sociais, a manufatura é superada pela grande indústria, sendo as primeiras máquinas construídas, tal como aponta Marx (2006, pág. 424), nas próprias oficinas manufatureiras, nas quais já se construíam “ferramentas” e “complicados aparelhos mecânicos”. As máquinas “eliminaram o ofício manual como princípio regulador da produção social”, sendo eliminados ou superados os obstáculos que a manufatura acarretava à ampliação do capital.

d) O Capítulo XIII de “O Capital”

Marx inicia o capítulo XIII de “O Capital” (“A Maquinaria e a Indústria Moderna”), considerando o emprego da maquinaria e o desenvolvimento geral das forças produtivas do trabalho sob o direcionamento *histórico* do capital. Nesse âmbito expositivo, Marx propicia a percepção do efeito da maquinaria em acirrar a contradição entre as classes, seja pela intensificação da exploração da força de trabalho, seja por acarretar desemprego, baixas salariais e crises econômicas. No entanto, antes de proporcionar a mencionada “percepção”, Marx propõe investigar “como o instrumental de trabalho se transforma de ferramenta manual em maquinaria”. No contexto dessa discussão, o pensador não apenas oferece compreensão a respeito do corpo da fábrica, mas também destaca o interesse ou a contradição de classe e o desenvolvimento de certas condições e contradições materiais como elementos presentes na manufatura que impelem a sua negação ou superação pela indústria moderna. Tais elementos são igualmente úteis para a compreensão das tendências transitivas do próprio modo de produção capitalista e, assim, para a teoria revolucionária em “O Capital”.

d1) O significado do desenvolvimento da maquinaria sob o direcionamento do capital e as condições para a transitoriedade da manufatura à indústria moderna

Considerando o emprego da maquinaria e o desenvolvimento geral das forças produtivas do trabalho sob o direcionamento *histórico* do capital, Marx inicia o capítulo XIII de sua obra explicitando que tais fatores não se destinam a amenizar a labuta, mas a ampliar a mais-valia em função da contradição existente entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Nesse sentido, o emprego da maquinaria e o desenvolvimento geral das forças produtivas significam, na verdade, maior exploração de trabalho e maior

produção de riqueza sem qualquer benefício à classe trabalhadora, ou, em outras palavras, maior tensão na contradição “trabalho e capital”. Dialogando com John Stuart Mill, segundo o qual é duvidoso que tenham as invenções mecânicas aliviado a labuta dos seres humanos, Marx afirma:

Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva de trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia (MARX, 2006, pág. 427).

Considerando que a manufatura revolucionou o método de produção através da força de trabalho, enquanto a indústria moderna através do instrumental de trabalho, Marx propõe investigar como o instrumental de trabalho se transformou de ferramenta manual em maquinaria, fato que proporcionou a transição da manufatura à indústria moderna. Tal como pode ser percebido pela citação acima, essa transição deve ser compreendida como um produto da contradição de classes, como um resultado do interesse da classe capitalista em extrair mais força de trabalho da classe trabalhadora, mas também como o resultado do desenvolvimento das condições materiais produzidas pela própria manufatura.

Ao investigar a transformação do instrumental de trabalho em maquinaria, coerente com a lógica do seu método em ter como ponto de partida as determinações mais simples do seu objeto, Marx inclina-se, inicialmente, a distinguir em termos conceituais a “ferramenta” da “máquina”. Considerando a maquinaria em sua forma desenvolvida, Marx (2006, pág. 429-430) aponta que ela é constituída de três partes: motor, transmissão e máquina-ferramenta. O motor e a transmissão existem para movimentar a máquina-ferramenta, sendo o motor a força motriz de todo o mecanismo e a transmissão aquilo que regula, distribui e transmite o movimento à máquina-ferramenta. A máquina ferramenta ou máquina de trabalho, por sua vez, consiste na parte da maquinaria que se apodera do objeto de trabalho e o transforma, trata-se de “um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas próprias ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes”. De acordo com Marx, “é dessa parte da maquinaria (...) que parte a revolução industrial do século XVIII”, sendo esse, ainda, o contínuo ponto de partida “sempre que se trata de transformar um ofício ou manufatura em exploração

mecanizada”. O conceito de máquina proposto por Marx relaciona-se estreitamente com essa parte da maquinaria: “quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta”. Prosseguindo o autor suas considerações sobre a máquina-ferramenta, afirma ele que “os aparelhos e instrumentos com que trabalha o artesão e o trabalhador manufatureiro nela reaparecem, de modo geral, embora muitas vezes sob forma muito modificada” (MARX, 2006, pág. 429). Desse modo, torna-se perceptível que, se por um lado, a indústria moderna superou a manufatura, por outro, conservou os seus elementos técnicos.

Focando o desenvolvimento histórico da indústria moderna, cujo instrumento simples de produção é a máquina, Marx assinala que no início houve um desenvolvimento da máquina-ferramenta, sendo deixado ao homem “a função puramente mecânica de força motriz”, e isso, “ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir com a mão os seus erros”. Mas a revolução ocasionada pela criação das máquinas-ferramenta provocou, por sua vez, uma “revolução na máquina a vapor” (MARX, 2006, pág. 430-431), e, de um modo geral, o desenvolvimento do motor ou da força motriz, sendo o homem substituído em sua função:

O aumento do tamanho da máquina-ferramenta e do número dos instrumentos com que opera ao mesmo tempo exige um motor mais possante, que, para vencer a própria resistência, precisa de uma força motriz superior à força humana. Além disso, a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um elemento uniforme e contínuo. Mas, supondo-se que o homem exerça apenas a função de força motriz, tomando uma máquina-ferramenta o lugar de sua ferramenta, pode ser substituído nessa função por forças naturais (MARX, 2006, pág. 432).

Prosseguindo sua exposição a respeito do desenvolvimento histórico das forças motrizes, Marx acentua ainda mais o fato de que a indústria moderna emerge das próprias condições criadas pela manufatura, entrando tais “condições” em *contradição* com a sua organização. Nesse sentido, Marx (2006, pág. 432-434) aponta a existência das “forças motrizes legadas pelo período manufatureiro” à indústria moderna, ou seja, a força do cavalo, do vento e da água, mas também “que o período manufatureiro desenvolveu os primeiros elementos científicos e técnicos da indústria moderna”, sendo investigadas as leis de fricção e elaborada uma teoria da aplicação do volante para ser superado certos obstáculos técnicos.

Com o desenvolvimento da máquina-ferramenta e o sucessivo desenvolvimento da força motriz, a máquina-ferramenta transforma-se em um simples elemento da produção mecanizada, alcançando a máquina maior desenvolvimento:

Depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta isolada que observamos até agora se reduz a um simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz, um motor, pode agora impulsionar ao mesmo tempo muitas máquinas-ferramenta. Com o número das máquinas-ferramenta impulsionadas ao mesmo tempo, aumenta o tamanho do motor e o mecanismo de transmissão assume grandes proporções (MARX, 2006, pág. 434).

Complexificando as determinações do seu objeto de análise, Marx considera as máquinas reunidas em uma fábrica e, nesse contexto, novamente explicita a relação de “conservação” e “superação” entre a manufatura e a indústria moderna. Após analisar a situação na qual máquinas da mesma espécie cooperam ao ser levado a cabo por cada uma o processo global da produção de um produto, Marx expõe a situação do sistema de máquinas, na qual o objeto de trabalho percorre processos parciais conexos, efetivados por um conjunto de máquinas ferramentas de espécies diferentes que se completam. Nesse caso, reaparece a divisão manufatureira do trabalho sob nova forma, transparecendo ser a manufatura um modelo organizacional da grande indústria:

Reaparece então a cooperação peculiar à manufatura baseada na divisão do trabalho, mas agora sob a forma de combinação de máquinas-ferramenta parciais, complementares. As ferramentas específicas dos diferentes trabalhadores parciais — na manufatura de lã, por exemplo, a do batedor, a do cardador, a do tosador, a do fiandeiro etc. — transformam-se então nas ferramentas de máquinas especializadas, constituindo, cada uma destas, um órgão especial adequado a uma função especial do sistema. A própria manufatura, de modo geral, fornece ao sistema de máquinas, nos ramos em que esse primeiro se introduz, a base original da divisão e, conseqüentemente, da organização do processo de produção. (...) Na manufatura, a cooperação direta entre os trabalhadores parciais estabelece determinadas proporções entre os grupos especializados de trabalhadores; do mesmo modo, no sistema de máquinas, a contínua ocupação interdependente das máquinas parciais cria uma determinada proporção com referência ao número, ao tamanho e à velocidade das máquinas (MARX, 2006, pág. 435-437).

No que se refere às divergências, ou à superação da manufatura pela indústria moderna, Marx aponta que, ao contrário do que ocorre na manufatura, desaparece na indústria moderna o princípio subjetivo da divisão do trabalho e a interrupção do processo parcial da produção:

Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas. Se o trabalhador é incorporado a determinado processo, foi este antes ajustado ao trabalhador. Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. (...) Na manufatura, o isolamento dos processos parciais é um princípio fixado pela própria divisão do trabalho; na fábrica mecanizada, ao contrário, é imperativa a continuidade dos processos parciais (MARX, 2006, pág. 436-437).

Observando o fato de que a manufatura constituiu-se em base técnica da indústria moderna, e isso, ao deter em seu interior os artífices das máquinas, desenvolvendo ramos autônomos e a divisão do trabalho para a produção de máquinas, Marx volta a destacar que a manufatura criou contraditoriamente a negação do artesanato e de si mesma.

As invenções de Vaucanson, Arkwright, Watt e outros só puderam concretizar-se porque eles encontraram à mão um número apreciável de hábeis trabalhadores mecânicos, que vieram do período manufatureiro. (...) Com a afluência das invenções e a procura crescente de novas máquinas inventadas, cada vez mais se diferenciava em ramos autônomos diversos a produção de máquinas e se desenvolvia a divisão do trabalho nas manufaturas que construíam máquinas. A manufatura se constitui, assim, em base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção em que se apoderava (MARX, 2006, pág. 438).

Porém, tal como afirma Marx, constituindo-se através da manufatura, a produção mecanizada se erguia sobre uma base material inadequada ao seu desenvolvimento. A fabricação da máquina através da força pessoal significava o seu encarecimento (“circunstância que sempre preocupa o capitalista”) e, por estar restrita a competência de poucos trabalhadores, sua expansão se tornava lenta. Mas, além desses fatores relacionados com o interesse da classe proprietária em ampliar a produção da mais-valia, há ainda outro fator que impeliu a superação da base artesanal e manufatureira da indústria moderna: a contradição técnica entre a indústria moderna e sua base.

Além disso, em certo estágio de desenvolvimento, a indústria moderna entrou tecnicamente em conflito com a base que possuía no artesanato e na manufatura. Ampliação crescente das dimensões do motor, do mecanismo de transmissão e das máquinas-ferramenta; maior complicação e diversidade, mais minucioso ajustamento dos elementos componentes, à medida que a máquina-ferramenta se desprende do modelo de ferramenta manual em que se baseava sua construção primitiva e adquiri uma forma livre, subordinada apenas à sua função mecânica; aperfeiçoamento do sistema automático; e aplicação cada vez mais inevitável de materiais com maior resistência, por exemplo, o ferro em vez da madeira: todos esses problemas surgiram naturalmente e sua solução encontrava por toda a parte as limitações pessoais que mesmo o trabalhador coletivo da manufatura só podia enfrentar até certo ponto, sem chegar a transpô-las qualitativamente. A manufatura não podia produzir máquinas, como o prelo moderno, o moderno tear a vapor e a máquina de cardar moderna (MARX, 2006, pág. 439).

Os fatores apresentados acima, associados à necessidade de serem revolucionados os meios de transporte e a comunicação para se adequarem as exigências criadas pela grande indústria, que exigia, por sua vez, a produção de máquinas ciclópicas cuja produção não poderia ser alcançada pela manufatura, acarretaram, por fim, a mecanização do processo de fabricar máquinas: “a indústria moderna teve, então, de se apoderar de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou a base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés”. E, na configuração dessa nova realidade, constatamos, mais uma vez, não apenas a superação da produção artesanal e manufatureira, mas também a conservação de parte da realidade anterior: “se atentarmos, na construção de máquinas, para a parte da maquinaria que constitui a máquina-ferramenta propriamente dita, vemos que nesta reaparece o instrumento do artesão, mas em tamanho ciclópico” (MARX, 2006, pág. 441).

d2) A maquinaria como desencadeadora do acirramento da contradição entre a classe trabalhadora e a classe proprietária: intensificação da exploração da força de trabalho

Após explicitar a presença do interesse ou da contradição de classe e o desenvolvimento das condições e contradições materiais como elementos propulsores da transição da manufatura à indústria moderna, Marx observa algumas repercussões da revolução do instrumental do trabalho sobre o próprio trabalhador, explicitando, nesse

contexto, o acirramento da exploração da força de trabalho e, assim, da contradição entre a classe trabalhadora e a classe proprietária. Marx aponta que com o desenvolvimento da maquinaria apropria-se o capital da força de trabalho das mulheres e das crianças, alonga a extensão da jornada de trabalho de modo a se apropriar de todo o tempo disponível do trabalhador e, ainda, intensifica drasticamente a atividade produtiva.

No que se refere à exploração do trabalho das mulheres e das crianças pelo capital, tornou-se essa situação viável com o advento da maquinaria em função do seu mecanismo dispensar a força muscular e o desenvolvimento físico completo do trabalhador. Essa nova situação, além de aumentar o material de exploração do capital, reduziu o valor da força de trabalho do homem adulto, pois, sendo o valor da força de trabalho determinada pela necessidade de subsistência do indivíduo trabalhador e de sua família, foi o salário desse indivíduo repartido por toda a sua família (MARX, 2006, pág. 451-452). Mas, ao ser a família do trabalhador absorvida pelo capital, não apenas se aumenta a probabilidade de uma revolta da classe trabalhadora, mas ainda se torna possível uma percepção mais aguçada a respeito do caráter ilusório da ideia proporcionada pelo contrato de trabalho, segundo a qual, seria o trabalhador um sujeito livre e igual ao capitalista. Em um primeiro momento, tal como havia explicitado, essa ideia sofre forte abalo com o deslocamento do trabalhador da esfera da circulação para a esfera da produção, na qual esse sujeito percebe o fato de ter sido obrigado a vender sua força de trabalho, e também o antagonismo entre ele e os outros assalariados em relação ao capitalista ou ao capital, fato que o pressiona a reconhecer-se como classe e a unir-se a seus semelhantes para resistir à exploração do seu trabalho. Com o advento da maquinaria e a redução do valor da força de trabalho, torna-se o trabalhador obrigado a vender seus próprios filhos como um traficante de escravos e, assim, mais uma vez, torna-se patente sua falta de liberdade em relação ao capital:

Tomando por base a troca de mercadorias, pressupuséramos, de início, que o capitalista e o trabalhador se confrontam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias, sendo um o detentor do dinheiro e dos meios de produção e o outro o detentor da força de trabalho, mas agora o capital compra incapazes ou parcialmente capazes, do ponto de vista jurídico. Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora, vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos. (...) A revolução efetuada pela máquina na relação jurídica entre comprador e vendedor da força de trabalho tira a toda a transação a aparência de um contrato entre pessoas livres, propiciando mais tarde

ao Parlamento inglês a justificativa para a interferência do Estado nas fábricas (MARX, 2006, pág. 453-454).

No que se refere ao alongamento da extensão da jornada de trabalho, Marx afirma que apesar do poder da maquinaria em aumentar a produtividade, proporciona ela sob o poder de direcionamento do capital maior extensão da jornada de trabalho:

Se a máquina é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, para diminuir o tempo do trabalho necessário à produção de uma mercadoria, em mãos do capital torna-se ela, de início nos ramos industriais de que diretamente se apodera, o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana³⁵ (MARX, 2006, pág. 460).

A produção mecanizada proporciona o aumento da jornada de trabalho, entre outros fatores, por reduzir a capacidade de resistência do trabalhador frente ao impulso imanente do capital de valorizar o valor. Essa redução da capacidade de resistência, fundamentada, tal como assinala Marx (2006, pág. 460-461; 465), pela independência do instrumental do trabalho, pela aparente leveza do trabalho à máquina, pela maior maleabilidade das mulheres e das crianças e, ainda, pela criação de uma população trabalhadora excedente, aumenta, obviamente, a pressão sobre a classe trabalhadora e, assim, contraditoriamente, a possibilidade de sua reação.

Por fim, no que se refere à intensificação do trabalho, Marx (2006, pág. 467) aponta o desenvolvimento desse fenômeno como algo posterior à limitação da jornada de trabalho pelo Estado. Nesse contexto histórico, tal como explicita o pensador, o desenvolvimento do sistema de máquinas foi acelerado em função da finalidade de ser a mais-valia relativa ampliada, compensando, assim, a limitação da mais-valia absoluta:

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, produzido pela maquinaria nas mãos do capital, ao fim de certo tempo provoca, conforme já vimos, uma reação da sociedade, que, ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitado. Em consequência dessa limitação, assume decisiva importância um fenômeno que já examinamos: a intensificação do trabalho (MARX, 2006, pág. 467).

³⁵ Pode ser observado que, tal como ocorreu com a manufatura, o modo de produção capitalista sob a forma mecanizada proporciona condições materiais para a sua superação, afinal, ao aumentar a produtividade do trabalho proporciona a possibilidade de redução da jornada de trabalho em uma sociedade na qual a produção do valor-de-uso e não do valor seja o objetivo da produção.

Sendo o processo de trabalho intensificado após o estabelecimento de sua limitação legal, torna-se a tensão entre as classes ainda maior, sendo ainda proporcionada à classe trabalhadora maior lucidez. Afinal, se os trabalhadores almejavam impedir a acirrada exploração da sua força de trabalho através da limitação legal da sua jornada (Cf. MARX, 2006, pág. 272), compreenderiam, posteriormente, a ineficiência desse meio legal. A negatividade da luta de classes mantém a exploração sobre o trabalhador: “o primeiro efeito da jornada de trabalho diminuída decorre desta lei evidente: a capacidade de operar da força de trabalho está na razão inversa do tempo em que opera. Por isso, dentro de certos limites, o que se perde em duração, ganha-se em eficácia” (MARX, 2006, pág. 468).

Caso considere o percurso expositivo de “O Capital” até esse ponto sob a perspectiva da teoria revolucionária, capto a reconstituição do próprio “movimento do real”. A transição da esfera da circulação para a esfera da produção reproduziu não apenas as categorias que compõem o conceito “capital” das mais simples às mais complexas, mas também reproduziu etapas reais do processo de formação do capital, o desenvolvimento histórico e contraditório (ou transitivo) do modo capitalista de produção a partir da contradição “valor-de-uso e valor” e, ainda, o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora a partir das suas condições materiais. Tal como expus, iludido pela esfera da circulação, pensa o indivíduo trabalhador ser livre e igual, sendo dissolvida essa ilusão ao adentrar a esfera da produção não só pela exploração da sua força de trabalho, mas por tornar-se obrigado a vender seus próprios filhos, reconhecendo-se, nessa esfera, como integrante de uma classe social. Sendo expostos os métodos de extração da mais-valia relativa, Marx ainda reproduz o desenvolvimento histórico das forças produtivas, explicitando o papel da contradição de classe e do desenvolvimento das condições e contradições materiais produzidas por cada método de produção para a sua transição ou autossuperação. Acirrando o mencionado desenvolvimento das forças produtivas a contradição de classe, ou a exploração sobre a classe trabalhadora, torna-se a consciência dessa classe mais uma vez estimulada a captar a sua real situação de não liberdade e não igualdade.

d3) A maquinaria como condicionadora do acirramento da contradição entre a classe trabalhadora e a classe proprietária: desemprego, baixas de salário e crises econômicas

Marx prossegue sua exposição tematizando “a fábrica em seu conjunto e em sua forma atual” e a “luta entre o trabalhador e a maquinaria”. No contexto dessa discussão, Marx explicita a especificidade histórica do uso da maquinaria em uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista, marcada pela contradição de classe, destacando, assim, o caráter transitório do seu objeto. Mas, o pensador também aponta como o desenvolvimento da maquinaria no modo capitalista de produção tensiona a contradição de classe, acarretando, naturalmente, precarização das condições de trabalho, desemprego, baixas de salário, crises econômicas e, assim, certa impressão na consciência da classe trabalhadora.

Marx explicita a especificidade histórica do uso da maquinaria em uma sociedade capitalista, ao apresentar as duas descrições proporcionadas pelo Dr. Ure à fábrica automática: por um lado, o mencionado economista afirma que a fábrica é “(...) cooperação de classes diferentes de trabalhadores, adultos e menores, que, com destreza e assiduidade, tomam conta de um sistema de máquinas produtivas impulsionadas continuamente por uma força central (o primeiro motor)” e, por outro, afirma ser ela também “um autômato imenso composto de numerosos órgãos, uns mecânicos e outros conscientes, que operam de mútuo acordo e ininterruptamente para produzir um objeto comum, todos eles subordinados a uma força motriz que se regula a si mesma” (URE apud MARX, 2006, pág. 479). Segundo Marx, a primeira conceituação aplica-se a qualquer emprego da maquinaria, enquanto a segunda diz respeito apenas ao emprego capitalista da maquinaria, sendo os trabalhadores, no primeiro caso, sujeitos e, no segundo, objetos:

Essas duas conceituações não são de modo algum idênticas. Numa, o trabalhador coletivo ou o organismo de trabalho coletivo aparece como o sujeito que intervém, e o autômato mecânico, como o objeto; na outra, o próprio autômato é o sujeito, e os trabalhadores são apenas órgãos conscientes, coordenados com órgãos inconscientes e, juntamente com eles, subordinados à força motriz central. *A primeira conceituação aplica-se a qualquer emprego da maquinaria em grande escala; a segunda caracteriza seu emprego capitalista e, conseqüentemente, o moderno sistema fabril* (MARX, 2006, pág. 479 - grifos do autor).

Adiante, Marx proporciona, mais uma vez, um sólido apontamento referente à especificidade histórica do uso da maquinaria em uma sociedade capitalista, marcada pela contradição de classe, e também, uma importante contradição que surge com o desenvolvimento da maquinaria nesse contexto produtivo: “possibilidade de encurtamento do tempo de trabalho e prolongamento efetivo do tempo de trabalho”. Tal como ocorre com a manufatura, na qual o interesse da classe capitalista ou a contradição de classe e a produção de novas condições e contradições materiais impulsionam sua autossuperação, a indústria moderna ou mecanizada também produz a negação de si como instrumento de exploração da força de trabalho e, assim, da própria sociedade capitalista: nela, o interesse da classe trabalhadora em reduzir a jornada de trabalho torna-se possibilidade real com a produção das novas condições materiais, contradizendo a realidade das longas jornadas e, assim, o interesse da classe burguesa em ampliar sua mais-valia.

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores³⁶ (MARX, 2006, pág. 503).

³⁶ No que se refere ao aspecto negativo da maquinaria, o qual se refere, na verdade, ao próprio caráter auto-negador do capital, Rosdolsky transcreve as seguintes palavras de Marx: “Por um lado, [o capital] traz à luz todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro, pretende medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais — umas e outras, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social — aparecem para o capital apenas como meios para produzir, reproduzindo sua mesquinha base. *In fact*, todavia, elas criam as condições materiais para lançar essa base pelos ares (MARX, “Grundrisse”, pág. 593-594 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 207). “O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou seja, a colocação do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O pressuposto dessa produção é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza. Todavia, na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção [...]. (...) Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças a sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, tornou-se uma base miserável, comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Tão logo o trabalho, em sua forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser — tem que deixar de ser — sua medida; e o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor

A contradição de classe, ou o interesse da classe trabalhadora como fator para a superação do modo capitalista torna-se ainda mais consistente pelo contraste entre a possibilidade da redução da jornada de trabalho e o prolongamento e intensificação real da jornada associar-se à agressão ocasionada aos sentidos dos trabalhadores e à exposição das suas vidas ao risco:

Os órgãos dos sentidos são, todos eles, igualmente prejudicados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera poluída com os resíduos das matérias-primas, pelo barulho ensurdecador etc., para não falarmos do perigo de vida que advém das máquinas muito próximas umas das outras, as quais produzem sua lista de acidentes da batalha industrial com a regularidade das estações do ano. A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (MARX, 2006, pág. 485-487).

Tematizando a “luta entre o trabalhador e a máquina”, Marx explicita a reação do trabalhador em função da sua situação perante a maquinaria e, assim, paralelamente a sua exposição sobre o desenvolvimento e o funcionamento da indústria moderna, o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora sob suas precárias condições materiais. De acordo com Marx (2006, pág. 488-489), ao iniciar uma luta contra os meios de produção, e não contra a sua aplicação capitalista, a classe trabalhadora teria ignorado a verdadeira causa de sua situação, porém, sua consciência alcança, posteriormente, maior clareza: “era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados” (MARX, 2006, pág. 489). Explicando a violência do trabalhador perante a maquinaria, Marx expõe a importância das condições materiais para a formação da consciência e o acirramento da tensão de classes:

A feição independente e estranha que o modo capitalista de produção imprime às condições e ao produto do trabalho em relação ao trabalhador se converte, com a maquinaria, em oposição completa.

de uso. (...) *O tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume este papel*” (MARX, “Grundrisse”, pág. 592-593, 595-596 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 354-355).

Daí a revolta brutal do trabalhador contra esse instrumental de trabalho, a maquinaria (MARX, 2006, pág. 492).

Prosseguindo suas considerações a respeito do efeito da maquinaria sobre a vida do trabalhador, explicitando, assim, o acirramento da luta de classes, Marx (2006, pág. 491) aponta para o fato da maquinaria substituir os trabalhadores em sua função, gerando o desemprego: “O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador”. Associando, porém, a “auto-expansão do capital através da máquina” à crescente destruição das condições de existência do trabalhador, Marx acentuaria o caráter contraditório e transitório do modo de produção capitalista, afinal, se por um lado “todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador”, por outro, “o trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirado da circulação”. Considerando a população supérflua, Marx afirma ter ela duas alternativas: ou se torna miserável ao se empregar em esferas cujos métodos de produção são incapazes de concorrer com o método mecanizado, ou aceita salários abaixo do valor da força de trabalho, comprometendo, assim, a subsistência dos demais membros da sua classe:

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (2006, pág. 491).

Descrevendo o desenvolvimento ou a expansão do sistema fabril, Marx explicita como a crise e a estagnação produtiva presente na indústria moderna e como a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho são consequências necessárias da própria organização capitalista. Nesse sentido, o pensador proporciona a percepção do necessário movimento de generalização das precárias condições de trabalho, do desemprego e, assim, da tensão entre as classes, detendo as mencionadas condições materiais certos efeitos sobre a consciência da classe trabalhadora.

No que se refere à expansão do sistema fabril e, assim, à generalização das precárias condições de trabalho e do desemprego, Marx aponta o fato de o mencionado “sistema” invadir os ramos de produção, suprimindo o artesanato e a manufatura e

alcançando, nesse processo, lucros extraordinários, além do fato de alcançar base mais ampla, sendo estabelecidas as condições gerais da indústria moderna: sua base técnica ou a maquinaria passa a ser produzida por máquinas, sendo ainda revolucionados o sistema de transporte e de comunicação, a mineração do carvão, do ferro e a elaboração dos metais. Nesse contexto, a capacidade de expansão da indústria torna-se estrondosa e “só se detém diante dos limites impostos pela matéria-prima e pelo mercado”. Ampliando a produção de matéria-prima, barateando os produtos e utilizando os novos meios de transporte e comunicação, adentra-se a indústria nos mercados estrangeiros, arruinando, assim, o artesanato de outros países, transformando-os, ainda, em fornecedores de matéria-prima e proporcionando a seus territórios a emigração de seus trabalhadores supérfluos (MARX, 2006, pág. 512-513). A expansão do sistema fabril e sua dependência em relação ao mercado mundial geram necessariamente um ritmo produtivo febril, porém, acarreta com os seus produtos o abarrotamento do mercado e, assim, a sua paralização. Em outras palavras, o desenvolvimento e a expansão do capital em sua busca pela mais-valia acarreta a sua contradição e, assim, a negação do próprio modo de produção capitalista. Representando o abarrotamento do mercado como uma fase necessária da indústria moderna, explicita Marx ser a condição de vida do trabalhador necessariamente suscetível à precarização ou supressão:

A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A incerteza e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, conseqüentemente, as condições de vida do trabalhador tornam-se normais como aspectos das variações periódicas do ciclo industrial (MARX, 2006, pág. 515).

Considerando a concorrência entre os capitalistas, Marx afirma que, exceto nos períodos de prosperidade industrial, travam-se entre eles os “mais furiosos combates”. Almejando obter participação no mercado, os capitalistas barateiam seu produto através do aperfeiçoamento da maquinaria, aplicando novos métodos de produção e, ainda, reduzindo o salário abaixo do valor da força de trabalho: “Mas, em todo ciclo industrial, chega o momento em que se procura baratear as mercadorias, diminuindo-se à força o salário abaixo do valor da força de trabalho” (MARX, 2006, pág. 515).

Ilustrando o fato da redução dos salários como um fator intrínseco ao ciclo da indústria moderna e como um artifício para explorar ainda mais o trabalhador, Marx expõe através de um documento histórico as palavras dos próprios trabalhadores perante

suas condições materiais, explicitando, desse modo, a consciência da classe trabalhadora que claramente identifica os efeitos funestos da concorrência sobre os salários e o antagonismo de classe:

Num apelo dos trabalhadores despedidos por *lock-out* dos fabricantes de calçados em Leicester, dirigido às “Trade Societies of England”, em julho de 1866, lê-se: “Há 20 anos, transformou-se a fabricação de calçados em Leicester, ao introduzir-se o método de pregar em vez de costurar. Naquele tempo podia-se obter bons salários. As firmas concorriam fortemente entre si para fornecer artigos mais elegantes, mas logo depois surgiu outra espécie de concorrência, cada uma procurando vender mais barato do que a outra. As consequências funestas se evidenciaram na redução de salários, que foi tão rápida que muitas firmas não pagam hoje mais do que a metade do salário primitivo. E, embora os salários caíam cada vez mais, parece que os lucros aumentam com cada alteração da escala de salários” (MARX, 2006, pág. 515, nota 235).

No intuito de ilustrar o processo capitalista, Marx (2006, pág. 517-522) discorre sobre um evento histórico relativo ao processo de produção, explicitando, mais uma vez, a percepção do trabalhador perante sua situação. Marx discorre sobre a carência do algodão, “carência” a qual foi parcialmente salutar aos fabricantes em função do abarrotamento dos mercados. Nesse contexto histórico que reflete o próprio processo capitalista ocorre a supressão dos pequenos fabricantes, a paralização parcial dos meios de produção, a redução do tempo de trabalho, a redução salarial, a falta de emprego, a miséria e a mendicância. Perante essa situação, apelam os trabalhadores por uma sociedade de emigração, considerando o excesso de trabalhadores como uma das causas principais do desemprego e da miséria, porém, não deixam de considerar a necessidade do capitalista de baratear os produtos em função da concorrência, fato que os deixam sem emprego até mesmo no período de prosperidade industrial:

Num apelo dos trabalhadores da indústria têxtil algodoeira, feito na primavera de 1863, para formar uma sociedade de emigração, lê-se: “Só poucos negarão que atualmente é absolutamente necessária grande emigração dos trabalhadores de fábrica. Que uma contínua corrente emigratória é sempre necessária, sendo impossível, sem ela, manter nossa posição nas condições reinantes, demonstram os seguintes fatos: Em 1814, o valor oficial (que é apenas um índice de quantidade) dos artigos de algodão exportados foi de 17.665.378 libras esterlinas, seu valor real de mercado de 20.070.824 libras esterlinas. Em 1858, o valor oficial desses artigos exportados era de 182.221.681 libras esterlinas, e o valor real de mercado apenas 43.001.322, de modo que a quantidade vendida se decuplicou e o

montante recebido em libras esterlinas apenas chegou a ser pouco mais do que o dobro. Esse resultado tão funesto para o país em geral e para os trabalhadores em particular decorreu do concurso de diversas causas. Uma das principais é o constante excesso dos trabalhadores, sem o qual não se pode manter esse negócio tão ruinoso, que exige constante ampliação do mercado, para escapar ao aniquilamento. Nossas fábricas têxteis de algodão podem parar com a estagnação periódica do comércio, tão inevitável quanto a morte, no regime atual. Mas o espírito inventivo do homem não pára por isso. Nos últimos 25 anos, abandonaram o país, num cálculo subestimado 6 milhões de pessoas. Entretanto, em virtude da contínua supressão de trabalhadores, para baratear o produto, grande percentagem dos trabalhadores adultos, mesmo nos anos de maior prosperidade, não encontrando emprego de nenhuma espécie, em qualquer condição, nas fábricas”. (Reports of Insp. Of Fact. 30th April 1863, PP. 51 e 52 apud MARX, 2006, pág. 522-523).

Havendo contradição entre o mercado de trabalho e a expansão monstruosa do sistema fabril, ou, em outras palavras, havendo necessariamente desemprego no regime do capital, a solução proposta pelos trabalhadores por uma sociedade de emigração é, sem dúvida, temporária. Sendo desenvolvida a consciência do trabalhador de acordo com suas condições materiais e, sendo considerada a “contradição” que mencionei, torna-se previsível a necessidade da classe trabalhadora compreender a própria superação do modo capitalista de produção como a verdadeira solução de sua situação. Essa necessidade aparenta tornar-se ainda mais acentuada, ao vivenciarem os trabalhadores o desemprego de sua classe mesmo nos períodos de prosperidade, fato que reflete, para eles, o desejo do burguês de ampliar seus ganhos. Mas, a mencionada necessidade também se torna acentuada, ao considerarmos a seguinte observação de Marx (2006, pág. 523, nota 245): “veremos noutro capítulo como os fabricantes, durante a crise algodoeira, se empenham por impedir a emigração dos trabalhadores fabris, por todas as formas, inclusive por meio da interferência do Estado”.

d4) O impacto transitivo ocasionado pela revolução industrial no que se refere a outros métodos de produção e a colaboração da lei fabril nesse processo

No item “8. Revolução que a indústria moderna realiza na manufatura, no artesanato e no trabalho a domicílio”, Marx discorre sobre a transformação e a superação do modo de produção pretérito pela maquinaria, explicitando, assim, o aspecto transitivo do modo de produção capitalista. Mas, além de considerar as alterações técnicas e organizacionais acarretadas pelo processo de mecanização em

função do interesse pela ampliação da mais-valia, Marx ainda considera, nesse contexto, os seus efeitos sobre as condições de trabalho e a vida dos assalariados, acentuando a compreensão de que o desenvolvimento material da indústria moderna aprofunda a tensão, ou a contradição entre a classe trabalhadora e a classe proprietária.

No que se refere às transformações técnicas e organizacionais empreendidas pelo desenvolvimento da maquinaria, Marx (2006, pág. 522-523) recorda o fato de que “a maquinaria elimina a cooperação baseada no ofício e a manufatura fundamentada na divisão do trabalho manual”, superando, assim, parte dos métodos produtivos e desempregando parte dos trabalhadores. Mas Marx também aponta o fato de que o sistema fabril e as transformações que acarretou na agricultura não apenas suprimiu, mas alterou a natureza da própria produção artesanal, manufatureira e doméstica:

Com o desenvolvimento do sistema fabril e com a transformação da agricultura que o acompanha, não só se estende a escala da produção nos demais ramos de atividades, mas também muda o seu caráter. Tornando-se por toda parte diretiva dominante o princípio da indústria mecanizada, de decompor o processo de produção em suas partes constitutivas e de resolver os problemas daí resultantes com o emprego da mecânica, da química etc., em suma, das ciências naturais. A maquinaria vai penetrando progressivamente nos processos parciais das manufaturas. A organização rígida e cristalizada destas, baseada na velha divisão do trabalho, dissolve-se dando lugar a transformações constantes. Além disso, transforma-se radicalmente a composição do trabalhador coletivo, das pessoas que trabalham em combinação. Em contraste com o período manufatureiro, o plano de divisão do trabalho baseia-se no emprego de mulheres, de crianças de todas as idades, de trabalhadores sem habilitação, sempre que possível; enfim, na mão de obra barata, no “*cheap labour*”, como chamam os ingleses. Isto se aplica não só à produção organizada em grande escala, com ou sem emprego de maquinaria, mas também à indústria a domicílio, exercida nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país (MARX, 2006, pág. 524-525).

Marx prossegue sua exposição considerando como esse desenvolvimento produtivo ocasionado pela indústria mecânica correspondeu à precarização do trabalho e

da vida do assalariado. Referindo-se à força de trabalho barata e imatura, Marx aponta que, em função da ausência da maquinaria, foi mais explorada na manufatura que na fábrica e, em função da quantidade de trabalhadores disponíveis e outros fatores, mais explorada no trabalho a domicílio do que na manufatura:

Na manufatura moderna, a exploração da força de trabalho barata e imatura é mais vergonhosa do que na fábrica propriamente, pois o fundamento técnico que existe nesta, a substituição da força muscular pela máquina e a decorrente facilidade do trabalhador, falta em grande parte naquela, onde o organismo feminino ou ainda imaturo fica exposto, da maneira mais inescrupulosa, às influências de substâncias tóxicas etc. Essa exploração se reveste, no trabalho a domicílio, de maior cinismo ainda que na manufatura, pois a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua disseminação; uma série de parasitas rapaces se insere entre o empregador propriamente dito e os trabalhadores; na própria especialidade, o trabalho a domicílio luta por toda parte contra a produção mecanizada ou pelo menos contra a manufatureira; nele, a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação etc.; a irregularidade do emprego aumenta; e, finalmente, nesse último refúgio daqueles que a indústria e a agricultura moderna tornaram supérfluos, atinge o máximo, por força das circunstâncias, a concorrência entre os trabalhadores. A diretiva de economizar os meios de produção é levada a cabo sistematicamente pela produção mecanizada e coincide, desde o início, com o sacrifício implacável da força de trabalho e com o esbulho das condições normais em que se realiza o trabalho. Essa diretiva revela agora suas tendências antagônicas e mortíferas de maneira tanto mais forte quanto menos desenvolvidas se encontram num ramo de atividades a produtividade do trabalho coletivo e a base técnica dos processos combinados de trabalho (MARX, 2006, pág. 525).

Considerando a causa do processo de mecanização e, ainda, os efeitos nocivos desse processo sobre o desenvolvimento e a vida do assalariado, Marx proporciona a percepção da inevitabilidade dessa sequência de fatos. Apontando a tendência de generalização do sistema fabril a todo processo produtivo, Marx propicia, igualmente, a percepção do caráter progressivo da tensão entre as classes. No que se refere à causa da introdução da maquinaria no processo produtivo, algo que acarretou uma transformação rápida da manufatura e do trabalho a domicílio, Marx a identifica como uma solução aos limites naturais dos métodos de barateamento da força de trabalho, e da mercadoria criados pela finalidade intrínseca à natureza do sistema capitalista de ampliação do capital:

A exploração abusiva do trabalho de mulheres e crianças, o esbulho de todas as condições normais requeridas pelo trabalho e pela vida e a brutalidade do trabalho excessivo ou noturno constituem métodos de baratear a força de trabalho que acabam por encontrar certas barreiras naturais, intransponíveis. Chocam-se contra as mesmas barreiras o barateamento das mercadorias e toda a exploração capitalista baseada nesses métodos. Leva-se muitos anos até atingir esse ponto. Ao ser atingido, soa a hora de ser introduzida a máquina e de se transformar rapidamente em produção mecanizada o trabalho a domicílio ou a manufatura, dispersos pelo país (MARX, 2006, pág. 534).

Marx apresenta o processo de mecanização do ramo do vestuário na Inglaterra como um exemplo comprovativo do seu posicionamento teórico, propiciando, igualmente, maior compreensão a respeito do processo de mecanização geral ao apontar como fatores que impeliram a mecanização do ramo do vestuário inglês a incapacidade para atender os mercados crescentes e as dificuldades em função da crescente competição capitalista (MARX, 2006, pág. 534-536).

Adiante, Marx retoma suas considerações a respeito dos efeitos nocivos do desenvolvimento do processo de produção sobre o assalariado, considerando, nesse contexto, tanto o efeito da máquina de costura sobre os trabalhadores ingleses, quanto o efeito da mecanização de qualquer setor produtivo:

Seu efeito imediato [da máquina de costura] sobre os trabalhadores é semelhante ao de todas as máquinas que, no período de implantação da indústria moderna, conquistam novos ramos de atividades. São afastadas as crianças em idade mais tenra. O salário do trabalhador a máquina se eleva em relação ao dos trabalhadores manuais, muitos dos quais passam a figurar entre os mais pobres dos pobres. Cai o salário dos artesãos mais bem colocados, logo que a máquina com eles compete. Os novos trabalhadores a máquina são exclusivamente meninas e mulheres jovens. Com a ajuda da força de máquina, destroem o monopólio do trabalho masculino em trabalho pesado, ao mesmo tempo que expulsam das tarefas mais leves massas de mulheres velhas e de crianças tenras. A concorrência arrasadora elimina os trabalhadores manuais mais fracos. O aumento horrendo da morte pela fome em Londres, na última década, corre paralelo à expansão da costura a máquina. Conforme o peso, o tamanho e a especialidade da máquina de costura, as novas trabalhadoras movem-na com a mão e o pé ou só com a mão, sentadas ou de pé, despendendo muita força de trabalho. Sua ocupação se torna prejudicial à saúde com a duração do processo, embora ele seja, em regra, mais curto do que no velho sistema. Quando a máquina de costura se instala em oficinas acanhadas e superlotadas, como ocorre com as sapatarias, com a confecção de espartilhos, chapelarias etc., contribui ela para aumentar a insalubridade (MARX, 2006, pág. 536).

Discorrendo, ainda, sobre o ramo do vestuário na Inglaterra, considerando o efeito dos métodos mecânicos de produção em criar formas modificadas, decompostas e desfiguradas de trabalho domiciliar, artesanal e manufatureiro, afirma Marx (2006, pág. 537): “a multiplicidade das formas transitórias não dissimula a tendência para a transformação em verdadeiro sistema fabril”. Incluindo em suas considerações outros ramos de produção, conclui, mais uma vez, pelo processo de generalização do sistema fabril:

Assim, experimenta hoje na Inglaterra, no imenso ramo do vestuário e na maioria dos outros ramos de atividades, a transformação, em sistema fabril da manufatura, do artesanato e do trabalho a domicílio, depois de todas essas formas, totalmente modificadas, decompostas e desfiguradas sob a influência da indústria mecanizada, já terem, durante muito tempo, reproduzido e mesmo ultrapassado todas as monstruosidades do sistema fabril, sem os elementos de progresso que ele encerra (MARX, 2006, pág. 538).

Mantendo seu interesse expositivo pelo processo transitivo da revolução industrial, Marx considera a extensão das leis fabris na Inglaterra aos diversos ramos produtivos nos quais trabalham mulheres e menores como um fator de aceleração ou ampliação da mecanização e, assim, do desenvolvimento do modo de produção capitalista que ocorre paralelamente à precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora. Marx explicita que, contraditoriamente à finalidade da legislação em defender o assalariado da exploração capitalista, expôs ela o próprio assalariado à situação do desemprego:

Esta revolução industrial que se processa de maneira espontânea é artificialmente acelerada pela extensão das leis fabris a todos os ramos em que trabalham mulheres, menores e crianças. A regulação coativa da jornada de trabalho, estabelecendo a duração, as pausas, o começo e o fim da jornada, o sistema de turnos das crianças, a exclusão das crianças abaixo de certa idade etc. passam a exigir mais maquinaria e a substituição dos músculos pelo vapor. Além disso, para ganhar em espaço o que se perde em tempo, ampliam-se os meios de produção utilizados em comum, os fornos, as construções etc., ocorrendo, em suma, maior concentração dos meios de produção e a correspondente maior aglutinação entre os trabalhadores. A objeção principal, reiterada com veemência por toda manufatura ameaçada pela aplicação da lei fabril, é a de ser necessário maior dispêndio de capital para manter o mesmo nível de atividade da empresa. No tocante ao trabalho a domicílio e às formas intermediárias entre ele e a manufatura, significam a ruína a limitação da jornada de trabalho e as restrições ao trabalho infantil. A exploração sem limites de forças de

trabalho baratas constitui única base de sua capacidade de concorrência. (...) A lei fabril força o amadurecimento dos elementos materiais necessários à transformação do sistema manufatureiro em fabril, e acelera, por exigir maior dispêndio de capital, a ruína das empresas menores e a concentração de capital (MARX. 2006, pág. 539; 541).

No item “9. Legislação fabril inglesa, suas disposições relativas à higiene e à educação e sua generalização a toda produção social”, Marx aprofunda suas considerações sobre a lei fabril. Considerando-a como a “primeira reação consciente e metódica contra a forma espontaneamente desenvolvida de seu processo de produção social”, como “um produto necessário da indústria moderna, do mesmo modo que a fiação de algodão, as máquinas automáticas e o telégrafo elétrico”, Marx propõe, sem desconsiderar suas limitações, apresentar as suas disposições que não se relacionam com as horas de trabalho, assim como o processo de sua generalização. No contexto dessa discussão, o pensador explicita a própria natureza do modo de produção capitalista ou do capital³⁷, a contradição “fluidez das funções e rigidez na divisão do trabalho” e o seu efeito sobre a vida e a consciência da classe trabalhadora, o significado das contradições de uma sociedade para a sua superação, as causas da generalização da lei fabril e, ainda, o seu efeito transitivo sobre o modo capitalista de produção.

No que diz respeito à contradição “fluidez das funções e rigidez do trabalho”, Marx a expõe ao considerar o caráter revolucionário da indústria moderna, algo que provém, tal como pôde ser percebido, da necessidade de ampliação do capital, atrelando-se, portanto, ao seu conceito. Ao conservar, no seu interior, a constante necessidade de transformação dos meios de produção, o modo de produção capitalista dispensaria, por sua própria fluidez e pela necessidade de eliminar despesas, os assalariados inutilizados em seu posto de trabalho:

A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores

³⁷ “Que poderia caracterizar melhor o sistema capitalista de produção do que a necessidade de o Estado impor-lhe, coativamente, a adoção das mais simples precauções de limpeza e de higiene?” (MARX, 2006, pág. 545)

de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas. Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob ameaça constante de perder os meios de subsistência, ao ser-lhe retirado das mãos o instrumental de trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; como essa contradição se patenteia poderosa na hecatombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social (MARX, 2006, pág. 552).

Essa situação material, tal como aponta Marx, ocasiona certo impacto sobre a consciência dos assalariados, propiciando o seu reconhecimento como classe social e a percepção da relação que estabelece com a classe dominante, acirrando, assim, a contradição entre as classes:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente o instrumental de produção e, em consequência, as relações de produção e todas as relações sociais. A conservação inalterada do modo tradicional de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais precedentes. A contínua transformação da produção, a turbulência ininterrupta de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação permanentes distinguem a era burguesa de todas as que a precederam. Todas as relações fixas, enrijecidas com seu séquito de idéias e concepções venerandas, se dissolvem, todas as que de novo se formam se tornam obsoletas antes de se ossificarem. *Tudo o que é estável e sólido se esfuma, tudo que é sagrado se profana, e os seres humanos são por fim compelidos a encarar, objetivamente, suas condições reais de vida e suas relações recíprocas* (ENGELS, F. e MARX, Karl., “Manifesto do Partido Comunista”, pág. 5 apud MARX, 2006, nota 306, pág. 551- 552 - grifos do autor).

Destacando a contradição de classe, opondo, de um lado, o instrumento legislativo e político direcionados pela intenção de eliminar a divisão do trabalho e, de outro, a organização produtiva direcionada a manter essa divisão, Marx explicita a importância das contradições de uma sociedade para a sua superação, valorizando, assim, a contradição da luta de classe na superação do modo capitalista de produção:

A legislação fabril arrancou ao capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições

econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. *Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho para a sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma* (MARX, 2006, pág. 553).

Discorrendo, novamente, a respeito da generalização da lei fabril, Marx identifica a sua causa no desenvolvimento histórico da indústria moderna, ou, em outras palavras, no desenvolvimento material do próprio modo de produção capitalista, propiciando uma visão do processo:

O desenvolvimento histórico da indústria moderna criou a necessidade de generalizar a lei fabril a toda produção social, no início uma lei de exceção restrita à fiação e à tecelagem, primeiras manifestações da produção mecanizada. Na retaguarda desta, revolucionam-se completamente as estruturas tradicionais da manufatura, do artesanato e do trabalho a domicílio: a manufatura se transforma constantemente em fábrica, o artesanato em manufatura, e, por fim, as esferas do artesanato remanescente e do trabalho a domicílio se convertem, com relativa rapidez, em antros de miséria, onde campeiam livremente as monstruosidades extremas da exploração capitalista. Duas circunstâncias têm sido decisivas para a generalização da lei fabril: primeiro, a experiência sempre repetida de que o capital, quando fica sujeito ao controle do Estado em alguns pontos da esfera social, procura compensar-se nos demais, da maneira mais desmesurada; segundo, o clamor dos próprios capitalistas pela igualdade das condições de concorrência, isto é, o estabelecimento de barreiras iguais para todos que exploram o trabalho (MARX, 2006, pág. 555).

Marx retoma o tema “efeitos da extensão da legislação fabril”, expondo, mais amplamente, os mencionados efeitos. Em sua exposição, é patente a força da legislação fabril em acelerar o processo de superação do sistema econômico capitalista e, sendo a lei fabril um produto do desenvolvimento da indústria moderna, é perceptível ser o próprio processo revolucionário também um produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A extensão das leis fabris a todos os ramos se tornou indispensável para proteger mental e fisicamente a classe trabalhadora. Ela generaliza e acelera, conforme vimos, a transformação dos processos de trabalho dispersos e de diminuta escala em processos de trabalho combinados que operam em grande escala social; em consequência, acelera a concentração do capital e o domínio exclusivo do sistema fabril. Ela destrói todas as formas antigas e transitórias, atrás das quais ainda se esconde parcialmente o capital, e as substitui pelo domínio direto e franco do capital. Com isso, generaliza também a luta direta contra esse domínio. Ao impor, em cada estabelecimento, isoladamente considerado, a uniformidade, a regularidade, a ordem e a

economia, aumenta, com o imenso estímulo que a limitação e a regulação da jornada de trabalho dão ao progresso técnico, a anarquia e as catástrofes da produção capitalista em seu conjunto, a intensidade do trabalho e a competição entre a máquina e o trabalhador. Ao arruinar a pequena indústria e o trabalho a domicílio, destrói os últimos refúgios dos trabalhadores supérfluos e, portanto, a válvula de segurança que até agora tem preservado todo o mecanismo social. Ao favorecer as condições materiais e as combinações sociais do processo de produção, aguça as contradições e os antagonismos da forma capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga (MARX, 2006, pág. 567-568).

d5) Indústria moderna, agricultura e transição: sobre a generalização da luta de classes e o acirramento das contradições da sociedade capitalista

Marx propõe no item “10. Indústria moderna e agricultura” a realizar alguns apontamentos a respeito da revolução realizada na agricultura e nas relações sociais de seus agentes pela indústria moderna. No contexto dessa exposição, Marx não apenas aponta a ampliação ou extensão da contradição de classe no campo, mas também as contradições imanentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, explicitando, desse modo, o caráter transitivo desse sistema econômico.

Considerando o efeito da indústria moderna no campo, Marx aponta a transformação do camponês independente em assalariado, assim como aponta a transformação técnica da produção no campo:

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são, assim, equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição (MARX, 2006, pág. 570).

A transformação técnica da produção no campo proporciona a mecanização do processo de produção e, se na agricultura a “maquinaria está, em grande parte, livre dos prejuízos físicos que acarreta ao trabalhador na fábrica, (...) atua, de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de tornar supérfluos os trabalhadores” (MARX,

2006, pág. 569). Considerando a crescente concentração da população urbana em função do desemprego no campo, Marx observa que, com ela, além de crescer a capacidade de organização e atuação revolucionária dos trabalhadores, são os mesmos prejudicados em sua saúde e vitalidade ao ser afetado o intercâmbio entre os homens e a terra e, assim, a produtividade do solo:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada com o desenvolvimento integral do homem (MARX, 2006, pág. 570).

Marx insiste na progressiva precarização da situação da classe trabalhadora com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, considerando que, se os trabalhadores rurais detêm pouca capacidade de resistência devido a sua dispersão, o mesmo não ocorre com o trabalhador urbano. Explicitando, ainda, ser o modo de produção capitalista produtor de riqueza e, ao mesmo tempo, destruidor das fontes originais da riqueza, ou seja, da terra e do trabalhador, Marx reafirma de maneira ainda mais acentuada, o caráter transitivo do modo de produção capitalista.

Na agricultura, como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, martirólogo dos produtores; o instrumental de trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar na miséria o trabalhador, e a combinação social dos processos de trabalho torna-se opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. (...) A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2006, pág. 570-571).

7- Os Capítulos XIV, XV e XVI de “O Capital”

Os capítulos XIV (“Mais-valia Absoluta e Mais-valia Relativa”), XV (“Variações Quantitativas no Preço da Força de Trabalho e na Mais-valia”) e XVI (“Diversas Fórmulas da Taxa de Mais-valia”) de “O Capital” correspondem à quinta parte da obra, denominada “Produção da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa”. Sucedendo a terceira e a quarta partes, cujas temáticas correspondem, respectivamente, à mais-valia absoluta e à mais-valia relativa, torna-se visível representar a quinta parte um movimento de totalização, sendo os resultados expostos anteriormente retomados e ampliados, sendo mantido, nesse contexto, a oposição contraditória “valor-de-uso e valor”, determinada pela contradição de classe, e a oposição contraditória “lógica e história”.

No capítulo XIV, Marx retoma a terceira parte de sua obra, mais especificamente, o capítulo V no intuito de explicitar o que é trabalho produtivo no modo de produção capitalista, determinando, desse modo, com maior precisão, a categoria “trabalho”. Tal como afirma Marx (2006, pág. 577), a categoria “trabalho” foi considerada abstratamente no capítulo V de “O Capital”, ou seja, independentemente de suas determinações históricas, assim como foi o trabalho considerado produtivo pelo ponto de vista do produto. Recordando, ainda, o conteúdo exposto no capítulo V, Marx aponta ter sido assinalado na nota sétima o fato da mencionada concepção de trabalho produtivo ser inadequada ao modo de produção capitalista. Retomando a discussão exposta na quarta parte de sua obra, Marx amplia o conceito “trabalho produtivo”, e isso, ao explicitar o fato de que no modo de produção capitalista o processo de trabalho é empreendido não pelo trabalhador individual, mas pelo trabalhador coletivo que, apesar de exercer uma atividade parcial, alcança através de sua atividade, tal como o trabalhador individual, um resultado material:

A conceituação de trabalho produtivo e do seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais para cada um de seus membros, individualmente considerados (MARX, 2006, pág. 577).

Prosseguindo o movimento expositivo de sua obra que, tal como podemos constatar, consiste em se elevar do abstrato ao concreto, Marx torna o conceito “trabalho produtivo” ainda mais adequado à historicidade do modo de produção capitalista, restringindo sua aplicação não à produção material, mas à produção de mais-valia, afinal, se o trabalho no modo de produção capitalista é coletivo, é ele também submisso aos interesses do capital:

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim a auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre efeito e atividade útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz o trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia (MARX, pág. 578).

Além das considerações a respeito da categoria “trabalho produtivo”, “considerações” necessárias para a concretização da categoria “capital” e nas quais constatamos não apenas a presença da contradição “valor-de-uso e valor”, mas da contradição “lógica e história”, Marx apresenta outros elementos salutares à compreensão do seu método de exposição. Retomando os conceitos “mais-valia absoluta” e “mais-valia relativa”, aponta o pensador o fato de ser a mais-valia absoluta o fundamento do sistema de produção capitalista e o ponto de partida da mais-valia relativa, proporcionando, desse modo, a compreensão pela razão de ter antecedido a discussão da mais-valia absoluta em relação à relativa em sua exposição: a primeira é pressuposto lógico e, inclusive, histórico, da segunda:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos

técnicos de trabalho e as combinações sociais. (...) A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital (MARX, 2006, pág. 578-579).

Considerando a produtividade do trabalho e a mais-valia, Marx enfatiza a historicidade desses elementos, reafirmando a contradição dialética “lógica e história”, e propiciando a percepção do caráter não absoluto do modo de produção capitalista, pressuposto para a compreensão do movimento de autossuperação desse sistema econômico e, assim, para a compreensão de “O Capital” como uma teoria revolucionária:

Só se pode falar de uma base natural da mais-valia no sentido muito geral de que não há nenhum obstáculo natural absoluto que impeça uma pessoa de transferir o trabalho necessário à própria existência para outra pessoa, do mesmo modo que não existe um obstáculo natural absoluto que impeça um ser humano de repastar-se com a carne de seu semelhante. (...) Só depois que os homens ultrapassam sua primitiva condição animal e socializam até certo ponto seu próprio trabalho é que surgem condições em que o trabalho excedente de um se torna condição de existência de outro. Nos primórdios da civilização, são pequenas as forças produtivas de trabalho adquiridas, mas também são reduzidas as necessidades que se desenvolvem com os meios de satisfazê-las e através deles. Além disso, naqueles primórdios, é ínfima a proporção dos indivíduos do setor social que vivem do trabalho alheio, comparada com a massa dos produtores diretos. Com o progresso da força produtiva social do trabalho, essa proporção cresce absoluta e relativamente. *O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é uma dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos* (MARX, 2006, pág. 580-581 - grifos do autor).

No que se refere ao capítulo XV de “O Capital”, Marx propicia, mais uma vez, a percepção do movimento do seu método expositivo em ascender do abstrato ao concreto ao expor as variações quantitativas do valor ou do preço da força de trabalho em relação à mais-valia. Nesse processo, tal como isolou, em um primeiro momento, a categoria “trabalho” de sua forma capitalista, propiciando, desse modo, a exposição dos elementos mais simples da totalidade “modo de produção capitalista” antes de expor os mais complexos, Marx isola o fator “meios de subsistência necessários ao trabalhador médio” de outros fatores determinantes do valor da força de trabalho, assim como exclui

da exposição a influência que o mencionado fator sofre com a desvalorização do trabalhador adulto masculino em função da contratação de mulheres e crianças alterar os custos de subsistência da família. Qualquer situação na qual as mercadorias não são vendidas por seu valor, e na qual o preço da força de trabalho caia abaixo do seu valor, também é excluída. Sob essas condições, Marx apresenta as circunstâncias que determinam as magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia, ou seja, a duração do trabalho, sua intensidade e sua produtividade (condições de produção), considerando suas principais possibilidades de combinação (MARX, 2006, pág. 591-592). Desse modo, abstraindo certos elementos da totalidade complexa “modo de produção capitalista”, Marx proporciona a clareza das categorias e das leis sociais.

Por fim, no capítulo XVI de “O Capital”, Marx critica as fórmulas da economia política clássica, nas quais, ao invés de diferenciar com clareza o trabalho excedente do necessário, a produção da mais-valia do valor da força de trabalho, apresenta o trabalho excedente ou a mais-valia como uma fração obscura da jornada de trabalho ou do valor do produto. Desse modo, sendo o trabalho excedente ou a mais-valia mera fração da jornada de trabalho ou do valor total criado, expressa-se equivocadamente o grau de exploração da força de trabalho, que nunca alcança ou ultrapassa 100%, proporcionando, ainda, uma aparência de associação entre o trabalhador e o capitalista, sendo dissimulado o real antagonismo:

O hábito de considerar a mais-valia e o valor da força de trabalho frações do valor criado – *hábito que tem a sua origem no próprio modo capitalista de produção e cuja importância analisaremos depois* – dissimula a operação especificamente capitalista, a troca de capital variável por força de trabalho e a correspondente exclusão do trabalhador de qualquer direito ao produto. Doura-se a realidade com a falsa aparência de uma associação em que trabalhador e capitalista repartem o produto na proporção dos elementos com que contribuem para sua formação (MARX, 2006, pág. 607-608 – grifo do autor).

Insistindo na relação trabalho excedente e necessário, apresentada em forma de fórmula, Marx a converte na relação trabalho não-pago e trabalho pago, proporcionando, desse modo, maior clareza ao que se refere à produção capitalista. Nesse sentido, afirma Marx:

Depois do que foi exposto anteriormente, não há mais motivo para que a fórmula $\frac{\text{trabalho não-pago}}{\text{trabalho pago}}$ induza ao equívoco de que o capitalista paga o trabalho e não a força de trabalho. Esta fórmula [do] trabalho

excedente é apenas expressão popular de $\frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}}$. O capitalista paga o valor da força de trabalho, ou seu preço, que coincide ou não com o valor, e recebe em troca o direito de dispor diretamente da força viva de trabalho. Usufreui a força de trabalho em dois períodos. Num período, o trabalhador produz apenas um valor que é igual ao valor de sua força de trabalho, um equivalente, portanto. O capitalista recebe assim um produto de preço igual ao que ele pagou pela força de trabalho. É como se tivesse comprado o produto pronto no mercado. Mas, no período de trabalho excedente, a força de trabalho que o capitalista utiliza produz para ele um valor que não lhe custa nenhuma contrapartida. Explora gratuitamente a força de trabalho. Nesse sentido, pode-se chamar trabalho excedente de trabalho não pago. (...) Capital, por isso, não é apenas comando sobre o trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não-pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma na qual se cristalice, a de lucro, juros, renda, etc., é, por sua substância, materialização de trabalho não pago. O segredo da auto-expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não-pago (MARX, 2006, pág. 608-609).

A partir dos próximos capítulos, percebe-se que o equívoco de que o capitalista paga o trabalho e não a força de trabalho é produzido pela própria organização capitalista e está presente na consciência da classe trabalhadora, iludida pela forma salário. Esse equívoco, no entanto, será extirpado da consciência dessa classe pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção, sendo por ela adquirida maior percepção sobre sua situação de classe explorada.

8- Os capítulos XVII, XVIII, XIX e XX de “O Capital”

Os capítulos XVII (“Transformação do Valor ou do Preço da Força de Trabalho em Salário”), XVIII (“O Salário por Tempo”), XIX (“O Salário por Peça”) e XX (“Diversidade entre os Salários das Nações”) de “O Capital” correspondem à sexta parte da obra, denominada “O Salário”. No capítulo XVII, Marx apresenta o efeito ilusório do salário sob a consciência do trabalhador, mais especificamente, a falsa ideia que proporciona de que a relação “trabalho e capital” é uma relação de cooperação e não de dominação de classe, expondo, ainda, como no desenvolvimento do modo de produção capitalista é a mencionada “ilusão” dissolvida. No capítulo XVIII e XIX, Marx explicita como o salário por tempo e o salário por peça proporcionam, segundo a lógica do capital, a extração do trabalho excedente, mas o pensador também associa o desenvolvimento do modo de produção capitalista com a precarização das condições de

trabalho e vida da classe trabalhadora, e, nesse contexto material, com o desenvolvimento de sua consciência. Por fim, no capítulo XX, amplia-se a lei do valor para serem comparados os salários das diversas nações, sendo considerados elementos teóricos anteriores que são, por sua vez, associados a outros, sendo constituído, assim, um movimento de totalização em “O Capital”. Considerando os salários nos países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, Marx induz a percepção de duas tendências, as quais proporcionam descontentamento à classe trabalhadora e acirra a luta de classes: por um lado, o salário mantém-se em limites muito estreitos, por outro, apesar de se elevar, apresenta-se como algo desproporcional em relação ao acúmulo do trabalho excedente.

a) O efeito ilusório do salário sobre a consciência

Marx inicia o capítulo XVII de sua obra, explicitando a aparência produzida pelas relações de produção da sociedade burguesa no que se refere à relação entre o assalariado e o capitalista. De acordo com Marx, nessa sociedade é o próprio trabalho que aparenta ser pago e não a força de trabalho:

Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho. Nela se fala do valor do trabalho e chama-se sua expressão monetária de preço necessário ou natural. Fala-se também dos preços de mercado do trabalho, isto é, dos preços que oscilam abaixo e acima do seu preço necessário (MARX, 2006, pág. 615).

Tal como explicitarei ao analisar o capítulo anterior de “O Capital”, a ilusão no que se refere ao pagamento do trabalho por parte do capitalista proporciona a impressão de cooperação e não a percepção da realidade: a exploração de uma classe social sobre outra. Considerando a mencionada aparência proporcionada pela sociedade capitalista, Marx afirma que, se realmente houvesse troca direta entre o dinheiro e o trabalho vivo, não haveria produção capitalista, cuja base é a exploração do trabalho excedente, e, não havendo equivalente entre aquilo que o assalariado recebe e aquilo que produziu, não se torna possível uma determinação do valor do trabalho:

(...) uma troca direta de dinheiro, isto é, de trabalho cristalizado em valor, por trabalho vivo, ou suprimiria a lei do valor, que só se desenvolve livremente na base da produção capitalista, ou destruiria a

própria produção capitalista, que tem seu fundamento precisamente no trabalho assalariado. Admitamos que a jornada de trabalho de 12 horas esteja representada em um valor monetário de 6 xelins. Se se trocam equivalentes, o trabalhador receberá 6 xelins por 12 horas de trabalho. O preço de seu trabalho seria igual ao preço de seu produto. Nesta hipótese, não produziria nenhuma mais-valia para o comprador de seu trabalho, os 6 xelins não se transformariam em capital, e desapareceria a base da produção capitalista. Mas, por existir essa base, vende seu trabalho, e este é trabalho assalariado. Se ele receber menos de 6 xelins pelas 12 horas de trabalho, isto é, menos de 12 horas de trabalho, essas 12 horas se trocariam então por 10 ou 6 horas de trabalho etc. Essa equalização de magnitudes desiguais não destrói apenas a determinação do valor. É uma contradição que se destrói a si mesma e não pode ser enunciada ou formulada como lei. (...) O que o possuidor de dinheiro encontra no mercado não é o trabalho, mas o trabalhador. O que vende é sua força de trabalho. (...) O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor (MARX, 2006, pág. 616-617).

Marx aponta a forma “salário” como causa da ilusão de que se vende o próprio trabalho e não a força de trabalho, pois disfarçando a existência do trabalho excedente, proporciona a impressão de que há troca entre equivalentes. Iludindo a consciência da classe assalariada e da classe capitalista, o salário fundamentaria as noções jurídicas de ambas as classes, proporcionando a ideia de que o modo de produção capitalista está baseado na liberdade e não na exploração.

O valor de 3 xelins em que se representa a parte paga da jornada de trabalho, isto é, 6 horas de trabalho, aparece como o valor ou o preço da jornada inteira de trabalho de 12 horas, que contém 6 horas não pagas. A forma salário apaga, portanto, todo o vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e em trabalho não-pago. Todo o trabalho aparece como pago. (...) Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do trabalho. Nessa forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar (MARX, 2006, pág. 620).

Considerando a compra e a venda da força de trabalho, Marx afirma que, intermediada pelo dinheiro, aparenta ela corresponder à compra e à venda de qualquer mercadoria, sendo ocultado, desse modo, a especificidade da força de trabalho em criar valor. Essa aparente indistinção entre o trabalho e as demais mercadorias seria reforçada pelo fato de que a expressão de valor, ou a expressão monetária de qualquer mercadoria

aparentar ser tão irracional quanto a que se refere ao trabalho, afinal, associa-se na formação de uma expressão magnitudes sem medida comum, ou seja, o valor-de-uso e o valor-de-troca. Mas, a mencionada indistinção também seria reforçada pelo fato do dinheiro ser oferecido pelo capitalista ao trabalhador como meio de pagamento após a realização do trabalho, assim como pelo fato de ser oferecido pelo trabalhador ao capitalista não exatamente sua força de trabalho, mas a função do trabalho, ou seja, um trabalho determinado.

A troca entre capital e trabalho apresenta-se de início à percepção como absolutamente igual à compra e venda das outras mercadorias. O comprador dá determinada quantia em dinheiro; o vendedor, um artigo diferente de dinheiro. A consciência jurídica reconhece aí no máximo uma diferença material que não altera a equivalência das fórmulas: Dou para que dê, dou para que faça, faço para que dê, faço para que faça (*do ut des, do ut facias, facio ut des, facio ut facias*). (...) Além disso, sendo o valor-de-troca e o valor-de-uso magnitudes intrinsecamente incomensuráveis, a expressão “valor do trabalho”, “preço do trabalho”, não parece ser mais irracional do que a expressão “valor do algodão”, “preço do algodão”. Acresce que o trabalhador é pago, depois de ter fornecido o seu trabalho. Em sua função de meio de pagamento, o dinheiro realiza subsequentemente o valor ou o preço do artigo fornecido e, no caso considerado, o valor ou o preço do trabalho fornecido. Finalmente, o valor-de-uso que o trabalhador fornece ao capitalista não é, na realidade, sua força de trabalho, mas a função dela, determinado trabalho útil, como o do alfaiate, do sapateiro, do tecelão etc. Que o mesmo trabalho, encarado sob outro aspecto, é um elemento universal formador de valor, propriedade que o distingue de todas as outras mercadorias, é um fato que não está ao alcance da consciência costumeira (MARX, 2006, pág. 620-621).

Tal como se percebe, a consciência iludida configura-se como tal através das próprias relações de produção, ou, em outras palavras, por certas condições materiais. A configuração da consciência de classe, por sua vez, tal como venho destacando, acompanha, igualmente, certas condições materiais, despontando com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual se acirra a tensão entre a classe explorada e a classe exploradora. Retomando o capítulo VIII de “O Capital”, constatamos que Marx não apenas aponta que perante a exploração do trabalho configurada pela extensão de sua jornada os assalariados se reconheceram e se uniram como classe pela necessidade de sua conservação, mas também em função dessa mesma situação, perante a necessidade de limitar as extensas jornadas de trabalho, os assalariados teriam sido impelidos a distinguir a especificidade da mercadoria que

vendem, e também a distinguir a compra do “trabalho” e a compra da “força de trabalho”, almejando, porém, ainda de acordo com a lei da troca de mercadorias, a receber o “equivalente” real por sua atividade. Tal como já expus, a partir de um personagem representante da classe trabalhadora e, partir de palavras que reproduziriam um manifesto da própria classe trabalhadora favoravelmente à redução da jornada de trabalho, Marx afirma o seguinte:

A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras, porque seu consumo cria valor, e valor maior que seu custo. Este foi o motivo por que a compraste. O que, de teu lado, aparece como aumento de valor do capital é, do meu lado, dispêndio excedente de força de trabalho. (...) A utilização de minha força de trabalho e sua espoliação são coisas inteiramente diversas. (...) Pagas-me a força de trabalho de um dia, quando empregas a de três dias. Isto fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. (...) Exijo a jornada normal, pois exijo o valor de minha mercadoria, como qualquer outro vendedor (MARX, 2006, pág. 272-273).

b) O salário por tempo e a consciência da classe trabalhadora

No capítulo XVIII, Marx propõe discorrer a respeito das duas principais formas do salário, reservando ao mencionado capítulo o tema “salário por tempo” e ao capítulo posterior o tema “salário por peça”. Explicitando como os mencionados sistemas de pagamento estão de acordo com a lógica do capital em extrair trabalho excedente, Marx aponta, ainda, para a precarização das condições de trabalho e de vida da classe assalariada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim como para o reflexo de sua situação material sob o desenvolvimento de sua consciência.

Ao discorrer sobre o salário por tempo, Marx (2006, pág. 625) qualifica-o como “a forma aparente em que se apresenta o valor diário, semanal etc. da força de trabalho”. Em outras palavras, o salário por tempo seria determinado pela quantia monetária necessária para a conservação do assalariado e de sua família, o que não significa, porém, ser essa a única determinação do salário, afinal, Marx distingue o valor e o preço da força de trabalho:

A soma em dinheiro que o trabalhador recebe por seu trabalho diário, semanal etc. constitui o montante de seu salário nominal ou estimado em valor. Mas é claro que, conforme for a duração da jornada de trabalho, isto é, a quantidade de trabalho por ele diariamente fornecida, o mesmo salário por dia, por semana etc. pode representar preços bem diferentes do trabalho, somas de dinheiro bem diferentes para a mesma quantidade de trabalho. A considerar o salário por

tempo, devemos distinguir entre o montante do salário diário, semanal etc. e o preço do trabalho (MARX, 2006, pág. 625-626).

Indagando sobre o preço médio do trabalho, Marx assinala que esse é determinado pela divisão do valor médio diário da força de trabalho pelo número de horas da jornada de trabalho:

Como achar esse preço, isto é, o valor monetário de determinada quantidade de trabalho? Acha-se o preço médio do trabalho dividindo-se o valor diário médio da força de trabalho pelo número de horas da jornada média de trabalho. Se o valor diário da força de trabalho for de 3 xelins, o valor produzido por 6 horas de trabalho, e se a jornada de trabalho for de 12 horas, o preço de uma hora de trabalho será = 3 *pence*. O preço da hora de trabalho assim obtido serve de unidade de medida para o preço do trabalho (MARX, 2006, pág. 626).

Após realizar as considerações que expus, ou seja, após considerar ser o salário por tempo a expressão do valor da força de trabalho, ainda, após considerar as variações que podem ocorrer entre o salário nominal e o preço da força de trabalho, Marx formula uma lei geral que diz respeito à determinação do salário por tempo:

Dada a quantidade de trabalho por dia, por semana, etc., o salário por dia ou por semana depende do preço do trabalho, o qual varia, por sua vez, seja com o valor da força de trabalho, seja com os desvios do preço dela em relação ao valor. Mas, dado o preço do trabalho, o salário por dia ou por semana depende da quantidade do trabalho diário ou semanal³⁸ (MARX, 2006, pág. 627).

³⁸ Tal como pode ser constatado, a determinação do salário não corresponde à mera necessidade de reprodução da força de trabalho ou ao valor da força de trabalho, afinal, há oscilação entre o valor e o preço do trabalho. Assim, a lei da determinação do salário pelo valor da força de trabalho tal como é exposta por Marx é uma lei abstrata, em outras palavras, expressa a tendência do capital em ampliar-se ao máximo, mas ignora outros fatores. Essa compreensão é importante ao presente trabalho, pois ao ser explicitado que o desenvolvimento expositivo de “O Capital” espelha o movimento transitivo ou autonegativo do modo de produção capitalista, cabe ressaltar que esse movimento não reflete um empobrecimento sempre progressivo de toda a classe trabalhadora, podendo haver ampliação dos salários e, assim, melhora nas condições de vida, o que não significa a resolução da contradição de classe, acirrada tanto por uma redução absoluta do salário, quanto por uma redução relativa, ou seja, por uma desproporção entre o salário e o trabalho excedente que se acumula. Considerando a teoria do salário de Marx, Rosdolsky explicita pelas palavras do próprio Marx a presença da luta de classes na determinação dos salários e, assim, as suas oscilações além do limite das necessidades fisiológicas da classe trabalhadora: “No que diz respeito aos lucros, nenhuma lei determina seu patamar mínimo. Não podemos dizer qual é o seu limite inferior. Por quê? Porque podemos fixar salários mínimos, mas não máximos. Quando estão dados os limites da jornada de trabalho, o lucro máximo corresponde ao mínimo físico dos salários; e, dados os salários, o lucro máximo corresponde a uma ampliação da jornada de trabalho, de um modo que ela permaneça compatível com as forças físicas do trabalhador. Por isso, o lucro máximo está limitado pelo mínimo do salário e o máximo da jornada de trabalho, considerados a partir da fisiologia do trabalhador. Entre os dois limites dessa taxa de lucro máxima é possível encontrar uma imensa escala de variações. O que determina em que ponto ela será fixada é a incessante luta entre o capital e o trabalho; o capitalista trata de rebaixar os salários ao mínimo físico e estender a jornada de trabalho ao máximo

O sistema de salário por tempo proporciona o subemprego, pois torna-se possível contratar trabalhadores que exerçam sua atividade por uma jornada inferior àquela estipulada como a normal. Sendo a unidade de medida do preço do trabalho estipulada pela divisão do valor da força de trabalho pela jornada normal de trabalho, recebe o assalariado, sob essa circunstância, uma quantia insuficiente a sua subsistência e a de sua família. Mas, o sistema de salário por tempo acarretaria, ainda, a extensão desmedida da jornada de trabalho.

Se o salário por hora for fixado de modo que o capitalista não se obrigue a pagar o trabalho de um dia ou de uma semana, mas apenas as horas de trabalho que lhe apraz ocupar o trabalhador, poderá ele empregá-lo por espaço de tempo inferior ao que serviu originalmente de base para calcular o salário por hora ou a unidade de medida do preço do trabalho. Sendo essa unidade de medida determinada pela proporção $\frac{\text{valor diário da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$ perde ela, naturalmente,

qualquer sentido quando a jornada de trabalho deixa de contar determinado número de horas. Rompe-se a conexão entre o trabalho pago e não-pago. O capitalista pode, então, extrair do trabalhador determinada quantidade de trabalho excedente, sem lhe proporcionar o tempo de trabalho necessário à própria manutenção. *Pode destruir toda a regularidade da ocupação e fazer alternarem-se, de acordo com a sua comodidade, arbítrio e interesse momentâneo, o mais monstruoso trabalho excessivo com a desocupação relativa ou absoluta. Pode, sob o pretexto de pagar o “preço normal do trabalho”, prolongar anormalmente a jornada de trabalho, sem qualquer compensação correspondente para o trabalhador* (MARX, 2006, pág. 628 – grifos do autor).

Sob essas condições organizacionais, ocorreu, tal como aponta Marx, retomando apontamentos anteriores, a revolta dos assalariados e a limitação legal da jornada de trabalho, sendo mantido, no entanto, o subemprego:

Daí a revolta perfeitamente racional, em 1860, dos trabalhadores de Londres, empregados no ramo de construção, contra a tentativa dos capitalistas de impor-lhes esse sistema de salário por hora. A limitação

físico, enquanto o trabalhador exerce pressão em sentido contrário. O problema desemboca na relação de forças entre ambos os lados” (MARX, “Lohn, Preis und Profit”, pág. 149 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 238-239). Apesar do efeito da relação de força ou da luta de classe na determinação dos salários, não se deve ignorar que o aumento salarial está vinculado à capacidade de expansão do próprio capital, algo que é recordado pelo próprio Rosdolsky (2001, pág. 239): “no capitalismo, a classe trabalhadora está submetida de antemão ao poder econômico do capital, e sua “parte” é definida conforme a “parte” do capital”. Por isso, o limite máximo do salário é dado pelo montante dos lucros e, mais exatamente, pelos movimentos da taxa de lucro”.

legal da jornada de trabalho pôs fim a esse abuso³⁹, embora sem, naturalmente, impedir o subemprego decorrente da concorrência da maquinaria, das mudanças na qualidade dos trabalhadores empregados, das crises parciais e gerais (MARX, 2006, pág. 628).

A revolta da classe trabalhadora, ou, em outras palavras, a alteração de sua consciência, pode ser compreendida como um resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista, afinal, tal como afirma Marx, se em um primeiro momento as circunstâncias que capacitam o proprietário dos meios de produção a prolongar a jornada de trabalho o capacitam a reduzir o preço do trabalho, em um segundo momento, essa “capacidade” de redução do preço do trabalho torna-se “necessidade” em função da concorrência, sendo a classe trabalhadora, desse modo, pressionada:

A determinação do preço do trabalho pela proporção $\frac{\text{valor diário da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho com dado número de horas}}$ prova que o simples prolongamento da jornada faz cair o preço do trabalho caso não haja compensação. Mas as mesmas circunstâncias que capacitam o capitalista a prolongar a jornada de maneira permanente *capacitam-no, de início, e compelem-no, por fim*, a diminuir também nominalmente o preço do trabalho, até que o preço total do número aumentado de horas se reduza e, conseqüentemente, o salário diário ou semanal (MARX, 2006, pág. 630-631 - grifos do autor).

Dentre as circunstâncias suscetíveis à ampliação da jornada de trabalho e à redução do preço da força de trabalho, Marx apresenta a título de ilustração a “competição entre os trabalhadores”. Sendo despendida pelos trabalhadores maior força de trabalho, o preço dessa força se torna reduzido e, assim, amplia-se a jornada de trabalho. Havendo, porém, disposição anormal de força de trabalho, surge concorrência entre os capitalistas, sendo reduzido de forma fixa e geral o preço da mercadoria produzida, sendo acarretado um salário miserável e um prolongamento excessivo da força de trabalho:

A concorrência que se cria, assim, entre os trabalhadores capacita o capitalista a reduzir o preço do trabalho, ao mesmo tempo que o preço reduzido do trabalho, reciprocamente, capacita-o a distender ainda mais o tempo de trabalho. Mas essa disposição sobre a quantidade anormal de trabalho não-pago, ultrapassando o nível social médio,

³⁹ Pelo menos parcialmente, e isso, sendo considerado o período vivido por Marx: “as horas extraordinárias prevalecem ainda em extensão considerável; e, na maioria dos casos, o patrão conta com a segurança, que a lei lhe proporciona, de que não será descoberto nem punido” (HORNTER, Leonard, *Reports of Insp. Of Fact.*, 1859, pág. 8-9 apud MARX, 2006, pág. 638, nota 47).

torna-se instrumento de concorrência entre os próprios capitalistas. Uma parte do preço da mercadoria é constituída pelo preço do trabalho. A parte não-paga correspondente à redução do preço do trabalho pode não ser computada no preço da mercadoria. Pode ser presenteada ao comprador da mercadoria. Este é o primeiro passo a que leva a concorrência. O segundo passo, a que ela força o capitalista, é o de deduzir também do preço de venda da mercadoria, pelo menos, parte da mais valia anormal produzida pelo prolongamento da jornada. Desse modo, se estabelece, de início esporadicamente, e pouco a pouco se generaliza e se fixa em um preço de venda para a mercadoria, anormalmente baixo, que passa então a servir de base permanente para um salário miserável, com prolongamento excessivo do tempo de trabalho, efeitos estes que tinham sido, primitivamente a causa da redução do preço (MARX, 2006, pág. 631).

c) O salário por peça e a consciência da classe trabalhadora

No capítulo XIX de “O Capital”, ao discorrer sobre o salário por peça, Marx explicita, logo no início, tratar-se de uma forma salarial que apenas na aparência não é configurada pelo valor da força de trabalho: “o salário por peça não passa de uma forma a que se converte o salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma a que se converte o valor ou o preço da força de trabalho⁴⁰” (MARX, 2006, pág. 637). Prosseguindo seu discurso, Marx aponta o fato de o salário por peça proporcionar a ilusão de ser vendido pelo trabalhador não a sua força de trabalho, mas o trabalho materializado no produto e, ainda, de ser o trabalho remunerado pela capacidade do trabalhador e não pelo valor diário da sua força de trabalho:

O salário por peça dá, à primeira vista, a impressão de que o valor-de-uso vendido pelo trabalhador não é a função de sua força de trabalho, o trabalho vivo, mas o trabalho já materializado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado, como no salário por tempo, pela fração $\frac{\text{valor diário da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho de determinado número de horas}}$, mas pela $\frac{\text{jornada de trabalho de determinado número de horas}}{\text{capacidade de produção do trabalhador}}$.

Essas ilusões proporcionariam a ideia de que a classe assalariada não se opõe, mas coopera com a classe capitalista, participando, desse modo, da distribuição dos lucros em função do aumento da produtividade. Esse fato torna-se patente, ao serem as

⁴⁰ Tal como pode ser percebido, a sucessão expositiva do tema “salário por tempo” ao tema “salário por peça” detém uma razão lógica, pois a devida compreensão do salário por tempo é uma necessidade para a devida compreensão do salário por peça. Porém, essa ordenação expositiva também encontra uma razão histórica: após a lei fabril o salário por peça tornou-se lei geral em função da sua capacidade em estender a jornada de trabalho pela intensidade (Cf. MARX, 2006, pág. 644).

palavras de Marx complementadas por uma nota, na qual critica as seguintes palavras de um economista como um lugar-comum apologético:

O sistema de trabalho por peça marca uma época na história do trabalhador: está a meio caminho entre a posição do simples jornaleiro que depende da vontade do capitalista e a do artesão cooperativo que, em futuro não distante, reunirá em sua pessoa o artesão e o capitalista. Os trabalhadores por peça são, na realidade, seus próprios patrões, mesmo quando trabalham com o capital do empregador (WATTS, John, "Trade societies and strikes, machinery and cooperative societies" apud MARX, 2006, pág. 637, nota 45).

Marx fragiliza a crença na incompatibilidade entre o salário por tempo e o salário por peça fornecendo, para isso, exemplos de localidades produtivas nas quais coexistem ambas as formas. Mas, o pensador também assinala a compatibilidade entre essas duas formas de pagamento ao demonstrar como ao serem empregadas em um mesmo ramo de atividade se extraem a mesma mais-valia (Cf. MARX, 2006, pág. 637-638). Por fim, Marx especifica a natureza do salário por peça e sua estreita relação com o salário por tempo:

O salário por peça, na realidade, não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador pelo número das peças que produziu. No salário por tempo, o trabalho se mede diretamente por sua duração; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. O preço do tempo de trabalho continua determinado pela equação: valor da jornada de trabalho = valor diário da força de trabalho. Salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo (MARX, 2006, pág. 639).

Estando a determinação do salário por peça subsumida à determinação do valor da força de trabalho, está ela submetida à cisão entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, em outras palavras, à contradição de classes, cujo significado não diz respeito a uma relação de parceria, mas a uma relação de exploração. Com o desenvolvimento da produtividade, ou seja, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a consciência da classe trabalhadora não apenas reconhece a queda do preço do seu trabalho e a sua maior exploração, mas também a incompatibilidade do sistema econômico na qual está inserida com a ilusão de um sistema de parceria ou cooperação entre classes. Esse reconhecimento ocorre em função do aumento da produtividade não corresponder a nenhum benefício à classe assalariada,

patenteando, desse modo, a contradição entre as classes. Afirmando que, “quando varia a produtividade do trabalho, a mesma quantidade de produto representa maior ou menor tempo de trabalho”, e que “o salário por peça também varia”, visto que “exprime o preço de um determinado tempo de trabalho”, Marx apresenta um exemplo quantitativo no qual explicita como o “salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número das peças produzidas no mesmo tempo”, apontando, posteriormente, a percepção do assalariado perante a situação:

Essa variação do salário por peça, embora puramente nominal, provoca lutas constantes entre o capitalista e o trabalhador. Ou porque o capitalista aproveita o pretexto para rebaixar realmente o preço do trabalho, ou porque o aumento da produtividade do trabalho é acompanhado do aumento da intensidade. Ou ainda porque o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, acreditando que lhe pagam o que produziu, e não sua força de trabalho, e por isso se opõe a uma redução salarial que não corresponde à redução do preço da mercadoria (MARX, 2006, pág. 644-645).

Porém, tal como insinua Marx, a mencionada ilusão dissolve-se através do conflito entre o capital e o trabalho, explicitando o capital perante a exigência do trabalhador em ser beneficiado em função do aumento da produtividade a seguinte postura e discurso:

O capital repele essas pretensões, taxando-as, acertadamente, de erro crasso quanto à natureza do trabalho assalariado. Clama contra a insolência de se pretender tributar o progresso da indústria e declara, rotundamente que a produtividade do trabalho é matéria que não diz respeito ao trabalhador (MARX, 2006, pág. 645).

d) A diversidade entre os salários das nações, o movimento de totalização de “O Capital” e a situação da classe trabalhadora

Finalizando a parte VI de “O Capital”, Marx propõe no capítulo XX realizar algumas considerações sobre a diversidade entre os salários das nações. Para realizar seu intento, Marx recorda as leis apresentadas no capítulo XV de sua obra, a respeito da variação da magnitude absoluta do valor da força de trabalho e da magnitude relativa dessa mesma força, digo, da relação proporcional entre ela e a mais-valia. Recordando, ainda, suas palavras expostas no capítulo XVIII, Marx reafirma que as mencionadas leis transmutam-se em leis de determinação do salário, bastando, para isso, substituir a

expressão “valor ou preço da força de trabalho” pela forma aparente “salário”. Partindo desses pressupostos, expostos nos capítulos anteriores, Marx incrementa novas regras ou determinações à lei do valor para, desse modo, comparar os salários entre as diversas nações, explicitando, assim, a presença do processo de totalização em seu modo de exposição. De acordo com Marx, para comparar os salários das diferentes nações torna-se necessário: considerar todos os fatores que determinam a variação do valor da força de trabalho; reduzir o salário diário médio dos mesmos ramos presentes nos diversos países a uma jornada de trabalho de igual duração; transformar o trabalho por tempo em trabalho por peça, e isso, no intuito de medir os graus de intensidade e produtividade do trabalho; determinar uma gradação de intensidade média internacional do trabalho, alcançando esse resultado pela comparação entre a intensidade média do trabalho presente em cada e nos diversos países; e, por fim, considerar que o trabalho nacional mais produtivo não é considerado mais intenso no mercado mundial, no caso da nação não ser compelida pela concorrência a baixar o preço de venda de sua mercadoria ao nível do seu valor (MARX, 2006, pág. 649-650).

Comparando os salários dos diversos países, Marx alcança a conclusão de que, nos países capitalistas desenvolvidos, o valor do dinheiro é menor que nos países capitalistas menos desenvolvidos e, assim, os salários nominais são mais altos naqueles países, o que não ocorre, necessariamente com os salários reais:

Num país, a intensidade e a produtividade do trabalho nacional se elevam acima do nível internacional na medida em que nele está desenvolvida a produção capitalista. Por isso, as diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie produzidas em diferentes países, no mesmo espaço de tempo, têm valores internacionais desiguais, que, através dos preços, se exprimem em diferentes somas de dinheiro. Em consequência, o valor relativo do dinheiro será menor no país onde a produção capitalista é mais desenvolvida [e o trabalho, portanto, mais intenso] do que naquele em que é menos desenvolvida. Infere-se daí que o salário nominal, o equivalente da força de trabalho expresso em dinheiro, será mais alto no primeiro país que do que no segundo; o que não significa que isso seja verdadeiro para o salário real, isto é, para os meios de subsistência postos à disposição do trabalhador (MARX, 2006, pág. 650).

Marx também conclui que, além dessa diferença relativa no valor do dinheiro nos diversos países, o salário nos países capitalistas mais desenvolvidos é mais alto do que nos países menos desenvolvidos, porém, no que se refere ao preço relativo do

trabalho, digo, a relação do salário com a mais-valia, os países mais desenvolvidos apresentam menor proporção do que aquela que encontramos em países menos desenvolvidos:

Mas, além dessa diferença relativa no valor do dinheiro em diferentes países, verificar-se-á frequentemente que o salário por dia, por semana etc., no primeiro país, é mais alto do que no segundo, ao passo que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação à mais-valia ou ao valor do produto, é menos elevado no primeiro país do que no segundo (MARX, 2006, pág. 650).

Em suma, considerando ser o preço do trabalho determinado pela equação $\frac{\text{valor da força de trabalho}}{\text{jornada de trabalho}}$, tal como nos indicou Marx nos capítulos anteriores, assim como considerando a comparação que realiza entre os salários dos diversos países, torna-se perceptível que, de acordo com “O Capital”, não há para a classe assalariada uma perspectiva positiva no que se refere à elevação de sua condição de vida através do salário: se, por um lado, aponta-se para a possibilidade da classe assalariada manter a sua subsistência e a realização de suas necessidades sob limites estreitos; por outro, aponta-se para o fato de sua melhor condição salarial contrariar, relativamente, o aumento da riqueza privada, produzida socialmente⁴¹.

⁴¹ Na seguinte passagem, Marx expressa o caráter social das nossas carências, explicitando, assim, o efeito opressivo da desproporção entre o salário e o acúmulo de trabalho excedente: “Uma casa pode ser grande ou pequena. Enquanto as casas vizinhas são igualmente pequenas, ela satisfaz os requisitos sociais que se exigem de uma habitação. Porém, se junto à casinha se constrói um palácio, a casinha se reduz e se converte em uma choupana. A casa pequena demonstra então que seu proprietário tem pretensões ínfimas ou mesmo nulas; no transcurso da civilização a casa poderá crescer em altura tanto quanto se queira, mas se o palácio vizinho cresce na mesma proporção, ou em proporção ainda maior, o habitante da casa relativamente pequena se sentirá cada vez mais incômodo, insatisfeito e oprimido entre suas quatro paredes” (MARX, “Lohnarbeit und Kapital”, pág. 411-414 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 246). Transcrevendo as palavras de Rosa Luxemburgo, Rosdolsky destaca a possibilidade da queda relativa do salário transmutar a consciência da classe trabalhadora em uma consciência revolucionária: “A produção capitalista não pode avançar um passo sem reduzir a participação dos trabalhadores no produto social. Com cada inovação da técnica, com cada melhora das máquinas, com cada aplicação nova do vapor e da eletricidade na produção e no transporte, diminui a participação dos trabalhadores no produto e aumenta a dos capitalistas”. Trata-se de “um poder completamente invisível, um efeito simplesmente mecânico da concorrência e da produção mercantil, que arranca do trabalhador uma parcela cada vez maior do produto que ele cria [...]. O papel pessoal do explorador é visível quando se trata do salário absoluto, ou seja, do nível de vida real. Uma redução do salário, que determine uma redução do nível real de vida dos trabalhadores, constitui um atentado visível dos capitalistas contra os trabalhadores e recebe destes, em geral, ali onde entram em ação os sindicatos, a resposta da luta imediata [...]”. A situação é diferente quando se trata da queda invisível do salário relativo, provocada pelo progresso técnico, as invenções, a introdução de máquinas, o aperfeiçoamento dos meios de transporte etc.: “Os efeitos desses avanços sobre o salário relativo dos trabalhadores resultam automaticamente da produção mercantil e da condição de mercadoria da força de trabalho [...]. Por isso, a luta contra a diminuição do salário relativo conduz à luta contra a existência da força de trabalho na condição de mercadoria, ou seja, contra a produção capitalista em seu conjunto. A luta contra a queda do salário relativo já não é uma luta que se desenvolve

9 – Sobre a Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária em “Esfera da Produção”

Seguindo o procedimento que adotei, ao considerar a exposição de “O Capital” referente à “esfera da circulação”, acrescento, sintetizo e destaco alguns apontamentos referentes ao movimento negativo-expositivo presentes na “esfera da produção”. Desse modo, proporciono maior compreensão no que se refere à presença de uma teoria revolucionária em “O Capital”, em outras palavras, de uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista a partir do desenvolvimento de condições objetivas e, paralelamente, da consciência revolucionária da classe trabalhadora, propiciando, assim, gradativamente, a percepção de um sentido político presente no método de exposição da obra.

No que se refere ao princípio metodológico-expositivo de considerar as categorias econômicas das mais abstratas às mais complexas, e sob a perspectiva da contradição “lógica e história”, pode ser afirmado que o procedimento se aprofundou, sendo as determinações necessárias à constituição do conceito “capital” ampliadas e os seus traços históricos ou transitórios acentuados, destacado-se, assim, um pressuposto fundamental para a constituição de uma teoria revolucionária: o caráter não absoluto ou eterno do próprio modo de produção capitalista.

Marx manteve e aprofundou, igualmente, o desdobramento da contradição “valor-de-uso e valor”, que adquire a partir da esfera da produção maior precisão histórica e conceitual, fundamentando-se após a compra da força de trabalho e o direcionamento do trabalhador à fábrica não como uma mera contradição entre o trabalho social e o trabalho privado, mas como uma contradição entre o trabalho social e a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, pelo próprio antagonismo de classe. Configurando-se e se intensificando a contradição “valor-de-uso e valor” com certa radicalidade no contexto da sociedade capitalista por estar toda produção e toda a organização do trabalho voltada não à satisfação das necessidades sociais ou daqueles que trabalham, em outras palavras, ao valor-de-uso, mas à finalidade última da acumulação do valor, algo que determina o desenvolvimento das forças produtivas e o próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção, acirra-se a contradição de

no terreno da economia mercantil, mas sim um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia. É o movimento socialista do proletariado” (LUXEMBURGO, “Introdução à Economia Política”, pág. 717, 719-720 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 246-247).

classe e a sua potência negativa perante a ordem capitalista, sendo a consciência revolucionária gradualmente constituída e, assim, o movimento transitório ou autonegativo do capital.

O desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora que, tal como aponte, é paralelo às suas condições sócio-materiais no mundo capitalista, pode ser traçado a partir da exposição de Marx a respeito da esfera da circulação: se no capítulo IV de “O Capital” Marx expôs a relação “compra e venda” da mercadoria “força de trabalho” como algo efetivado pelos indivíduos “trabalhador” e “capitalista”, e não por classes sociais, sendo ainda esses “indivíduos” apresentados como “livres, iguais e proprietários”, sua exposição coincidiu com a própria consciência do trabalhador que, ao se encontrar na esfera da circulação, vende a sua mercadoria individualmente e, assim, não se reconhece como integrante de uma classe social, sendo também iludido pela relação contratual que estabelece com o capitalista, o que o faz julgar ser um sujeito livre e igual. Direcionando sua exposição à seção III de “O Capital”, ou seja, à esfera da produção, Marx aponta que após a compra da força de trabalho o indivíduo trabalhador se reconhece no interior da fábrica como um integrante de uma classe social, organizando-se politicamente para conservar a sua própria existência perante a inclinação do capital em extrair mais-valia absoluta. Nesse processo expositivo que reflete, ao mesmo tempo, o movimento do real, os trabalhadores reconhecem, igualmente, o caráter ilusório de sua liberdade e de sua igualdade em relação ao capitalista, porém, eles ainda aceitam a mercantilização da força de trabalho, consistindo a sua resistência em impedir a sua exploração abusiva.

Na seção IV de “O Capital”, na qual é tematizada a mais-valia relativa, Marx expõe como o capital desenvolve as forças produtivas para intensificar a exploração do trabalho ou a extração da mais-valia, explicitando, nesse percurso, a ineficiência da luta da classe trabalhadora e da legislação que ao limitar a jornada do trabalho não impediu a extração abusiva da força de trabalho. Nesse contexto expositivo, explicitando a configuração de novas condições e contradições materiais, Marx novamente aponta o impacto da situação sobre a intensificação da contradição entre as classes e o respectivo desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, mas também na formação da própria possibilidade de ser uma realidade superada por outra ao proporcionar a percepção de como os métodos de produção menos eficientes produzem a sua autossuperação por métodos mais eficientes, “autossuperação” que consiste em conservar elementos técnicos e organizacionais, sendo outros rejeitados e acrescentados,

estando o movimento transitivo do próprio modo de produção capitalista relacionado com a mesma lógica.

Considerando a manufatura, direcionada em seu desenvolvimento pelo interesse de classe em extrair mais-valia, pressupondo e produzindo a cooperação que, por sua vez, pressupõe a ampliação e a concentração dos meios de produção e o direcionamento do trabalho social, Marx expõe o seu efeito sobre a contradição de classe e sobre a consciência da classe trabalhadora, em outras palavras, a contradição que produz contra o interesse que proporcionou a sua própria constituição: destaca-se para o próprio trabalhador o antagonismo entre os meios de produção e a sua classe, mas, também, o antagonismo entre o aumento da riqueza social e a desvalorização de sua força de trabalho, propiciando, ainda, a sua aglomeração em um mesmo local de trabalho maior resistência e organização política.

Discorrendo sobre a transição da manufatura à grande indústria, Marx destaca que a superação da manufatura foi impelida por obstáculos à extração da mais-valia, ou seja, pelo interesse de classe, dos quais é destacável o controle manual da produção pelos trabalhadores. Mas, além do fator de classe ser destacado como força transitiva, Marx aponta a constituição de um fundamento material criado pelo desenvolvimento da própria manufatura para a configuração da indústria moderna: a manufatura simplificou e diversificou as ferramentas de trabalho. O desenvolvimento da maquinaria foi igualmente impelido pela contradição gerada na manufatura entre os seus estreitos limites técnicos e a ampliação das necessidades do consumo social, sendo ainda relevante o fato de que a manufatura constituiu-se como base técnica da indústria moderna, produzindo artífices, ramos autônomos e divisão do trabalho para a produção das máquinas, surgindo, também, nesse processo, a contradição entre a técnica da indústria moderna e sua base manual, intensificada pelo fato do encarecimento e a lentidão da produção de máquinas em função de sua base produtiva manual e seleta.

Considerando os efeitos da aplicação da maquinaria no processo produtivo, Marx aponta para a produção de novas condições e contradições materiais que, novamente, ocasionam o acirramento da tensão entre as classes e o desenvolvimento da consciência revolucionária, produzindo a própria negação do modo capitalista de produção. Marx observa que com a indústria moderna o capital amplia e intensifica a exploração da força de trabalho, contratando mulheres e crianças e estendendo a jornada de trabalho. Sendo a produtividade elevada, o valor da força de trabalho é reduzido, o que insinua à consciência da classe trabalhadora o contraste acarretado pela contradição

de classe entre o aumento da riqueza social e a sua situação, mas também se tornando o trabalhador obrigado a vender os próprios filhos, impõem-se mais uma vez à sua consciência a realidade da sua não liberdade em relação ao capital. Considerando a redução dos salários como um fator intrínseco da indústria moderna, Marx ainda revela, através de um documento histórico, o fato de que a própria consciência do trabalhador identifica os efeitos da concorrência e o fator do antagonismo de classes na determinação da queda dos seus salários.

Mas, a maquinaria também acarreta o desemprego ao substituir o trabalhador e ao tornar supérfluo os métodos de produção pretéritos que, antes de serem superados, competem de forma desigual e dramática com a grande indústria, propiciando péssimas condições de vida e trabalho à classe trabalhadora. O desemprego é algo intrínseco ao modo de produção capitalista por ser indispensável a esse sistema econômico uma permanente reestruturação produtiva ou por ser estrutural a contradição “fluidez das funções e rígida divisão do trabalho”, acarretando, desse modo, nova contradição ou autonegação do modo de produção capitalista: se, por um lado, todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador, por outro, o trabalhador é posto fora do mercado. Considerando a solução “imigração de força de trabalho” proposta pelos trabalhadores para sanar o problema do desemprego, Marx propicia a percepção por todas as contradições apontadas e pelo desenvolvimento das forças produtivas que se trata de uma solução temporária, tornando-se previsível a necessidade da classe trabalhadora em superar o próprio modo de produção capitalista.

Além do problema do desemprego, a indústria moderna necessariamente também acarreta algo que com ele se relaciona: as crises econômicas em função da expansão do sistema fabril e da sua dependência em relação ao mercado mundial, sendo o mercado abarrotado pela produção e, assim, paralisado, algo que gera novamente a autonegação do modo de produção capitalista em sua busca pela mais-valia. Cabe ainda ressaltar que ao realizar alguns apontamentos a respeito da revolução realizada na agricultura e nas relações sociais de seus agentes pela indústria moderna, Marx aponta não apenas a ampliação ou a extensão da contradição de classe no campo, mas também outra contradição importante e imanente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista: que o capital depende das forças originárias da riqueza, ou seja, o trabalhador e a terra, porém, contraditoriamente, as destrói, gerando, portanto, mais uma vez, a sua própria negação.

Na seção VI de “O Capital”, Marx apresenta o efeito ilusório do salário sob a consciência do trabalhador, mais especificamente, a falsa ideia que proporciona de que a relação que estabelece com o capital é uma relação de cooperação e não de dominação de classe, sendo o trabalhador livre e igual ao capitalista, não subjugado e explorado. Mas Marx também relaciona a dissolução da mencionada ilusão com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual se acirra a tensão entre a classe trabalhadora e a classe capitalista: o subemprego que impede os trabalhadores de adquirir os meios necessários à sua subsistência e a extensão da jornada de trabalho, “extensão” que se torna “necessidade” com a pressão da concorrência, provoca na classe trabalhadora a revolta e a organização política, enquanto o contraste entre o aumento da produtividade com a queda do preço do trabalho, e a intensificação da atividade laborativa proporciona, mais uma vez, a percepção da não cooperação e do antagonismo entre o trabalho e o capital.

O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

1. Considerações prévias à seção sétima de “O Capital”: sobre o percurso expositivo da obra

Antes de analisar o capítulo XXI de “O Capital”, “capítulo” que introduz a sétima seção da obra (“Acumulação do Capital”), reproduzo algumas considerações de Hector Benoit a respeito do percurso expositivo, proporcionando, desse modo, não apenas uma percepção sintética do seu desdobramento até o momento exposto, mas, ainda, do significado da última seção a ser analisada. Mas, além de reproduzir as mencionadas considerações de Benoit, atendo-me, igualmente, às palavras do próprio Marx, que, ao introduzir a sétima seção de sua obra, apresenta os pressupostos da acumulação capitalista e os pressupostos do seu método de exposição dialético para tratar do tema, proporcionando, desse modo, elementos para compreendermos a aplicação desse método em todo “O Capital”.

No que se refere às considerações de Benoit (1996, pág. 35), afirma o estudioso que com o desenvolvimento expositivo de “O Capital”, mais especificamente, até ser finalizada sua quarta seção, Marx desmascara ou nega a aparência do modo de produção capitalista tal como transparece no primeiro parágrafo de sua obra (Cf. MARX, 2006, pág. 57) (Cf. pág. 15), ou seja, como “imensa coleção de mercadorias”, explicitando tratar-se, na verdade, de uma “imensa coleção de contradições”, da qual se destaca como contradição fundamental a “luta entre as classes”. Segundo Benoit, o mencionado desdobramento de “O Capital” desmascarou ou negou, igualmente, a ilusão do modo de produção capitalista corresponder ao “melhor dos mundos possíveis”, ao “paraíso dos direitos inatos do homem”, à “liberdade” e à “igualdade”, cuja positividade teria sido expressa por Marx no término da segunda seção de sua obra (Cf. MARX, 2006, pág. 206). Porém, tal como aponta, pelo menos até o momento não foi ainda negado o direito à propriedade, sendo a contradição “luta entre as classes” ainda conservada como uma antinomia, ou seja, como uma contradição que não pode ser superada⁴². Nesse sentido,

⁴² A contradição “luta de classes” é apresentada pelo próprio Marx como uma antinomia no capítulo VIII de “O Capital”. Nesse capítulo, o pensador declara não determinar a lei da troca de mercadorias nenhum limite temporal à utilização da mercadoria “força de trabalho” ao ser vendida pela mercadoria “dinheiro”. Em função desse fato, por um lado, tentando prolongar ao máximo a jornada de trabalho, afirma o capitalista o seu direito como comprador, ou seja, o seu direito de consumir o valor-de-uso da mercadoria adquirida através da troca de equivalente, por outro lado, tentando limitar a jornada de trabalho, afirma

recordando o movimento da “luta de classes” tal como transpareceu em “O Capital”, Benoit afirma que a classe trabalhadora lutou por sua conservação e, assim, contraditoriamente, pela conservação do sistema capitalista: lutou pela limitação da jornada de trabalho (seção III), contra as consequências do desenvolvimento da produtividade (seção IV) e por melhores salários (seção VI)⁴³. No entanto, o movimento expositivo de “O Capital” ainda não foi interrompido e, assim, tal como afirma o estudioso, os pressupostos do processo de produção capitalista não foram todos expostos e negados, não tendo sido os segredos da fórmula do capital (D-M-D’) plenamente desvelados. Até o momento, Benoit assinala que Marx considerou a compra da mercadoria “força de trabalho” pelo capitalista e a utilização do seu valor-de-uso, em outras palavras, o entrelaçamento da esfera da circulação com a esfera da produção (D-M), revelando, assim, a existência da mais-valia. Na sétima seção de “O Capital”, Benoit aponta expor Marx o terceiro momento da fórmula do capital (D’) e o retorno do capitalista ao processo produtivo, sendo revelado, nesse contexto, novos segredos do modo de produção capitalista.

No que se refere, por sua vez, às palavras de Marx a respeito dos pressupostos da acumulação do capital e do seu método de exposição dialético, expõe o pensador, inicialmente, a configuração do movimento circular do capital: o seu primeiro passo consiste em ser convertida uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho (esfera da circulação); o segundo passo, por sua vez, consiste em produzir mercadorias através dos meios de produção e da força de trabalho adquiridos, cujos valores são maiores do que aquele que foi despendido pelo capital desembolsado (esfera da produção); por fim, o terceiro passo consiste na venda das mercadorias, na realização do seu valor em dinheiro e na reconversão desse dinheiro em capital (esfera da circulação) (MARX, 2006, pág. 657). Considerando ser o movimento circular do capital pressuposto da acumulação capitalista, Marx pressupõe, ao considerar o tema “acumulação do capital” ser essa circulação normalmente efetivada, abstraindo qualquer eventualidade:

o trabalhador o seu direito como vendedor, ou seja, o seu direito de trocar sua mercadoria por um equivalente, não sendo espoliado com a utilização abusiva de sua mercadoria. Diante essa situação, a luta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora é desencadeada, não havendo qualquer fator que proporcione a dissolução desse conflito: *“ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força”* (MARX, 2006, pág. 273 - grifos do autor).

⁴³ Algo também presente, tal como aponte, na seção IV.

Por ora, pressupomos que o capitalista que produz a mercadoria vende-a pelo seu valor, sem nos preocuparmos em analisar a sua volta ao mercado, ou as novas formas que o capital assume na esfera da circulação, ou as condições concretas da reprodução ocultas nessas formas. Pressupomos ainda que o produtor capitalista é o proprietário de toda a mais-valia ou o representante de todos que participam com ele do butim. Encaramos a acumulação, de início, de um ponto de vista abstrato, como simples fase do processo imediato de produção⁴⁴ (MARX, 2006, pág. 657-658).

Marx justifica o modo de exposição adotado, afirmando que, por um lado, trata-se dos pressupostos reais do processo de acumulação e, por outro, que a análise do processo em sua pureza, ou, abstraída de outras circunstâncias, propiciam maior clareza na compreensão do mecanismo:

Quando ocorre de fato a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e reconverter o dinheiro recebido em capital. Além disso, o fracionamento da mais-valia em diversas partes em nada muda a natureza dela nem as condições necessárias em que ela se torna fator de acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista conserve para si mesmo ou ceda a outrem, é sempre ele quem dela primeiro se apropria. *Nossos pressupostos para o estudo da acumulação constituem, portanto, pressupostos do processo real de acumulação. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e a circulação que serve de veículo à acumulação obscurecem a forma fundamental do processo de acumulação. A análise do processo em sua pureza exige, por isso, que se ponham de lado todos os fenômenos que dissimulam o funcionamento interno do seu mecanismo* (MARX, 2006, pág. 658 - grifo do autor).

A mencionada justificativa de Marx aplica-se, tal como pode ser percebido pela discussão precedente, não apenas ao tema “acumulação de capital”, mas à própria obra “O Capital”, afinal, o intento de proporcionar clareza ao objeto “mecanismo de acumulação” corresponde ao intento geral de proporcionar clareza à totalidade obscura “sociedade capitalista⁴⁵”. Nesse processo de intermediação categorial próprio da dialética, Marx proporciona a percepção da essência do modo de produção capitalista, apresentando-o como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1999, pág. 39), expondo ainda essa realidade em seu “movimento real”, espelhando, assim, no “plano ideal, a vida da realidade pesquisada”, expondo sua

⁴⁴ Tal como afirma Marx (2006, pág. 657), a análise detida do processo de circulação é realizada no livro II de “O Capital”, enquanto a análise das formas que adquirem a mais-valia, após a sua fragmentação pelas mãos de diversos capitalistas, é realizada no livro III de “O Capital”.

⁴⁵ Cf. pág. 15-16.

concepção dialética do objeto “modo de produção capitalista” que, “afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele”, pois o capta em seu “caráter transitório” (MARX, 2006, pág. 28-29), pela relação entre o desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista e o aprofundamento da tensão entre as classes.

2- O capítulo XXI de “O Capital”

Interessado em reservar à seção sétima a temática “acumulação de capital”, Marx formula, inicialmente, o capítulo XXI de sua obra, denominado “Reprodução simples”. Nesse capítulo, constata-se não apenas a presença do método expositivo de Marx em direcionar-se do abstrato ao concreto, mas também a importância do movimento de totalização empreendido por esse método, cujo efeito é a dissolução de ilusões constituídas pela organização material do modo de produção capitalista e por sua compreensão parcial. Tais ilusões passam pela consciência da classe trabalhadora, sendo, no entanto, superadas, tal como irei explicitar, pelo fluxo contínuo de sua experiência na interioridade do modo capitalista de produção.

Ao iniciar a exposição do capítulo XXI, Marx realiza apontamentos a respeito da relação “produção e reprodução” que dizem respeito a qualquer sociedade, e isso, antes de considerar a mencionada relação pela perspectiva histórica “modo de produção capitalista”, explicitando, desse modo, a presença do seu método expositivo em se direcionar do abstrato ao concreto e a união dialética entre o lógico e o histórico. Considerando ser a reprodução uma necessidade em qualquer produção social, Marx introduz a temática “reprodução” em “O Capital”:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo o processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 2006, pág. 661).

Deslocando seu foco expositivo ao contexto do histórico modo capitalista de produção, mas também conceituando a “reprodução simples”, tema dominante do primeiro capítulo da sétima seção de “O Capital”, propiciando a percepção de ser a “reprodução simples” uma abstração frente à “reprodução ampliada”, tema dominante

no próximo capítulo da obra, Marx explicita, mais uma vez, a configuração do seu mencionado método expositivo. Mas, Marx também esclarece a importância do processo de totalização expositivo para a compreensão do objeto “modo de produção capitalista”, “processo” que se amplia, gradualmente, com a sequência expositiva:

Se o capitalista só utiliza esse rendimento [a mais-valia] para consumo, gastando-o no mesmo período em que o ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certos caracteres novos ou, antes, faz desaparecerem os caracteres aparentes que apresentava em sua ocorrência isolada (MARX, 2006, pág. 662).

Assumindo a perspectiva totalizante, ou seja, considerando a relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora ao invés de, tal como procedeu na primeira e na segunda seção de “O Capital”, considerar a relação entre indivíduos, assim como considerando a produção do capital no fluxo de sua renovação, Marx nega ilusões acarretadas pela organização capitalista e por sua compreensão parcial: nega que o capital variável ou o salário provenha do fundo do capitalista; nega que o dinheiro do capitalista tenha sido gerado em função de uma acumulação primitiva, apontando sua fonte, pelo contrário, no trabalho alheio não-pago; nega que a contradição entre os assalariados e os meios de produção ou entre os assalariados e os burgueses consistam em meros pressupostos históricos do modo de produção capitalista, afirmando sua constante reprodução e aprofundamento, a partir do próprio processo de produção e, por fim, nega ser o trabalhador independente⁴⁶.

De acordo com Marx (2006, pág. 662), o salário pago pelo capitalista, pela compra constantemente renovada da força de trabalho, é a forma a que se converte parte do trabalho produzido pelo próprio trabalhador, em outras palavras, é o trabalho precedente pago através do trabalho em curso:

⁴⁶ Considerando a nova perspectiva de Marx sob o ponto de vista dos “Grundrisse”, ou seja, a perspectiva da constante renovação e reprodução do capital, Rosdolsky transcreve as seguintes palavras, propiciando maior compreensão a respeito do movimento expositivo-negativo de “O Capital”: “na primeira manifestação do capital, seus pressupostos surgiam, digamos assim, de fora para dentro [...] como pressupostos exteriores; não emergiam a partir de sua natureza interna, não podiam ser explicados a partir do próprio capital”. Porém, quando visualizamos o capital que se forma no interior do processo de reprodução, esses pressupostos aparecem “como momentos do movimento do próprio capital [...], seja qual for sua gênese histórica” (MARX, “Grundrisse”, pág. 354 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 217).

A ilusão gerada pela forma dinheiro desaparece logo que se consideram a classe capitalista e a classe trabalhadora, e não o capitalista e o trabalhador isoladamente. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob a forma de dinheiro, letras que a habilitam a receber parte do produto que produziu e do qual aquela se apoderou. Mas o trabalhador devolve continuamente essas letras ao capitalista, para receber a parte do produto dele mesmo, que lhe é atribuída. A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria dissimulam a operação⁴⁷ (MARX, 2006, pág. 662-663).

Após proferir essas palavras, Marx é ainda mais explícito quanto à necessidade de ser assumida uma perspectiva totalizante para a compreensão do modo de produção capitalista, apontando a necessidade de percebê-lo no fluxo constante de sua renovação, e isso, sob pena de ser conservada a ilusão de que o capital variável é um fundo fornecido pelo capitalista: “é verdade que o capital variável só perde a significação de um valor retirado do próprio fundo do capitalista, quando observamos o processo de produção capitalista no fluxo contínuo de sua renovação” (MARX, 2006, pág. 664).

No que se refere à ilusão de ter o capitalista adquirido dinheiro por uma acumulação primitiva, independentemente de trabalho alheio não-pago, Marx assinala que, de fato, pode ser o capital investido no processo produtivo como um produto do trabalho do seu investidor, porém, sob a perspectiva da reprodução simples, percebe-se que, mais cedo ou mais tarde, torna-se esse capital mais-valia capitalizada, ou seja, trabalho alheio não-pago:

Se a mais-valia anualmente produzida por um capital de 1.000 libras esterlinas for de 200 libras esterlinas, e se toda a mais-valia for consumida durante um ano, é claro que, após a repetição do mesmo processo durante cinco anos, a soma da mais-valia consumida = 5×200 , ou igual ao valor do capital primitivamente desembolsado, de 1.000 libras. Se a mais-valia anual só fosse consumida parcialmente, digamos, pela metade, ter-se-ia, no fim de uma década, o mesmo resultado, pois $10 \times 100 = 1.000$. *Regra geral: O valor do capital antecipado dividido pela mais-valia consumida anualmente dá o número de anos ou o número de períodos de reprodução, ao fim dos quais o capital original antecipado pelo capitalista é consumido, desaparecendo, portanto.* (...) Pondo-se de lado a acumulação propriamente dita, a mera continuidade do processo de produção, isto é, a reprodução simples transforma necessariamente qualquer capital, após um período mais ou menos longo, em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. *Se o capital, ao ser empregado no processo de produção, era produto do trabalho de seu investidor, torna-se ele, mais cedo ou mais tarde, valor adquirido sem equivalentes, ou*

⁴⁷ Marx também aponta a separação entre os assalariados e os meios de produção como um fator material condicionante dessa ilusão (Cf. MARX, 2006, pág. 663).

materialização, em dinheiro ou em outra forma, de trabalho alheio-não pago (MARX, 2006, pág. 664-665 - grifos do autor).

Referindo-se à exposição presente no capítulo IV de “O Capital”, Marx recorda que, ao considerar a transformação do dinheiro em capital, apontou ser necessário para a efetivação desse processo não apenas a produção e a circulação de mercadorias, mas também a existência e a relação do possuidor de dinheiro e dos meios de produção com o possuidor da força criadora de valor. Desse modo, Marx aponta ter sido explicitada a separação entre o trabalho e o seu produto e a separação do trabalhador dos meios de produção como o ponto de partida fundamental ao modo capitalista de produção. Porém, ao ser considerada a reprodução simples, Marx aponta que o que aparentava ser mero pressuposto para a constituição do modo capitalista de produção tornou-se seu resultado: a existência da burguesia e do assalariado, a separação entre o trabalho e os meios de produção.

Mas o que no início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, a reprodução simples, o resultado peculiar, constantemente renovado e perpetuado, da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. *O próprio trabalho produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalho assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária para a produção capitalista* (MARX, 2006, pág. 665-666 – grifos do autor).

Recordando a exposição presente no capítulo VIII de sua obra, Marx explicita, mais uma vez, o processo totalizador e negativo de sua exposição. Marx afirma que, no estudo a respeito da “jornada de trabalho”, foi apresentado o fato de que o trabalhador é

forçado a transformar o seu consumo individual em mero acidente do processo produtivo, aparentando esse modo de ser do consumo individual um abuso não inerente à produção capitalista, porém, observa que, ao considerarmos essa situação pela perspectiva das classes e não pela perspectiva dos indivíduos, percebe-se que o consumo individual é consumo produtivo, em outras palavras, que é um momento da reprodução do capital, representando o trabalhador mero acessório da acumulação capitalista:

Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta ele o valor do seu capital global. Com uma cajadada, mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. (...) A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. (...) *Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumental inanimado de trabalho. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital* (MARX, 2006, pág. 667-668 – grifos do autor).

A ilusão do trabalhador de ser um sujeito livre seria mantida, de acordo com Marx (2006, pág. 669; 673), em função da mudança contínua de padrões e da ficção jurídica do contrato, e também pela venda periódica de si e pelas oscilações no preço do trabalho no mercado. Considerando, porém, as próprias palavras de Marx, explicitadas no decorrer dessa exposição, podemos concluir que a causa última de todas as ilusões que mencionei é a percepção não totalizante do modo de produção capitalista: a desconsideração da relação entre as classes e do fluxo da reprodução. Alcançaria a classe trabalhadora essa percepção totalizante da realidade através de sua vivência no modo de produção capitalista? A exposição de “O Capital” sugere uma resposta afirmativa: tal como vimos, a passagem do trabalhador da esfera da circulação para a esfera da produção impele a sua união em função da exploração que sofre e, assim, o seu reconhecimento como classe; a exploração também aparenta afrontar a ideia do contrato, segundo a qual, o trabalhador venderia sua mercadoria voluntariamente, sendo essa ideia afrontada de maneira ainda mais precisa com a contratação da mão de obra infantil, tal como nos recorda Marx no próprio capítulo XXI (2006, pág. 673, nota 19);

quanto à percepção da reprodução capitalista, essa aparenta ser sugerida ao trabalhador, tal como irei explicitar, em função da sua permanência e da sua observação, como classe que luta, nessa realidade social: pela percepção entre o contraste da riqueza dos capitalistas em relação à sua própria situação.

3- O capítulo XXII de “O Capital”

No capítulo XXII de “O Capital” (“Transformação da mais-valia em capital”), Marx desenvolve sua exposição discorrendo, após discursar sobre a acumulação simples no capítulo XXI, a respeito da acumulação ampliada. Ao discorrer sobre a acumulação simples, de caráter mais abstrato, Marx pressupunha ser toda a mais-valia consumida improdutivamente pelo capitalista, sendo o processo de produção repetido na mesma escala, enquanto que, ao discursar sobre a acumulação ampliada, de caráter mais concreto, pressupõe a mais-valia consumida produtivamente pelo capitalista, sendo o processo de produção, desse modo, ampliado pelo processo de reprodução⁴⁸. Neste capítulo, retomando parte de sua exposição presente no capítulo anterior, Marx explicita como o direito de propriedade privada transmuta-se em seu oposto, explicitando, desse modo, mais uma vez, a importância da perspectiva teórica totalizante para a compreensão de seu objeto, ou seja, do “modo de produção capitalista”.

No capítulo II de “O Capital”, o qual se atém à análise da esfera do mercado, Marx afirmava que reconhecem os homens o atributo de serem “proprietários privados” de mercadorias, ou, outras palavras, de serem proprietários dos produtos do seu próprio trabalho, devendo um homem, para adquirir uma mercadoria alheia, alienar a sua própria mercadoria pela desejada, consistindo essa relação de direito em um ato de vontade que diz respeito a ambas as partes (MARX, 2006, pág. 109). No capítulo XXII, retomando parte da exposição presente no capítulo XXI, Marx declara que, de acordo com os economistas políticos, o capital original adviria do trabalho do seu possuidor e dos seus antepassados, harmonizando-se, assim, com as leis da produção de mercadorias, porém, referindo-se ao capital adicional, recorda Marx qual é a sua origem: trabalho não-pago ou mais-valia capitalizada, afirmando, ainda, ser justamente

⁴⁸ Tal como afirma Marx, a mais-valia é tanto consumo individual do capitalista, quanto fundo de acumulação: “No capítulo anterior, focalizamos a mais-valia ou o produto excedente como fundo de consumo individual do capitalista e, neste, consideramo-la, até agora, como fundo de acumulação. Na verdade, ela é ambas as coisas ao mesmo tempo. Uma parte da mais-valia é consumida como renda, outra parte é consumida como capital ou acumulada” (MARX, 2006, pág. 689).

essa propriedade sobre o trabalho passado não-pago a condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo em escala crescente:

Voltemos a nosso exemplo. (...) O capital primitivo de 10.000 libras esterlinas produz mais-valia de 2.000 libras que é capitalizada. O novo capital de 2.000 libras produz mais-valia de 400 libras; esta quantia, por sua vez capitalizada, transformada em um segundo capital adicional, produz nova mais-valia de 80 libras; e assim por diante. (...) O capital primitivo era constituído pela antecipação de 10.000 libras esterlinas. Como o obteve o seu possuidor? Os corifeus da economia política respondem unanimemente: com seu próprio trabalho e o de seus antepassados. E essa suposição parece ser realmente a única que se harmoniza com as leis da produção de mercadorias. (...) Mas a coisa é totalmente diversa com o capital adicional de 2.000 libras. Sabemos precisamente como ele se originou. É mais valia-capitalizada. Desde a origem, não contém ela nenhuma partícula de valor que não derive de trabalho alheio não-pago. (...) Quando o capital adicional emprega o trabalhador que o produziu, tem este de continuar a aumentar o valor do capital original e, além disso, de comprar a restituição do produto de seu trabalho anterior com mais trabalho do que aquele que o produto custou. (...) Patenteia-se aí que a única condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não-pago em escala crescente é a propriedade sobre trabalho passado não-pago. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais poderá acumular (MARX, 2006, pág. 679-681).

Desse modo, transmuta-se o direito de propriedade privada em direito de apropriação do trabalho alheio. Marx é claro quanto a essa transmutação:

A mais-valia que constitui o capital adicional número I resulta da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que se enquadra nas leis da troca de mercadorias e que, encarada juridicamente, pressupõem livre disposição por parte do trabalhador de suas próprias faculdades e, do lado do possuidor do dinheiro e das mercadorias, livre disposição sobre os valores que lhe pertencem. O capital adicional número II resulta do número I, sendo, portanto, a consequência da relação anterior. Cada transação particular corresponde sempre à lei da troca de mercadorias, comprando sempre o capitalista a força de trabalho e vendendo-a sempre o trabalhador, e admitiremos que pelo valor real. *Nessas condições, é evidente que o direito de propriedade privada, baseado sobre a produção e a circulação das mercadorias, se transmuta em seu oposto, em virtude de sua própria dialética interna, inexorável. No início, havia uma troca de equivalentes. Depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente.* A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera

forma, alheia ao verdadeiro conteúdo, e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente. *Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontam possuidores de mercadorias com direitos iguais, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas pelo trabalho. Agora, do lado do capitalista, a propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos* (MARX, 2006, pág. 681-682 – grifos do autor).

Após proferir essas palavras, Marx frisa o fato de que a apropriação do trabalho alheio tal como sucede no modo de produção capitalista não contraria, mas resulta das primitivas leis da produção mercantil. Retomando a sequência dos eventos que acarreta a acumulação capitalista, Marx aponta a concordância da relação estabelecida entre o trabalhador e o capitalista com as leis de troca: o primeiro vende sua força de trabalho e recebe o seu valor, alienando, assim, o valor-de-uso de sua mercadoria, o segundo, por sua vez, compra a força de trabalho, beneficiando-se do seu valor-de-uso. A força de trabalho transforma os meios de produção pertencentes ao capitalista, resultando em um produto cujo valor corresponde à soma daquele que foi transferido dos meios de produção pelo trabalho, com aquele produzido pelo próprio trabalho. No valor do produto, está o equivalente ao valor da força de trabalho e uma mais-valia, resultando essa mais-valia do fato de que o valor da força de trabalho adquirida por um determinado espaço de tempo detém menos valor do que o criado com o seu emprego. Porém, o trabalhador recebeu em pagamento o valor-de-troca de sua força de trabalho, alienando, por isso, o seu valor-de-uso, o que ocorre em qualquer relação de compra e venda. Tendo recebido o trabalhador o valor equivalente à sua mercadoria, respeitou-se a lei da troca, que nada diz respeito sobre o uso das mercadorias adquiridas:

A circunstância de essa mercadoria especial, a força de trabalho, possuir o valor-de-uso peculiar de fornecer o trabalho e, portanto, criar valor em nada altera a lei geral da produção de mercadorias. Se a soma de valores adiantada em salários, além de produzida no produto, é acrescida de uma mais-valia, não provém isto de um logro ao vendedor, que recebeu o valor de sua mercadoria, mas do emprego que o comprador fez dessa mercadoria. (...) A lei de troca pressupõe

igualdade apenas para os valores-de-troca das mercadorias que se intercambiam. Pressupõe mesmo diversidade entre seus valores-de-uso, e nada tem a ver com o emprego delas, que só começa depois de concluído o negócio⁴⁹ (MARX, 2006, pág. 682-683).

Considerando a inversão do direito de propriedade em direito de apropriação capitalista no contexto expositivo de “O Capital”, percebemos, mais uma vez, o caráter negativo e totalizador do método de exposição empregado por Marx: são negadas ou superadas determinadas assertivas presentes na obra, cujo reflexo se devia a uma perspectiva unilateral do modo de produção capitalista na medida em que as perspectivas unilaterais são gradativamente totalizadas e, assim, igualmente negadas. Após explicitar a inversão do direito de propriedade, Marx reafirma a importância de seu procedimento totalizador, mais especificamente, da necessidade de compreendermos o modo de produção capitalista considerando o fluxo de sua renovação e atentarmos à relação estabelecida entre as classes:

Na verdade, a coisa muda inteiramente de aspecto quando observamos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e, em lugar do capitalista isolado e do trabalhador isolado, consideramos a totalidade, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora. Mas, desse modo, aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias.

Após negar a compatibilidade entre o seu padrão de medida e àquele presente na sociedade produtora de mercadorias, Marx considera a relação e, assim, a percepção dos homens presentes na esfera do mercado, segundo a qual, a relação “compra e venda” diz respeito a uma relação entre indivíduos e não entre classes. Desse modo, Marx não apenas compatibiliza a esfera do mercado a certo tipo de percepção social, mas também

⁴⁹ Mencionando Rosa Luxemburgo, que afirma ser a “inversão do direito de propriedade” uma “obra-prima da dialética histórica”, Rosdolsky acrescenta, clarificando o procedimento propriamente dialético: “o caráter peculiar da mercadoria força de trabalho — que, como valor, representa apenas seus custos de produção, mas como valor de uso é fonte de criação de novo valor — possibilita que o intercâmbio entre o trabalhador e o capitalista respeite as leis do intercâmbio de mercadorias e, simultaneamente, entre em contradição com essas mesmas leis; que este, o mais importante de todos os atos de intercâmbio, desemboque de fato na apropriação de trabalho alheio sem intercâmbio, embora mantenha a “aparência do intercâmbio””. O estudioso prossegue afirmando algo interessante, ao considerarmos “O Capital” como uma obra cuja exposição apresenta uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista: “trata-se, diz Marx, de uma “aparência necessária”, pois a produção capitalista, como produção de mercadorias, pressupõem as leis do intercâmbio de mercadorias” (ROSDOLSKY, 2001, pág. 222). Ora, essas leis que consistem na troca de equivalentes e no direito à propriedade sobre o próprio trabalho não são apenas invertidas pela dialética de Marx, mas deixam de ser reconhecidas pela própria classe trabalhadora em função do contraste entre a sua situação e a riqueza da classe burguesa, tal como será melhor esclarecido.

aponta propiciar essa esfera uma percepção ilusória a respeito do modo de produção capitalista, legitimando, desse modo, a crença no direito de propriedade:

Na produção mercantil, confrontam-se vendedor e comprador, independentes entre si. Suas relações recíprocas cessam no mesmo dia em que acaba o contrato que fizeram. Se a transação se repetir, será em virtude de novo contrato, que nada tem a ver com o precedente, e só uma casualidade levará o mesmo comprador e o mesmo vendedor a se encontrarem novamente. (...) Enquanto se observam as leis da troca em cada ato de troca isoladamente considerado, pode o modo de apropriação experimentar uma transformação total sem que se fira de qualquer modo o direito de propriedade inerente à produção de mercadorias. Esse direito vigora não só na época inicial, em que o produto pertence a quem o produz e em que esse produtor, trocando equivalente por equivalente, só pode enriquecer-se com o próprio trabalho, esse direito vigora também no período capitalista, em que a riqueza social, em proporção cada vez maior, torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se continuamente de trabalho não-pago⁵⁰ (MARX, 2006, pág. 684-685).

O momento é propício para considerarmos o desenvolvimento expositivo de “O Capital” paralelamente ao desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora. Tal como havia explicitado, os quatro primeiros capítulos de “O Capital” estão limitados à esfera da circulação e, tal como pode-se perceber, são suas assertivas compatíveis à percepção ilusória propiciada por essa esfera: a relação de compra e venda não é considerada como uma relação entre classes, mas entre indivíduos, que são julgados,

⁵⁰ Tal como aponta Rosdolsky, clarificando o processo expositivo-negativo de “O Capital”, Marx capta uma conexão entre o modo de apropriação da economia mercantil simples e o modo de apropriação capitalista em função do seu método dialético e do seu saber histórico, e isso, apesar de não discorrer sobre a economia mercantil simples em “O Capital”. Compreendendo as mencionadas formas econômicas como uma unidade contraditória, Marx pensa que a inversão das leis de apropriação tal como ocorre no modo capitalista de produção não representa uma negação completa, mas a sua última manifestação, sustentado, assim, uma negação dialética. Mesclando as suas palavras com as do próprio Marx, Rosdolsky afirma: “Portanto, a inversão da lei de apropriação decorre do fato de que “a última etapa do intercâmbio livre é o intercâmbio da força de trabalho como mercadoria” (MARX, “Grundrisse”, pág. 566 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 224). “A partir de então, quando se generaliza a produção de mercadorias e ela se transforma na forma típica da produção, [...] quando todos os produtos são produzidos para serem vendidos e quando toda riqueza produzida flui pelos canais da circulação — só a partir desse momento, quando o trabalho assalariado constitui sua base, a produção mercantil se impõe à sociedade como um todo, e também nesse momento desabrocham todas as suas potencialidades ocultas” (MARX, “O Capital”, pág. 224 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 224). Não cabe, pois, nenhuma surpresa diante do fato de que o pleno desenvolvimento da produção de mercadorias, realizado “segundo suas leis imanentes”, conduz a resultados que contradizem (e invertem) o modo de apropriação que dela resulta. Todavia, o processo de circulação, “tal como aparece na superfície da sociedade, não conhece outro modo de apropriação” que não seja o intercâmbio de equivalentes. Por isso, é necessário “deduzir do desenvolvimento do próprio valor de troca” (MARX, “Grundrisse”, pág. 904 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 224) tanto este modo de apropriação como as leis que acabam por contradizê-lo. (O mesmo ocorre com a lei do valor, que de um lado parece já não mais vigorar no modo de produção capitalista, mas, de outro, pressupõe precisamente este modo de produção para tornar-se plenamente válida)” (ROSDOLSKY, 2001, pág. 224).

por sua vez, como livres, iguais e proprietários do produto do seu próprio trabalho. Ao ser a exposição de “O Capital” direcionada à esfera da produção, compreende-se que o trabalhador que já antevia seus sofrimentos após a venda da sua força de trabalho torna-se impelido a se reconhecer e a se unir como classe social, e isso, sob pena de sucumbir à exploração a que é submetido. Essa situação de acirrada exploração, expressa, em um primeiro momento, pelo prolongamento da jornada de trabalho e, posteriormente, por sua intensificação, representa a negação da ilusão de igualdade e de liberdade entre os homens, assim como outros fatores produzidos pelo próprio modo de produção capitalista, tal como a contratação de crianças e o contraste entre a riqueza do capitalista e a situação do trabalhador. No que se refere ao direito da propriedade privada, esse aparenta ser igualmente afrontado pelo fluxo da experiência da classe trabalhadora, pelo contraste da atividade constante e da situação da classe trabalhadora em relação à burguesia que sustenta, que não trabalha e que se enriquece, seja em termos absolutos ou relativos.

4- O capítulo XXIII de “O Capital”

No capítulo XXIII de “O Capital” (“A lei geral da acumulação”), Marx intenta, tal como afirma, examinar a influência do aumento do capital sobre a sorte da classe trabalhadora (MARX, 2006, pág. 715). No contexto dessa exposição, Marx explicita como o desenvolvimento material do modo de produção capitalista intensifica a contradição ou a tensão entre as classes e, assim, como propicia certo desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora a respeito de sua situação. Nesse capítulo, constata-se, de forma mais precisa, a importância do fluxo contínuo da experiência da classe trabalhadora para o desenvolvimento de sua consciência, cuja percepção integra elementos que acarretam a negação da ilusão do direito à propriedade pelo próprio trabalho.

Considerando ser a composição do capital e suas modificações no curso do processo de acumulação os fatores mais importantes para a investigação que intenta realizar, Marx esclarece, inicialmente, o que compreende por “composição do capital”, que, segundo o pensador, deve ser apreciada sob dois aspectos: do ponto de vista do valor e da matéria. Sob a perspectiva do valor, a composição do capital corresponde à proporção entre sua parte constante (valor dos meios de produção) e sua parte variável

(valor da força de trabalho), enquanto que, sob a perspectiva da matéria, diz respeito aos meios de produção e à força de trabalho viva. A composição do capital captada pela perspectiva “valor” é denominada por Marx “composição segundo o valor”, enquanto que a composição do capital captada pelo ponto de vista material é denominada “composição técnica”. A estreita correlação entre ambas é expressa pela expressão “composição orgânica do capital”, referindo-se Marx à existência dessa composição, ao simplesmente mencionar a composição do capital (MARX, 2006, pág. 715).

Após proporcionar o esclarecimento conceitual necessário, Marx apresenta a primeira lei da acumulação capitalista que diz respeito à sorte da classe trabalhadora, sendo essa lei já enunciada na denominação do primeiro item de seu capítulo: “1. Não se alterando a composição do capital, a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação”. Com a capitalização da mais-valia, amplia-se a escala da acumulação, o que exige, desse modo, ampliação do capital variável:

Suponhamos que não se modifique a composição do capital, isto é, determinada massa de meios de produção ou determinado capital constante exijam sempre, para funcionar, a mesma quantidade de força de trabalho, e admitamos ainda que fiquem inalteradas as demais condições. De acordo com estes pressupostos, a procura de trabalho e o fundo de subsistência do trabalhador aumentarão, evidentemente, na mesma proporção do capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rápido for o crescimento do capital (MARX, 2006, pág. 716).

Sob essas condições, podem os salários ser, inclusive, elevados, caso a procura do capital por força de trabalho ocasionada pela sua necessidade de acumulação seja maior que a oferta dessa força de trabalho ou que o número dos trabalhadores no mercado (MARX, 2006, pág. 716).

Considerando o mencionado momento do modo de produção capitalista, segundo o qual, a acumulação do capital exige maior contratação de trabalhadores, Marx assinala a ampliação do poder social do capital sobre a classe trabalhadora e a correspondente percepção dessa classe perante sua situação: ela suporta, ou, em outras palavras, aceita:

Nas condições de acumulação até agora admitidas, as mais favoráveis aos trabalhadores, sua relação de dependência para com o capital se reveste de formas mais suportáveis ou, conforme diz Eden, “cômodas e liberais”. Essa submissão, em vez de mais intensa, se torna mais extensa ao crescer o capital, que amplia o seu campo de exploração e de domínio com as próprias dimensões e com o número de seus

vassallos. Estes recebem, sob a forma de meios de pagamento, uma porção importante do seu próprio produto excedente, que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro (MARX, 2006, pág. 720).

Apesar de serem as referidas condições mais favoráveis à classe trabalhadora, Marx destaca o fato de que o modo de produção capitalista conserva a sua natureza, que consiste em extrair trabalho não-pago e, assim, em reproduzir a contradição de classe, sendo essa aprofundada com a ampliação da acumulação (MARX, 2006, pág. 720-721). Nesse sentido, afirma o pensador:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo o decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 2006, pág. 724).

Prosseguindo sua exposição, Marx inicia um novo item, cuja denominação sugere, por sua vez, a explicitação de uma nova lei do modo de produção capitalista: “2. Decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha”. Ao iniciar o capítulo XXIII, Marx havia explicitado certo momento do modo capitalista de produção, mais especificamente, aquele no qual há acréscimo do capital sem que haja, no entanto, alteração em sua composição técnica, sendo o poder do capital estendido sobre a esfera social e, assim, sobre a classe trabalhadora. Ao desenvolver sua exposição, porém, Marx apresenta outro momento do modo capitalista de produção, cuja necessidade é acarretada pelo próprio progresso da acumulação e da concentração capitalista: com o aumento da produtividade gera-se, conseqüentemente, alteração da composição técnica do capital, sendo o capital constante ampliado e o capital variável reduzido, ou seja, sendo o trabalhador desempregado.

Observamos até agora uma determinada fase desse processo [da acumulação capitalista], aquela em que há acréscimo do capital sem se alterar a composição técnica do capital. Mas o processo ultrapassa essa fase. (...) Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. (...) Pondo-se de lado as condições

naturais, como a fertilidade do solo, e a habilidade de produtores que trabalham independentes e isolados (...), o grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa dos meios de produção que ele transforma aumenta com a produtividade de seu trabalho. (...) O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos (MARX, 2006, pág. 725-726).

Desse modo, Marx expressa mais uma contradição do modo de produção capitalista: o desenvolvimento da acumulação e da concentração dos capitais representa, ao mesmo tempo, a configuração das melhores e das piores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora. Essa contradição inerente à acumulação capitalista é claramente expressa por Marx (2006, pág. 725) pelas palavras de Adam Smith: “A mesma causa”, diz A. Smith, “que eleva os salários, isto é, o aumento do capital, tende a aumentar as forças produtivas do trabalho e a capacitar menor quantidade de trabalho a fornecer maior quantidade de produto⁵¹”.

⁵¹ Considerando as palavras do próprio Marx, Rosdolsky destaca as contradições do capital e as relaciona com a lei histórica da população presente no modo de produção capitalista: “O modo de produção capitalista só se torna possível se o capital consegue apropriar-se constantemente de mais-trabalho. Mas o mais-trabalho “só existe em relação ao trabalho necessário; [...] ao mesmo tempo, deve eliminar o trabalho como trabalho necessário, de modo a transformá-lo em mais-trabalho”. Ou seja, o capital tende a engendrar a maior quantidade possível de trabalho e, ao mesmo tempo, tende a reduzir ao mínimo o trabalho necessário. “Do ponto de vista de uma só jornada de trabalho, o processo é simples: (a) a jornada, como um todo, deve ser prolongada até os limites das possibilidades naturais; (b) a parte necessária da jornada deve diminuir cada vez mais (desenvolvendo-se tanto quanto possível as forças produtivas)”. A situação muda quando não se trata mais da jornada de trabalho isolada, mas sim da “*justaposição de muitas jornadas de trabalho*”. Neste caso, as tendências que acabamos de mencionar aparecem modificadas. “Se a duração da jornada não pode ser prolongada, e se o desenvolvimento técnico não permite no momento um aumento do mais-trabalho relativo, o capital só pode “superar o limite natural definido pela jornada de trabalho de um indivíduo se, a essa jornada, acrescenta simultaneamente outra, ou seja, soma, no espaço, mais jornadas de trabalho simultâneas. Por exemplo: não consigo fazer o mais-trabalho de A ser maior do que três horas; porém, se somo os dias de B, C e D, terei doze horas”. “Por isso, o capital tende a empregar o maior número possível de trabalhadores, para poder extrair mais-trabalho. De outro lado, o impulso na direção da mais-valia relativa induz o capital “a colocar como não necessários” muitos desses trabalhadores. Tal como ocorria com as horas de trabalho necessárias quando analisamos a jornada singular de trabalho, o capital tende agora a “reduzir as jornadas de trabalho necessárias como proporção do tempo objetivado de trabalho total. (...) “A lei: [...] aumentar o número de horas de mais-trabalho [mediante a redução do trabalho necessário] recebe aqui a forma: reduzir o número do trabalho necessário” (Neste caso, a diminuição do número de trabalhadores é a contrapartida do aumento da mais-valia relativa; no caso anterior, o aumento do número de trabalhadores era a contrapartida do crescimento da mais-valia absoluta). “A tendência do capital é “combinar mais-valia absoluta e relativa”. Ele aspira à “máxima extensão da jornada de trabalho com a máxima quantidade de jornadas simultâneas, junto com a redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário e da quantidade de trabalhadores necessários”. O primeiro processo exige um aumento da população trabalhadora, enquanto o segundo implica sua diminuição relativa, mesmo que, em termos absolutos, ela permaneça a mesma ou possa crescer. A unidade dessas tendências contraditórias e, por conseguinte, a contradição viva [realizam-se] na maquinaria, que diminui o tempo de trabalho necessário e aumento o de mais-trabalho, e

Mas o desenvolvimento da acumulação capitalista através do desenvolvimento das forças produtivas não apenas acarreta efeitos nocivos aos trabalhadores, mas aos próprios capitalistas, pois esses são expropriados por outros capitalistas, aumentando, assim, o descontentamento social contra a organização econômica. Tal como aponta Marx (2006, pág. 728-731), se, por um lado, com a acumulação do capital aumenta o número dos capitalistas com o destacamento de frações do capital original, representando a divisão da riqueza nas famílias capitalistas um fator importante nesse processo, por outro, há entre os capitais uma força de atração, a qual transforma os inúmeros capitais pequenos em poucos capitais grandes: trata-se do processo de centralização dos capitais. Com a ampliação da produção e da acumulação de capital, desenvolvem-se a concorrência e o crédito e, assim, se intensifica o processo de centralização. A centralização dos capitais amplia, por sua vez, a escala das operações empreendidas pelo capitalista ou pela sociedade anônima, acelerando, desse modo, o processo de acumulação e os seus respectivos efeitos sobre a composição técnica do capital, em outras palavras, sobre a própria classe trabalhadora.

Os capitais adicionais que se formam no curso da acumulação normal (vide capítulo XXII, 1) servem preferencialmente de veículo para explorar novos inventos e descobertas, para introduzir aperfeiçoamentos industriais em geral. Mas também o capital velho chega, com o tempo, ao momento de renovar-se, de mudar de pele e de renascer com feição técnica aperfeiçoada, que reduz a quantidade de trabalho e põe em movimento maior quantidade de maquinaria e de matérias-primas. A redução absoluta da procura de trabalho que necessariamente daí decorre será, evidentemente, tanto maior quanto mais tenha o movimento de centralização combinado os capitais que percorrem esse processo de renovação. (...) O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava (MARX, 2006, 731).

que por isso se revela como o meio mais poderoso de produzir mais-valia, tanto relativa como absoluta. “Revela-se então que à ambígua lei do capital — “combinar a maior massa absoluta de trabalho necessário e a maior massa relativa de mais-trabalho” — corresponde uma lei igualmente ambígua: de um lado, transformar a maior parte possível da população em população proletarizada; de outro, “transformar permanentemente uma parte dessa população em superpopulação, população momentaneamente inútil, até que o capital possa vir a utilizá-la”. (...) Chegamos assim ao que passou a chamar-se “exército industrial de reserva” (...). (...) Marx concebe o exército industrial de reserva como o resultado de um processo dialético de criação e supressão simultâneas do trabalho necessário por parte do capital (MARX, “Grundrisse”, 2001, pág. 240, 302-304, 654, 656, 660-661 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 210-211) (ROSDOLSKY, 2001, pág. 210-211).

Alterando o sentido da ideia de acréscimo e decréscimo do capital variável, compreendendo-a, não como um aumento ou redução do número dos trabalhadores, mas como uma gradação maior ou menor da extração da força de trabalho fornecida pela mesma quantidade de trabalhadores, Marx aponta o fato de que o capitalista busca contratar o menor número possível de assalariados e adquirir dos contratados maior força de trabalho, e isso, em função de almejar menor dispêndio com capital constante, razão que se torna mais decisiva “quanto maior a escala da produção” ou a “acumulação do capital” (MARX, 2006, pág. 738-739). Retomando sua exposição, Marx afirma que, com o desenvolvimento da acumulação do capital, a exploração mais intensiva e a contratação de mão de obra incipiente pelo capital tornam-se meios que propiciam maior quantidade de força de trabalho sem a contratação de novos trabalhadores. Tais meios tornam a ampliação do desemprego mais acelerada que as transformações técnicas no processo de produção, o que significa um agravamento ainda maior no que se refere à situação da classe trabalhadora e, assim, uma tensão ainda maior entre as classes:

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito, ao mesmo tempo, da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão-de-obra amadurecida por mão-de-obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças. (...) Assim, com o progresso da acumulação, vemos que: um capital variável maior põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores; um capital variável da mesma magnitude põe mais trabalho em ação, utilizando a mesma quantidade de força de trabalho e, finalmente, mobiliza maior quantidade de forças de trabalho inferiores, expulsando as de nível superior. (...) Por isso, a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante (MARX, 2006, pág. 739).

Mas, ao ser extraído dos trabalhadores maior força de trabalho com o desenvolvimento da acumulação, não apenas gera-se maior índice de desemprego, mas também, contraditoriamente, trabalho em excesso, fatores que se condicionam

mutuamente, sendo contrariados tanto os trabalhadores desempregados, quanto os empregados:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial reserva, em escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2006, pág. 741-740).

No contexto dessa discussão, Marx redige uma nota na qual ilustra a configuração da consciência da classe trabalhadora perante sua situação: revoltados, protestam os trabalhadores contra a suposta incoerência de coexistir o “excesso de trabalho” e o “desemprego”, sendo exigido por eles próprios que todos sejam empregados parcialmente ao invés de apenas alguns serem empregados excessivamente:

Encontramos violentos protestos contra o trabalho excessivo, até mesmo na crise algodoeira de 1863, num panfleto dos fiandeiros de algodão de Blackburn. As vítimas, por força da lei fabril, eram naturalmente adultos: “Os trabalhadores adultos das fábricas foram intimados a trabalhar de 12 a 13 horas por dia, enquanto há centenas compelidos a ficar ociosos, mas que se prontificam em trabalhar em tempo parcial, para manter suas famílias e salvar seus companheiros de morte prematura em virtude do trabalho em excesso. Perguntaríamos se a prática de trabalho excessivo gerará sentimentos amistosos entre patrões e empregados. Os sacrificados pelo trabalho em excesso sentem a injustiça do mesmo modo que os que estão condenados à ociosidade forçada. Nesse constrito há ocupação suficiente para empregar todos parcialmente, se o trabalho fosse adequadamente distribuído. Pleiteamos apenas um direito quando pedimos aos patrões para organizar um sistema de trabalho parcial, pelo menos enquanto permaneça a situação atual, em vez de obrigar uns ao trabalho excessivo enquanto outros, em virtude da falta de ocupação, ficam constrangidos a viver da caridade alheia” (“Reports of Insp. of Fact. 31 st Oct. 1863”, pág. 8 apud MARX, 2006, pág. 740, nota 83).

Desse modo, mesmo que não compreendam, claramente, que o capital extrai maior quantidade de força de trabalho com menor dispêndio de capital variável ao contratar menor número de trabalhadores que realizem um trabalho excessivo, compreendem os trabalhadores o efeito nocivo da organização econômica sobre sua

classe e, ao exigirem a empregabilidade parcial de todos, “exigência” condicionada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas, afrontam, mesmo que não tenham consciência disso, o desenvolvimento da acumulação do capital, pois a efetivação da exigência aumenta a despesa de capital variável. Por um lado, podemos inferir que, não sendo atendida a exigência da classe trabalhadora, compreende ela com maior clareza a contradição entre seus interesses básicos de manutenção da própria vida e o interesse do capital, predispondo-se a uma revolução social, enquanto que, por outro lado, caso seja essa exigência efetivada, expõe-se o capitalista à concorrência, sendo impedido de reduzir o preço de suas mercadorias além de certo ponto em função de suas maiores despesas com o capital variável. Eis as palavras do próprio Marx, presentes no capítulo XXII, a respeito do efeito coercitivo da concorrência:

(...) o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva (MARX, 2006, pág. 690)⁵².

Mas, Marx é ainda mais explícito no que se refere ao desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora. Expondo a importância do fluxo da experiência dessa classe com o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, do modo de

⁵²Ao redigir *O Programa de Transição*, cujo objetivo é apresentar um programa que consiste em criar uma ponte através da elaboração de “reivindicações transitórias” entre as exigências da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho (programa mínimo) e a percepção por parte dessa classe da necessidade de uma revolução proletária (programa máximo), Trotsky reconhece a importância da reivindicação pela empregabilidade parcial de todos os trabalhadores. Contra o desemprego e a carestia da vida, catástrofes econômicas necessárias ou intrínsecas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, Trotsky oferece a “escala móvel das horas de trabalho” e a “escala móvel de salários” como as reivindicações adequadas: a escala móvel das horas de trabalho corresponde exatamente à reivindicação dos trabalhadores presente em “O Capital” em empregar toda a classe trabalhadora parcialmente, enquanto a escala móvel de salários, seguindo a lógica da reivindicação anterior, consiste em exigir que os salários acompanhem a oscilação dos preços das mercadorias (TROTSKY, 2009, pág. 32-36). Ciente das limitações do modo de produção capitalista para que as mencionadas reivindicações sejam atendidas, considerando, evidentemente, os capitalistas e os seus meios de produção sob uma perspectiva local e temporária, afirma Trotsky (2009, pág. 36) o seguinte: “A ‘possibilidade’ ou ‘impossibilidade’ de realizar tais reivindicações é, no caso presente, uma questão de relações de forças, que só pode ser resolvido pela luta. Sobre a base dessa luta, qualquer que sejam seus sucessos práticos imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista”. Em uma discussão com os membros do SWP (Socialist Workers Party) a respeito do escrito *O Programa de Transição*, Trotsky (2009, pág. 93) diz: “é mais fácil derrubar o capitalismo do que garantir efetivamente a escala móvel de salários e de horas de trabalho no interior do sistema capitalista. Nenhuma das nossas reivindicações se realizará nesses limites e é por isso que nós as chamamos de reivindicações transitórias: elas estabelecem uma ponte que nos permite atingir os trabalhadores e uma verdadeira ponte para alcançar a revolução socialista”.

produção capitalista, Marx aponta como o movimento histórico desnuda o antagonismo entre os interesses dos trabalhadores e do capital:

Quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, mais precária se torna a sua função de meio de expandir o capital; quando vêem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos depende da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos etc., para enfraquecer as consequências ruinosas daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação “eterna” e, por assim dizer, “sacrossanta” lei da oferta e da procura. Todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei. Mas, quando as circunstâncias adversas, nas colônias, por exemplo, impedem a formação do exército industrial reserva e, por isso, a subordinação absoluta da classe trabalhadora à classe capitalista, o capital, de mãos dadas com seu escudeiro apregoador de lugares-comuns, rebela-se contra a lei “sacrossanta” da oferta e da procura e procura corrigi-la através de providências coercitivas (MARX, 2006, pág. 744).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, cresce o desemprego e o pauperismo, sendo justamente sob essas condições que a consciência da classe trabalhadora capta e sofre de maneira cada vez mais intensa a contradição de classes.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. (...) E ainda, quanto maior essa camada de Lázarus da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior (...) o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui (MARX, 2006, pág. 748).

Marx prossegue sua exposição ilustrando a precária situação da classe trabalhadora, buscando esclarecer com esse procedimento as leis da acumulação do capital. Tal como afirma o pensador, considerou-se no decorrer de sua exposição o trabalhador em sua atividade, ou seja, no interior da fábrica, agora considera suas condições de alimentação e habitação:

Nos capítulos referentes ao dia de trabalho e à maquinaria, vimos em que circunstâncias a classe trabalhadora britânica criou esse aumento

“embriagador de riqueza e de poder” para as classes possuidoras. Então, estudamos sobretudo o trabalhador no exercício de sua função social. A fim de esclarecer plenamente as leis da acumulação, é necessário examinar a situação do trabalhador fora da fábrica, suas condições de alimentação e de habitação. Os limites desse livro levam-nos tratar, antes de tudo, a parte mais mal paga do proletariado industrial e dos trabalhadores agrícolas, ou seja, a maioria da classe trabalhadora (MARX, 2006, pág. 758).

Mas, ao apresentar a lamentável situação da classe trabalhadora, Marx também proporciona a percepção de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista chegou a tal ponto, tencionando a contradição de classe de tal maneira, que o desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora aparenta ser algo inevitável. Mencionando a clareza do caráter contraditório do modo de produção capitalista, nesse estágio de desenvolvimento, afirma Marx (2006, pág. 763): “O caráter antagônico da acumulação capitalista e, conseqüente, das relações capitalistas de propriedade tornam-se aqui tão palpáveis que até os relatórios oficiais ingleses sobre esse assunto estão cheios de investidas heterodoxas à propriedade e a seus direitos”.

Considerando o livro I de “O Capital”, sob a perspectiva do método de exposição, torna-se coerente afirmar, nesse momento, que seu desenvolvimento não apenas clarificou conceitos elementares para a compreensão do conceito de capital e o processo de produção do próprio capital, mas também apresentou as contradições do modo capitalista de produção e a sua contradição fundamental: a contradição de classes. Apontando, ainda, o acirramento da contradição de classes paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas, Marx explicita o movimento de superação presente na interioridade do próprio modo capitalista de produção: eis a teoria revolucionária. Essa conclusão mantém-se coerente e se confirma com o término do capítulo XXIV.

5- O capítulo XXIV de “O Capital”

No capítulo XXIV de “O Capital” (“A chamada acumulação primitiva”), Marx adota um procedimento genealógico e, assim, expõe a origem violenta da propriedade capitalista, negando a ilusão de ser tal propriedade originada pelo trabalho. Expondo a lógica do processo revolucionário e anunciando a superação do modo de produção capitalista, Marx totaliza ou configura a teoria revolucionária em sua obra,

apresentando, ainda, um importante indício do sentido político do seu método de exposição dialético.

A temática “acumulação primitiva” é suscitada na interioridade do desdobramento expositivo de “O Capital”, em função desse “desdobramento” ter acarretado, tal como afirma Marx, a aparência de um círculo vicioso:

Vimos como o dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia com capital, e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só podemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista (“previous accumulation”, segundo Adam Smith), uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida (MARX, 2006, pág. 827).

Mas, o mencionado capítulo também adquire razão de ser pela necessidade de se contrariar a “lenda econômica” presente na economia política, para a qual, o trabalho originou a propriedade privada dos meios de produção, sendo ignorada, desse modo, a presença da violência na história real (MARX, 2006, pág. 827-828). A respeito dessa “lenda”, afirma Marx:

Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma história ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muitos remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. (...) Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo (MARX, 2006, pág. 827)⁵³.

⁵³ Considerando a temática “acumulação primitiva” tal como é exposta nos “Grundrisse”, Rosdolsky proporciona maior clareza no que se refere à relação “lógica e história” em “O Capital” e, assim, ao método dialético-expositivo presente em “O Capital”. Tal como aponta o estudioso, após Marx apresentar nos “Grundrisse” a necessidade de ser investigada a origem da acumulação do capital, afirma o pensador que, mais importante do que refutar os apologistas burgueses, “é que nosso método mostra os aspectos onde é necessário introduzir a análise histórica” (MARX, “Grundrisse”, pág. 364-365 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 227). “Para analisar as leis da economia burguesa não é necessário, pois, escrever a *história real das relações de produção*. Mas a correta concepção e dedução delas, como relações historicamente originadas, conduz sempre as primeiras equações — como os números empíricos, por exemplo, nas ciências naturais — que apontam para um passado que jaz por trás desse sistema. Junto com a concepção certa do presente, tais indícios fornecem também a chave para compreender o passado: um trabalho em separado, que esperamos poder abordar em alguma ocasião” (MARX,

No que se refere ao conteúdo do capítulo XXIV de “O Capital”, Marx inicia sua exposição histórica ou genealógica afirmando ser a dissociação entre o trabalhador e os seus meios de produção condição fundamental para a constituição da organização econômica capitalista, compreendendo a acumulação primitiva como um processo histórico a partir do qual ocorre essa “dissociação”. Descrevendo a expropriação dos camponeses de suas terras, base de todo processo capitalista, assim como descrevendo a perseguição aos camponeses expropriados, obrigados ao trabalho assalariado por uma legislação sanguinária, cujos instrumentos eram “o açoite, o ferro em brasa e a tortura”, Marx explicita a origem da classe trabalhadora e, paralelamente, ponderando os efeitos da revolução agrícola e outros fatores, Marx também aponta a origem do arrendatário capitalista e do capitalista industrial⁵⁴ (MARX, 2006, pág. 828-873). Desse modo, Marx destaca o papel da violência na formação do modo de produção capitalista e, assim, nega a mitologia econômica segundo a qual a propriedade capitalista originou-se a partir de um trabalho primitivo, mas, também, tal como aponta Benoit (1996, pág. 38), expõe o princípio que fundamenta todo o modo de produção capitalista, em outras palavras, todo o processo contraditório desenvolvido em termos lógicos e históricos pelo percurso expositivo de “O Capital”. Mas essa violência que fundamentou o modo de produção capitalista, tal como também afirma o mencionado estudioso, será igualmente negada

“Grundrisse”, pág. 364-365 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 227; nota 3, pág. 546). Se, inicialmente, tal como afirma Rosdolsky, o movimento expositivo presente nos “Grundrisse” e, como podemos constatar, também presente em “O Capital”, expõe o desenvolvimento das categorias econômicas como o desenvolvimento dialético do que está contido no conceito de capital, sendo tais categorias fundamentadas historicamente, posteriormente, ao se impor a temática “acumulação primitiva”, a investigação genealógica se torna uma necessidade: “a forma dialética da exposição só é correta quando reconhece seus próprios limites” (MARX, “Grundrisse”, pág. 945 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 227). Desse modo, a partir das palavras do próprio Marx, Rosdolsky conclui que o método desse pensador acarreta considerarmos as “condições prévias do capital”, que embora “pertencam à história de sua formação histórica, de modo algum pertencem à sua história contemporânea” (idem).

⁵⁴ Segundo Rosdolsky (2001, pág. 234), toda essa exposição ou discussão sobre a acumulação primitiva é, frequentemente e equivocadamente, tratada como uma digressão de caráter histórico alheia à análise propriamente econômica, porém, é a acumulação primitiva um elemento constituinte da relação capitalista, estando “contida no conceito de capital”: “Mas o capital, para vir a ser, pressupõe alguma acumulação, que já está implícita na antítese entre o trabalho objetivado e o trabalho vivo, na vigência dessa antítese. Esta acumulação necessária para o devir do capital e incorporada como um pressuposto, como um momento no conceito de capital deve ser radicalmente distinguida da acumulação do capital que já chegou a ser capital, para a qual têm de existir capitais previamente” (MARX, “Grundrisse”, pág. 226 apud ROSDOLSKY, 2001, pág. 551, nota 42). Nesse sentido, destacando o caráter econômico da “violência de classe”, Benoit (1996, pág. 38) expõe as seguintes palavras de Marx: “A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova nas suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2006, pág. 864). Benoit, ainda, as comenta: “A violência é uma potência econômica, justamente porque essa violência nada mais é do que a expressão e o desenvolvimento das contradições econômicas historicamente postas pelas classes em luta”.

pela violência da classe trabalhadora, surgindo a partir dela um novo princípio: o modo socialista de produção⁵⁵.

Marx anuncia a negação da violência que fundou a sociedade capitalista e, assim, a própria sociedade capitalista, no item “7. Tendência histórica da acumulação capitalista” do capítulo XXIV de “O Capital”, expondo, paralelamente, a lógica do processo revolucionário, totalizando ou configurando nesse processo sua teoria revolucionária. Nesse contexto expositivo, Marx caracteriza a indústria clássica, afirmando tratar-se daquela propriedade na qual o trabalhador é proprietário livre das condições de trabalho com as quais opera, supondo sua existência o parcelamento da terra, a dispersão dos meios de produção, a ausência da cooperação, da divisão do trabalho no mesmo processo produtivo, do domínio social, do controle da natureza e do livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Com o desenvolvimento da indústria clássica, Marx aponta que surgem os meios materiais necessários a sua superação por outra forma de propriedade, sendo as relações, ou a organização social da produção, perturbada por forças e paixões:

Chegado a certo grau de desenvolvimento, esse modo de produção gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem acorrentadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho; essa terrível e difícil expropriação constitui a pré-história do capital⁵⁶ (MARX, 2006, pág. 875).

⁵⁵ “A violência da luta de classes é o fim do primeiro livro de *O capital*, fim que, na verdade, é princípio (*Grund, arché*), princípio pressuposto no modo de exposição desde o começo. Mas este princípio está pressuposto no modo de exposição não porque seja um princípio *a priori*, ele está lá no começo enquanto pressuposto, mas só na medida em que ele já está lá *objetivamente* e *historicamente* posto enquanto princípio do modo de produção capitalista. O que fez exatamente o *desenvolvimento dialético* do modo de exposição foi *demonstrar* qual é o princípio *histórico* que está posto sob as contradições do modo de produção capitalista. Mas, para justamente não cair no dogmatismo do entendimento, primeiramente, colocou o princípio como *pressuposto* para através do desenvolvimento realizar a sua *ex-posição*. No entanto, ao avançar do começo para o princípio (e isto foi sendo feito a cada desenvolvimento lógico que ganhava determinações históricas), as contradições se desenvolviam e as categorias da Economia Política burguesa e da economia burguesa eram negadas: a esfera da circulação (paraíso das ilusões) - a produção de mais-valia absoluta e relativa (manifestação da luta de classes) -, reprodução simples, acumulação de capital (transmutação das leis de propriedade e quebra definitiva da troca de equivalentes), acumulação primitiva (separação violenta dos produtores dos meios de produção, violência da luta de classes como *princípio* do capitalismo, violência como fim e novo *princípio*, negação da negação (socialismo))” (BENOIT, 1996, pág. 39).

⁵⁶ O teor das forças e das paixões desencadeadas pelo desenvolvimento de certas condições materiais que geraram a negação da propriedade clássica e originaram a pré-história do capital pode ser melhor

Sendo a propriedade privada do trabalhador superada pela propriedade privada capitalista, são os trabalhadores transformados em proletários e suas condições de trabalho em capital. No entanto, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual o trabalho é socializado e o solo e os meios de produção tornam-se meios coletivamente empregados, os proprietários particulares capitalistas são expropriados e a propriedade dos meios de produção torna-se comunitária em função das próprias leis do modo de produção capitalista que tornam a revolução um processo inevitável:

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. O modo capitalista de apropriar-se dos bens, decorrente do modo capitalista de produção, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista gera a sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamento a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho (MARX, 2006, pág. 875-877).

compreendido pelo desenvolvimento da forma “valor”. Tal como havia explicitado, a forma “valor” se desenvolve refletindo a necessidade de troca entre os produtores e, assim, a contradição entre o trabalho privado e o trabalho social. Constituindo-se a forma “mercadoria” como forma “dinheiro” e surgindo, assim, a possibilidade da retenção do “valor” (entesouramento), acentua-se a ânsia pela apropriação do “valor” com o aumento da produção e da circulação das mercadorias, representando a sua propriedade poder social ou possibilidade de acesso a toda riqueza socialmente produzida (Cf. pág. 20-30; 38-41; 45-46).

Tal como podemos perceber, Marx explicita nas passagens citadas a lógica da revolução, estando essa lógica coerente com as suas palavras mencionadas no prefácio da obra “Para a Crítica da Economia Política”:

Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade (MARX, 1999, pág. 52).

Essa lógica da revolução, expressa em termos gerais, foi exposta pelo movimento expositivo de “O Capital” que, a partir da forma “mercadoria”, desdobrou lógica e historicamente a contradição “valor-de-uso e valor”, concretizando o conceito “capital” e explicitando que, paralelamente, ao desenvolvimento das forças produtivas não apenas se cria as condições materiais necessárias à superação do modo de produção capitalista, mas certo efeito sob a consciência da classe trabalhadora que a impele e a desperta para a constituição de um projeto revolucionário. Nesse sentido, considerando o mesmo prefácio citado, podemos ainda constatar as seguintes palavras de Marx que destacam a configuração das condições materiais sobre a configuração da consciência revolucionária:

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é necessário explicar essa própria consciência a partir das condições de vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção (MARX, 1999, pág. 52).

Desse modo, constata-se de forma clara como o método de exposição de “O Capital” reflete uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista (teoria revolucionária), sendo essa conclusão, mais uma vez reforçada, pela nota que finaliza o processo expositivo do livro I de “O Capital”:

O progresso industrial — e a burguesia é o portador inconsciente e passivo desse progresso — transmuta a separação dos trabalhadores pela concorrência na sua unificação revolucionária através da associação. Ao desenvolver a grande indústria, a burguesia sente que lhe foge aos pés o fundamento da produção capitalista, em virtude do qual se apropria dos produtos. Ela produz, antes de tudo, seus próprios coveiros. Sua ruína e o triunfo do proletariado são igualmente inevitáveis. (...) Entre todas as classes que hoje se confrontam com a burguesia, a única realmente revolucionária é o proletariado. As outras decaem e desaparecem com a expansão da grande indústria, enquanto o proletariado é dessa o produto mais autêntico. Todos os setores da classe média, o pequeno industrial, o pequeno comercialmente, o artesão, o camponês, combatem a burguesia para assegurar sua existência como classe média em face da extinção que os ameaça. (...) São reacionários, pois procuram fazer andar para trás a roda da história (MARX e ENGELS, “Manifesto do Partido Comunista”, pág. 11 e 9 apud MARX, 2006, pág. 877, nota 252).

A partir da mencionada nota, pode-se, ainda, visualizar um importante indício do sentido político de “O Capital”, afinal, tal como se pode verificar, Marx o finaliza citando um manifesto e, assim, vinculando o seu trabalho teórico com o seu trabalho político⁵⁷. Em uma passagem de “O Capital”, constata-se, inclusive, o interesse de Marx pela leitura de sua obra por parte da classe proletária, evidentemente, por razões de interesse político: “A melhor recompensa para o meu trabalho é a compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe trabalhadora alemã” (MARX, 2006, pág. 22). Considerando o ímpeto revolucionário de Marx e a sua relação com a classe trabalhadora, torna-se possível deduzir o sentido político do seu método dialético-expositivo: negando as ilusões proporcionadas pelo modo de produção capitalista a respeito da liberdade, da igualdade e da propriedade, assim como explicitando a revolução como a única solução viável a todos os problemas enfrentados pelo trabalhador, tal como a exploração, o desemprego, as oscilações salariais, etc., o

⁵⁷ Redigindo, favoravelmente, à tese da presença de uma teoria revolucionária em “O Capital” e, destacando o sentido político da obra, afirma Benoit (1996, pág. 40): “Não por acaso, o capítulo XXIV termina citando o *Manifesto*. Em certo sentido, *O capital* é realmente um desenvolvimento do *Manifesto comunista* e é inseparável de diversos textos vinculados diretamente à luta de classes da classe operária. Por exemplo, o *Manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, texto escrito pelo próprio Marx em 1864, portanto durante a redação do livro I de *O capital*, possui uma relação direta com esta obra também no seu próprio conteúdo”.

método de Marx proporcionaria clareza à consciência da classe trabalhadora, direcionando-a na organização da sua verdadeira luta, ou seja, à superação do modo de produção capitalista⁵⁸.

Contra a existência da teoria revolucionária, pode ser objetado que “O Capital” não é finalizado com o capítulo XXIV e, assim, com a “expropriação dos expropriadores”, ou seja, com a “negação da negação”, mas com o capítulo XXV, cuja temática é a “teoria moderna da colonização”. Pode-se, inclusive, acrescentar que “O Capital” é ainda sucedido por mais dois livros ou volumes que não são considerados no desdobramento dessa dissertação. Contra a primeira objeção, pode ser dito, a partir de Benoit (1997, pág. 12, nota 8), baseado nas observações de M. Rubel (MARX, *Oeuvres de K. M. économie I*, Pléiade, pág. 1705-1706), que Marx foi obrigado a alterar o livro I de “O Capital” para evitar a censura, especialmente em países como a Rússia czarista, finalizando o seu escrito com o capítulo XXV, ou seja, com a “primeira negação” (expropriação da propriedade dos produtores) e não com a “negação da negação” (expropriação dos expropriadores), sendo o seu conteúdo revolucionário camuflado. No que se refere à segunda objeção, o trabalho de Benoit é igualmente útil: o estudioso considera não apenas o fato de tais livros não terem sido finalizados por Marx, mas, também, o fato significativo de ser o livro III de “O Capital” finalizado com um capítulo sobre as classes sociais. Mencionando uma carta de Marx direcionada à Engels (30/04/1868, MEW-32, pág. 75), Benoit comprova a intenção do pensador em finalizar a obra com a luta de classes, ou seja, com aquilo que faria “a dissolução de toda essa merda”, digo, do modo de produção capitalista. Considerando, ainda, o prólogo do livro III, Benoit transcreve as palavras de Engels:

⁵⁸ Em sua leitura de “O Capital”, Benoit interpreta o método de exposição de Marx nesse sentido, equivocando-se, porém, tal como irei expor, ao afirmar a presença de uma teoria programática ou estratégica presente na obra para direcionar a classe trabalhadora: “A consciência que percorreu todo o percurso (a do leitor ou do operário alienado) coincide agora com a consciência do autor (Marx) ou com a consciência daqueles que já conheciam todo o percurso (os que constituem a “vanguarda” da classe, e que historicamente, pela primeira vez, teriam vislumbrado tal caminho). O princípio posto agora no começo (expropriação violenta dos produtores diretos de sua propriedade pela classe burguesa - acpn), após o longo e paciente esforço dialético, permite que a consciência da classe trabalhadora dispersa na multiplicidade de suas lutas e alienada nos diversos momentos analíticos de sua dupla crítica, re-funde todo o processo anterior e, finalmente, atinja a síntese e história da multiplicidade de suas experiências e lutas, desperte de maneira definitiva e atinja plenamente a sua consciência de classe, o seu projeto histórico, a estratégia do seu programa revolucionário que objetivamente (e agora também subjetivamente) se conclui pela “negação da negação”, pela “expropriação dos expropriadores”” (BENOIT, 1997, pág. 14-15).

Do último capítulo existe só o começo. Aqui deviam ser estudadas a três grandes formas de renda: renda da terra, lucro, trabalho assalariado, correspondentes às três grandes classes da sociedade capitalista desenvolvida - proprietários do solo, capitalistas e trabalhadores assalariados - e a luta de classes (Klassenkampf) dada necessariamente com a sua existência como o efeito resultado (Ergebnis) do período capitalista... (MEW, 25, pág.14-15 apud BENOIT, pág. 12, nota 8).

No entanto, antes de confirmarmos a presença da teoria revolucionária em “O Capital”, vinculando-a a uma suposta intenção política, cabe observar que surge aqui um problema que deve ser solucionado: se o sentido de “O Capital” não é meramente teórico, mas prático, representando um instrumento de organização da classe trabalhadora, como é possível afirmar, ao mesmo tempo, ser a superação do modo de produção capitalista um processo inevitável? Em outras palavras, por que Marx teria a preocupação de escrever uma obra que visa não apenas proporcionar a compreensão teórica do modo de produção capitalista, mas direcionar politicamente a classe trabalhadora?

6- O problema da inevitabilidade da revolução

Em primeiro lugar, para ser a questão proposta satisfatoriamente resolvida, torna-se necessário a clara compreensão de que o processo revolucionário é tratado em “O Capital” como uma fatalidade, tal como já pôde perceber o leitor dessa dissertação⁵⁹. Concentro-me nessa questão controversa retomando e, assim, destacando palavras já citadas nesse capítulo e, também, realizando novos apontamentos. Tal como havia explicitado, Marx afirma no último item do capítulo XXIV de “O Capital”: “essa expropriação [isto é, a expropriação dos expropriadores pelos expropriados] se opera

⁵⁹ Cabe observar que posicionar-se favoravelmente à interpretação de que Marx pensava ser a revolução inevitável não significa defender o posicionamento de que essa seja a realidade. Não insinuo que o modo de produção capitalista possa perpetuar-se eternamente, mas, considerando a capacidade destrutiva da lógica do capital privado, mais especificamente, seus efeitos sobre os recursos naturais, algo apontado por Marx no capítulo XIII de “O Capital” (Cf. 2006, pág. 570-571) (Cf. pág. 106), mas que adquiriu proporções alarmantes no século XXI, assim como o seu poder em direcionar a potência bélica da sociedade contemporânea, torna-se possível não haver futuro para a humanidade. Trotsky aparenta ter obtido o mesmo resultado em suas análises e, tal como Gramsci, posicionou-se perante o próprio movimento histórico de sua época de modo a não aguardar pacientemente a espontânea revolução proletária: “As premissas objetivas da revolução proletária não apenas estão “maduras”, como já começam a apodrecer. Sem a revolução socialista no próximo período histórico toda a civilização humana está ameaçada por uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, isto é, em primeiro lugar, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária” (TROTSKY, 2009, pág. 30).

pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista” (MARX, 2006, pág. 876); “mas a produção capitalista gera a sua própria negação, *com a fatalidade de um processo natural*⁶⁰” (MARX, 2006, pág. 877 - grifos do autor); “Sua ruína [a ruína da burguesia] e o triunfo do proletariado são igualmente *inevitáveis*⁶¹” (MARX e ENGELS, “Manifesto do Partido Comunista”, pág. 11 e 9 apud MARX, 2006, pág. 877, nota 252 - grifos do autor).

Pode ser objetado à interpretação que proponho que, ao ser apresentado por Marx no primeiro capítulo de “O Capital”, modos de produção diversos ao modo capitalista, trata o pensador de caracterizar o modo socialista como uma suposição, explicitando, desse modo, a não necessidade da revolução proletária⁶². Pode ser igualmente objetado que o último item do capítulo XXIV de “O Capital” denomina-se “tendência histórica da acumulação capitalista” e, não significando a expressão “tendência” o mesmo que significa a expressão “necessidade” ou “fatalidade”, conclui-se que a superação do modo de produção capitalista não é espontânea, mas possível. No entanto, contra tais objeções, afirmo não só que elas não anulam as palavras de Marx presentes no capítulo XXIV de “O Capital”, cujo registro destaquei no parágrafo anterior, mas, ainda, afirmo que, se o modo de produção socialista é caracterizado no primeiro capítulo da obra como uma “suposição”, isso se deve justamente ao fato de não ter sido as leis do capital devidamente expostas e, assim, a sua tendência a ser superado, “tendência” apresentada pelo próprio Marx como “inevitabilidade” no prefácio da primeira edição de sua obra:

Intrinsecamente, a questão que se debate aqui [em “O Capital” - acpn] não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, *estas tendências que operam e que se impõem com férrea necessidade*⁶³. O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido (MARX, 2006, pág. 16 - grifos do autor).

É significativo estar a mencionada passagem situada no prefácio da primeira edição da obra pelo seguinte motivo: o prefácio não está submetido ao método

⁶⁰ “Mit der Notwendigkeiteines Naturprozesses” (MARX apud BENOIT, 1999, pág. 137).

⁶¹ “Unvermeidlich” (MARX apud BENOIT, 1999, pág. 137).

⁶² “*Suponhamos*, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social” (MARX, 2006, pág. 100 - grifo do autor).

⁶³ “Eherner Notwendigkeit” (MARX apud BENOIT, 1999, pág. 137).

expositivo-dialético, não sendo as afirmações de Marx, nesse contexto, negadas ou superadas. Desse modo, afirmo ser a concepção favorável à inevitabilidade do processo revolucionário não apenas uma constante no livro I de “O Capital”, mas ainda uma concepção presente ou ao menos intencionada nos livros II e III que prosseguem a obra. Cabe ainda ser considerado que, caso seja analisado o prefácio da segunda edição do livro I de “O Capital”, não apenas é reforçada a interpretação proposta, mas se torna ainda constatável a falsidade de uma possível objeção, segundo a qual a suposta concepção de Marx a respeito da fatalidade da revolução em “O Capital” seria incompatível com o método dialético utilizado pelo autor. Criticando um crítico do método dialético, Marx transcreve um elogio que o mencionado crítico proferiu ao “O Capital” e, assim, involuntariamente, a própria dialética, patenteando, dessa forma, ser a sua concepção sobre a fatalidade revolucionária uma consequência do seu método:

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. (...) Em consequência, todo esforço de Marx visa demonstrar, através de escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar, de maneira irrepreensível, os fatos que lhes servem de base e de ponto de partida. Para atingir seu objetivo, basta provar a necessidade da ordem atual e, ao mesmo tempo, *a necessidade de outra ordem*, na qual se transformará, *inevitavelmente*, a primeira, acreditem ou não os seres humanos, tenham ou não consciência da transformação. Marx observa o movimento social como um *processo histórico-natural*, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções (MARX, 2006, pág. 26-27 – grifos do autor).

Após reproduzir a longa citação que, aqui, interrompo antes do término, Marx não deixa dúvida alguma sobre sua concordância com o mencionado posicionamento: “Ao tratar, *fielmente*, o que chama de meu verdadeiro método, pintando-o com cores benévolas, que faz o autor senão caracterizar o método dialético?” (MARX, 2006, pág. 28 – grifo do autor).

Após patentear o caráter inevitável da revolução socialista, cabe ser resolvida a questão anteriormente proposta: porque Marx redigiria uma obra com a intenção de direcionar politicamente a classe trabalhadora se julga ser o processo revolucionário

algo inevitável? Essa questão pode ser solucionada pelo prefácio da primeira edição de “O Capital”. Tal como podemos constatar, Marx pensa que o processo revolucionário só ocorre a partir de dadas condições materiais, porém a leitura de “O Capital” pode agilizar o processo revolucionário e, assim, reduzir o sofrimento da classe trabalhadora:

Ainda quando uma sociedade tenha desvendado o significado da lei natural que rege seu movimento — e o objetivo final desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna —, não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento. *Mas ela pode encurtar e reduzir as dores do parto* (MARX, 2006, pág. 17-18 - grifos do autor).

Mas a mencionada citação proporciona não apenas uma solução à questão pela coerência de Marx, mas, ainda, a percepção de que sua concepção a respeito da revolução proletária não significa a determinação unilateral da organização econômica da sociedade sobre a consciência. Afinal, se a compreensão da lei natural que rege o movimento de uma sociedade acelera o processo revolucionário é porque a consciência também influencia no curso da história, representando uma força de transformação social. Há uma passagem no capítulo XXIV de “O Capital” que ainda reforça essa interpretação: considerando os fatores necessários à subjugação dos trabalhadores ao capital, Marx afirma, dentre outros fatores, não apenas a necessidade material da expropriação desses sujeitos dos seus meios de produção e da política de violência para venderem a sua força de trabalho, mas também o modelamento da consciência pela educação.

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (MARX, 2006, pág. 851).

Desse modo, espero ter tornado patente a concepção “fatalista” de Marx a respeito do processo revolucionário em “O Capital”, a não incoerência entre essa concepção e a sua intenção política ao realizar a redação da obra, e que, apesar de “O Capital” explicitar a força do desenvolvimento material sobre a formação e a transformação da consciência, “força” determinante e absoluta no que se refere à superação do modo de produção capitalista, não pensa Marx ser a consciência um

elemento que não alcança qualquer influência sobre as condições materiais da sociedade.

7 - A Presença do Movimento Negativo e da Teoria Revolucionária na sétima seção de “O Capital” (“Acumulação de Capital”) e o sentido político da obra

Direcionando-se do abstrato ao concreto e assumindo, assim, a perspectiva totalizante, além de entrelaçar o lógico e o histórico, Marx considera o movimento do capital em sua reprodução. Considerando, inicialmente, a “reprodução simples” e, posteriormente, a “reprodução ampliada”, Marx nega a perspectiva dos indivíduos “trabalhador” e “burguês”, tal como a apresentou nas duas primeiras seções de sua obra, pela perspectiva das classes, assim como nega a perspectiva do movimento ou do circuito unitário do capital pela perspectiva “movimento renovado”. Expondo como o movimento de reprodução do capital consome todo o valor do capital original, Marx nega as ilusões presentes na consciência do trabalhador, “ilusões” constituídas pela esfera da circulação ou pela própria organização material do modo de produção capitalista e por sua percepção parcial. Marx nega que o capital variável ou o salário provenha do fundo do capitalista; que o dinheiro do capitalista tenha sido gerado em função de uma acumulação primitiva através do seu próprio trabalho ou daquele de seus descendentes e não pelo trabalho alheio não-pago; que a contradição entre os assalariados e os meios de produção ou entre os assalariados e os burgueses consistam em meros pressupostos históricos do modo de produção capitalista, representando, pelo contrário, produtos do próprio processo de produção; por fim, ser o trabalhador independente. Desse modo, se o desdobramento expositivo de “O Capital” apresentou a liberdade, a igualdade e a propriedade em sua realidade positiva no término da segunda seção, negando, posteriormente, a liberdade e a igualdade, na seção sétima de “O Capital” a liberdade e a igualdade não são apenas negadas de forma ainda mais radical, mas se nega o próprio direito à propriedade. Pode-se ainda constatar que, acompanhando as contradições internas à própria organização capitalista, considerando a contradição “circulação-produção”, assim como a transmutação ou inversão do direito de propriedade em direito de apropriação capitalista, o discurso de Marx não apenas nega o direito à propriedade sob uma perspectiva teórica, mas reproduz a própria contradição e superação real do direito de propriedade na história. Analogamente, Marx não apenas nega as ilusões presentes na consciência da classe trabalhadora sob uma

perspectiva teórica, instruindo-a, mas também reproduz a superação dessas ilusões através do desenvolvimento do próprio modo capitalista de produção.

Considerando a influência do aumento de capital, ou, em outras palavras, do aprofundamento da contradição “trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção” que reflete o desdobramento histórico da contradição “valor-de-uso e valor”, Marx aponta os seus efeitos sobre a sorte da classe trabalhadora e, nesse contexto, os efeitos sobre a sua consciência. Marx aponta que o aumento e a concentração da acumulação do capital proporcionam a ampliação do poder social do capital sob a classe trabalhadora e o desemprego, mas também a expropriação da própria classe capitalista pela concorrência, gerando, assim, insatisfação social. A centralização dos capitais acelera o processo de acumulação e os seus efeitos, desempregando e, ao mesmo tempo, intensificando a atividade laboral para a redução de custos com o capital constante, acirrando a contradição de classes, ou a revolta da classe trabalhadora. No fluxo de suas vivências, os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham e quanto mais cresce a força produtiva do seu trabalho, mais produzem riquezas para os outros e mais precária torna-se a sua função de meio de expandir o capital, desenvolvendo-se, nesse processo, o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e a negação da propriedade privada. Apresentando, ainda, a lógica do processo revolucionário, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, Marx aponta para a “negação da negação”, ou seja, para a negação da violência originária, para a negação da violência de classe que fundamentou o modo de produção capitalista e, assim, nega a própria contradição de classe e o modo de produção capitalista, sendo essa negação realizada pela própria classe trabalhadora em função do desenvolvimento de sua consciência revolucionária a partir das próprias contradições econômicas produzidas pelas leis do capital.

Desse modo, considerando o desdobramento expositivo do livro I de “O Capital” em seu conjunto, torna-se perceptível não apenas a exposição das categorias econômicas necessárias à compreensão do conceito de capital, expressas da mais simples às mais complexas e em seu movimento contraditório, mas o movimento de auto-superação do próprio capital, exposto a partir do desdobramento lógico e histórico da contradição “valor-de-uso e valor”, do desenvolvimento das forças produtivas que, paralelamente ao desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora, constituiu-se a obra como uma teoria revolucionária. Sendo ainda considerado o ímpeto revolucionário de Marx e sua relação com a classe trabalhadora, podemos deduzir que há nesse

movimento expositivo uma intenção política: explicitando o caráter transitivo do capital, desvelando as ilusões que provoca e apontando os seus efeitos nocivos, proporciona a obra à classe trabalhadora a compreensão da necessidade da revolução socialista, devendo acelerar o processo revolucionário que é impelido, por sua vez, pelas próprias contradições materiais intrínsecas ao modo capitalista de produção.

III – CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA POLÊMICA ENTRE HECTOR BENOIT E FRANCISCO JOSÉ SOARES TEIXEIRA

Em função de ter sustentado, no presente trabalho, a existência de uma teoria revolucionária refletida no método de exposição dialético de “O Capital”, ou seja, de uma teoria sobre a superação do modo capitalista de produção que relaciona o desenvolvimento das forças produtivas e das contradições econômicas presentes no contexto da sociedade capitalista com a formação das condições objetivas e subjetivas necessárias à formação da sociedade comunista, vinculando, ainda, a mencionada teoria com o sentido político de “O Capital”, assim como em função de ter considerado a relação “lógica e história”, tal como se apresenta na obra sob certa perspectiva, considero ser importante retomar um debate entre Hector Benoit e Francisco José Soares Teixeira a respeito da ordenação expositiva da obra. Nesse debate, Benoit sustenta a presença de uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista refletida no modo de exposição de “O Capital”, mas, também, a presença de uma teoria programática, ou seja, de uma teoria sobre a estratégia que deveria ser adotada pelo movimento comunista para a conquista do poder político, relacionando-as com a dialética “lógica e história”, enquanto Teixeira as nega, compreendo a “história” em “O Capital” como mero fundamento do discurso lógico e como instrumento de investigação presente no capítulo XXIV. Em um primeiro momento, exponho muito brevemente o histórico do mencionado debate; em um segundo momento, explico a interpretação e a crítica de Teixeira às ideias de Benoit e, por fim, apresento as ideias de Benoit e de Marx com suas próprias palavras, buscando demonstrar como Teixeira não apenas distorceu as ideias de Benoit e como cometeu equívocos ao interpretar Marx, mas também como não há indícios consistentes que fundamentem a existência de uma teoria do programa revolucionário refletida no método de exposição de “O Capital”.

1. O Histórico do Debate

O debate entre Benoit e Teixeira sobre o método expositivo de “O Capital” iniciou-se em novembro de 1996, pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), tendo por objeto uma obra redigida por Teixeira: “Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de “O Capital””. Em 1999, Benoit publicou na revista “Crítica Marxista” sua

avaliação e discordância em relação à mencionada obra, sendo o seu artigo denominado “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de “O Capital””. Paralelamente, Teixeira publicou na mesma revista, também em 1999, a sua discordância em relação ao artigo “Sobre a crítica (dialética) de “O Capital””, redigido por Benoit em 1996, e isso, por supostamente sintetizar a interpretação do estudioso a respeito de “O Capital”, almejando, desse modo, neutralizar a sua crítica. Benoit não apresentou uma resposta a esse artigo, sendo o debate encerrado, porém, não devidamente resolvido.

2. A Recepção e as Críticas de Teixeira à Interpretação de Benoit

a) “O Capital” como exposição das classes em luta e como obra redigida pela própria classe trabalhadora

Teixeira (1999, pág. 93) inicia o artigo “Sobre a Crítica (dialética) de ‘O Capital’: uma anti-crítica”, com um item intitulado da seguinte forma: “Introdução: *O Capital*; crítica da economia política ou teoria programática?”, apresentando, desse modo, logo no início, uma suposta divergência interpretativa entre ele e Benoit a respeito de “O Capital”. A divergência entre ambos, porém, é apenas parcialmente explicitada na primeira parte do artigo de Teixeira, sendo melhor compreendida em sua terceira parte, reservada, especialmente, a uma análise crítica das posições de Benoit. Nela, encontramos aquilo que Teixeira compreende como a tese central de Benoit, assim como sua contraposição a essa tese, algo que clarifica a oposição mencionada no título do primeiro item de seu artigo.

De acordo com Teixeira (1999, pág. 109), a tese central de Benoit em sua leitura de “O Capital” é de que a obra representa a exposição das classes em luta e não, como seria o correto, uma crítica ao funcionamento do modo de produção capitalista. Teixeira transcreve suas palavras:

A violência da luta de classes é o fim do primeiro livro de *O Capital*, fim que, na verdade, é o princípio (*Grund, Arché*), princípio pressuposto no modo de exposição desde o começo. Mas esse princípio está pressuposto no modo de exposição não porque seja um princípio *a priori*, ele está no começo enquanto pressuposto, mas só na medida em que ele está lá objetivamente e historicamente posto

enquanto princípio do modo de produção capitalista. *O que faz exatamente o desenvolvimento dialético do modo de exposição foi demonstrar qual é o princípio histórico que está posto sob as contradições do modo de produção capitalista.* Mas, justamente para não cair no dogmatismo do entendimento, primeiramente, colocou o princípio como *pressuposto* (grifo do autor) para através do desenvolvimento realizar sua *ex-posição* (grifo do autor). No entanto, ao avançar do começo para o princípio (e isso foi sendo feito a cada desenvolvimento lógico que ganhava determinações históricas), as contradições se desenvolviam e as categorias da economia política burguesa e da economia burguesa eram negadas: a esfera da circulação (paraíso da ilusões), a produção da mais-valia absoluta e relativa (manifestação da luta de classes), reprodução simples, acumulação de capital (transmutação das leis de propriedade e quebra definitiva da troca de equivalentes), acumulação primitiva (separação violenta dos produtores dos meios de produção, violência da luta de classes como princípio do capitalismo, violência como fim e novo princípio, negação da negação: socialismo) (BENOIT, 1996, pág. 39 apud TEIXEIRA, 1999, pág. 109 – grifos de Teixeira).

Mas, além de discordar de Benoit por afirmar que ele compreende “O Capital” como uma exposição das classes em luta, Teixeira também discorda do estudioso em função de outro posicionamento que também lhe atribui e que estaria vinculado, juntamente com o primeiro, com a constituição de uma “teoria programática” em “O Capital”. Tal posicionamento consiste na ideia de representar a mencionada obra a expressão da consciência da classe trabalhadora, tendo sido redigida pela própria classe trabalhadora: “[“O Capital”] nada mais é do que a sistematização teórica da consciência de classe da classe operária, ou seja, a consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes” (BENOIT, 1996, pág. 42 apud TEIXEIRA, 1999, pág. 109).

Segundo Teixeira (1999, pág. 110), ao compreender “O Capital” como uma obra redigida pela própria classe trabalhadora, Benoit sustentaria, conseqüentemente e, talvez, inconscientemente, a posição de que o limite do capital não é o próprio capital, tal como compreende Marx⁶⁴, mas a luta da classe operária. Nesse sentido, Benoit

⁶⁴ “Quando Marx investiga as contradições internas da lei de tendência de queda da taxa de lucro, capítulo XV, afirma que “a barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés dos meios de produção serem apenas meios para acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento de grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio — desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais — em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial

negaria a importância da crítica da economia política exposta em “O Capital” (“crítica” que traduz o modo de funcionamento do capitalismo) e afirmaria a vontade da classe trabalhadora como autônoma, ou seja, como algo acima de qualquer condicionamento imposto. Porém, afirma Teixeira, se fosse verdade que a racionalidade econômica não impõem limites à ação política, a ciência que trata dessa racionalidade teria pouca ou nenhuma utilidade prática para Marx. Reconsiderando, ainda, a ideia atribuída à Benoit de que o capital detém como limite a classe trabalhadora, Teixeira (1999, pág. 114) questiona com sentido afirmativo se essa concepção não estaria baseada em uma interpretação de “O Capital”, que compreende o colapso do sistema capitalista como algo inevitável. Respondendo sua questão com as palavras de Henryk Grossmann que, segundo Teixeira, também compreenderia “O Capital” como uma crítica ao modo de funcionamento do sistema econômico capitalista, esse estudioso defenderia, ao mesmo tempo, a sua interpretação a respeito do modo de exposição de “O Capital”, opondo-se àquela proferida por Benoit:

(...) o capitalismo está destinado ao colapso ‘por si mesmo’ ou ‘de forma automática’, como afirmam em polêmica com o que eu digo em meu livro, Hilferding e outros socialistas (Braunthal). O capitalismo pode ser abatido somente através da luta de classe da classe operária. Mas, o que eu queria demonstrar é que a luta de classe não é suficiente por si mesma. Não é suficiente a vontade de abatê-lo. Nas etapas iniciais do crescimento capitalista não é possível que surja nem sequer esta vontade (...). Como marxista dialético sei, obviamente, que os dois lados do processo, os elementos objetivos e subjetivos, têm uma influência recíproca entre si. Não se pode esperar que se dêem primeiro as condições objetivas para depois, e só então, deixar agir as condições subjetivas. Seria uma concepção mecânica insuficiente, com a qual não estou de acordo. Mas, com fins analíticos, devo aplicar o procedimento abstrato que consiste em isolar cada um dos elementos, para aclarar as funções específicas de cada um dos elementos. Lenin fala, freqüentemente, da situação revolucionária que deve se dar objetivamente como premissa para a intervenção vitoriosa e ativa do proletariado. Minha teoria do colapso não procura excluir esta intervenção ativa, mas propõe-se, ao contrário, demonstrar em que condições pode surgir e surge de fato uma situação revolucionária desse tipo, de forma objetiva. (GROSSMANN apud TEIXEIRA, 1999, pág. 114).

apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhes correspondem” (TEIXEIRA, 1999, pág. 110).

b) A associação do lógico e do histórico em “O Capital”

De acordo com Teixeira (1999, pág. 111), Benoit julga ser “O Capital” uma apresentação da gênese histórica das categorias econômicas, e o procedimento genético de Marx aquilo que o impediria de se enredar na “demência ideológica” das categorias da economia política burguesa. Para Teixeira (1999, pág. 96), no entanto, esse posicionamento é equivocado e problemático, pois, por um lado, contraria o próprio método de Marx e, por outro, acarreta aporias que impedem a compreensão da relação aparência-essência no modo de produção capitalista e, assim, a conversão em “O Capital” das leis de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, algo que fundamentaria a consciência de classe e a necessidade da luta de classe.

Para Teixeira, caso empreendamos uma análise histórica das categorias econômicas presentes em “O Capital”, não iremos compreender a relação “aparência e essência” presente no modo de produção capitalista em função do movimento de exposição das categorias econômicas na obra não refletir a ordem do aparecimento histórico dessas categorias, mas a posição hierárquica que ocupam no interior do movimento de valorização do capital. Fundamentando sua ideia, Teixeira explicita as palavras do próprio Marx:

Seria (...) impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa. (...). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa (MARX, 1982, pág. 19 apud TEIXEIRA, 1999, pág. 96).

Teixeira prossegue seu raciocínio declarando que as leituras de “O Capital” que interpretam a esfera da circulação simples como expressão de uma sociedade mercantil simples, cujo desenvolvimento desembocaria na constituição da sociedade capitalista, não podem compreender a relação “aparência e essência” como momentos constitutivos de uma mesma realidade. De acordo com Teixeira, não há como pensar no plano lógico-expositivo de Marx a passagem de uma sociedade que tem, como finalidade, a produção de valores de uso, para outra, cuja finalidade é a valorização do valor. Entre uma e outra sociedade, não há passagem, mas ruptura: eis a aporia. *“Uma coisa é fazer uma análise da gênese histórica de um objeto historicamente dado; outra é buscar compreender a racionalidade imanente desse objeto”* (TEIXEIRA, 1999, pág. 95-96 – grifo do autor).

Nesse contexto de crítica à interpretação de Benoit, Teixeira resolve esclarecer, de acordo com sua perspectiva, a relação “lógica e história” em “O Capital”. Seu método, tal como ele mesmo pronuncia, consiste em considerar o local em que se insere a investigação histórica na obra. Esse local corresponderia, para o estudioso, ao capítulo XXIV, no qual é tematizado a acumulação primitiva, sendo tratado em seu âmbito a gênese histórica do modo de produção capitalista. A finalidade da análise histórica presente no capítulo XXIV seria eliminar o círculo vicioso no qual desemboca a exposição dialética de “O Capital”, segundo a qual, o capital é o meio de produzir mais-valia e a mais-valia o meio de produzir capital, devendo ser suposta uma acumulação primitiva precedente à capitalista que seja seu ponto de partida. A exposição lógica da racionalidade do capital não teria sido suficiente para demonstrar como nasce o capital, sendo necessária a análise histórica para desvelar seu caráter metafísico (TEIXEIRA, 1999, pág. 111).

Segundo Teixeira (1999, pág. 112-113), as determinações do movimento que se direciona do “dinheiro” ao “capital” e do “capital” ao “mais-dinheiro”, em “O Capital”, pressupõe a transformação da força de trabalho em mercadoria como condição histórica. Esse pressuposto estaria presente em cada passo da exposição do sistema categorial de Marx para a inteligibilidade do capital, representando o fundo histórico das mediações lógicas ocultadas pelas formas imediatas de existência do capital, ou seja, pela mercadoria e pelo dinheiro. Esse fundo histórico estaria presente, por exemplo, na seção I do livro I de “O Capital”, no qual o estudioso reduz o valor de troca ao seu fundamento, ao valor, e esse, por sua vez, ao trabalho abstrato. Teixeira destaca o fato de que se trata de reduções lógicas e não históricas em função de “O Capital” não realizar a gênese das categorias econômicas, mas pensar a racionalidade imanente de seu objeto, algo que só é possível após a história concluir o seu trabalho. “Portanto, é o resultado desse trabalho da história que deve ser pensado; não o processo de sua gênese”.

De acordo com Teixeira (1999, pág. 113), Benoit pensa que a mera análise histórica é capaz de dar conta do objeto, ignorando que a história de um objeto sem o concurso da razão para revelar a sua racionalidade é apenas um amontoado de fatos. Essa posição de Benoit seria explicitada, segundo Teixeira, quando argumenta que:

para desvelar-se... todo o misticismo (Mystizismus), o caráter fetichista da mercadoria e o segredo que dominam esse mundo e essa ciência (Hector está se referindo à economia política burguesa) é

necessário apenas, como faz em seguida Marx, deslocar-se para outras formas de produção (BENOIT, 1996, pág. 18 apud TEIXEIRA, 1999, pág. 113).

Reconsiderando a original passagem de “O Capital”, à qual se refere Benoit na citação acima, Teixeira afirma que, quando Marx declara no item quarto do primeiro capítulo de “O Capital”, que todo o misticismo ou fetichismo o qual assola o mundo das mercadorias desaparece ao considerarmos outras formas de produção, ele já havia demonstrado, anteriormente, através de uma análise lógica, de onde provém esse caráter enigmático. Esse fato poderia ser constatado, segundo o estudioso, retornando-se da mencionada passagem a seis parágrafos: “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX apud TEIXEIRA, 1999, pág. 113). Assim, conclui Teixeira, o desvelamento do caráter fetichista da mercadoria é de natureza lógica e não histórica, sendo o recurso histórico utilizado por Marx, nesse caso, muito mais um instrumento didático do que uma demonstração. Isso se tornaria ainda mais claro, segundo o estudioso, tendo em mente o fato de ser o enigma do fetiche do dinheiro apenas o enigma do fetiche da mercadoria, representando o desvelamento do fetiche do dinheiro, o desvelamento do fetiche da mercadoria. Foi com esse intuito que Marx realizou a gênese da forma dinheiro, ou seja, acompanhou o desenvolvimento da expressão do valor presente na relação de valor entre as mercadorias, e isso, desde sua forma mais simples até a constituição da forma dinheiro. A demonstração dessa gênese em “O Capital” consiste, de acordo com Teixeira, em explicitar o movimento mediador do dinheiro, ou seja, descobrir no objeto a sua racionalidade imanente, algo que não pode ser demonstrado recorrendo-se à sua evolução histórica. “Essa é a preocupação da seção 3 do primeiro capítulo⁶⁵, onde aí Marx, nem de longe recorre à história, a outras formas pretéritas de produção, para expor aquele movimento mediador”.

⁶⁵ Teixeira se refere ao item 3 do primeiro capítulo: “A forma do valor ou o valor-de-troca”.

3. A interpretação de Benoit sobre “O Capital” e as posições do próprio Marx

a) Sobre a presença de uma teoria revolucionária e programática em “O Capital”

a1) Considerações sobre a tese da teoria revolucionária e sobre a atribuição da redação de “O Capital” à classe trabalhadora

Na intitulação do primeiro item de seu artigo, tal como explicitiei, Teixeira apresenta uma suposta oposição entre a leitura de Benoit e sua própria leitura de “O Capital”. Tal como indica o mencionado item, Teixeira compreenderia a obra como uma crítica à economia política, enquanto Benoit a compreenderia como uma teoria programática. Essa oposição, no entanto, é falsa. Afinal, Benoit compreende “O Capital” tanto como uma crítica da economia política burguesa, quanto como uma teoria do programa revolucionário.

Os objetos tomados em *O capital* obedecem sempre a esse movimento contraditório que os arranca do seu ser aparente e em repouso, que os recoloca na inquietude da sua produção e que os removimentando redescobre os seus pressupostos. Refundados sob um novo princípio não dogmático (princípio deduzido do desenvolvimento das suas próprias contradições, do desdobramento dos seus antagonismos) (Benoit refere-se ao princípio “violência expropriadora da luta de classes” - acpn), os objetos são assim superados, isto é, negados dialeticamente. Se a esse movimento são submetidos os diversos objetos particulares que vão aparecendo durante os diversos capítulos (a riqueza, a mercadoria, a forma do valor, a forma dinheiro, a produção da mais-valia, a mais-valia absoluta, a mais-valia relativa, a acumulação de capital), pode-se dizer que, já no primeiro livro de *O capital*, os pressupostos mesmos deste modo de produção são submetidos a esse movimento negativo de superação dialética. *E assim, já no primeiro livro de O capital se realizava a crítica (da Economia Política burguesa) e também a teoria programática para a negação desse modo de produção, o modo de produção capitalista, tomado em sua "forma simples e fundamental"* (BENOIT, 1996, pág. 16 - grifos do autor).

Mas, se Teixeira interpreta Benoit equivocadamente, Benoit também comete um deslize por relacionar em seu artigo a sua tese central, obscurecida por Teixeira, segundo a qual, “O Capital” não é apenas uma obra científica, mas também uma teoria revolucionária, ou seja, uma teoria sobre a negação ou a superação do modo de produção capitalista, com a ideia de estar igualmente presente na obra uma teoria programática, ou seja, uma teoria sobre a estratégia geral para ser o movimento comunista direcionado. No que se refere à tese pela teoria revolucionária, algo que se

relaciona com a negatividade da luta de classes, mas que não se limita à exposição da luta de classes, Benoit a explicita ao apresentar a sua problemática e a sua proposta expositiva:

A obra de Marx e particularmente *O capital*, do ponto de vista do próprio capital, é uma obra científica? Se por ciência entendermos exclusivamente o conhecimento e a compreensão *positivos* (ou afirmativos) de um determinado objeto em suas diversas particularidades e aspectos temporais ou estruturais, certamente, esta não é uma obra científica. *O capital* não é uma obra científica, ao menos como se compreende que uma obra acadêmica (-burguesa) de história, de sociologia ou mesmo de economia é chamada de "científica". *O capital é uma obra científica, mas também, ao mesmo tempo e na mesma relação, isto é, de maneira inseparável, é uma obra revolucionária, ou seja, uma teoria revolucionária.* (...) *Nos limites deste artigo, indicando (nas suas principais articulações) o desenvolvimento dialético do primeiro livro de O capital, procuraremos esboçar como esse movimento, o movimento do negativo contido nesse livro, já nos lança para além de uma mera crítica da ciência econômica burguesa e mesmo para além da fundação de qualquer ciência unilateralmente positiva* (BENOIT, 1996, pág. 14; 17 – grifos do autor)

De fato, tal como Benoit, o próprio Marx compreende “O Capital” como uma crítica da economia política, como pode ser visualizado pelo subtítulo da obra e, também, como uma teoria sobre a superação do modo capitalista de produção, como pode ser constatado pelo prefácio de sua 2ª edição. Nesse prefácio, Marx critica os seus leitores por não terem compreendido o seu método dialético, expondo, por um lado, o fato de que a dialética se apresenta como um método de exposição em “O Capital” e, por outro, afirmando tratar-se de um método que consiste em negar a perenidade do objeto de análise:

A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 2006, pág. 29).

Sendo a dialética crítica e revolucionária e sendo o objeto de “O Capital” o próprio modo de produção capitalista⁶⁶, configura-se a própria obra, enquanto obra dialética, como uma teoria revolucionária, ou como uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista⁶⁷. No que se refere à relação dessa teoria com a luta de classes, as primeiras linhas do “Manifesto do Partido Comunista” são reveladoras antes mesmo de uma consideração de “O Capital”, explicitando o papel negativo da contradição de classes:

A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada: *uma guerra que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade*, ou pela destruição das classes em luta (MARX e ENGELS, 2006, pág. 84 – grifo do autor).

Caso se considere não o “Manifesto do Partido Comunista”, mas “O Capital”, tal como explicitarei no decorrer dessa dissertação, constata-se que suas categorias mais simples ou abstratas alcançam com o desdobramento expositivo da obra determinações mais complexas e históricas, sendo todas fundamentadas pela contradição “luta de classes”. Apresentando a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes, Marx expõe como as condições e as contradições materiais vinculadas com o desenvolvimento das forças produtivas formam não apenas as condições objetivas para a formação de uma sociedade socialista, mas também gradativamente, a consciência revolucionária da classe trabalhadora e, assim, a negação ou a superação do modo de produção capitalista.

Prosseguindo a revisão crítica da leitura de Teixeira, pode ainda ser observado que ao afirmar que para Benoit “O Capital” foi uma obra escrita pela própria classe trabalhadora, representando uma sistematização teórica de sua consciência, algo que acarretaria as críticas de ser a classe trabalhadora autônoma e não limitada em suas possibilidades pelo desenvolvimento do capital, sendo a obra redigida por Marx não

⁶⁶ “Nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação” (MARX, 2006, pág. 16).

⁶⁷ Destaco que, ao apontar através de um prefácio a existência de uma teoria revolucionária em “O Capital”, Marx torna clara a sua intenção no que se refere aos três livros que constituem a obra, afinal, o prefácio não está submetido ao seu movimento negativo, mas trata do seu conjunto tal como estava sendo organizado. Assim, independentemente de ter Marx finalizado ou não “O Capital”, independentemente de ter declarado a sua intenção de finalizá-lo com a luta de classes, podemos afirmar a presença (e a intenção) de uma teoria revolucionária em “O Capital”.

importante e a revolução socialista algo inevitável, que Teixeira ignoraria não apenas o fato da atribuição da redação de “O Capital” à classe trabalhadora ocorrer apenas em certo sentido, mas também as palavras do próprio Marx reproduzidas por Benoit justamente no artigo que estaria sendo considerado e a necessidade para Benoit das contradições econômicas no desenvolvimento da consciência de classe.

A compreensão de Benoit a respeito da relação entre o livro I de “O Capital” e a classe revolucionária operária é clarificada, ao acompanhar sua análise do “Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores”, que, segundo ele, detém, assim como outros escritos político-revolucionários redigidos por Marx, estreita vinculação com “O Capital”. Essa vinculação entre o manifesto em questão e “O Capital” pode ser suposta, por um lado, por ser ambos escritos redigidos na mesma época (1864), sendo, ainda, constatada pela compatibilidade entre o conteúdo das duas obras, fato que explicitaria estar Marx utilizando a crítica da economia política de “O Capital” para realizar a crítica política da sociedade produtora de mercadorias (BENOIT, 1996, pág. 40-41).

De acordo com Benoit (1996, pág. 41), no “Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores” o próprio Marx atribui a crítica da economia política à própria classe trabalhadora, sendo essa crítica explicitada por essa classe ao mesmo tempo em que alcança vitórias políticas. A primeira vitória teria sido o êxito da classe operária inglesa em obter uma limitação legal da jornada de trabalho em dez horas: vitória prática e teórica, pois, ao obter esse êxito, os trabalhadores teriam contrariado e refutado as previsões de Dr. Ure, Senior e outros “sábios” representantes da economia burguesa que negavam a possibilidade da redução da jornada de trabalho.

Esta luta pela limitação da jornada de trabalho se fez ainda mais furiosa, porque deixando de lado a avareza extrema - tratava-se de decidir a grande disputa entre a dominação cega exercida pelas leis da oferta e da demanda, conteúdo da Economia Política burguesa, e a produção social controlada pela previsão social, que constitui a Economia Política da classe trabalhadora [*die politische Okonomie der Arbeiterklasse*]. Por isso a lei da jornada de dez horas não foi somente uma grande vitória prática, foi também a vitória de um princípio. Pela primeira vez, a Economia Política da burguesia foi derrotada em plena luz do dia pela Economia Política da classe trabalhadora [*politischen Okonomie der Arbeiterklasse*] (MARX, MEW, pág. 11 apud BENOIT, 1996, pág. 41).

Marx prosseguiria mencionando “mais uma “vitória teórica” da “Economia Política do trabalho” (*der politischen Ökonomie der Arbeit*) sobre a “Economia Política do capital” (*die politische Ökonomie des Kapitals*)” ao relatar as experiências do “movimento cooperativo” e da “fábrica cooperativa” criadas por “mãos” (*Hande*), ou seja, por operários. Estas experiências, de acordo com Marx, teriam mostrado com fatos que a produção em grande escala segundo o nível de exigência da ciência moderna dispensa o controle da classe burguesa, podendo ser direcionada pela classe trabalhadora, mas, também, que o trabalho assalariado é apenas uma forma inferior e transitória, destinada a desaparecer diante o trabalho associado (BENOIT, 1996, pág. 41-42). Desse modo, Benoit conclui que o próprio Marx teria afirmado a *contribuição da classe trabalhadora* na elaboração da crítica da economia política (e não a plena autoria de “O Capital”, tal como critica Teixeira) ao demonstrar o caráter histórico e, portanto, transitório, da organização econômica capitalista e, conseqüentemente, das próprias categorias da economia capitalista:

Como se vê, Marx atribui à própria classe trabalhadora, à classe em sua crítica da sociedade burguesa, crítica que é luta de classes, *fundamentais contribuições* (grifo do autor) para a crítica da Economia Política burguesa. Sobretudo neste último caso (as experiências cooperativas), mas também na limitação da jornada de trabalho e em outras conquistas, realmente, a classe trabalhadora, em luta, realizava a crítica e a negação do modo de produção capitalista, crítica e negação do ponto de vista do *futuro*. Mostrava assim a *transitoriedade* e o caráter não-natural, o caráter *histórico* das formas econômicas dominantes e assim das próprias categorias da Economia Política burguesa. Ora, não é essa, justamente, a grande diferença de Marx, segundo ele próprio, mesmo em relação a A. Smith e a Ricardo? Realmente, a grande diferença de Marx em relação à Economia burguesa é perceber o caráter contraditório, perecível e histórico das formas econômicas e das categorias econômicas da sociedade capitalista. Essa diferença de Marx adviria, assim, de perceber a luta da própria classe trabalhadora, de escutar o murmurar das fábricas, de ouvir aquela crítica dramática da própria classe, em suma, de aprender teoricamente com a consciência de classe da classe operária (BENOIT, 1996, pág. 42).

Logo a seguir, mais uma vez, Benoit afirma compreender que “O Capital” foi uma obra redigida pela classe trabalhadora *apenas em certo sentido* e, ainda, que também compreende a obra como uma sistematização teórica da consciência da própria classe trabalhadora *apenas em certo sentido*, fato que desconstrói o caráter absoluto que estaria presente na exposição de Teixeira ao remeter essa ideia a Benoit:

Em outro sentido, assim, a luta de classes aparece como *pressuposto* de *O capital*. A luta de classes aparece como pressuposto deste livro na medida em que, *em certo sentido* (grifo do autor), *O capital*, enquanto *crítica* da Economia burguesa, nada mais é do que a sistematização teórica da consciência de classe da classe operária, ou seja, da consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes. Como escreveu Marx, quando refletia a respeito da impossibilidade de uma Economia burguesa alemã, “o desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da Economia ‘burguesa’, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, em geral, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição das classes - o proletariado”⁶⁸. Ora, esta crítica, a crítica (alemã) da Economia burguesa, que representa o proletariado, a classe que tem como missão histórica a abolição das classes, pode ser outra crítica que a própria crítica *revolucionária* de *O capital* - o livro escrito por Marx? Assim, *O capital*, *em certo sentido* (grifos do autor), teria sido escrito pela própria classe trabalhadora e é enquanto tal inseparável da crítica revolucionária desta classe ao modo de produção capitalista. (BENOIT, 1996, pág. 40-41).

Ao compreender que a classe trabalhadora *contribuiu* na elaboração da crítica da economia política burguesa exposta em “O Capital”, não a elaborando plenamente, assim como ao compreender que “O Capital” representa *apenas parcialmente* uma sistematização do desenvolvimento da consciência de classe da classe operária, não remetendo cada desvelamento das categorias da economia burguesa, e da Economia burguesa presente em “O Capital”, à consciência da classe operária, Benoit não negaria a importância da obra. Em outro artigo, Benoit explicitaria, inclusive, a importância e o significado político-estratégico da redação de “O Capital” ao se constituir, em certo sentido, como uma sistematização teórica da consciência de classe da classe operária:

A consciência que percorreu todo o percurso (a do leitor ou do operário alienado) coincide agora com a consciência do autor (Marx) ou com a consciência daqueles que já conheciam todo o percurso (os que constituem a “vanguarda” da classe, e que historicamente, pela primeira vez, teriam vislumbrado tal caminho). *O princípio posto agora no começo (expropriação violenta dos produtores diretos de sua propriedade pela classe burguesa - acpn), após o longo e paciente esforço dialético, permite que a consciência da classe trabalhadora dispersa na multiplicidade de suas lutas e alienada nos diversos momentos analíticos de sua dupla crítica (teórica e prática – acpn), re-funde todo o processo anterior e, finalmente, atinja a síntese e história da multiplicidade de suas experiências e lutas, desperte de*

⁶⁸ Cf. MARX, 2006, pág. 25.

maneira definitiva e atinja plenamente a sua consciência de classe, o seu projeto histórico, a estratégia do seu programa revolucionário que objetivamente (e agora também subjetivamente) se conclui pela "negação da negação", pela "expropriação dos expropriadores". Em certo sentido, portanto, com este movimento apenas devolve-se à classe o que ela própria produziu, no seu próprio devir, na sua própria luta: o seu programa de ação histórica enquanto classe revolucionária. O Capital constituir-se-ia, assim, claramente, como uma espécie de "fenomenologia materialista" que descreve o desenvolvimento programático da consciência revolucionária a partir do desenvolvimento das contradições objetivas da própria economia capitalista (BENOIT, 1997, pág. 14-15 - grifos do autor).

A passagem acima explicita a função política de “O Capital”, “função” de proporcionar à consciência da classe trabalhadora uma síntese de suas experiências e, assim, de despertá-la para seu projeto histórico revolucionário, proporcionando, ainda, a apreensão de uma estratégia ou de um programa revolucionário, algo com o qual, tal como já explicitiei, não estou de acordo. Porém, ao mesmo tempo, a passagem apontaria para a necessidade do desenvolvimento das contradições econômicas para o desenvolvimento dessa consciência, sendo explicitado, desse modo, mais uma vez, que Benoit não detém a concepção de ser a organização política da classe trabalhadora autônoma. Eis outro trecho que patenteia essa posição:

Partindo-se assim [aparentemente] das formas mais ilusórias da economia capitalista mostra-se finalmente que em cada mercadoria está presente já a contradição da luta de classes, a necessidade objetiva da expropriação dos expropriadores. Nesse sentido, o resultado político (a negação da negação) não é uma sobreposição dogmática ou arbitrária, não é uma "conscientização" cultural, ética ou humanista posta exteriormente, mas sim, apenas o desencadear do processo de contradições, o caminhar pelo antagonismo de classes objetivamente posto, o percorrer um processo de transição dialético através das objetivas contradições econômicas. O "programa" político (subjetivo) mostra-se (ao final do processo) como inseparável do econômico (objetivo) e surgindo imanentemente dele (BENOIT, 1997, pág. 15 - grifos do autor).

Por fim, no que se refere à ideia de ser o processo revolucionário algo inevitável, Benoit pensa, realmente, ser esse o posicionamento de Marx em “O Capital”, tal como pode ser constatado claramente em uma resenha que redigiu (Cf. BENOIT 1999a, pág. 137). Concorro com o estudioso ser esse o posicionamento de Marx e, a esse respeito, já redigi algumas palavras (Cf. pág.159-162).

a2) Considerações sobre a tese da teoria programática

Tal como apontei no item anterior, Benoit comete um deslize no artigo “Sobre a Crítica (dialética) de “O Capital”” ao relacionar a tese da teoria revolucionária com a tese da teoria do programa revolucionário, apontando, sem indícios sólidos, a existência de uma teoria estratégica ou programática em “O Capital”. A relação entre as mencionadas teses pode ser constatada na passagem já citada, segundo a qual, sendo os objetos de “O Capital” e as próprias premissas do modo de produção capitalista submetidos ao movimento contraditório e, assim, superados dialeticamente, “já no primeiro livro de *O capital* se realizava a crítica (da Economia Política burguesa) e também a *teoria programática* para a negação desse modo de produção, o modo de produção capitalista, tomado em sua “forma simples e fundamental”” (BENOIT, 1996, pág. 16). Adiante, ambas as teorias são distinguidas e mais precisamente relacionadas:

Poucos ainda hoje interpretam *O capital* como teoria revolucionária e sobretudo compreendendo a sua vinculação com a teoria programática. Entre os marxistas militantes do começo deste século, ao contrário, se compreendia bem e se pensava seriamente o caráter *programático* do livro (idem, pág. 43).

Finalizando seu artigo, redigindo uma última nota, Benoit refere-se, novamente, à presença de uma teoria programática em “O Capital”, comprometendo-se a ampliar a discussão do tema em um escrito posterior:

Sobretudo em Lenin (desde os “Cadernos filosóficos”), nos quatro primeiros congressos da III Internacional (com o começo do desenvolvimento da noção de “reivindicações transitórias”), e em Trotsky (no processo que desembocou no chamado “Programa de transição”), chegou-se também a uma compreensão do *desenvolvimento dialético* de *O capital* enquanto o próprio *método* (que também é *conteúdo*) da *teoria programática* marxista. Isto será, no entanto, tema a ser desenvolvido em outra ocasião (BENOIT, 1996, pág. 44, nota 104).

Benoit prossegue suas considerações sobre a relação entre o desenvolvimento dialético de “O Capital” e a teoria do programa revolucionário em um artigo posterior, denominado “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa” (1997). Tal como pode ser constatado, após reafirmar a vinculação da redação de “O Capital” com a luta da classe trabalhadora, exposta no escrito anterior, o estudioso pronuncia as seguintes palavras:

Portanto, em certo sentido, Marx em *O Capital*, romperia com todo tipo de teoricismo característico dos saberes do "entendimento", e assim não fundaria nenhuma nova "ciência" econômica, nenhuma nova ontologia, filosofia, sociologia ou qualquer "ciência positiva" marxista, mas sim, teria, antes de tudo, desenvolvido uma teoria que emergiu da prática histórica de uma classe e destinada portanto a uma determinada ação histórica desta classe, isto é, à efetiva superação da sociedade burguesa. *O Capital seria a estratégia mais geral da revolução socialista, uma teoria inseparável da ação revolucionária, e assim enquanto teoria revolucionária, em certo sentido, a própria teoria do programa revolucionário. Se tal teoria ainda pudéssemos ou quiséssemos chamá-la "ciência", seria apenas a ciência negativa da revolução* (BENOIT, 1997, pág. 10 – grifo do autor).

Adiante, vinculando hipoteticamente o modo de exposição de “O Capital” com a intenção pela formulação de uma teoria do programa revolucionário, tal como podemos perceber, Benoit identifica, novamente, a teoria revolucionária e a teoria programática:

Esta questão, a teoria exposta em *O Capital* enquanto teoria do programa revolucionário, explicaria talvez as grandes preocupações de Marx com o modo de exposição [die Darstellungsweise] e as suas tentativas de "espelhar de forma ideal a vida da matéria [das Leben des Stoffs]". *O modo de exposição de O Capital, o próprio devir e percurso dos seus capítulos se vincularia de maneira inseparável à procura do devir e percurso da realização programática*. Os múltiplos esboços, planos e redações que precederam a publicação do livro I não seriam assim preocupações meramente estético-formais ou literárias. A grande preocupação de Marx pela forma definitiva da sua exposição seria inseparável do conteúdo revolucionário contido em *O Capital*. A busca de Marx por uma ordem de exposição 'ideal', anunciada impropriamente pela metáfora orgânica "vida da matéria", seria, na verdade, a procura do momento sintético do analítico, isto é, a superior e interna unidade dialética entre as partes, o momento propriamente dialético. *Em outras palavras, Marx procurava a rigorosa unidade dialética de uma teoria que fosse efetivamente crítica e, ao mesmo tempo, também revolucionária, isto é, uma teoria que dialeticamente se ultrapasse a si mesma enquanto mera teoria analítica, uma teoria que pelo seu momento analítico-sintético se metamorfoseie em programa de ação de uma classe e, finalmente, em efetiva ação de fazer histórica, práxis* (BENOIT, 1997, pág. 11 – grifos do autor).

Tal como tenho explicitado, compreendendo “O Capital” como uma descrição do “desenvolvimento da consciência revolucionária a partir do desenvolvimento das contradições objetivas da própria economia capitalista”, Benoit compreende ser o processo revolucionário, segundo a concepção de Marx, um desdobramento imanente às contradições econômicas, compreendendo, ainda, que esse processo estaria vinculado

com a mencionada proposta estratégica para a mobilização do movimento comunista (Cf. 1997, pág. 15). Identificando em Lênin uma leitura de “O Capital” que compreende o desenvolvimento do programa político, ou do processo revolucionário como algo imanente às contradições econômicas, Benoit identifica, mais uma vez, a teoria revolucionária com a teoria do programa revolucionário ou com a estratégia geral que deveria ser adotada pelo movimento comunista, relacionando, ainda, a criação das “reivindicações transitórias” (“reivindicações” que representam uma força de transição entre as reivindicações econômicas (por salários, por empregos, etc.) e pela conquista do poder político) com a teoria do programa revolucionário:

Na "lógica" de *O Capital*, na "lógica" das contradições do modo de produção capitalista, certamente Lenin encontrava também algo da própria "lógica da luta de classes", da "lógica da revolução" ou, se quisermos, uma certa teoria geral do programa revolucionário. No entanto, Lenin parece jamais ter elaborado por escrito algo que poderia ser reconhecido como propriamente um programa sistemático de reivindicações embasado de maneira direta no desenvolvimento dialético de *O Capital* (...) (BENOIT, 1997, pág. 16).

Traçando a história do desenvolvimento do programa, ou da estratégia proposta por Marx e desenvolvida em forma de tática por Trotsky, Benoit aponta para a importância da revolução russa “para a possível interpretação de *O Capital* como uma teoria *programática*”, tendo essa experiência proporcionado a percepção de que o processo revolucionário, “como o desenvolvimento dialético de *O Capital*, permitia supor que realmente o “resultado” político podia nascer de maneira imanente das contradições econômicas estruturais, superando a oposição luta econômica e luta política” (BENOIT, 1997, pág. 16-18). Apontando que a experiência histórica da revolução russa não foi imediatamente sintetizada teoricamente, trabalho que teria sido tentado nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, Benoit expõe como no terceiro congresso transparece a proposta estratégica de se partir das lutas defensivas ou das reivindicações econômicas como um meio para se desencadear a luta política pela tomada do poder, algo que seria retomado e desenvolvimento mais precisamente no quarto congresso, no qual se originou a expressão “reivindicações transitórias”. No quinto congresso, porém, Benoit aponta que teria havido um retrocesso, sendo obscurecida a necessidade de haver uma ponte ou uma transição entre as reivindicações econômicas e a luta política, expondo, nesse contexto, uma suposta relação entre uma estratégia que estaria presente

em “O Capital” e aquelas apontadas pelos terceiro e quarto congresso da Internacional Comunista:

Ora, na "estratégia" de *O Capital*, assim como nas concepções táticas do III e, sobretudo, do IV Congresso, não se vai, propriamente, do *particular ao geral*, mas sim, muito mais, *se vai do geral ao particular que retorna ao geral*, isto é, se vai do *geral* (*pressuposto* que impulsiona *internamente* a imediatez contraditória) ao *particular* (imediatez contraditória fundamental, a forma mercadoria; ou reivindicações transitórias) que *retoma ao geral* agora *posto* pela longa demonstração ou exposição (totalidade histórica, luta de classes, negação da negação, expropriação dos expropriadores; derrocada do poder burguês) (BENOIT, 1997, pág. 26).

Ao usar o termo “estratégia” entre aspas, para referir-se ao “O Capital”, Benoit não a está considerando como uma mera inspiração baseada na teoria revolucionária, mas destacando o seu caráter geral. Nesse sentido, cabe ser apontado que o estudioso não apenas assinalou com insistência e nitidamente a existência de uma teoria programática na obra, mas também, logo adiante, ao relacionar a teoria do programa revolucionário presente em “O Capital” e as “reivindicações transitórias” tal como foram elaboradas por Trotsky⁶⁹, entrelaça as táticas dos III e IV congressos comunistas justamente com o que denomina “estratégia geral” de “O Capital”.

Portanto, percorrendo o *sistema de reivindicações transitórias*, evidencia-se que o chamado *Programa de transição* possui realmente um desenvolvimento dialético que procura embasar-se em *O Capital* e, como esta obra de Marx, ainda que em outro nível teórico, também é uma retomada das próprias reivindicações e lutas históricas do próprio movimento operário, também é, acima de tudo, o repetir, em síntese teórica, as palavras e o devir da própria classe trabalhadora. No primeiro momento, ainda afirmativo, totalmente limitado aos parâmetros do mercado capitalista e à troca de equivalentes, parte-se *aparentemente* das reivindicações mínimas e parciais, aquelas vinculadas à conservação da classe trabalhadora, à defesa de um contrato “justo” no ato de venda da força de trabalho, um contrato que garanta o direito ao trabalho e à conservação dos salários atuais (lançam-se as duas escalas móveis reivindicações *transitórias* que *pressupõem* todo o processo - forma organizativa deste momento: sindicatos) [este momento corresponde à 1ª e 2ª seções de *O Capital*, limitadas ao âmbito da *circulação*]. No segundo momento, ocorre o começo do processo negativo, entra-se no âmbito da *produção*, entra-

⁶⁹ Essas reivindicações consistem, tal como já aponte (Cf. pág. 149, nota 55), na escala móvel das horas de trabalho e na escala móvel dos salários.

se no interior da fábrica: com a ampliação do movimento pelas duas escalas, desenvolvem-se as greves, as ocupações de fábrica, as comissões de fábrica (dualidade de poder localizada - abolição do segredo comercial- controle operário sobre a indústria) [este momento corresponde às seções 3a a 6a de *O Capital*, âmbito da *produção* - produção da mais-valia absoluta/relativa e salário – começo aberto da luta de classes exatamente *pela redução da jornada e por salário*]. No terceiro momento, ocorre a negação da negação: a partir da dualidade de poder localizada, do desenvolvimento do controle operário sobre a indústria, surge na prática a *escola da economia planificada*, os operários compreendem o processo de *reprodução* e de *acumulação de capital*, começa então a expropriação de certos grupos capitalistas - expropriação dos bancos privados - estatização do sistema de créditos - armamento do proletariado - aliança com os setores pequeno burgueses - nacionalização da terra coletivização da agricultura - ditadura do proletariado - poder dos soviets [este momento corresponde à seção 7ª do livro I de *O Capital* *reprodução e acumulação de capital* - desmascaramento da lei "justa" da troca de equivalentes, *expropriação dos expropriadores*]. Como se vê, as semelhanças entre o desenvolvimento do primeiro livro de *O Capital* e o desenvolvimento do sistema de reivindicações do *Programa de transição*, não são meras analogias superficiais. *De fato, o Programa de transição, dando continuidade às tentativas realizadas nos primeiros congressos da Internacional Comunista, procura ser a expressão tática geral de uma estratégia geral de programa desenvolvida no próprio modo de exposição dialético de O Capital* (BENOIT, 1997, pág. 42-43 – grifos do autor).

Tal como busquei demonstrar no decorrer desta dissertação, o método de exposição de “O Capital” configura, de fato, uma teoria revolucionária ou uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista, porém, não uma teoria do programa revolucionário ou uma estratégia para se alcançar o poder político. Marx apresenta pelo movimento expositivo de “O Capital” o desabrochar da consciência da classe trabalhadora, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, assim como apresenta a formação das condições objetivas para a superação da sociedade capitalista, apresentando esse movimento negativo como um processo histórico-natural e não como algo planejado ou programado. Se há um sentido político ou mesmo estratégico no método de exposição de “O Capital”, isso ocorre, tal como expus, não no sentido de oferecer linhas de ação, mas por proporcionar à classe trabalhadora a compreensão das leis do capital e, assim, a sistematização de sua consciência e a percepção da necessidade de uma revolução social, sendo o processo de tomada do poder acelerado.

Ainda quando uma sociedade tenha desvendado o significado da lei natural que rege seu movimento — *e o objetivo final desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna* —, não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de

seu desenvolvimento. *Mas ela pode encurtar e reduzir as dores do parto* (MARX, 2006, pág. 17-18 - grifos do autor).

Isso não significa que a teoria revolucionária, ou a exposição da lógica da revolução presente em “O Capital” não possa ser um objeto de inspiração para a constituição de uma teoria programática ou estratégica, algo realizado por Trotsky com muita propriedade, porém, não devemos perder de vista que há uma distinção: “O Capital” é uma obra que visa o esclarecimento teórico da classe trabalhadora a respeito dos mecanismos do modo de produção capitalista como um meio de auxiliar o processo revolucionário, enquanto o “Programa de Transição” é uma obra que visa fornecer linhas de ação para a vanguarda revolucionária direcionar a classe trabalhadora a partir de suas lutas práticas e imediatas à luta pelo poder ou à sociedade comunista.

b) A associação entre o lógico e o histórico em “O Capital”

A compreensão de Teixeira a respeito da percepção de Benoit, no que se refere à relação “lógico e histórico” em “O Capital”, é igualmente equivocada ou distorcida. Caso consideremos o artigo “Sobre a crítica (dialética) de “O Capital””, não encontramos um sólido fundamento à afirmação de que Benoit pensa ser a ordenação da exposição categorial de “O Capital” vinculada a determinadas etapas históricas que se desdobram em sentido progressivo, assim como se apresenta equivocada a ideia de Benoit superestimar a história em detrimento da lógica.

No que se refere à interpretação de Benoit a respeito da ordenação categorial de “O Capital”, pode ser solidamente constatado que o estudioso compreende ser a exposição lógica gradualmente historicizada, sendo, assim, concretizado ou totalizado o próprio modo de produção capitalista:

O capital começa, ao nível do modo exposição, como a economia política burguesa (como, por exemplo, Adam Smith) partindo da riqueza. Mas já a primeira afirmação lança o processo negativo. Pois se fala a respeito da aparência da riqueza e assim se supõe uma forma não-aparente da riqueza; fala-se também não da riqueza em geral (como pensaria a Economia Política burguesa), mas, sim, da "riqueza (der Reichtum) das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista", ou seja, historiciza-se a riqueza. Essa riqueza aparece (erscheint) como "uma imensa coleção de mercadorias" e a mercadoria individual (die einzelne Ware) como a forma elementar. Ao universal indeterminado "uma imensa coleção de mercadorias" se contrapõe dessa maneira o individual, a mercadoria. Abstratamente,

todo o percurso dialético do primeiro livro está pressuposto neste primeiro parágrafo: o universal abstrato da Economia Política burguesa, riqueza aparente e não-histórica, deve ser superado pelo ser histórico da riqueza, ou seja, a riqueza determinada historicamente, e assim é necessário refazer ou reconstruir lógica e historicamente o percurso que vai da mercadoria individual à "imensa coleção de mercadorias". Este é abstratamente o percurso que será percorrido no livro primeiro. (...) Como se vê, se desde o primeiro capítulo a análise lógica das contradições já introduz considerações e desenvolvimentos históricos, no entanto, não é sempre da mesma forma. O desenvolvimento dessa análise lógica, a ampliação em espiral da análise das contradições, pouco a pouco, vai inserindo, cada vez mais, um maior número de determinações históricas, pouco a pouco, vai concretizando o abstrato e assim historicizando a lógica. (...) Este processo de expor os pressupostos históricos continuará o seu curso de maneira sempre cada vez mais ampliada (BENOIT, 1996, pág. 17, 24, 31 – grifos do autor).

Também pode ser solidamente constatado que o estudioso compreende a inserção das considerações históricas em “O Capital” como um meio de expor o caráter dinâmico e transitório das categorias econômicas e, conseqüentemente, do próprio modo de produção capitalista:

Os objetos tomados em *O capital* obedecem sempre a esse movimento contraditório que os arranca do seu ser aparente e em repouso, que os recoloca na inquietude da sua produção e que os removimentando redescobre os seus pressupostos [históricos - acpn]. Refundados sob um novo princípio [histórica violência da luta de classe - acpn] não dogmático (princípio deduzido do desenvolvimento das suas próprias contradições, do desdobramento dos seus antagonismos), os objetos são assim superados, isto é, negados dialeticamente. Se a esse movimento são submetidos os diversos objetos particulares que vão aparecendo durante os diversos capítulos (a riqueza, a mercadoria, a forma do valor, a forma dinheiro, a produção da mais-valia, a mais-valia absoluta, a mais- valia relativa, a acumulação de capital), pode-se dizer que, já no primeiro livro de *O capital*, os pressupostos mesmos deste modo de produção são submetidos a esse movimento negativo de superação dialética. E assim, já no primeiro livro de *O capital* se realizava a crítica (da Economia Política burguesa) e também a teoria programática para a negação desse modo de produção, o modo de produção capitalista, tomado em sua "forma simples e fundamental. (...) Finalmente, concluindo este primeiro capítulo, Marx comentará os limites de toda Economia Política burguesa. Explica que mesmo a Economia burguesa clássica, apesar de ter analisado o conceito do valor e sua magnitude, possui limites bem determinados, aqueles do seu caráter de classe, aqueles do seu caráter burguês. Isto é, seus conceitos e suas formulações são próprios de um regime de sociedade no qual “o processo de produção possui a dominação sobre o homem e não o homem sobre o processo de produção”, mas a consciência burguesa dessa sociedade, a Economia Política burguesa, considera tudo isso como algo que obedece a uma

necessidade natural, ou seja, uma necessidade ahistórica, tão natural e eterna como o próprio trabalho produtivo. *Assim o caráter de classe da Economia Política burguesa estaria presente nesse caráter estático, não-contraditório das suas categorias, nessa ahistoricidade absoluta das suas formulações, nessa extirpação da negatividade a que são submetidas as suas expressões teóricas.* Se os economistas burgueses ainda reconhecem em certo sentido o passado, como observa Marx, apenas o fazem pensando o passado como formas "artificiais" que apenas precederam as formas "naturais", aquelas do regime burguês. *No entanto, se já a negatividade do passado é relativamente recusada pelo pensamento burguês, é recusada, e de maneira mais radical, sobretudo, qualquer reflexão negativa sobre uma forma futura de sociedade, uma forma futura que superaria a sociedade burguesa* (BENOIT, 1996, pág. 16, 19-20 – grifos do autor).

Assim, pode ser objetado à Teixeira que Benoit não afirma ser a ordenação expositiva de “O Capital” determinada pelo processo genético do modo capitalista de produção, mas que a exposição lógica é, gradualmente, associada a considerações históricas, procedimento que concretiza e proporciona a exposição do caráter transitório do modo capitalista de produção. Pode também ser objetado à Teixeira que, se Benoit compreendesse a esfera da circulação simples, como expressão de uma sociedade mercantil simples cujo desenvolvimento desembocaria na sociedade capitalista, não teria dividido as seções do seu artigo nos subitens “esfera da circulação” e “esfera da produção”, explicitando, desse modo, momentos constitutivos do modo de produção capitalista, mas, pelo contrário, teria apresentado seções denominadas “sociedade mercantil simples” e “sociedade capitalista”.

Cabe ainda ser observado, porém, que, se Marx configura a ordenação expositiva de “O Capital”, considerando a categoria mais simples (abstrata) e se direcionando as mais complexas (concretas)⁷⁰, considerando nesse procedimento as

⁷⁰ Tal como pôde ser percebido, Marx aplica as seguintes considerações ao elaborar o método expositivo de “O Capital”: “Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais-atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação

relações hierárquicas entre as categorias econômicas e não a sua gênese⁷¹, isso não significa que, por vezes, sua exposição lógica não seja paralela ao próprio processo histórico. Esse paralelismo pode ser constatado pelo primeiro capítulo de “O Capital”, no qual se expõe o desdobramento das formas de expressão do valor desde a forma mais simples até a forma dinheiro (Cf. pág. 20-30, 38-41); pela passagem da seção III à IV, sendo a mais-valia absoluta apresentada anteriormente à mais-valia relativa tanto por razões lógicas quanto por razões históricas como pronunciou o próprio Marx (Cf. pág. 58, 71); pela ordenação expositiva da seção IV, na qual se apresenta, respectivamente, o modo de produção cooperativo, manufatureiro e fabril, que, por sua vez, aponta para a futura configuração do socialismo (Cf. pág. 73-74, nota 34); e, por fim, pela sexta seção, mais especificamente, na exposição consecutiva do salário por tempo ao salário por peça, cuja razão reflete não apenas uma necessidade lógica, mas um fato histórico: o salário por peça torna-se lei geral após a instituição da lei fabril (Cf. pág. 119, nota 42). No escrito “Introdução à Crítica da Economia Política”, Marx já explicita a possibilidade do desenvolvimento lógico-expositivo acompanhar o desenvolvimento histórico real:

caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método científico exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação” (MARX, 1999, pág. 39-40).

⁷¹ “Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser, e por ela ligada a primeira forma de produção de qual quer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade — a agricultura. Ora, nada seria mais errado. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser. (...) Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto, compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto de inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão “na idéia” (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (MARX, 1999, pág. 45).

No entanto, essas categorias simples não possuem também uma existência independente histórica ou natural anterior às categorias mais concretas? *Ça dépend* (Depende). Hegel, por exemplo, começa corretamente sua *Filosofia do Direito* com a *posse* como a mais simples relação jurídica do sujeito. Todavia, não existe posse anterior à família e às relações de senhor e servo, que são relações muito mais concretas ainda. Ao contrário, seria justo dizer que existem famílias, tribos, que se limitam a *possuir*, mas não têm *propriedade*. A categoria mais simples aparece, pois, como relação de comunidades mais simples de famílias ou tribos, em comparação com a propriedade. Na sociedade mais desenvolvida aparece como a relação mais simples de um organismo mais desenvolvido, mas é sempre pressuposto o substrato mais concreto, cuja relação é a posse. Pode-se imaginar um selvagem isolado possuindo coisas. Mas nesse caso a posse não é uma relação jurídica. *Não é correto que a posse evolui historicamente até a família. A posse sempre pressupõe essa “categoria jurídica mais concreta”.* Entretanto, restaria sempre o seguinte: as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os Bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categorias mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. *Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo* (MARX, 1999, pág. 40-41 – grifo do autor).

Mas as preocupações lógico-expositivas de Marx não invalidam, igualmente, a exposição do modo capitalista de produção como um processo histórico ou transitório, refletindo a mencionada exposição, tal como tenho apontado, o desenvolvimento das forças produtivas paralelamente ao acirramento da contradição entre as classes e, assim, ao desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora.

Retomando a polêmica entre Teixeira e Benoit, observo que as palavras que transcrevi a partir do artigo “Sobre a crítica (dialética) de “O Capital”” para esclarecer a compreensão de Benoit a respeito da relação “lógica e história”, mais especificamente, para explicitar a sua função em concretizar ou totalizar a “riqueza” presente no modo capitalista de produção, proporcionam, ainda, razões para rejeitarmos a crítica de

Teixeira, segundo a qual, Benoit superestima a análise histórica e ignora a análise lógica ou categorial. Retomo e amplio as palavras de Teixeira:

(...) [Para Benoit] *só a análise histórica é capaz de dar conta da racionalidade do objeto* (grifo do autor). Para isso, basta livrar-se do cárcere analítico das categorias econômicas, diria ele, e mergulhar na história para desvendar o modo de ser das coisas. É o que diz quando argumenta que “para desvelar-se... todo o misticismo (Mystizismus), o caráter fetichista da mercadoria e o segredo que dominam esse mundo e essa ciência (Hector está se referindo à economia política burguesa) *é necessário apenas* (grifo de Teixeira) , como faz em seguida Marx, deslocar-se para outras formas de produção”. (TEIXEIRA, 1999, pág. 113) (BENOIT, 1996, pág. 18 apud TEIXEIRA, 1999, pág. 113) (grifos de Teixeira).

Tal como explicitiei, Benoit é claro ao analisar o primeiro parágrafo de “O Capital” que o seu percurso dialético consiste em uma construção lógica e histórica, não sendo a lógica ou o discurso categorial, portanto, preterido de suas considerações:

Abstratamente, todo o percurso dialético do primeiro livro está pressuposto neste primeiro parágrafo: o universal abstrato da Economia Política burguesa, riqueza aparente e não-histórica, deve ser superado pelo ser histórico da riqueza, ou seja, a riqueza determinada historicamente, *e assim é necessário refazer ou reconstruir lógica e historicamente o percurso que vai da mercadoria individual à "imensa coleção de mercadorias"*. Este é abstratamente o percurso que será percorrido no livro primeiro ⁷² (BENOIT, 1996, pág. 17).

⁷² Em um artigo posterior, sem haver realizado observações que recusassem posições anteriormente defendidas, Benoit expõe as seguintes palavras: “Para Marx, tomando como perspectiva a classe operária, no entanto, trata-se de construir uma representação do real que negue a representação da economia política, que negue a aparência empírico-indutiva do real, as robinsonadas da economia burguesa. Por isto, o método de Marx não pode ser a perspectiva dos indivíduos que percebem de maneira psicológica o mundo, e que constroem a sua representação do mundo a partir do método empírico-indutivo, ou de certas variantes positivistas ou kantianas, todas expressões, em última instância, da perspectiva da classe burguesa e de suas diversas fases de dominação. (...) Como construir, então, outra representação do real que corresponda à perspectiva de uma classe social não-dominante, o proletariado? Como construir uma representação que desvele a estruturação contraditória de classes que caracteriza o modo de produção capitalista? Para isto, é necessário (...) fazer uma construção do real que seja, ao mesmo tempo e na mesma relação, a representação lógica e histórica da totalidade. *Se esta relação fosse somente lógica, seria uma forma neokantiana ou neopositivista de representar o real. Se fosse uma representação somente histórica, por outro lado, seria uma forma de historicismo e, assim, de reprodução dos dados empíricos, sem maior negatividade conceitual.* Mas como tornar possível essa difícil unidade entre o lógico e o histórico? Não se trata de pensar separadamente ou de maneira justaposta uma estrutura sincrônica e outra diacrônica, mas de pensar o tempo lógico e o histórico no interior de um mesmo gênero. Essa unidade entre o lógico e o histórico é, por excelência, contraditória, pois é pensar que as categorias lógicas podem transformar-se, negar-se a si próprias, serem postas em devir (permanente) e conservarem, ainda assim, um valor de verdade. Isto significa dar “vida” às categorias lógicas e mostrar que o tempo conceitual não é incompatível com o tempo histórico. Significa que algo pode ser e não ser ao mesmo tempo e, na mesma relação A e não-A. Mas aqui, justamente, encontramos-nos com a dialética: trata-se de pensar a identidade do não-idêntico” (BENOIT, 2003, pág. 21-22 - grifos do autor).

No que se refere à penúltima citação, transcrita pelo próprio Teixeira a partir do artigo “Sobre a crítica (dialética) de “O Capital””, da qual destaca a expressão “*é necessário apenas*” para defender a interpretação de que Benoit ignora a necessidade das considerações lógicas ou categorias, devemos nos atentar que esse estudioso praticamente reproduz as palavras do próprio Marx, o que não significa, obviamente, que Marx superestima a história em detrimento da lógica ou da racionalidade do objeto, algo que seria repudiado pelo próprio Teixeira, mas por esse procedimento, por si só, desvelar o fetichismo ou patentear o caráter social da “mercadoria”: “Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo o sortilégio e a magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estes a forma de mercadorias, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção” (MARX, 2006, pág. 98). No entanto, há algo sólido na crítica de Teixeira, afinal, Benoit realmente crê, equivocadamente, que, ao ser mencionado no primeiro capítulo de “O Capital”, a existência de outros modos de produção Marx desvelaria, *pela primeira vez*, o caráter fetichista da mercadoria:

Para desvelar-se (*pela primeira vez, em O capital*) todo o misticismo (*Mystizismus*), "o caráter fetichista da mercadoria e o seu segredo" que dominam esse mundo e essa "ciência", é necessário apenas, como faz em seguida Marx, *deslocar-se* para outras formas de produção (BENOIT, 1996, pág. 113).

Por outro lado, também é necessário perceber que as “incursões negativas à outros modos de produção” não tem, para Benoit, significado meramente histórico, mas também abstrato ou lógico:

Marx realizará então diversas rápidas incursões negativas a outras formas de produção. *Primeiramente, acompanhando as abstrações ideológicas da Economia burguesa, se deslocará para a ilha de Robinson Crusoé. Já aqui fica claro que os diversos trabalhos individuais de Robinson nada mais são do que diversas modalidades do mesmo Robinson, isto é, diversas manifestações de um trabalho em geral, social ou humano.* A segunda negação será histórica. Marx desloca-se para a Idade Média européia. (...) A terceira forma de negação é a referência a uma situação em que o trabalho aparece enquanto "comum" (*gemeinsam*), isto é, onde o trabalho aparece, sem mediações, como social. Esta forma seria anterior a todas as outras e caracterizaria a comunidade primitiva. (...) Esta forma descrita aqui serve, por sua vez, como mediadora, ao nível da exposição de Marx, para que nos desloquemos em direção da quarta negação, a negação do capitalismo por uma forma hipotética futura, uma forma *socialista* (BENOIT, 1996, pág. 19 – grifo do autor).

Tal como havia explicitado, após considerar o mencionado trecho de “O Capital”, no qual Marx afirmaria que todo o misticismo que assola o mundo das mercadorias desapareceria ao considerarmos outras formas de produção, Teixeira afirma tratar-se essa inserção do histórico no discurso de um procedimento meramente didático, pois, anteriormente, Marx já teria demonstrado a partir de uma análise lógica a origem do caráter enigmático da mercadoria. Assim, tal como podemos perceber, Teixeira desvaloriza a presença das considerações históricas em “O Capital”, qualificando-as como algo relativamente superficial ou acidental. Porém, ao compreender a presença do histórico em “O Capital” como mero fundo pressuposto, sem importância quanto à sua posição e, ainda, como exposição genealógica presente no término da obra (capítulo XXIV), Teixeira ignora o papel do histórico em concretizar e expor o caráter transitório do modo de produção capitalista, inviabilizando, assim, a compreensão da própria teoria revolucionária em “O Capital”, tal como pôde ser percebido pela sua interpretação da obra.

Desse modo, considerando a polêmica entre Teixeira e Benoit a respeito do método de exposição de “O Capital”, pôde ser constatado que Teixeira distorce as ideias de Benoit criticando-o injustamente, mas, também, que não compreende de forma adequada o método expositivo-dialético de Marx. Tal como demonstrei, Teixeira pensa ser “O Capital” compreendido por Benoit não como uma crítica à economia política, mas como um programa revolucionário, ou como uma exposição das classes em luta, representando a obra, em termos absolutos, a própria expressão da consciência da classe trabalhadora. A partir dessa interpretação, Teixeira critica Benoit por, supostamente, identificar o limite do capital não no próprio capital, mas na luta da classe operária, sendo rejeitada, assim, a importância da crítica da economia política e sendo afirmada a autonomia da vontade da classe trabalhadora e o colapso inevitável do sistema capitalista. Mas Teixeira também aponta ser “O Capital” para Benoit uma gênese histórica das categorias econômicas, sendo por ele a análise histórica superestimada e a análise categorial ignorada, algo passível de crítica por contrariar o método do próprio Marx e por acarretar aporias que impedem a compreensão da relação aparência-essência no modo de produção capitalista. Considerando, porém, o próprio artigo de Benoit criticado por Teixeira, explicitarei como o primeiro, ao contrário do que afirma o segundo, compreende “O Capital” tanto como uma crítica da economia política, quanto como uma teoria do programa revolucionário, mas também, como o compreende como

uma expressão da consciência da classe trabalhadora apenas em certo sentido, isto é, em termos de “contribuição”, algo confirmado pelas palavras do próprio Marx, posicionando-se, ainda, pela necessidade das contradições econômicas no desenvolvimento da consciência de classe. A análise do artigo de Benoit também proporciona a percepção de que não há um fundamento sólido à interpretação de que o mencionado estudioso sustente a ideia de ser a ordenação da exposição categorial, de “O Capital”, vinculada a determinadas etapas históricas que se desdobram em sentido progressivo, além do mais, torna-se patente que não há no escrito uma superestimação da história em detrimento da lógica. Para Benoit, ocorre que no desdobramento expositivo das categorias de “O Capital” o lógico é, gradualmente, associado ao histórico, sendo o modo de produção capitalista concretizado como uma totalidade orgânica ou transitória, o que não significa que, por vezes, tal como apontei pelos próprios escritos de Marx, o método de exposição de “O Capital” não reproduza o próprio processo histórico, ou o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Compreendo a relação “lógica e história” como uma unidade dialética ou contraditória, Benoit não superestima nenhuma polaridade da relação, e isso, ao contrário de Teixeira, que desvaloriza a presença das considerações históricas em “O Capital”, qualificando-as como algo superficial ou accidental, ou então, como uma exceção presente no capítulo XXIV, ignorando, assim, o papel do histórico em concretizar e expor o caráter transitório do modo de produção capitalista, algo que inviabiliza a compreensão da presença de uma teoria revolucionária presente na obra. Ao contrário de Teixeira, tal como pôde ser percebido, Benoit assinala corretamente a presença da teoria revolucionária em “O Capital”, porém, afirma equivocadamente a presença de uma teoria programática na obra, obscurecendo o significado estratégico-político do método de exposição de “O Capital”, o qual consiste em conscientizar ou instruir a classe trabalhadora a respeito da necessidade da revolução social, por um suposto significado que consiste em proporcionar linhas de ação ou uma estratégia para a tomada do poder pela classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

Tematizando a presença do método dialético no livro I de “O Capital” e problematizando o significado político da obra, explicitarei como Marx compreende e como aplica o mencionado método em “O Capital”, constituindo através dessa aplicação uma teoria revolucionária, ou uma teoria sobre a superação do modo de produção capitalista, intentando, paralelamente, sistematizar e despertar a consciência revolucionária da classe trabalhadora, configurando-se “O Capital”, nesse sentido, como um instrumento para a organização política dessa classe revolucionária.

Ao problematizar o conceito “dialética” e considerar a sua especificidade em “O Capital”, alcancei a compreensão de que a dialética é, segundo a concepção de Marx, um método a partir do qual relevamos não apenas a constituição presente da realidade considerada, as leis que fundamentam seu funcionamento, mas ainda o seu aspecto histórico ou transitório, as leis da sua transformação. Configurando-se em “O Capital” como um método expositivo, cuja finalidade consiste em proporcionar, sob uma perspectiva totalizante, a compreensão das leis que regem o funcionamento do modo capitalista de produção e, sobretudo, das leis que impelem a sua superação por uma organização econômica superior, a dialética reflete, pelo movimento expositivo da obra, a própria superação ou transição do modo de produção capitalista, ou, em outras palavras, uma teoria revolucionária.

Ao percorrer o livro I, em sua ordem de exposição, e isso, no intuito de explicitar as determinações da teoria revolucionária e alcançar maior rigor ao afirmar a sua existência na obra, e também no intuito de confirmar o significado político da ordenação expositiva, acompanhei o movimento negativo ou o processo de superação presente em “O Capital”, constatando no interior do movimento expositivo que se direciona do abstrato ao concreto a união dialética do discurso e das contradições lógicas (categoriais) com o discurso e as contradições históricas (transitórios), sendo negado ou superado, assim, o caráter absoluto e estático dos pronunciamentos da economia política burguesa a respeito do capital ou do próprio modo de produção capitalista. Constatei, igualmente, o fato de que a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção apresentada como a chave de compreensão do processo revolucionário no escrito “Prefácio” em “Para a Crítica da Economia Política”, mas também em “O Capital”, perpassa todo movimento expositivo de “O Capital” e reflete a lógica do processo revolucionário, apresentando sua

influência no desenvolvimento da contradição “valor-de-uso e valor” que, explicitada logo no início da obra, é desdobrada até o capítulo XXIV, representando o seu desenvolvimento a “negação da negação” ou a expropriação dos expropriadores. Nesse processo, no qual Marx desdobra a contradição “valor-de-uso e valor”, compreendi que o pensador expõe o desenvolvimento do valor ou do antagonismo entre a classe trabalhadora e a propriedade dos meios de produção paralelamente ao desenvolvimento da configuração das condições objetivas e subjetivas, para a emergência do modo de produção comunista. Retomo sinteticamente o movimento expositivo de “O Capital” e, assim, situo com maior precisão a aplicação dos elementos constitutivos da teoria revolucionária.

Na esfera da circulação, ou seja, nas seções I e II do livro I “O Capital”, Marx analisa, inicialmente, a forma mais abstrata presente na totalidade concreta “modo de produção capitalista”: a mercadoria. Marx considera as suas contradições lógicas e apresenta a gênese da forma “dinheiro”, expondo, nesse processo, o desenvolvimento lógico-histórico das formas de expressão do valor e da própria forma “mercadoria”, explicitando, paralelamente, o desenvolvimento das forças produtivas e da circulação, fato que acarreta relações sociais de produção ou formações sociais diversas. Mas, explicitando o desenvolvimento da forma “mercadoria” e das suas contradições, Marx não apenas expõe a contradição “lógico e histórico” e a contradição “forças produtivas e relações sociais de produção”, algo que representa a negação do caráter absoluto do modo de produção capitalista, mas também insinua, paralelamente, a necessidade do próprio processo revolucionário, afinal, se em sua exposição cada forma de expressão do valor é superada em suas deficiências por outras mais complexas em função do desenvolvimento da produção e das trocas, sendo a forma “mercadoria” constituída nesse contexto, é significativo serem apresentadas por Marx as deficiências intrínsecas à própria forma “mercadoria”, digo, o fetichismo e a possibilidade da desgraça econômica ocasionada pelo fato de que o tempo de trabalho despendido na produção de uma mercadoria não garante ao produto a correspondência com uma necessidade social, algo que reflete a falta de planejamento do modo de produção capitalista marcado pela contradição “trabalho privado e trabalho social”. Ainda mais significativo é que, após destacar as deficiências da forma “mercadoria”, Marx apresenta modos de produção diversos ao modo capitalista considerando tanto o passado quanto o futuro, supondo, assim, o modo de produção comunista. Igualmente importante na consideração do movimento expositivo de “O Capital” como uma teoria revolucionária é a constatação

do aparecimento gradual de dois personagens: o capitalista e o trabalhador. Afinal, se no processo de deslocamento do abstrato ao concreto, Marx vincula as mercadorias aos seus donos e, posteriormente, aos mencionados indivíduos, apontando que, na esfera da circulação, a consciência desses indivíduos identifica a mencionada esfera com o paraíso natural dos direitos do homem, Marx reproduz uma etapa de desenvolvimento da consciência revolucionária, explicitando o seu desdobramento, logo em seguida, a partir das contradições materiais presentes no modo de produção capitalista, e, assim, a negação desse modo de produção.

Na esfera da produção, ou seja, nas seções III, IV, V e VI de “O Capital”, Marx aprofunda o princípio metodológico-expositivo de considerar as categorias econômicas das mais abstratas às mais complexas e sob a perspectiva da contradição “lógica e história”, ampliando as determinações necessárias para a compreensão do conceito “capital” e intensificando os seus traços históricos, destacando, assim, um pressuposto fundamental de sua teoria revolucionária: o caráter não absoluto do modo de produção capitalista. Mantendo e aprofundando, igualmente, a contradição “valor-de-uso e valor”, Marx amplia suas determinações conceituais e históricas, expondo que o seu fundamento não se baseia, meramente, na contradição “trabalho privado e social”, mas na contradição “propriedade privada dos meios de produção e trabalho social”, fundamentada, por sua vez, pela contradição entre as classes. Nesse contexto, Marx explicita a intensificação da contradição “valor-de-uso e valor” no histórico modo de produção capitalista pela produção não estar direcionada à satisfação das necessidades sociais ou daqueles que trabalham, ou seja, ao valor-de-uso, mas à acumulação privada do valor. Esse fato que determina o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, do próprio modo capitalista de produção, sendo a luta de classes acirrada paralelamente à sua potencialidade negativa perante o capital, sendo a consciência revolucionária gradualmente constituída. A partir do capítulo IV de “O Capital” (seção II), já é possível perceber o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora a partir de suas condições materiais: Marx apresenta a relação “compra e venda” da mercadoria “força de trabalho” como algo efetivado por indivíduos e não por classes sociais, os apresentando como “livres, iguais e proprietários”, reproduzindo, nesse processo, a própria consciência ou percepção do trabalhador a respeito de sua realidade ao se encontrar na condição material “esfera da circulação”. Na seção III, por sua vez, Marx aponta como o trabalhador se reconhece no interior da fábrica como uma classe social, sendo impelido a se organizar politicamente para conservar a sua existência em função

da sede do capital por mais-valia absoluta, reconhecendo-se nessa esfera como não livre e como não igual em relação ao capitalista, aceitando, porém, a mercantilização de sua força de trabalho.

Na seção IV, Marx aponta como o capital desenvolve as forças produtivas para intensificar a exploração do trabalho e, assim, extrair mais-valia relativa, explicitando, nesse percurso, não apenas a ineficiência da luta e da legislação pela limitação da jornada de trabalho em impedir a acirrada exploração da força de trabalho, mas, a partir da apresentação de novas condições e contradições materiais, o consequente desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e a formação dos pressupostos materiais da sociedade comunista. Considerando a manufatura, direcionada pelo interesse da classe dominante em extrair mais-valia e pressupondo, por sua própria natureza, a cooperação, a concentração e a ampliação dos meios de produção e o direcionamento social do trabalho, Marx aponta como o mencionado método de produção carrega em si o desenvolvimento da própria tendência negativa do capital ao patentear aos trabalhadores o antagonismo entre os meios de produção e sua classe, mas também entre o aumento da riqueza social e a desvalorização da sua força de trabalho, propiciando, ainda, em função da aglomeração de trabalhadores em um mesmo local de trabalho, maior resistência e organização política. Discorrendo sobre a transição da manufatura à grande indústria, Marx destaca que a superação da manufatura foi impelida por obstáculos à extração da mais-valia e pelo desenvolvimento das forças produtivas que proporcionaram condições materiais para a transformação das próprias relações manufatureiras de produção: com a simplificação e diversificação dos instrumentos de trabalho, pela contradição entre os estreitos limites técnicos e a ampliação das necessidades do consumo social, com a produção de artífices, ramos autônomos e divisão do trabalho para a criação de máquinas, surgindo, nesse contexto, a contradição entre a técnica da indústria moderna e sua base manual, algo que, inclusive, encarece o processo produtivo, a manufatura desenvolveu o fundamento material da própria indústria moderna. Considerando, por fim, a indústria moderna e os efeitos da aplicação da maquinaria no processo produtivo, Marx aponta para a produção de novas condições materiais que novamente ocasionam o acirramento da contradição entre as classes e o desenvolvimento da consciência revolucionária, produzindo a própria negação do modo capitalista de produção: o trabalho é ampliado e intensificado; a produtividade aumenta e, paralelamente, o valor da força de trabalho é reduzido, o que insinua à consciência da classe trabalhadora da maneira mais drástica o contraste entre o

aumento da riqueza social e sua situação; os trabalhadores necessitam vender os próprios filhos, o que patenteia a sua não liberdade; há redução dos salários, sendo esse fato reconhecido pela própria classe trabalhadora como um produto da concorrência; desemprega-se em função da maquinaria substituir o trabalhador e tornar supérfluos os métodos pretéritos de produção e, nesse processo, não apenas os trabalhadores são lançados na miséria, mas se contradiz o próprio fundamento do modo capitalista de produção que consiste na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador; gera-se crise econômica em função da expansão do sistema fabril e de sua dependência com o mercado mundial, sendo o mercado abarrotado por mercadorias e, assim, paralisado; a contradição de classe é estendida ao campo; as fontes originárias da riqueza, ou seja, o trabalhador e a terra, são destruídos pelo próprio capital.

Na seção VI, Marx detém-se sobre o efeito ilusório da forma “salário” sob a consciência do trabalhador, “efeito” que consistiria na impressão de que a relação entre o trabalho e o capital é uma relação de cooperação e não de dominação de classe, sendo o trabalhador livre e igual ao capitalista. Mas se Marx expõe teoricamente o equívoco da mencionada ideia, ele também aponta como o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual se acirra a tensão entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, suprime essa ilusão: o subemprego e a extensão da jornada de trabalho provoca na classe trabalhadora a revolta e a organização política, enquanto o contraste “aumento da produtividade e queda do preço do trabalho” e a intensificação da atividade laboral proporcionam, mais uma vez, a percepção da não cooperação e do antagonismo entre o trabalho e o capital.

Na seção VII, Marx considera o movimento de reprodução do capital. Nesse momento, percebo que, se o desdobramento expositivo de “O Capital” apresentou a liberdade, a igualdade e a propriedade em sua realidade positiva no término da segunda seção, negando, posteriormente, a liberdade e a igualdade, no contexto da seção sétima de “O Capital” a liberdade e a igualdade não são apenas negadas de forma ainda mais radical, mas nega-se o próprio direito à propriedade. Acompanhando as contradições internas à própria organização capitalista, considerando a contradição “circulação-produção”, assim como a transmutação ou inversão do direito de propriedade em direito de apropriação capitalista, o discurso de Marx não apenas nega o direito à propriedade sob uma perspectiva teórica, mas reproduz a própria contradição e superação real do direito de propriedade na história, assim como não apenas nega as ilusões presentes na consciência da classe trabalhadora sob uma perspectiva teórica, mas também reproduz a

superação dessas ilusões através do desenvolvimento do próprio modo capitalista de produção, expondo, desse modo, o movimento auto-negativo do capital. Considerando a influência do aumento de capital ou o aprofundamento da contradição “trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção”, que reflete, por sua vez, o desdobramento histórico da contradição “valor-de-uso e valor”, Marx aponta os seus efeitos sobre a sorte da classe trabalhadora e, nesse contexto, os efeitos sobre a sua consciência: o aumento e a concentração da acumulação do capital proporcionam a ampliação do poder social do capital sob a classe trabalhadora e o desemprego; a centralização dos capitais acelera o processo de acumulação e os seus efeitos, desempregando e, ao mesmo tempo, intensificando a atividade produtiva para a redução de custos com o capital constante, acirrando a contradição de classes ou a revolta da classe trabalhadora; no fluxo de suas vivências, os trabalhadores descobrem que quanto mais trabalham e quanto mais cresce a força produtiva do seu trabalho, mais produzem riquezas para os outros e mais precária se torna a sua função de meio de expandir o capital, amplia-se, nesse processo, o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora e a negação da propriedade privada; por fim, Marx apresenta a lógica do processo revolucionário, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, apontando, ainda, para a “negação da negação”, ou seja, para a negação da violência originária, para a negação da violência de classe que fundamentou o modo de produção capitalista, superando, desse modo, a própria contradição de classe e o modo de produção capitalista, sendo essa superação realizada pela própria classe trabalhadora em função do desenvolvimento de sua consciência revolucionária a partir das próprias contradições econômicas produzidas pelas leis do capital.

Desse modo, considerando o desdobramento expositivo de “O Capital” em seu conjunto, constatamos que Marx não apenas busca a totalização do conceito “capital”, mas também a expressão do seu movimento de auto-superação, configurando, assim, uma teoria revolucionária. No que se refere ao sentido político do método de exposição da obra, pôde-se deduzir, a partir da consideração do ímpeto revolucionário de Marx e de sua relação com a classe trabalhadora, que Marx almejava através da exposição do caráter transitório do capital, do desvelamento das ilusões proporcionadas pelo próprio modo de produção capitalista e dos apontamentos dos efeitos nocivos do capital privado, a compreensão da necessidade de uma revolução social, devendo essa “compreensão” acelerar o processo revolucionário, “processo” impelido

espontaneamente pelas contradições materiais presentes no próprio modo capitalista de produção. Por fim, no que se refere ao debate entre Hector Benoit e Francisco José Soares Teixeira, considerando não apenas o estudo realizado sobre o livro I de “O Capital” mas ainda os artigos redigidos pelos mencionados autores, concluo que Benoit está correto ao afirmar a presença de uma teoria revolucionária refletida no método de exposição de “O Capital” e, isso, apesar de estar equivocado ao afirmar, igualmente, a presença de uma teoria do programa revolucionário na obra, representando as críticas centrais de Teixeira em relação às posições de Benoit distorções de suas ideias e incompreensões a respeito das próprias ideias de Marx.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENOIT, A. H. R. Marx: lógica e política - investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. *Outubro*. São Paulo, v. 8, 2003.

_____. Gênese e estrutura de O capital de Marx. *Outubro*. São Paulo, v. 7, 2002.

_____. Jorge Grespan, O negativo do Capital. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, v. 9, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario9.html>>. Último acesso em: 04/11/2009.

_____. Ruy Fausto, Dialética Marxista, Dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples. *Revista Crítica Marxista* (Roma), Editora Xamã, v. 7, 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario7.html>>. Último acesso em: 28/09/2009.

_____. Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa. *Revista Crítica Marxista*, Editora Brasileira, v. 4, 1997. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario4.html>>. Último acesso em: 04/11/2009.

_____. Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. *Revista Crítica Marxista*, Editora Brasileira, v. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario3.html>>. Último acesso em: 04/11/2009.

_____. Da lógica com um grande “L” à lógica de “O Capital”. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de “O Capital”. *Revista Crítica Marxista*, Editora Brasileira, v. 8, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/bibliotecavirtual.html>>. Último acesso em: 04/11/2009.

CARCONHOLO, Reinaldo Antônio. *Dialética da Mercadoria*. Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/temasMarx.html>>. Último acesso em: 28/09/2009.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FAUSTO, Ruy. *Dialética Marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. Ainda Sobre O Capital e a Lógica de Hegel. *Kriterion*. Belo Horizonte, v. 35, 1994.

_____. *Marx: lógica e política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense. 1983.

_____. *Marx: lógica e política*. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Marx: lógica e política*. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1975

GALVÃO, Andréia, et alli (orgs.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Xamã/CEMARX/IFCH, 2001.

GIANNOTTI, J. A. Notas para uma análise metodológica de “O Capital”. In: *Revista Brasiliense*, São Paulo, v.29, 1960.

GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1-6, 1999-2002.

GRESPLAN, J. L. *O Negativo do Capital – O Conceito de Crise na Crítica Economia Política*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.

_____. A crise na crítica à economia política. *Revista Crítica marxista*, Editora Brasilense, v.10, 2000.

_____. Marx. Crítico da teoria clássica do valor. *Revista Crítica marxista*, Editora Brasilense, v.12, 2001.

_____. “A dialética do avesso”. *Crítica marxista*, Editora Brasilense, v.14, 2002.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Science de la logique*. Paris: Aubier Montaigne, 1981

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: editora Brasiliense, 1991.

KOSIK, Karel. “Dialética do Concreto”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, V. *Cahiers Philosophiques*. Paris: Éditions Sociales, 1973.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUCKÁCS, György. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. S. Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, R. *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAO, Tsé-Tung. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. *Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção "Os Pensadores").

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. [1857-8]. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 2006b.

MOURA, M. C. B. Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx. *Revista Crítica Marxista* (Roma), São Paulo, v. 1, n. 9, p. 52-86, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica9parte3branco.pdf>>. Último acesso em: 25/01/2012.

MULLER, M. L. Exposição e método dialético em 'O Capital'. *Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas Seaf*, Belo Horizonte, v. 2, 1982.

MUSSE, Ricardo. A dialética como método e filosofia no último Engels. *Revista Crítica marxista*, Editora Brasileira, v. 5, 1997.

_____. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, 2005.

NEGT, O. Sobre a incompatibilidade entre o modo de pensar dialético e modo de pensar positivista. In: *Finitude e transcendência*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PUNTEL, L. B. A Ciência da Lógica e a Dialética Materialista: uma nova visão de um antigo problema. *Síntese Nova Face*, v. 2, 1975.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e Dialética*: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

ROSENTHAL, M. *Les Problemes de la Dialectique dans le Capital de Marx*. Paris: Editions Sociales; Moscou: Editions en Langues Etrangères, 1979.

TAMBOSI, Orlando. Marxismo e dialética: uma herança fatal. *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

TEIXEIRA, F. J. S. Sobre a Crítica Dialética de “O Capital”: uma anti-crítica. *Revista Crítica Marxista*, Editora Brasilense, v. 8, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/bibliotecavirtual.html>>. Último acesso em: 04/11/2009.

_____. Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de “O Capital”. São Paulo: Ensaio. 1995.

TROTSKY, Leon. *O Programa de Transição*: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional. São Paulo: Týkhe, 2009. (Coleção Marx e a tradição dialética).

ZELENY, J. *La estructura lógica de El Capital de Marx*, México, DF, 1978.

FILMOGRAFIA

GERMINAL. Baseado no romance de Émile Zola. Direção: Claude Berri. França: Cannes Home Vídeo, 1993. 1 filme (2h31min), son., color.